

MESTRADO INTEGRADO
ARQUITECTURA

Panthéon:
um templo multirreligioso na cidade do Porto
Daniela Frias Guerra

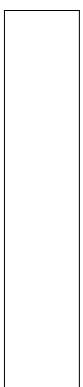
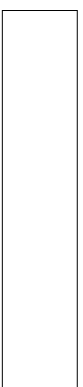
M
2021

Daniela Frias Guerra. *Panthéon:*
um templo multirreligioso na cidade do Porto



M.FAUP 2021

Panthéon:
um templo multirreligioso na cidade do Porto
Daniela Frias Guerra



PANTHÉON:
UM TEMPLO MULTIRRELIGIOSO NA CIDADE DO PORTO

Daniela Frias Guerra



Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
Dissertação de Mestrado Integrado . 2021

sob orientação do Professor Dr. Marco Ginoulhiac
e co-orientação da Professora Dra. Helena Vilaça



Ao professor Manuel Graça Dias: a única coisa maior do que o vazio da sua ausência é a vastidão daquilo que nos ensinou.

Esta dissertação foi defendida em prova pública no dia 14 de dezembro de 2021, perante um júri composto por:

Professor Doutor Nuno Valentim Rodrigues Lopes, na qualidade de presidente.

Professor Doutor João Luís Rebelo Ferreira Marques, na qualidade de arguente.

Professor Doutor Marco Ginoulhiac, na qualidade de orientador.

Foi-lhe atribuída a classificação final de 19 (dezanove) valores.

NOTA PRÉVIA

A presente dissertação foi redigida ao abrigo do acordo ortográfico de 1990.

As referências bibliográficas em edições de língua não portuguesa foram traduzidas livremente pela autora, assim como as edições de língua portuguesa escritas ao abrigo do antigo acordo ortográfico foram adaptadas ao novo, de forma a garantir uma leitura mais coesa e contínua. Garante-se, no entanto, a preservação da integridade e intenção das passagens originais, que podem ser consultadas em rodapé.

A norma para apresentação das referências bibliográficas é a *APA 6th Edition*.

SUMÁRIO

a.

Agradecimentos	11
Resumo Abstract	14
1. Glossário	16
2. Introdução	21

i.

1. RELIGIÃO	27
1. Breve noção de religião	27
2. O culto e o caráter coletivo da religião	30
3. Secularização - uma verdade mitificada	34
2. CONTEXTO RELIGIOSO PORTUGUÊS	37
1. Breve cronologia	41
2. Mudança da paisagem religiosa	47
3. Paisagem religiosa atual	53
4. Vivência da religião	54
5. Mapeamento	59
6. Lei da Liberdade Religiosa	66
3. A PROPOSTA	70

ii.

1. ESPAÇOS MULTIRRELIGIOSOS	75
1. Breve contextualização	77
2. Dois métodos de conceção	83
3. Considerações para o seu desenho e funcionamento	92
2. TRANSVERSALIDADES DO ESPAÇO SAGRADO	105
1. Definição de espaço sagrado	105
2. Elementos de um espaço sagrado	109
3. Um método de análise	116
3. ESPAÇO ARQUITETÓNICO E RITUALIZAÇÃO	121
1. Cristianismo	122
2. Islamismo	126
3. Judaísmo	130
4. Hinduísmo	134
5. Budismo	138
6. Sikhismo	142
7. Sem religião	147

iii.

1. O PROGRAMA	152
2. O LUGAR	155
3. O PROJETO	157
1. Interação com o lugar	157
2. Tripartição e analogias	159
3. Geometria e materialidade	163
4. Entradas	165
5. Ágora Claustro e pátios	169
6. Salas	173
7. Tanatório	175
8. Espaços de contemplação	183
9. Templo	185

z.

1. Considerações Finais	197
Referências Bibliográficas	202
Fonte de imagens	207

Anexo I

1. Lista de locais de culto de fés minoritárias	216
2. Levantamento fotográfico de alguns locais de culto de fés minoritárias	224

Anexo II

1. Cristianismo	238
2. Islamismo	254
3. Judaísmo	262
4. Hinduísmo	271
5. Budismo	279
6. Sikhismo	287

Anexo III

1. Desenhos de projeto	293
------------------------	-----

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, pela emoção com que me mostrou as igrejas.

Ao meu pai, pela razão que me fez pensar nas alternativas.

À minha irmã, pelo mais bonito exemplo de equilíbrio entre razão e emoção com que me ensinou a espiritualidade.

À Mila, pela vida, pela loucura e pela coragem ajuizada que sempre me incutiu.

Aos quatro, pelo paraíso em que me criaram.

Ao professor Marco, pela amizade, pelo empenho e carinho inabaláveis e pelo ensino de riso pronto.

À professora Helena, pelo tanto conhecimento partilhado, pelo apoio e motivação.

Aos dois, por me porem na terra os pés com que caminhei, por me guiarem e acompanharem nesta viagem.

À professora Filipa, pelo início, pelo meio e por tudo aquilo que ficará para sempre.

À Chagas, à Pipa e à Bia, por me saberem e lerem e declamarem, pelo colo infinito.

À Bá e à Maria, à Mafalda, à Nata e à Bia, pelas casas que construímos, pelo refúgio dos anos.

À Guida, à Babá e à Sara, pela amizade residente e resistente em todos os hemisférios.

À Casanova, ao Leonardo, à Carla e ao Miguel pelo companheirismo dos últimos anos. À malta que fez com que esta Escola fosse esse gato branco deitado ao sol.

À Escola, pelos professores, pelo caminho, pelas viagens, pela companhia, pelos mais complexos e melhores anos da minha juventude e, sobretudo, por esta morada.

Obrigada.

*Deus existir
ou não: o mesmo
escândalo.*

RESUMO

A essência da religião reside na comunidade e, para isso, o lugar de culto é fundamental, pois é o espaço onde os crentes se reúnem e renovam a sua fé.

Os movimentos migratórios em direção ao ocidente, assim como a globalização, vieram alterar a paisagem religiosa. O monolitismo católico de Portugal vai dando, assim, lugar ao pluralismo religioso.

Esta dissertação propõe, por isso, um templo multirreligioso para a cidade do Porto – um lugar onde qualquer pessoa possa praticar o seu culto, independentemente da sua fé. A sua conceção é suportada pela análise do contexto religioso português, assim como pelo entendimento das religiões que o compõem e pelo estudo de espaços multirreligiosos.

Uma vez que, no serviço prestado à comunidade, a religião não se limita à oração, o templo está associado a um complexo religioso que contém um espaço destinado à educação e a ações sociais, assim como um tanatório.

ABSTRACT

Community is the essence of any religion. Therefore, the space of cult is fundamental, as the place where people get together and renovate their faith.

The migratory movements towards the west, as well as the globalization, have had an impact in the religious landscape. Hence, the Catholic predominance in Portugal is giving way to religious plurality.

The aim of this dissertation is to create a multireligious temple for Oporto – a place where anyone can practice their faith. Its conception is supported on the analysis of Portugal's religious context, alongside the understanding of the diverse faiths that compose it and the study of examples of previously existent multifaith spaces.

Once religion is not only practiced through prayers, the temple is part of a wider complex that contains spaces destined to education and charity events, as well as a sanatorium.

GLOSSÁRIO

SAGRADO E PROFANO:

As coisas sagradas distinguem-se das profanas por inspirarem um sentimento coletivo de respeito¹. O domínio sagrado não se cinge aos deuses ou espíritos, podendo os objetos, lugares ou qualquer outra coisa ser sagrada, como uma árvore, uma casa ou um pedaço de madeira. O domínio sagrado é oposto ao domínio profano e a sua extensão varia consoante as religiões. Por oposição, o profano é o domínio daquilo que é visado pelos homens comuns. As coisas profanas não devem tocar as coisas sagradas, a fim de não as desprestigiar: o sagrado e o profano são polos opostos que não podem misturar-se (Durkheim, 2002).

CRENÇA:

As crenças religiosas são representações que exprimem a natureza das coisas sagradas, assim como as relações que estas mantêm umas com as outras e com as coisas profanas (Durkheim, 2002).

RITUAL:

Alguma coisa que é realizada com o objetivo de alcançar um fim específico, significativo (Hoffman, 2010).

RITO:

Ritual sagrado. Os ritos são as regras de conduta que ditam a forma como o homem deve comportar-se em relação às coisas sagradas. O objeto do rito é, portanto, a crença: é onde esta se manifesta (Durkheim, 2002).

CULTO:

O culto é um sistema de ritos, de festas, de cerimónias que se repetem periodicamente. Essa periodicidade é muito importante, uma vez que é a repetição regular que a distingue do ritual, que apenas toma lugar em determinadas circunstâncias esporádicas. O culto depende e reage sobre a crença, é feito de relações regulares entre o profano e o sagrado (Durkheim, 2002).

¹ «O respeito é a emoção que experimentamos quando sentimos essa pressão interior e inteiramente espiritual produzir-se em nós, e o que então nos determina não são as vantagens ou os inconvenientes da atitude que nos é prescrita ou recomendada, é a maneira como nos representamos a quem no-la recomenda ou no-la prescreve.» (Durkheim, 2002: 217)

TOTEM:

Um totem é um símbolo, um emblema de um grupo – a que se chama clã – e é venerado como símbolo sagrado por todos os membros. Pode ser uma planta ou um animal. O centro do culto são representações figurativas desse totem e é neles que se encontra a origem religiosa. Cada clã tem, por sistema, um só totem: é esse o seu símbolo, a marca da sua personalidade e, por isso, a forma como se distingue dos outros clãs. Cada indivíduo tem, por norma, um totem individual para além do totem coletivo, sendo esse símbolo individual aquilo que o define no singular (Durkheim, 2002).

IGREJA:

A igreja é uma sociedade cujos membros se encontram unidos por representarem o mundo sagrado da mesma forma, assim como as suas relações com o mundo profano, traduzindo essa representação em práticas idênticas – todos unidos por uma fé comum. Na história, não se encontra religião sem igreja (Durkheim, 2002).

DEUS:

À semelhança do totem, para Durkheim (2002), um deus é um ser autoritário que o homem representa como superior a si próprio e como uma força da qual acredita depender. No entanto, é também uma força sobre a qual o homem se apoia.

RELIGIÕES ABRAÂMICAS:

Designação genérica para as três religiões monoteístas primordiais: judaísmo, cristianismo e islamismo. São aquelas que podem traçar sua história até Abraão e que têm na figura do patriarca o seu marco referencial inicial.

MINORIA RELIGIOSA:

Neste caso, a palavra “minoria” e suas variantes têm apenas um contexto demográfico, um caráter quantitativo e não qualitativo.

RELIGIÃO MAIORITÁRIA:

Religião com a qual a maioria dos residentes de um país se autoidentifica, estando muitas vezes declarado na própria constituição.

CONFISSÃO RADICADA:

O estatuto de confissão radicada permite, por exemplo, que os casamentos destas fés sejam reconhecidos pelo Estado, à semelhança do que acontece com os casamentos católicos. Têm, também, acesso ao tempo de emissão na televisão e rádio públicas, assim como a possibilidade de receber 0,5% do IRS indicado pelos contribuintes (Marujo, 2011).

AXIS MUNDI:

Conceito introduzido por Mircea Eliade (2016), refere-se ao centro imaginado do mundo. É frequentemente simbolizado por colunas, árvores, montanhas – elementos verticais que fazem a ligação entre a terra e o céu.

ARQUÉTIPO:

Segundo Carl Jung, arquétipos são formas e imagens de uma natureza coletiva que ocorre por todo o planeta como constituintes de mitos. São potenciais inerentes às estruturas psíquicas de todos os indivíduos e representam os primeiros padrões ou protótipos (Hoffman, 2010).

SINAL:

Indica a existência de alguma coisa, evento ou condição e é sintomático de uma circunstância, de um estado da arte (Hoffman, 2010).

SÍMBOLO:

Tipo especial de sinal que tem uma conotação para além do seu significado óbvio e convencional. Referem-se a algo vago, desconhecido ou escondido. É normalmente usado para representar conceitos que escapam à compreensão humana. A criação de símbolos é uma das necessidades mais básicas da humanidade e, por isso, uma das suas atividades primárias – a construção de edifícios religiosos traz inúmeras oportunidades de praticá-la de uma forma significativa (Hoffman, 2010).

INTRODUÇÃO

A mudança da paisagem religiosa, motivada pela diáspora do último século, que aconteceu um pouco por todo o mundo e com principal destino ao ocidente, levou a que diferentes fés fossem pintando com outras cores o monocromatismo cristão da sociedade ocidental. Assiste-se ao crescimento da pluralidade religiosa, fruto, maioritariamente, de fluxos migratórios, mas também de conversões associadas a um mundo global, com fácil acesso a um leque tão variado de culturas e informação.

A religião é algo iminentemente coletivo e capaz de gerar comunidade, encontrando nos rituais grupais o seu apogeu. Para além da sua importância para os crentes em geral, a religião tem, por norma, um papel fundamental na integração social dos imigrantes, assim como no seu bem-estar. O lugar de culto tem, por isso, uma grande importância, já que é onde os crentes se reúnem, interagem e renovam a sua fé.

A paisagem cultural portuguesa é consequente de séculos de história em que o catolicismo foi o principal protagonista, como é visível no espólio artístico e arquitetónico, o que se traduz, mesmo na atualidade, numa maioria populacional crente na fé católica. Ainda assim, a paisagem religiosa portuguesa tem sofrido alterações nos últimos cinquenta anos e o número de pessoas sem filiação religiosa aumentou, assim como o número de crentes em fés minoritárias.

Com esta alteração da paisagem religiosa, que se vê agora mais plural, a presente dissertação propõe-se a desenhar um templo multirreligioso, um espaço onde todas as religiões possam praticar os seus cultos. Idealmente, este será um espaço que qualquer pessoa, tendo essa vontade, poderá visitar, independentemente da fé pela qual se rege. Não obstante, sendo a sua proposta destinada a Portugal, mais precisamente à cidade do Porto, é importante que responda ao contexto em que se insere. Para tal, é importante conhecer a paisagem religiosa nacional, a fim de poder fazer um levantamento das religiões que devem ser estudadas com especial atenção, limitando-se, assim, a abrangência da investigação.

Tendo esses dados sido recolhidos, pode proceder-se ao estudo destas religiões, nomeadamente no que compreende os lugares onde se encontram para a prática coletiva, procurando entender como a arquitetura responde aos seus rituais. Só com esta informação se poderá proceder ao desenho, garantindo as condições necessárias ao conforto dos crentes que quiserem visitar este lugar.

OBJETO E OBJETIVOS

O objetivo desta dissertação é o desenvolvimento de uma proposta projetual de um templo que possa servir as várias religiões.

É, então, objeto desta dissertação o espaço de culto onde as religiões praticam a sua fé.

É fundamental entender como a arquitetura religiosa das diferentes fés responde às necessidades das suas crenças e rituais, o que envolve analisar o contexto religioso de Portugal.

METODOLOGIA E ESTRUTURA

A primeira parte responde a dois cenários:

Primeiro, é importante desconstruir a ideia da religião como um universo em declínio e salientar, através de argumentos sociológicos, a sua importância para a coesão social. Aqui, serão especificados e definidos alguns conceitos base para um melhor entendimento do discurso.

Depois, é da maior importância entender-se o contexto religioso nacional. Com o apoio numa breve retrospectiva sobre a história da religião em Portugal, entender, nomeadamente, como a paisagem religiosa mudou no país após abril de 1974, uma vez que a liberdade de culto e os fluxos migratórios trouxeram algumas novidades neste campo. É importante ter uma visão estatística e objetiva da paisagem religiosa portuguesa, com enfoque especial na cidade do Porto.

A segunda parte compreenderá duas abordagens:

A primeira implica o estudo de referências de templos multirreligiosos, que se desenrolará através da compreensão de casos de estudo e do suporte bibliográfico de investigações já desenvolvidas sobre o tema.

A segunda abordagem focar-se-á em entender o que constitui arquitetonicamente um espaço sagrado: que elementos e que ambientes são transversais a todas as fés e podem envolver o visitante num clima de espiritualidade, reconhecível independentemente da sua crença e cultura. Assim, será possível formar uma espécie de grelha por onde se poderão analisar os templos de referência de cada uma das religiões, a fim de perceber como a sua arquitetura responde às necessidades dos rituais, através do estudo de locais de culto influentes.

Finalmente, na terceira parte, apoiando-se nos alicerces erguidos nos dois momentos precedentes da investigação, far-se-á a proposta do templo multirreligioso: a escolha do lugar, com base no estudo da primeira parte e, depois, a delineação do programa, suportada pelas conclusões retiradas da segunda parte. Por fim, o desenho.

A ambição desta dissertação é que seja desenhado um templo que possa acolher todas as fés que a ele quiserem recorrer, tornando-se, assim, uma casa para todos os deuses – um *panthéon*.

O desenho de um templo multirreligioso é um desafio projetual autoimposto. Salvaguarda-se, por isso, a perspetiva ocidentalizada desta dissertação, assim como a sua inerente utopia: a vontade de responder a um contexto plural com uma solução unitária pode não promover uma situação confortável para grande parte dos crentes e, por isso, um templo multirreligioso não é substituto dos templos individuais de cada religião. Ademais, o diálogo interreligioso seria uma coincidência e não uma missão: o espaço deverá ser desenhado garantindo que as diferentes fés podem usa-lo sem interagirem entre si, sendo essa a sua vontade.

parte i



i/1. Göbelki Tepe, Turquia, 9500 aC

1. RELIGIÃO

BREVE NOÇÃO DE RELIGIÃO

Segundo Durkheim (2002), «*não existe um instante radical em que a religião tenha começado a existir*»: não é possível declarar quando foi o seu início, ou se o teve sequer. Sabe-se, no entanto, que os primeiros sistemas de representação que o homem fez de si e do mundo são de origem religiosa.

Enquanto historiadores da era moderna tendem a atribuir causas não materiais aos acontecimentos históricos, como ideologias e culturas, os historiadores da era antiga deparam-se com mais dificuldades em fazê-lo, já que escasseiam os documentos que possam sustentar estas teorias. Por isso, são obrigados a apoiar-se meramente em fundamentos materialistas, já que «*é difícil provar que povos pré-letrados tenham sido mais motivados pela fé do que pela necessidade económica*» (Harari, 2018: 113).

Göbekli Tepe¹, na Turquia, é uma das primeiras estruturas monumentais das quais ainda há vestígios e data de 9500 aC² – foi, por isso, construída quando a espécie humana ainda era nómada e vivia da caça e da recolção.

A falta de justificação material para a sua edificação – não parece ter nenhuma utilidade óbvia, já que não era um abrigo, nem um matadouro, por exemplo – leva a que se adotem fundamentos de que teria um propósito cultural ainda por decifrar.

«Seja qual for, os recoletores acharam que merecia uma enorme quantidade de esforço e tempo. A única forma de construir Göbekli Tepe foi através da cooperação de milhares de recolectores, pertencentes a bandos e a tribos diferentes, durante um longo período de tempo. Apenas um sistema religioso ou ideológico sofisticado poderia suportar tais esforços.»
(Harari, 2018: 114)

¹ Foi descoberto em 1995.

² Para referência, Stonehenge data de 2500 aC e foi construído por uma sociedade agrícola desenvolvida.

Geneticistas que estudam as origens do trigo domesticado descobriram recentemente que uma das variedades – a espelta – teve origem a cerca de 30 km de Göbekli Tepe³. Provavelmente, a construção do templo esteve ligada ao início da domesticação do trigo pela humanidade e, conseqüentemente, ao início da revolução agrícola.

«É bem plausível que os recoletores tenham passado da recolção de trigo selvagem para o cultivo intensivo de trigo não para aumentar o seu normal abastecimento de alimentos, mas para sustentar a construção e a gestão de um templo.»

(Harari, 2018: 115)

Pode deduzir-se, por isso, que a religião instigou o homem a concretizar uma das mudanças que definiu eternamente o estilo de vida da humanidade: a produção do seu próprio alimento que permitiu a sedentarização, a estadia num lugar permanente.

Essa passagem deu-se através da construção de um possível templo: uma oferenda, uma ode, uma casa para os deuses e, fundamentalmente, para a união dos seus fiéis. A beleza reside na possibilidade de que o fenómeno cultural que fez erguer a casa de todos tenha sido exatamente aquele que motivou a casa de cada um.

Segundo Durkheim (2002), as representações religiosas são representações coletivas, que evoluíram ao longo dos tempos, abandonando a sua simplicidade primitiva⁴ e abraçando uma atual complexidade, constituída por uma *«sobreposição emaranhada de cultos múltiplos, variáveis segundo os lugares, os templos, as gerações...»* (Durkheim, 2002: 11).

«Uma religião é um sistema solidário de crenças e de práticas relativas a coisas sagradas, quer dizer separadas, interditas, crenças e práticas que se unem numa mesma comunidade moral, chamada igreja, todos os que a elas aderem.»

(Durkheim, 2002: 50)

Toda e qualquer religião tem um carácter vincadamente instrutivo, que procura preencher o vazio do inexplicável. Foca-se em ajudar a uma melhor compreensão do homem, sendo muito mais do que uma *«simples manifestação natural da atividade humana»*. No entanto, a religião não deve ser vista como uma mera especulação sobre o extraordinário e o imprevisto⁵, mas sim como algo apoiado na *«marcha habitual do universo, no movimento dos atos, do ritmo das estações»*, na explicação daquilo que é regular e comum. Não é, também, definição de religião o facto de existir uma crença numa determinada divindade ou em seres espirituais, ou nas interações com eles desenvolvidas – existem, aliás, religiões

³ Um aglomerado tão grande de pessoas obriga a quantidades de comida particularmente grandes.

⁴ Durkheim remonta a essa simplicidade primitiva para conseguir descobrir os elementos permanentes das religiões atuais, aqueles que *«constituem o que há de eterno e de humano na religião»*, comuns a todas. Através do estudo das religiões totémicas australianas, procura entender as causas das quais dependem as formas elementares da vida religiosa e compreender o que é a religião de uma maneira geral.

⁵ Durkheim alerta para o facto de a ideia do sobrenatural ser muito recente.

sem deus, como é o caso do budismo.

A religião é um sistema de cultos moderadamente autónomos. É constituída por um conjunto de crenças e de ritos, sendo esse conjunto dotado de uma unidade, sob a qual coisas sagradas sustentam entre elas relações de coordenação e subordinação. Assim, uma religião não se cinge a uma única e mesma ideia, não é dotada de um princípio único mas é, antes, formada por partes distintas e individualizadas que, juntas, formam um todo. Por mais unitária que seja uma religião, nunca se reduz a um culto único.

Acima de tudo, Durkheim define a religião como algo eminentemente coletivo, ao apoiar-se no conceito de igreja. O sociólogo descarta a ideia de igreja como uma «*confraria sacerdotal*» e salienta que, pelo contrário, uma igreja é «*uma comunidade moral formada por todos os crentes de uma mesma fé, tanto os fiéis como os sacerdotes*». Não havendo religião sem igreja, é possível deduzir que não haverá religião sem comunidade.

O CULTO E O CARÁTER COLETIVO DA RELIGIÃO

O caráter coletivo da religião manifesta-se em cultos grupais, como, por exemplo, assembleias. Nestas, a paixão que todos os membros do grupo têm em comum torna cada indivíduo «*mais suscetível a sentimentos*» e a atos que seria incapaz de praticar se estivesse reduzido à sua própria força. Assim, o culto não só tem por função ligar o fiel ao seu deus, como também estreitar os laços entre o indivíduo e a sociedade a que pertence. Esta reunião é uma forma de culto positivo. Durkheim distingue os cultos entre negativo e positivo, sendo o primeiro uma forma de acesso ao segundo.

«... propomos chamar culto negativo ao sistema formado por esses ritos especiais, que não prescrevem ao fiel o cumprimento de prestações efetivas, mas limitam-se a interdizer-lhe certas maneiras de agir; todos eles tomam, portanto, a forma do interdito, ou, como correntemente se diz em etnografia, tabu.»

(Durkheim, 2002: 308)

O culto negativo representa o sistema de interdições que permite prevenir as misturas e aproximações indesejadas entre as coisas sagradas e as coisas profanas. Por essa razão, muitas vezes «*os atos característicos da vida comum são interditos enquanto se desenrolam os da vida religiosa. O ato de comer é, por si próprio, profano e, porque ocorre todos os dias, satisfaz necessidades essencialmente utilitárias e materiais, fazendo parte da nossa existência habitual*» (Durkheim, 2002: 314) – por isso é comum a prática de jejuns na vida religiosa. É este mesmo raciocínio que justifica a existência de dias tão distintivos como os de festa: «*o trabalho é a forma mais eminente da atividade profana, não tem outro fim aparente que não seja a satisfação das necessidades temporais da vida*» (Durkheim, 2002: 315), por isso há momentos em que o repouso é obrigatório, havendo como que uma suspensão da vida pública e privada dos crentes e a obrigatoriedade de uma dedicação intensa e excecional à vida religiosa. Esta é a primeira interdição fundamental.

A segunda interdição fundamental é da maior importância para esta dissertação, já que justifica a existência de um espaço sagrado. Da mesma forma que este sistema de interdições obriga a que haja uma unidade temporal reservada para a celebração religiosa, na lógica de separação do sagrado e do profano, o mesmo acontece no que toca ao espaço.

«Em primeiro lugar, a vida religiosa e a vida profana não podem coexistir num mesmo espaço, e para que a primeira se possa desenvolver é preciso assim facultar-lhe uma localização especial donde a segunda seja excluída. Daí, a instituição dos templos e dos santuários, porções de espaço afetadas às coisas e aos seres sagrados e que lhes servem de habitats; porque aqueles não podem estabelecer-se no solo a não ser na condição de se apropriarem totalmente dele, dentro de um raio determinado. Esta espécie de arranjos são a tal ponto indispensáveis à vida religiosa que nem sequer as religiões inferiores os dispensam.»

(Durkheim, 2002: 315)

O culto negativo é a condição de acesso ao culto positivo, uma vez que é por meio das abstenções que o crente se limpa do profano e se aproxima do sagrado – é esta a razão para que o culto negativo tenha efeitos tão positivos em cada indivíduo, uma vez que elevam o seu tónus religioso. Esta limpeza é o que permite ao indivíduo estabelecer relações com o sagrado, através de uma espécie de trocas comerciais, numa relação positiva e bilateral, – como seriam as indulgências católicas, em que mediante a promessa do crente, algo que lhe é oferecido em troca. A este sistema regulado e organizado de ritos chama-se culto positivo.

O culto positivo é composto por preces, sacrifícios, oferendas. Quando estas cerimónias religiosas têm alguma importância, os grupos reúnem-se para a sua celebração, sendo o primeiro efeito a aproximação dos indivíduos, unindo-os. Os próprios interesses materiais do culto são, normalmente, de ordem coletiva, como por exemplo uma colheita bem sucedida ou a quantidade certa de chuva. Por isto, os cultos tendem naturalmente a dar-se em intervalos de tempo periódicos, normalmente associados a uma razão sazonal, regressando sucessivamente em épocas determinadas, como a mudança de estações (Durkheim, 2002).

O rito tem como primeira função manter a vitalidade das crenças através do facto de reavivar a consciência coletiva, uma vez que traz uma impressão de força e confiança trazida pela unidade do grupo, juntos por um mesmo propósito. Ao ver o passado longínquo a que remonta a sua crença, assim como os grandes feitos que inspirou, o indivíduo reconfirma a sua fé.

A verdade é que a religião foi continuamente entendida como uma busca do significado – da vida, da morte, do bem e do mal. No entanto, a religião não se resume apenas a isso, desempenhando um papel ainda mais abrangente: o da busca da pertença, da integração numa comunidade. É tão legítimo alguém poder querer, na solidão, encontrar deus⁶, como é legítimo outra pessoa sentir-se mais realizada ao encontrar uma comunidade onde se integre – ou seja, enquanto a primeira possivelmente vive a religião num domínio mais privado, a segunda procura a faceta mais pública da vida religiosa. Ainda assim, estas duas vertentes costumam ser simbióticas, já que qualquer pessoa se sente bem ao rodear-se de

⁶ Deve ter-se em conta que a religiosidade individual é passada através de interações sociais – ninguém inventa a sua própria visão do mundo a partir do nada. Toda a religiosidade privada se constrói através de experiências sociais. A própria capacidade de abraçar a liberdade de escolha é aprendida a partir da sociedade, não se cingindo a instituições implementadas – nos tempos que correm, a diversidade é tanta que seria errado dizer que não existe uma vida religiosa independente das instituições.



i/2. Festival Holi - celebração hindu da primavera.

um grupo que pensa da mesma forma, o que leva a que a sensação de pertença cresça e, conseqüentemente, aumente também, na sua noção, a credibilidade do universo religioso. Este sentimento de pertença pode ser considerado como o papel social da religião – a integração num grupo ou comunidade que, ao interajudar-se, traz conforto emocional, para além de facilitar aspetos concretos da vida.

Assim, a religião acompanha e influencia o viver em sociedade – praticar uma religião é uma forma de viver em sociedade, já que define o viver coletivo. Foi deixando, ao longo da história da humanidade, marcas indeléveis em vários campos da vivência comum, desde a moralidade à legislação e às artes visuais, literárias e arquitetónicas.

«[As forças religiosas] residem nos homens, mas são, ao mesmo tempo, os princípios vitais das coisas, avivam as consciências e disciplinam-nas; mas também são elas que fazem com que as plantas cresçam e com que os animais se reproduzam. Foi graças a esta dupla natureza que a religião pôde ser como que a matriz onde elaboraram todos os principais germes da civilização humana. (...) Eis como as técnicas e as práticas mais diversas, quer as que asseguram o funcionamento da vida moral (direito, belas- artes) quer as que estão ao serviço da vida material (ciências da natureza, processos industriais), derivam direta ou indiretamente da religião.»

(Durkheim, 2002: 232-233)

Deste modo, a religião é, também, um marcador cultural. Émile Durkheim (2002), no seu estudo da religião totémica das sociedades primitivas australianas, identificou que o totem coletivo de cada sociedade, ao diferir entre cada uma delas, é tomado como símbolo dessa sociedade, assumindo o papel de deus e de diferenciador de carácter.

Na Europa, por exemplo, os valores cristãos são intrínsecos aos códigos morais que permitem a vivência em sociedade: é punido por lei matar ou roubar, não devemos mentir e não é permitido contrair matrimónio com mais do que uma pessoa – o cristianismo é a matriz do direito ocidental. Por outro lado, no mundo árabe, por exemplo, são geralmente os valores muçulmanos que prevalecem, sendo, em alguns países, permitidos matrimónios poligâmicos ou matar em defesa da honra própria.

A religião é, assim, entre tantas outras coisas, um marcador cultural. É a génese da personalidade de um povo, o que une indivíduos enquanto grupo social, pela partilha de hábitos e tradições – é um movimento aglutinador, na sua capacidade de gerar conhecimento comum e comunidade.

SECULARIZAÇÃO – UMA VERDADE MITIFICADA

Ao longo dos últimos séculos, a religião perdeu poder hierárquico e domínio social para a ciência⁷. A este acontecimento chama-se secularização, que Peter L. Berger (*apud* Repstad & Furseth, 2006) definiu como um fenómeno social que representava o processo pelo qual os sectores da sociedade e da cultura são excluídos do domínio das instituições e símbolos religiosos. No fundo, a religião deixou de legitimar o poder político e a legislação, perdeu domínio da vida cultural e já não é usada como instrumento de interpretação de eventos. «Resumindo, a secularização significa que a religião se torna menos importante para o funcionamento do sistema social» (Repstad & Furseth, 2006: 84).

«...na medida em que a religião é a ação e um meio de fazer viver os homens, a ciência não pode substituí-la, uma vez que, se exprime a vida, não a cria e, se procura, com efeito, explicar a fé, por isso mesmo a supõe. (...) O que a ciência contesta à religião não é o direito a existir, é o direito de dogmatizar sobre a natureza das coisas, é a espécie de competência especial que reclamou quanto ao conhecimento do homem e do mundo. De facto, não se conhece a si própria, não sabe nem de que é feita nem a que necessidades corresponde e, se ela própria é objeto de ciência, está longe, pois, de poder dar leis à ciência! E como, por outro lado, fora do lugar ao qual se aplica a reflexão científica não existe objeto próprio a que a especulação religiosa se ajuste, é evidente que esta última não poderá desempenhar no futuro o mesmo papel que lhe coube no passado.

Todavia, parece destinada mais a transformar-se do que a desaparecer.»
(Durkheim, 2002: 437)

⁷ Foi Max Weber quem argumentou que o declínio da religião estava relacionado com um processo geral de racionalização da sociedade moderna. O início do século XX foi marcado por teorias que previam o seu desaparecimento, em que se associava à secularização a crença no progresso científico. A religião era vista como irracional e, por isso, contraditória ao elogio da razão que se vivia desde o Iluminismo – no entanto, a secularização não foi fruto apenas de uma hegemonia do avanço da ciência mas também da industrialização, do capitalismo e da urbanização (Repstad & Furseth, 2006).

Várias interpretações das teorias da secularização inundam o ocidente, transmitindo erradamente a ideia de que a religião não tem domínio ou é inexistente nesta sociedade globalizada. No entanto, este fenómeno não se confirma. Uma grande mobilidade social e espacial, fruto do exponencial crescimento do turismo e da imigração, levou a que o panorama religioso tradicional, fundamentalmente cristão, fosse agora um plano de mistura de crenças e modalidades religiosas. Para além disso, o acesso tão fácil a informação permite que a sociedade em geral seja confrontada com hábitos de vida muito diferentes, tornando-a mais consciente, tolerante e recetiva. Não vivemos numa sociedade sem religião: vivemos numa sociedade multirreligiosa.

A urbanidade, ao longo das últimas décadas, tem sido tomada como um lugar secular, tendo o cristianismo moderno ocidental declinado especialmente em contextos sociais urbanizados. No entanto, o serviço social ainda é predominantemente marcado por uma influência cristã. Mesmo os espaços sagrados mantêm a sua preponderância cultural, dinamizando, por exemplo, eventos musicais e constituindo uma atração turística inegável, pela sua arquitetura e arte sacra.

Apesar de ser um lugar em que se encontram mais pessoas sem religião, a cidade é, simultaneamente, o lugar com maior diversidade religiosa. Esta pluralidade religiosa é uma consequência direta dos fluxos migratórios que se intensificaram nos últimos anos, que se dirigem, principalmente, aos grandes centros urbanos. Em Portugal, correntes religiosas como o hinduísmo, budismo, islamismo, protestantismo, entre outros, são resultantes de movimentos imigratórios no país que se tornaram mais prementes imediatamente após a descolonização.

Foi o processo de secularização que abriu espaço à diversidade religiosa, uma vez que, ao separar Estado e Igreja, permitiu que a oferta de bens simbólicos fosse mais plural. Estas circunstâncias motivam, todavia, a que as crenças e práticas se circunscrevam a uma esfera privada e a que cresça o desinteresse pela «*textura interna do campo religioso*», limitando o conhecimento das identidades religiosas na sociedade portuguesa (Teixeira, Santos, Leite & Monteiro, 2012). É, também, o próprio distanciamento individual da religião que permite uma maior abertura e tolerância face a fés «estranhas» – essa disponibilidade para com o diferente não é tão observável nas zonas rurais que, no caso de Portugal, se encontram fortemente ligadas à Igreja Católica.

«A configuração das nossas cidades evidencia uma pluralidade religiosa que, por sua vez, está relacionada com os fluxos migratórios, emigração e imigração, ocorridos no passado e no presente. Por outro lado, as Igrejas e as organizações religiosas reforçam a construção da identidade e podem ser consideradas um local onde as pessoas se encontram e se ajudam mutuamente. Contribuindo assim, para uma maior integração dos cidadãos. Ou seja, podemos constatar que, nos espaços religiosos, existe uma interajuda entre as pessoas, na resolução dos seus problemas, como a legalização, a procura de emprego, o combate à solidão, entre outros. Podemos, assim, afirmar que a religião é essencial para o exercício da cidadania.»

(Tomás, 2017: 469)

RELIGIÕES SEGUNDO OS CENSOS DE 2011, PORTUGAL

	PORTUGAL	
	N	%
CATÓLICA	7 281 887	81
ORTODOXA	56 550	0,6
PROTESTANTE	75 571	0,84
OUTRA CRISTÃ	163 338	1,82
JUDAICA	3 061	0,03
MUÇULMANA	20640	0,22
OUTRA NÃO CRISTÃ	28 596	0,31
SEM RELIGIÃO	615 332	6,80
NÃO RESPONDE	744 874	8,20

FONTE: INE

RELIGIÕES SEGUNDO O ESTUDO IDENTIDADES RELIGIOSAS EM PORTUGAL

	PORTUGAL	
	N	%
CATÓLICA	3052	79,5
ORTODOXA	20	0,5
EVANGÉLICA E PROTESTANTE	90	2,3
IURD	3	0,1
OUTRA CRISTÃ	30	2,1
MUÇULMANA	12	0,3
OUTRA NÃO CRISTÃ	14	0,4
CRENTE SEM RELIGIÃO	177	4,6
NÃO CRENTE	367	9,6
NÃO RESPONDE	23	0,6

FONTE: VILAÇA, 2013: 89

2. CONTEXTO RELIGIOSO PORTUGUÊS

NOTA PRÉVIA

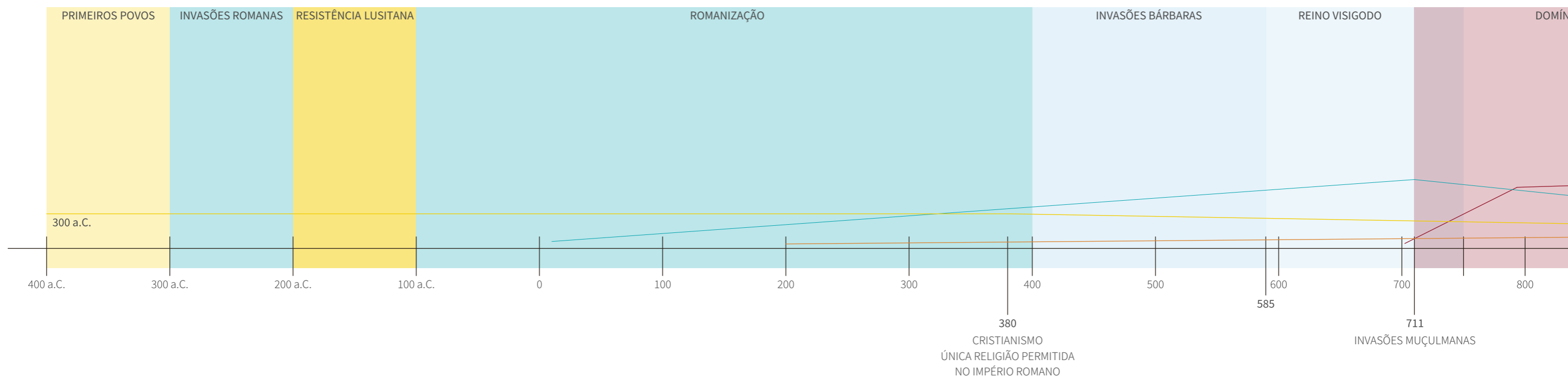
Devido à escassez de dados e porque cada estudo aponta para números distintos em anos distintos, optou-se pela utilização dos dados apresentados pelo estudo Identidades Religiosas em Portugal [IRP]: Representações, valores e práticas, da Universidade Católica Portuguesa (Teixeira, 2012). Quando comparado com o censo de 2011, as percentagens diferem em alguns valores – as minorias religiosas, no estudo IRP pesam 5,7%, enquanto no recenseamento pesam 3,6%. Vilaça (2013) justifica esta diferença com o facto de as «não respostas» serem, no IRP, residuais (0,6%), enquanto no censo, sendo uma pergunta entre várias de outras naturezas e, ademais, de carácter opcional, pesa 8,2%. Para além disso, o IRP facultava um leque mais alargado de possibilidades de posições religiosas. Estes dois fatores contribuíram para que as outras religiões e os sem religião aumentassem o seu peso no IRP. Apresentam-se, assim, as duas tabelas para comparação, mas alerta-se para o facto de, ao longo do texto e dos gráficos, os números remeterem para o estudo IRP, a não ser quando assinalado em contrário.⁸

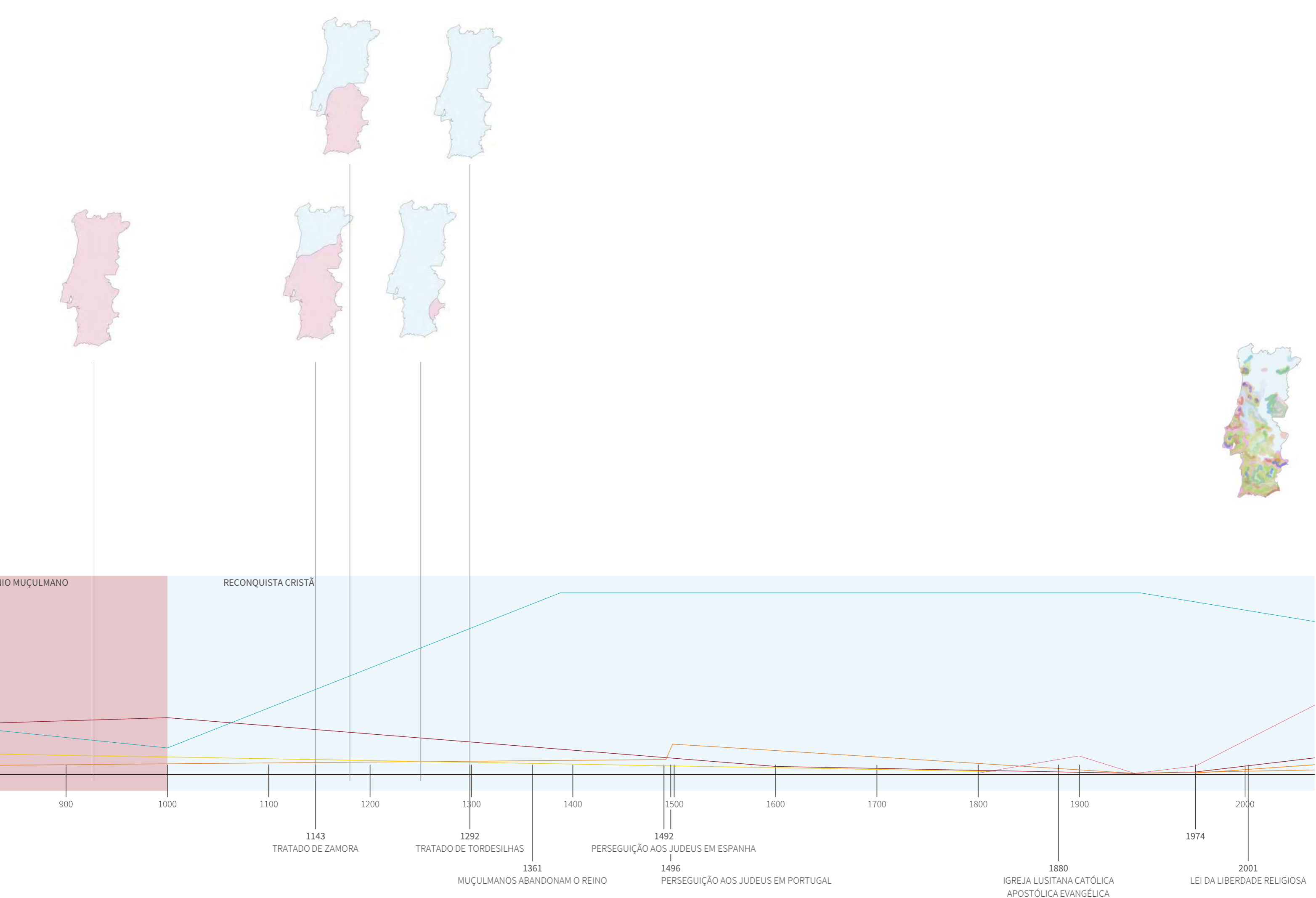
Este capítulo foi redigido antes de serem realizados os censos de 2021. Ainda assim, tendo sido divulgados alguns resultados aquando da finalização desta dissertação, pode constatar-se que se confirma a tendência explanada em diante.⁹

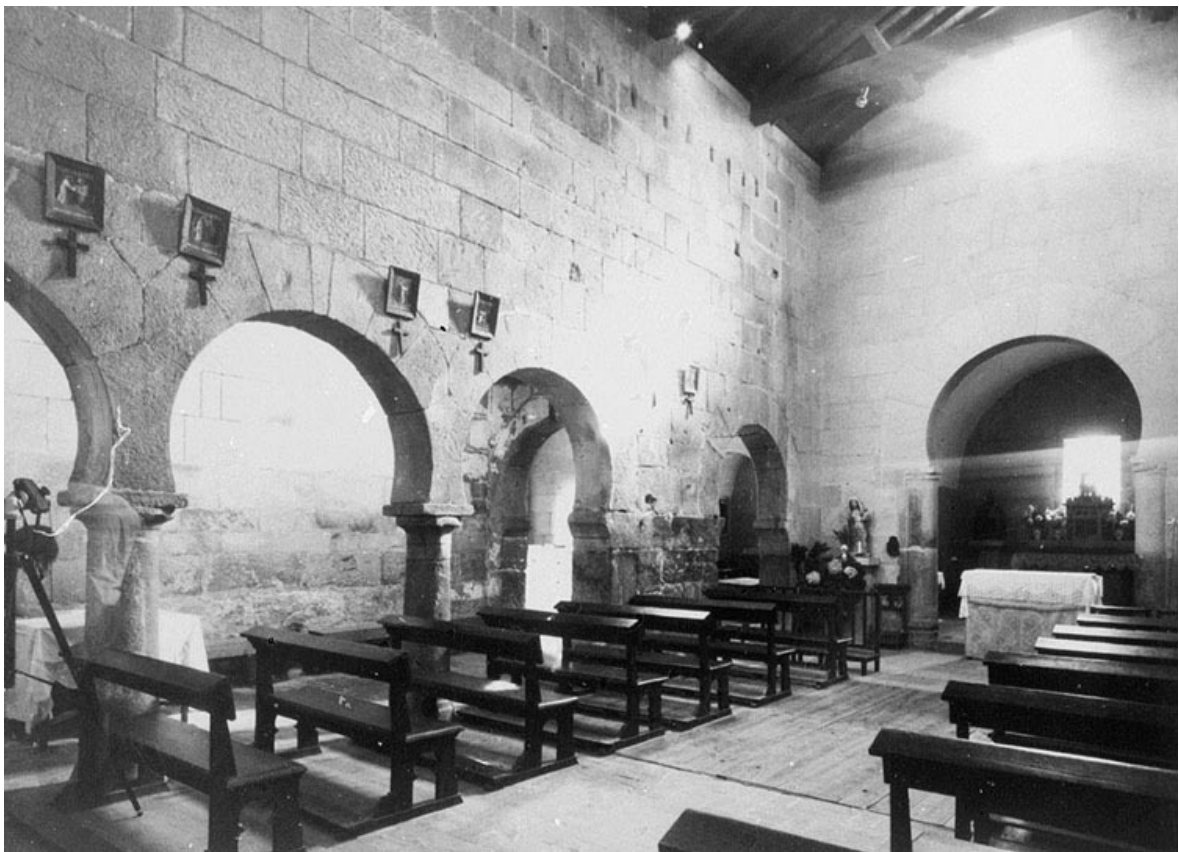
⁸ Dentro do IRP, optou-se pelo artigo de Helena Vilaça (2013), que difere do relatório original de Alfredo Teixeira (2012) no facto de não se ter agregado a outras categorias os grupos de ortodoxos e de muçulmanos.

⁹ Para mais informação, pode consultar-se o artigo de Alfredo Teixeira na Revista do jornal *Expresso* de 27 de agosto de 2021 (disponível em: <https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2548/html/revista-e-1/fisga/do-deus-nos-livre-ao-livres-de-deus-1>)

- RELIGIÕES POPULARES
- FÉ CATÓLICA
- FÉ JUDAICA
- FÉ MUÇULMANA
- OUTRAS FÉS CRISTÃS
- OUTRAS FÉS NÃO CRISTÃS







i/3. São Pedro de Lourosa, c. 912 - Arquitetura moçárabe

BREVE CRONOLOGIA¹⁰

Em Portugal, é perfeitamente visível a hegemonia da religião Católica – 81% da população portuguesa afirmou-se afiliada a esta religião. Esta dominância é histórica, já que a fé cristã remonta à criação do próprio reino, com o movimento de expansão de cristandade latina, que se desenvolveu e consolidou por volta do ano 1000 e implantou desde logo a matriz religiosa e política, herdeira da legalização e imposição do cristianismo no Império Romano¹¹. É importante ressaltar que as crenças anteriores não desapareceram, apenas a sua institucionalização e expressão pública foram reprimidas, tendo a Igreja Cristã assumido o monopólio da única religião organizada. Com o fim do Império do Ocidente, «*os bispos assumiram funções civis e administrativas que reforçaram o seu poder e o estabelecimento do Cristianismo como religião civil*» (Teixeira, Santos, et al, 2012: 22).

Apesar das Invasões Bárbaras, a herança romana manteve-se no Reino Visigótico, que se conciliou com o catolicismo, tendo os reis suevos e visigodos ligado o seu governo à Igreja.

Com as Invasões Islâmicas, muitos cristãos, ao viverem entre os muçulmanos, adotaram a cultura árabe – como os costumes, a língua, vestuário e a arte – mas, mesmo assim, mantiveram a sua fé cristã, tendo uma organização religiosa, municipal e judicial independente – estes cristãos tinham-se pelo nome de moçárabes (Arenas, 1972). Este momento teve um grande impacto na arquitetura dos séculos VII a XI.

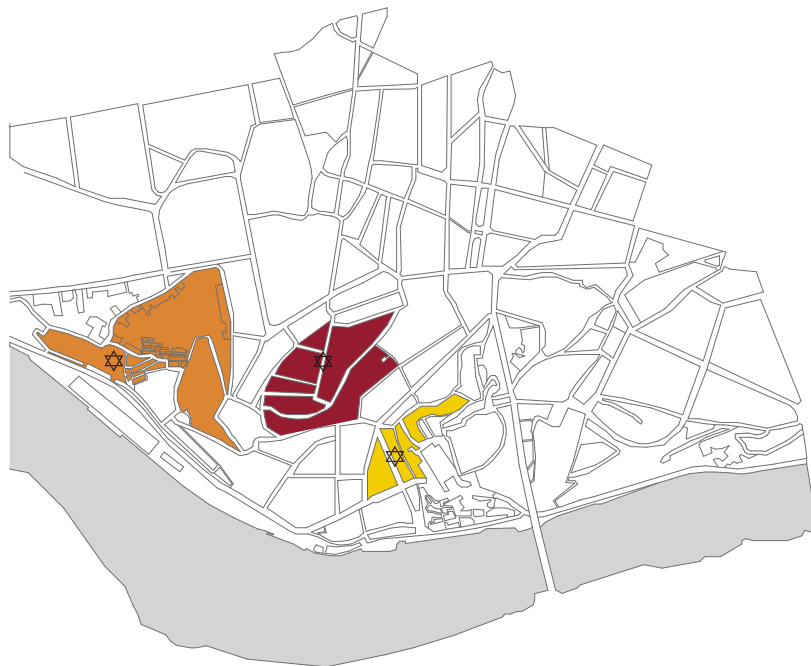
No entanto, a reconquista cristã fez-se acompanhar do repovoamento cristão do território, protagonizado pela implantação de pequenos mosteiros, que simbolizaram a relação entre clero e nobreza, onde os nobres «*estabeleceram as suas relações rituais com o sagrado*» (Arenas, 1972: 25).

¹⁰ Cronologia baseada no capítulo de I, de Luís Aguiar Santos, em Teixeira, Santos, Leite & Monteiro (2012), de onde advêm as citações não referenciadas.

¹¹ O Cristianismo passou a ser a única religião permitida no Império Romano com o édito de Teodósio, no ano de 380.



⌚ LISBOA



⌚ PORTO

- | | |
|---|--|
| PRIMEIRA JUDIARIA | TERCEIRA JUDIARIA |
| SEGUNDA JUDIARIA | MOURARIA |

Contudo, a religiosidade popular continuava patente na realidade socio-religiosa, especialmente nos centros urbanos. Crenças e práticas ancestrais, nomeadamente magia, artes divinatórias e astrologia, obrigaram a que a Igreja, muitas vezes, se adaptasse «*para sobreviver como estrutura de enquadramentos.*» A implementação de um modelo em que o clero era detentor do monopólio de determinados sacramentos foi o que determinou a sua imposição junto das massas, forçando a que «*os vestígios culturais e litúrgicos moçárabes, herdeiros do cristianismo hispano-romano e visigótico*» se submetessem a este modelo à medida que o território se expandia para sul (Teixeira, Santos, et al, 2012).

Este domínio da Igreja sobre o território foi fundamental para obter um reconhecimento papal da independência do reino. A eficácia institucional do catolicismo como religião civil do reino teve, ao longo da história do país, um papel preponderante, culminando na lógica territorial de criação de paróquias, que atraíam e enquadravam as populações locais como limites territoriais que inundaram todo o reino. Desempenhavam papéis administrativos que hoje podem ser equiparados aos das freguesias.

Ainda assim, este domínio não foi suficiente para travar a religiosidade popular, esporadicamente punida a partir de 1211. Não era, por isso, impeditivo que vivessem no reino «*comunidades professando outras religiões*», num clima pautado pela liberdade de pensamento e de expressão (Teixeira, Santos, et al, 2012).

«A existência de comunidades de judeus e muçulmanos, não enquadradas na religião civil e excluídas da sua disciplina, foi uma realidade em Portugal até ao fim do século XV.»

(Teixeira, Santos, et al, 2012: 36)

Apesar de, durante e após a reconquista cristã, se ter procedido à expulsão e violentação de muçulmanos, nas partes do território em que a reconquista cristã estava assegurada, havia uma maior tolerância face aos judeus e aos muçulmanos. Nestes territórios, estas comunidades religiosas gozaram de «*ampla liberdade de associação em autênticos enclaves jurisdicionais*», as judiarias e as mourarias. Nestes lugares, «*nomeavam magistrados próprios, exerciam a justiça entre si e gozavam de importantes direitos civis, extensíveis ao exercício da sua religião e à aquisição e alienação de propriedade*» (Teixeira, Santos, et al, 2012: 37), estando diretamente dependentes do rei e livres de que a Igreja pudesse ter poder sobre eles.

Foi só em 1361 que se tomaram medidas que esmoreciam o convívio dos cristãos com judeus e muçulmanos – ordenou-se o fecho noturno das judiarias e mourarias e desencorajaram-se as relações amorosas entre os cristãos e os outros. O sucesso destas medidas, a princípio ineficazes, justifica-se com a pregação das ordens mendicantes, que popularizavam estas ideias explorando a «*impopularidade de que gozavam os direitos das minorias*» e difamando a concorrência que estas podiam fazer aos artesãos e comerciantes cristãos (Teixeira, Santos, et al, 2012: 37).

Este cenário motivou os muçulmanos a abandonarem o reino rumo ao Norte de África, tão próximo, sendo o seu número em território nacional muito reduzido, quando comparado com os judeus, no fim do século XV. Especialmente porque, em 1492, Portugal recebeu cerca de 30 000 judeus espanhóis refugiados, após a conversão forçada em Castela.

«Esta pluralidade religiosa condicionada era vivida coletivamente, não pressupondo que os indivíduos de qualquer das religiões pudessem autodeterminar-se em matéria religiosa. As medidas de separação entre comunidades não deixavam de ser vistas nas minorias como formas de autodeterminação e preservação face à tendência assimiladora da maioria.»
(Teixeira, Santos, et al, 2012: 38)

O panorama foi este até 1496, ano em que D. Manuel I decidiu tomar o mesmo rumo que Castela tinha tomado em 1492, para uma maior unificação da Península Ibérica¹². Tomou, por isso, uma *«política de assimilação violenta»* contra os judeus espanhóis que vieram refugiar-se em Portugal e, também, contra os judeus portugueses, aplicando medidas drásticas¹³ aos que recusassem o batismo. A estes novos-cristãos, foi-lhes garantida, primeiramente, igualdade, no entanto, espalhou-se uma grande desconfiança social¹⁴, que os impediu durante vários anos de ascender a cargos civis e eclesiásticos. Mesmo assim, os novos-cristãos conseguiram, por fim, integrar-se na identidade religiosa católica e na sua função civil. Contudo, *«a sobrevivência de práticas familiares não públicas aconteceu (...) sobretudo em ambientes rurais»* e chegariam aos séculos XIX e XX¹⁵ (Teixeira, Santos et al, 2012: 38).

Esta evidente mudança na cultura política portuguesa, influenciada pela conjuntura espanhola, visava hegemonizar a unificação da Península, que julgavam só poder ser atingida através de uma uniformidade religiosa, pelo que *«a religião civil tinha de representar e integrar a totalidade da sociedade.»* Foi neste ambiente que se instaurou o tribunal português do Santo Ofício, que começou a funcionar em 1531.

«Anualmente, eram publicados éditos de fé e de graça convidando os fiéis a confessarem ou a denunciarem os delitos criados: judaísmo (de longe, o delito invocado na maioria esmagadora dos processos e das condenações), islamismo, protestantismo, heresias, blasfémias, solicitação no confessionário, sodomia, bigamia, superstição, magia envolvendo o demónio e, mais tarde, molinismo¹⁶, jansenismo¹⁷ e maçonaria.»
(Teixeira, Santos, et al, 2012: 42).

A Santa Inquisição censurava, proibindo até um rol de livros – numa publicação chamada *Index* – e vigiava constantemente os portos, navios e comunidades estrangeiras residentes. *«A Inquisição funcionou essencialmente como instituição dissuasora e reguladora da diferenciação religiosa.»*

¹² Fruto, também, do seu casamento com a princesa D. Isabel de Castela em 1497.

¹³ As medidas incluíam, por exemplo, a redução à escravatura, a retirada dos filhos e a expulsão.

¹⁴ Esta desconfiança culminou, por exemplo, no violento motim de Lisboa, de 1506.

¹⁵ A esta prática secreta do judaísmo chama-se criptojudaísmo.

¹⁶ Doutrina de Luís de Molina (1535-1600) que tentava conciliar a eficácia da graça com o livre-arbítrio. (in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2020)

¹⁷ Doutrina de Jansénio, bispo de Ypres (séculos XVI-XVII), sobre a graça e a predestinação. (in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2020).

A partir de 1768, a Inquisição perdeu poder em Portugal e, pouco tempo depois, começaram a afirmar-se as «*formulações “liberais” e “constitucionais” de entendimento da função do poder civil*» (Teixeira, Santos, et al, 2012: 43). Observa-se, então, uma tendência secularizante das elites que procuravam uma «*ação racionalizadora do poder central como uma autêntica força secular toda-poderosa*», que levam a que, entre 1750 e 1820, se comece a desenhar «*uma liberalização das crenças privadas sob o pano de fundo de um catolicismo que não podia ser abandonado como religião civil*». Esta religião civil, no entanto, foi adaptada à «*circunstância de instauração de liberdades civis universais (consciência, imprensa, associação), pelo que a fácil abolição da Inquisição em 1821 foi pacífica*» (Teixeira, Santos, et al, 2012: 56). Gradualmente, as minorias religiosas passam a ser toleradas, tanto que «*os atos de culto e proselitismo da pequena minoria protestante rapidamente foram tolerados após alguns conflitos dirimidos judicialmente.*» (Teixeira, Santos et al, 2012: 58).

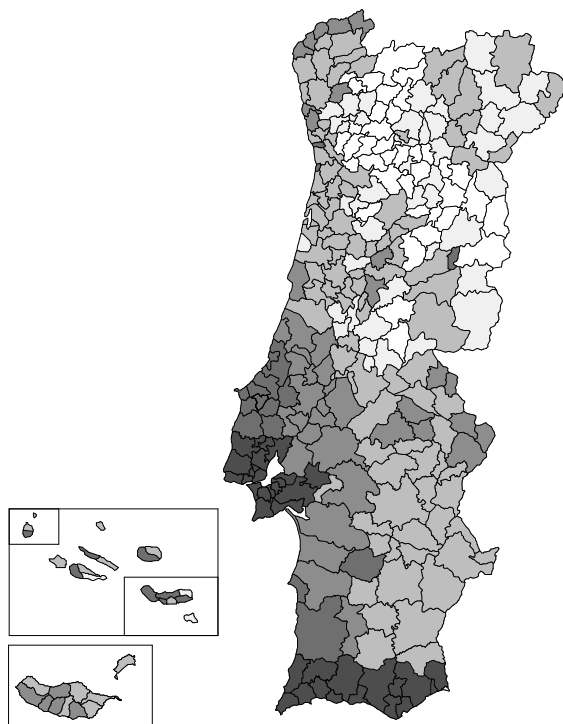
O artigo 6.º da Carta Constitucional considerava como religião do Reino o catolicismo mas autorizava, aos estrangeiros, «*cultos privados e templos discretos*», assim como declarava, no artigo 145.º, que ninguém poderia ser perseguido «*por motivo de religião*». Nos censos de 1900, as minorias religiosas surgem apenas representadas estatisticamente em 0,1% da população.

Ideais laicistas, que defendiam um Estado secular, encontravam uma expressão republicana, e culminaram no regicídio de 1908 e na tomada de poder do Partido Republicano em 1910. A Igreja Católica ressentiu-se destes acontecimentos, contudo, voltou a ser um elemento fundamental a partir de 1933, com a criação do Estado Novo, que considerava o catolicismo um elemento crucial da identidade nacional, já que foi um alicerce permanente da história de Portugal, desde a formação do país à construção do império. Assim, era um dos símbolos do nacionalismo ditatorial, factualmente utilizado como um elemento repressivo, não só de vias religiosas alternativas, como da sociedade em geral: o número dos «sem religião» era baixíssimo, já que a ausência de filiação religiosa podia ser um indicador de dissidência política.

Não obstante, em 1940, as minorias religiosas registaram um peso de 0,8% da população, para deixarem de existir no recenseamento de 1950. Mesmo os «sem religião» diminuíram nesse ano e, em 1960, passaram a quase metade do que eram em 1940¹⁸ (Vilaça, 2013).

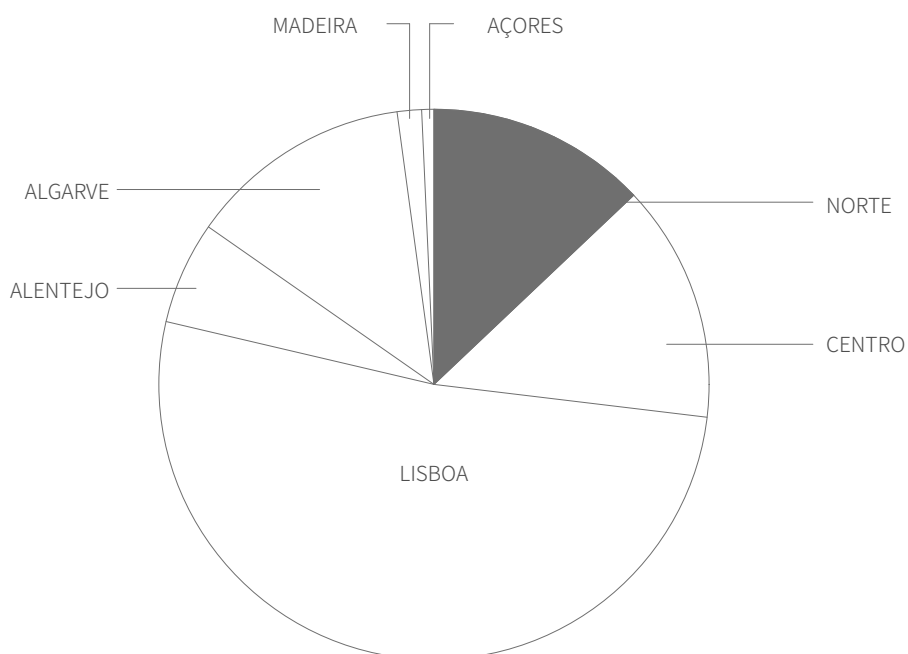
¹⁸ Alerta-se, no entanto, para a instrumentalização do regime, que manipulava a informação para que não perdesse legitimidade ideológica, que se apoiava na moralidade do catolicismo.

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM PORTUGAL POR REGIÃO, 2011



FONTE: INE, via OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM PORTUGAL POR REGIÃO, 2011



FONTE: INE, via OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES

MUDANÇA DA PAISAGEM RELIGIOSA

O catolicismo, ao longo do último século, foi-se acomodando a mutações históricas, redefinindo o seu espaço social sem perder vitalidade religiosa.

Em 1971, a Lei de Liberdade Religiosa permitiu que grupos locais não católicos se constituíssem como pessoas coletivas religiosas mediante inscrição no Ministério da Justiça. Mais tarde, em 2001, esta lei foi aprofundada e estendeu a estas fés direitos que tinham já sido concedidos aos católicos nas duas concordatas¹⁹, como o reconhecimento do efeito civil do casamento religioso (art. 19.º) ou a educação religiosa opcional nas escolas públicas (art. 24.º).

«A liberdade política resultante do 25 de abril de 1974 permite, ainda, uma enorme ampliação do espetro religioso, já que no novo cenário da transição democrática ganham visibilidade vários grupos que já existiam: por um lado, os protestantes e evangélicos e, por outro, os Adventistas do Sétimo Dia e as Testemunhas de Jeová.»

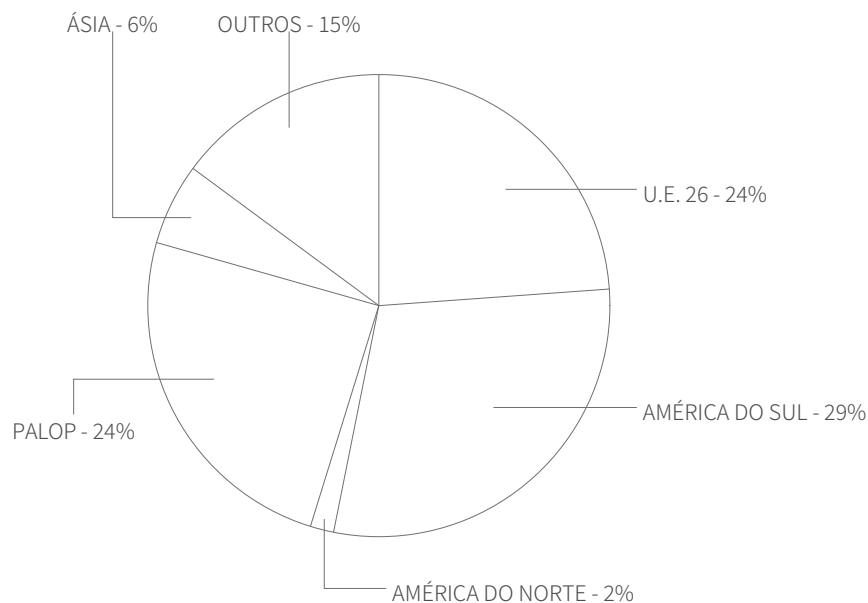
(Teixeira, Santos, et al, 2012: 70)

Ainda assim, as grandes alterações chegaram com a instauração da democracia, em abril de 1974 – Portugal sofreu transformações demográficas, económicas, políticas, sociais e culturais, fruto da abertura do país a outras realidades. Alguns impulsionadores destas alterações foram as transmissões televisivas, o surto emigratório para a Europa (1960 – 1973), a guerra colonial, a chegada de imigrantes, a emergência de Portugal como destino turístico e a entrada na CEE²⁰, trazendo novas visões, valores e atitudes aos padrões conservadores portugueses.

¹⁹ A primeira concordata, assinada em 1940, foi substituída em 2004, sob o governo de Durão Barroso. É neste documento que é declarado o domingo como dia de descanso semanal e reconhecem-se outras datas como feriados.

²⁰ Portugal, sob a chefia do governo de Mário Soares, assina o tratado de adesão à Comunidade Económica Europeia em 1985.

POPULAÇÃO DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA POR GRUPOS DE NACIONALIDADE, 2011



FONTE: INE

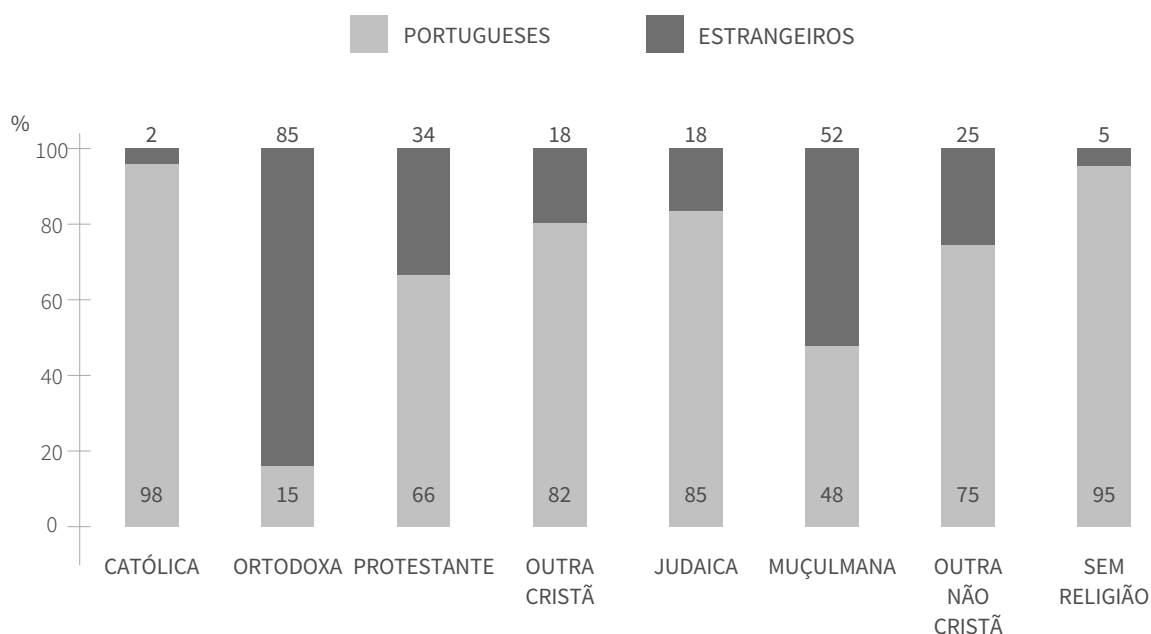
A chegada de migrantes é o principal fator que induz a mudança na paisagem religiosa portuguesa – com o fim da ditadura e consequente descolonização, associados à promessa de novas oportunidades num país democrático, Portugal recebeu milhares de imigrantes, tanto das antigas colónias como de países do leste europeu, realidade esta que permanece atual.

Segundo o Censo de 2011, a população estrangeira em Portugal²¹ era composta por 394 496 cidadãos, constituindo um total de 3,7% de residentes no país. Destas pessoas, 51,6% vivia na zona de Lisboa, 19,9% na zona Centro, 13,2% na zona do Algarve e 13,1% na zona Norte. Apenas 6% vivia no Alentejo, sendo que a Região Autónoma dos Açores contava com 0,8% e a Região Autónoma da Madeira contava com 1,4% da população estrangeira em território nacional.

A maioria dos imigrantes é originária do Brasil – cerca de 27,8% –, seguindo-se Cabo Verde – com 9,9% – e depois Ucrânia – com 8,6%.

²¹ Em 2016, segundo o Observatório das Migrações, residiam em Portugal cerca de 400 mil estrangeiros, contando com 180 nacionalidades diferentes. As dez nacionalidades com números mais expressivos constituem 70% do total de estrangeiros residentes e são elas: brasileira, cabo-verdiana, ucraniana, romena, chinesa, inglesa, angolana, guineense, francesa e espanhola. Estes dados mostram como os Censos de 2011 ainda são representativos da realidade.

IMPORTÂNCIA RELATIVA DE PORTUGUESES E ESTRANGEIROS NAS DIFERENTES RELIGIÕES EM PORTUGAL, 2011



FONTE: INE, via OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES, 2017

Destes residentes de nacionalidade estrangeira, a religião católica é a que conta com mais apoiantes, dominando 41,2%, sendo representada pelos cidadãos de Cabo Verde, França, Espanha, São Tomé e Príncipe, Brasil, Angola e Guiné-Bissau. Segue-se a religião cristã ortodoxa, com 13,8%, cujos crentes são maioritariamente de origem ucraniana, romena e moldava (INE, 2012).

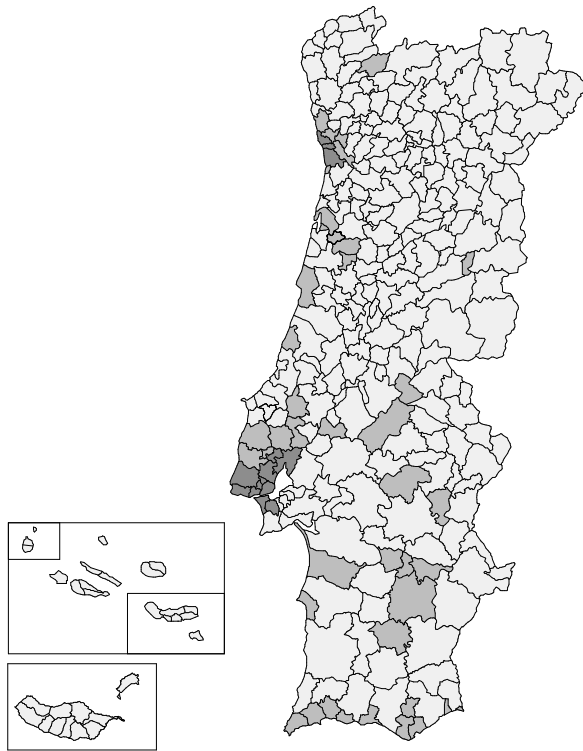
Outras associações podem ser feitas, como o forte movimento pentecostal dos romani – Igreja Evangélica de Filadélfia de Portugal.

Os africanos (angolanos, moçambicanos, são-tomenses, guineenses, cabo-verdianos) não têm uma religiosidade específica – variam entre católicos, batistas, Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), Igreja Maná, e Testemunhas de Jeová.

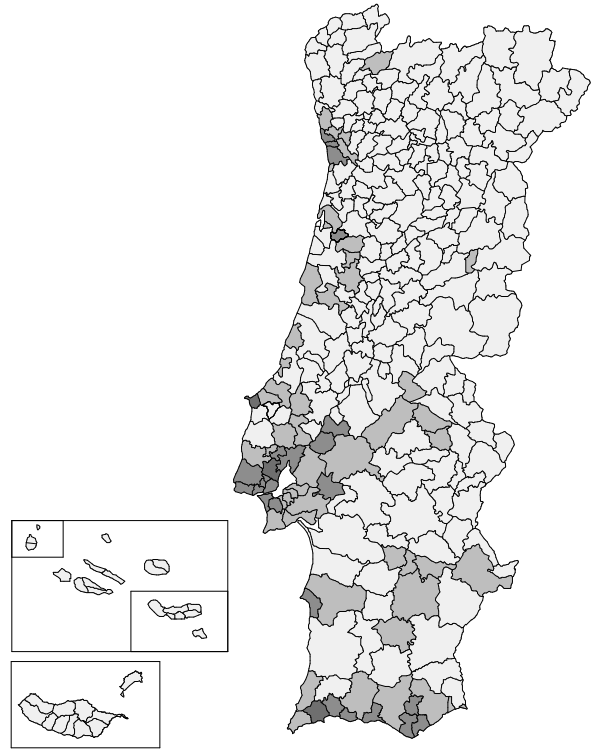
Os brasileiros, na mesma situação indefinida que os africanos, trouxeram, no entanto, os cultos afro-brasileiros – Umbanda e Candomblé –, com três terreiros para a Grande Lisboa²² (Teixeira, Santos, et al, 2012).

²² Ilê Omo Orixá de Oyá Kuitéchina Oba, Ilê de Xangô Obagodô e o Ilê Palácio de Iemanjá (Teixeira, Santos, Leite & Monteiro, 2012).

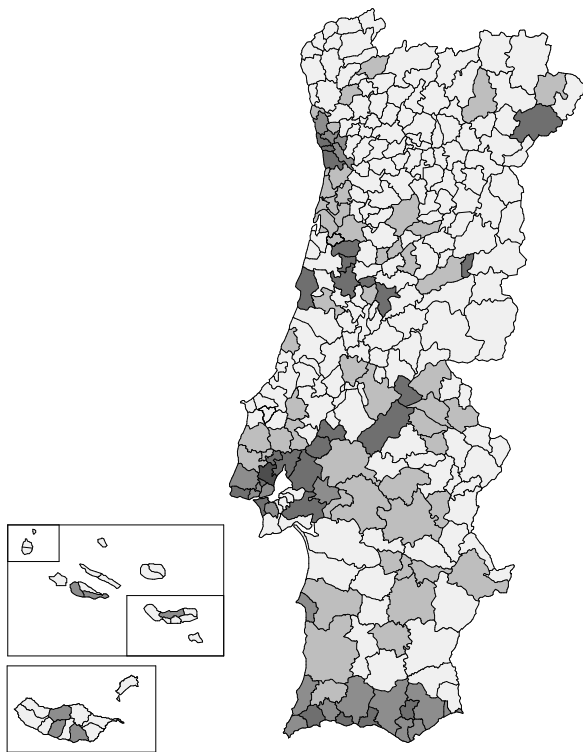
PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO DE OUTRAS RELIGIÕES POR CONCELHO, PORTUGAL



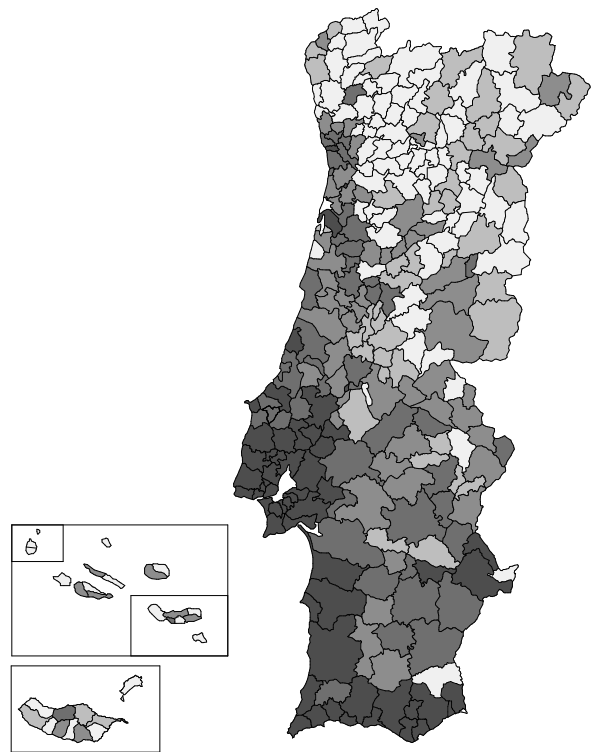
1981



1991



1981



2011

RELIGIÕES NÃO CATÓLICAS POR REGIÃO EM PORTUGAL, 2011

CONFISSÕES	NORTE		CENTRO		LISBOA		ALENTEJO		ALGARVE	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
ORTODOXA	1	5,0	2	10	8	40,0	6	30,0	3	15,0
EVANGÉLICA E PROTESTANTE	12	13,3	8	8,9	56	62,2	1	1,1	13	14,4
OUTRA CRISTÃ	6	18,8	3	9,4	17	53,1	17	53,1	6	18,8
TESTEMUNHA DE JEOVÁ	14	28,6	7	14,3	25	51,0	25	51,0	1	2,0
MUÇULMANA	2	16,7	0	0	7	58,3	0	0	3	25,0
OUTRA NÃO CRISTÃ	4	28,6	0	0	9	64,3	1	7,1	0	0

FONTE: ADPTADO DE VILAÇA, 2013

Relativamente às religiões não cristãs, dois terços desta população não nasceram em Portugal, sendo que 45,5% são originários de países orientais, nomeadamente Índia, Japão e China (Vilaça, 2013).

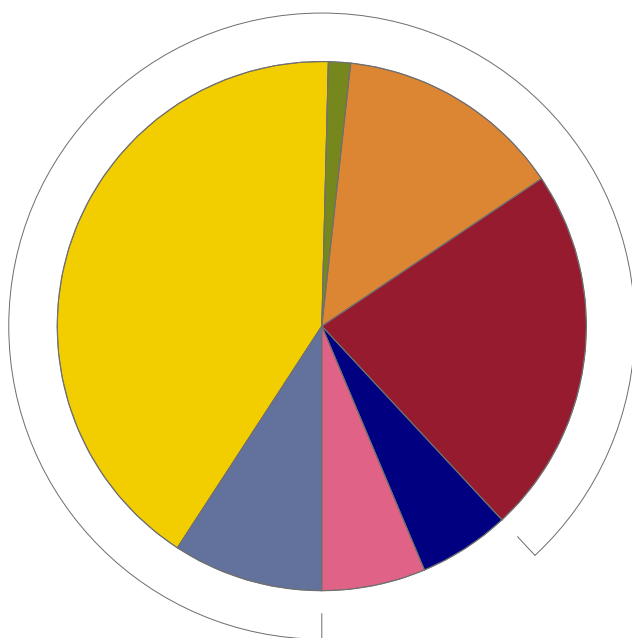
As correspondências possíveis de fazer entre a população imigrante e as fés minoritárias são, portanto, as seguintes: a fé muçulmana, praticada principalmente por imigrantes originários do Paquistão, Marrocos, Uzbequistão e Guiné; as religiões ditas não cristãs são praticadas por imigrantes vindos de países orientais, como a Índia, o Japão e a China, podendo distribuir-se, por exemplo, entre hinduísmo, budismo, sikhismo; a fé ortodoxa – cristã de rito oriental – é praticada fundamentalmente por imigrantes do leste europeu.

Por outro lado, as fés cristãs – protestantes, evangélicas e outras – são maioritariamente praticadas por portugueses, sendo que metade dos que vieram de outros países são originários do Brasil ou dos PALOP.

Por fim, as testemunhas de Jeová são o grupo com mobilidade geográfica mais baixa, não parecendo, por isso, estar ligadas a nenhum fluxo migratório.

Em todos os grupos analisados, existe um predomínio de homens sobre mulheres – ao contrário do catolicismo – o que vem reiterar a relevância da imigração nos grupos minoritários, pois é maioritariamente masculina (Vilaça, 2013).

CONFISSÃO CRISTÃ



- ORTODOXA
- EVANGÉLICA E PROTESTANTE
- IURD
- OUTRA CRISTÃ
- TESTEMUNHA DE JEOVÁ
- MUÇULMANA
- OUTRA NÃO CRISTÃ

FONTE: ADPTADO DE VILAÇA, 2013

PAISAGEM RELIGIOSA ATUAL

A Igreja Católica não perde soberania com as alterações mencionadas, permanecendo a fé com mais crentes em Portugal, contando, inclusive, com a crença de uma grande parte dos imigrantes. Não obstante, a paisagem religiosa sofreu algumas alterações, como mencionado, nomeadamente ao nível das fés minoritárias, como será explorado agora.

Como é possível observar pelos quadros apresentados, fora do monolitismo católico, as minorias religiosas são em grande parte cristãs, sendo que as não cristãs têm um peso de apenas 12%

Enquanto que, nas religiões não cristãs, muçulmana²³ e na maioria dos ortodoxos, se pode verificar o binómio etnicidade e religião – mostrando que há uma reprodução da religião herdada – os evangélicos e protestantes, a outras religiões cristãs e as testemunhas de Jeová não demonstram a mesma tendência, o que se pode justificar com o facto de serem «*igrejas com um forte espírito missionário, conversionistas e, nessa medida, competitivas no campo religioso*», sendo que a troca de posição de protestantes e evangélicos foi, maioritariamente, resultado de um abandono da Igreja Católica.

A população de religiões minoritárias está, fundamentalmente, presente na zona de Lisboa²⁴ – à exceção dos Ortodoxos, mais de 50% da população destes grupos concentra-se nesta região. Segue-se a região Norte que, apesar de ser a mais católica do país, é onde se localiza uma boa parte das minorias religiosas. O Algarve, por seu turno, é a região com menor peso percentual de católicos (abaixo de 60%) e em que as minorias perfazem 15% da população – devido, ao turismo que, ao fazer desta uma área de significativa mobilidade, atraiu, não só populações transitórias como mão-de-obra imigrante para a construção civil.

O Alentejo é a zona com menos peso das minorias religiosas, contudo, 30% dos ortodoxos vivem nesta zona, já que são maioritariamente imigrantes do leste europeu que trabalham no setor primário.

Também as Testemunhas de Jeová têm comparativamente mais peso nesta região, o que se pode explicar pelo envelhecimento dos habitantes, assim como pelo grau de isolamento.²⁵

²³ No entanto, há relatos de muçulmanos convertidos, tendo o jornal Público destacado, num artigo de 2015 (Henriques), a tendência de crescimento de cidadãos portugueses neste grupo.

²⁴ Os Açores e a Madeira não foram considerados suficientemente representativos para constarem da tabela.

²⁵ Dobbelaere (*apud* Vilaça, 2013) defende que as testemunhas de Jeová, proselitistas, espalham uma mensagem pessimista e escatológica do mundo que é mais permeável pelas gerações mais velhas e isoladas. Para além disso, verificou que uma boa parte dos indivíduos que se converteram a esta fé eram solteiros e com fracas redes sociais, ou seja isolada.

VIVÊNCIA DA RELIGIÃO

Resgatando o argumento de Durkheim, já apresentado, de que a religião é, entre outras coisas, um marcador cultural, pode constatar-se que a sociedade portuguesa está estabelecida sobre fundamentos cristãos – desde o calendário às celebrações – e a Igreja Católica faz parte do imaginário público de uma vasta maioria da população.

As festas religiosas – eucaristias, procissões, visitas pascais – continuam a ser vividas pela população católica portuguesa, seja por motivações estritamente religiosas, ou por razões turísticas, de lazer ou tradição familiar. Os espaços onde estas celebrações acontecem são «lugares de pertença, memória e identidade, formando uma rede densa, com diferentes escalas, de lugares ou de territórios religiosos» – esta é uma das evidências de que Portugal tem uma religiosidade enraizada, com um legado histórico, geográfico e até político (Franca, Fernandes & Cravidão, 2018: 8).

Por outro lado, o esbatimento da religião²⁶ é assinalado pela «diminuição da população católica praticante e comungante», assim como pelo crescente desinteresse pela religião, pelos seus rituais e práticas, nomeadamente as coletivas. Assiste-se a uma renovação das «práticas e identidades religiosas, novos processos de identificação, novos movimentos religiosos e novos lugares sagrados» (Franca, Fernandes et al., 2018: 9).

²⁶ Em 2011, 6,8% da população autodeterminava-se como “sem religião” – enquadrando os ateus e agnósticos.

Mesmo que se assuma como católica, existe um desfasamento na população portuguesa em relação à prática da religião, que se manifesta no seu posicionamento em relação a questões sociais e bioéticas, como é o caso do aborto²⁷, do casamento homossexual²⁸ e da coadoção por parte destes casais²⁹ e da eutanásia³⁰. Assiste-se, por isso a um «*enfraquecimento do peso da matriz católica na definição dos valores éticos e morais da sociedade portuguesa*».

O aumento da população sem religião – ateus ou agnósticos – encontra-se em concordância com o atual panorama mundial, em que as religiões e as igrejas são mais uma referência cultural do que uma experiência de comunhão.

Segundo o estudo *Religião, gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea*, de 1998³¹, enquanto que o principal motivo pelo qual os católicos praticantes assistiam ao serviço religioso era «*por dever*» (49%), os indivíduos com outras crenças faziam-no por se «*sentirem perto de Deus*» (54%).

Segundo o estudo *Catolicismo e cultura na sociedade portuguesa contemporânea*, de 1999³², há mais crentes autotclassificados como praticantes nas outras fés (84,4%) do que na fé Católica (61%) – à exceção dos ortodoxos, nas fés minoritárias grande parte se considera praticante. Tal pode explicar-se com o facto de a maioria dos praticantes das fés minoritárias serem estrangeiros que, apesar de mudarem o seu país de residência, mantêm a sua prática religiosa, provavelmente com o intuito de manter os laços de pertença e identidade (Franca, Fernandes & Cravidão, 2018). Para além disso, encontram no momento coletivo a reunião dos recém-chegados com outros cidadãos da mesma nacionalidade e/ou crença, que muitas vezes se encontram na mesma situação e partilham os mesmos problemas, suscitando redes de interajuda (Tomás, 2017).

Exceção para esta teoria são os ortodoxos e os praticantes de outra religião não cristã, o que pode estar relacionado com o facto de serem, como será possível constatar mais adiante, aqueles que contam com um menor número de locais de culto em comparação com os outros. A frequência da oração sustenta esta teoria, já que grande parte costuma rezar todos os dias ou, pelo menos, algumas vezes na semana.

Muitas das associações religiosas são absolutamente fundamentais para a integração social de imigrantes, através da informação e consolidação dos seus direitos. Além de tudo, desempenham, muitas vezes, um papel crucial na valorização da identidade cultural, na criação de laços e de espaços de solidariedade, proporcionando o convívio, não só entre imigrantes mas também com os naturais da sociedade de acolhimento. É, por isso,

²⁷ Depois de ter sido reprovada, num primeiro referendo em 1998, a despenalização do aborto em Portugal foi conseguida através de outro referendo em 2007.

²⁸ Foi aprovado em Assembleia da República em 2010.

²⁹ Esta lei entrou em vigor em 2016.

³⁰ Foi aprovada em Assembleia da República em fevereiro de 2020.

³¹ Estudo do Instituto de Ciência Sociais, com base num inquérito aplicado em 1995.

³² Inquérito nacional realizado pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião, da Universidade Católica Portuguesa.

RELIGIÕES NÃO CATÓLICAS: FREQUÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO EM ATOS DE CULTO, 2011

CONFISSÕES	MAIS DE 1x POR SEMANA		1x POR SEMANA		1/2 x POR SEMANA		VÁRIAS x POR ANO		1/2 x POR ANO		NUNCA / QUASE NUNCA	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
ORTODOXA	0	0	0	0	1	5,0	1	5,0	2	10,0	16	80
EVANGÉLICA E PROTESTANTE	30	33,3	25	27,8	14	15,6	6	6,7	7	7,8	8	8,9
OUTRA CRISTÃ	9	28,1	9	28,1	2	6,3	1	3,1	0	0	11	34,4
TESTEMUNHA DE JEOVÁ	21	45,7	10	21,7	1	2,2	0	0	2	4,3	12	26,1
MUÇULMANA	4	30,8	7	53,8	0	0	0	0	0	0	2	15,4
OUTRA NÃO CRISTÃ	0	0	0	0	3	23,1	0	0	0	0	10	76,9

FONTE: ADPTADO DE VILAÇA, 2013

RELIGIÕES NÃO CATÓLICAS: FREQUÊNCIA DA ORAÇÃO, 2011

CONFISSÕES	TODOS OS DIAS		ALGUMAS x POR SEMANA		POUCAS VEZES		NUNCA	
	N	%	N	%	N	%	N	%
ORTODOXA	4	19,0	8	38,1	1	4,8	8	38,1
EVANGÉLICA E PROTESTANTE	47	52,8	31	34,8	7	7,9	4	4,5
OUTRA CRISTÃ	15	45,5	11	33,3	3	9,1	4	12,1
TESTEMUNHA DE JEOVÁ	31	63,3	5	10,2	5	10,2	8	16,3
MUÇULMANA	9	75,0	1	8,3	0	0	2	16,7
OUTRA NÃO CRISTÃ	4	28,6	3	21,4	2	14,3	5	37,5

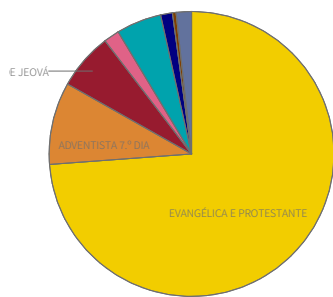
FONTE: ADPTADO DE VILAÇA, 2013

errado reduzir totalmente o domínio da religião à esfera privada, uma vez que ela tem um papel fundamental em determinadas áreas do domínio público³³.

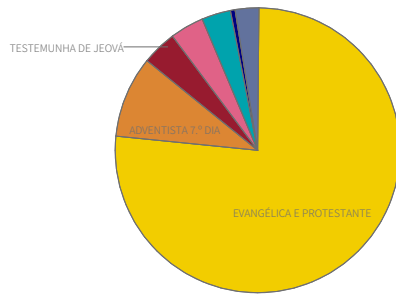
Em alguns casos, esta procura pela comunidade levou a que o ritual antecedesse a crença, ao estabelecer um modo de comunicação, não apenas com a transcendência, mas também uns com os outros. Muitos emigrantes do leste europeu, por exemplo, começaram a frequentar a igreja apenas depois de migrarem. Exemplificativo deste sentimento de reunião é o facto de, no final de cada serviço religioso, haver sempre um momento de convívio, pautado por um ambiente muito familiar, muitas vezes com a partilha de comida. Para além disto, os espaços de culto não servem apenas para as celebrações, mas também como espaços de aprendizagem – é o caso da sala em Albergaria onde ortodoxos se reuniam, que servia como lugar de culto ao domingo e, durante a semana, como escola de português para adultos (Vilaça, 2008).

Num contexto de imigração é importante este espaço de partilha, pois é um mecanismo de manutenção e passagem, de geração para geração, da tradição dos seus locais de origem. Ao promover encontros com conterrâneos, servindo como uma rede de entreajuda que se repercute em ajudas à procura de emprego ou casa e por serem um meio de integração dos imigrantes na comunidade portuguesa, a Igreja acaba por funcionar no sentido mais lato de comunidade: como uma família alargada.

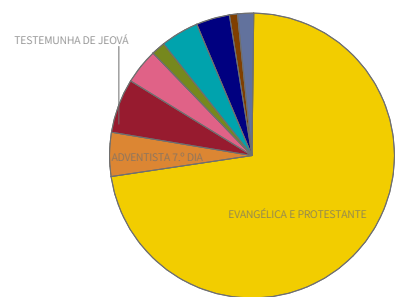
³³ As políticas não são definidas e implementadas isoladamente pelo Estado, mas sim através de uma negociação e trabalho conjunto com diversos atores, nomeadamente entidades e associações religiosas, que estão na linha da frente dos organismos que combatem a exclusão social. A religião, dentro do fenómeno das migrações, é uma forma de integração, uma vez que as igrejas oferecem, muitas vezes, apoio social e jurídico, que facilitam a integração dos cidadãos.



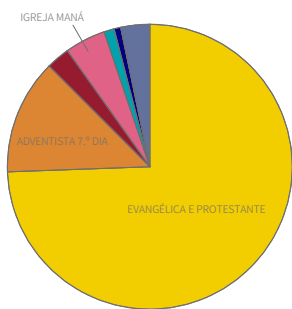
NORTE



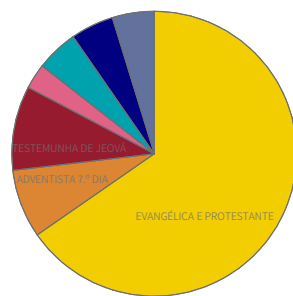
CENTRO



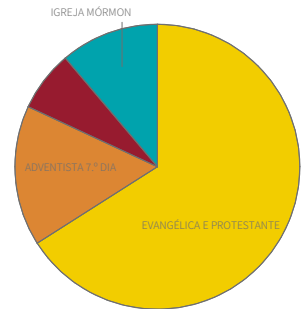
LISBOA



ALENTEJO



ALGARVE



AÇORES

MAPEAMENTO

A NÍVEL NACIONAL

No livro *Identidades Religiosas em Portugal*, organizado por Alfredo Teixeira, pode encontrar-se o estudo da socióloga Teresa Líbano (pp. 116-129), de 2010, que procura desenhar uma cartografia do religioso em Portugal. Esta é apenas uma proposta aproximativa, já que os dados disponíveis são escassos. Ainda assim, este estudo afigura-se relevante na medida em que a perceção do número e disposição geográfica do universo minoritário religioso no país «*facilita o desenho compreensivo de um retrato sócio-religioso*».

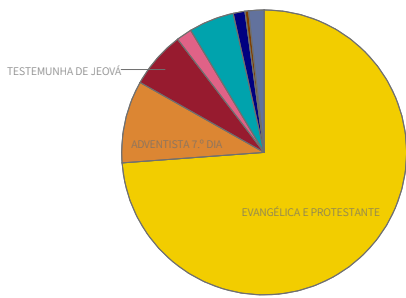
Teresa Líbano procurou fazer um mapeamento das identidades religiosas em Portugal «*no propósito de olhar mais de perto confissões minoritárias que perdem a sua representatividade, quando a lógica é apenas a dos grandes números que, como se viu, favorece a visibilidade da identidade católica em Portugal*.» (Teixeira, Santos, Leite & Monteiro, 2012: 116)

Procedeu, por isso, a um levantamento exaustivo dos lugares de culto existentes no país, combinando dados de *websites* oficiais das Igrejas e os dados presentes nas listas telefónicas nacionais de 2010.³⁴

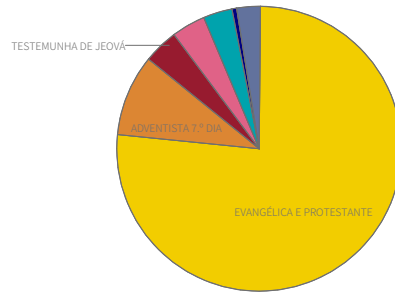
Em Portugal, é muito perceptível a antagonia entre o meio mais rural, envelhecido, pobre e menos instruído, que concentra e vincula a religiosidade católica tradicional, e os meios urbanos onde «*se situa na vanguarda dos comportamentos e dos valores pós-modernos, a favor da diversidade e do pluralismo religioso, em especial concentrada nos eixos urbano-industriais mais dinâmicos do país*» (Franca, Fernandes & Cravidão, 2018: 20).

Destaca-se o predomínio destes lugares de culto em Lisboa, seguido das regiões Norte

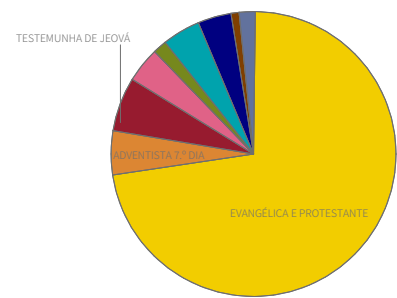
³⁴ Destaca-se, no entanto, a desatualização desta informação, dez anos depois: por exemplo, a IURD não tem apenas oito templos em Lisboa, uma vez que já conta com templos no Porto, como será possível ver mais adiante.



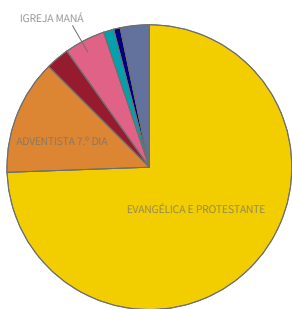
NORTE



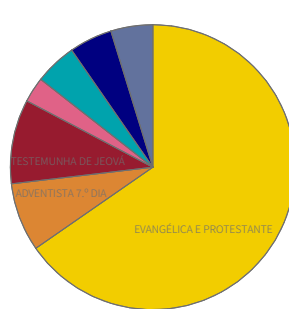
CENTRO



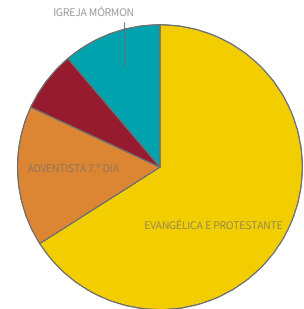
LISBOA



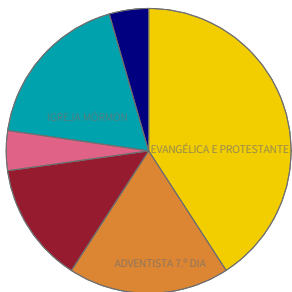
ALENTEJO



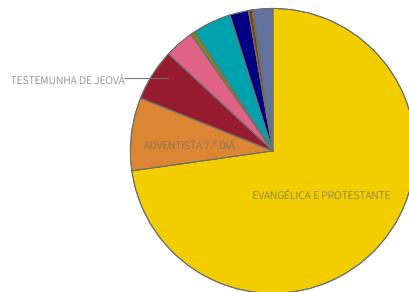
ALGARVE



AÇORES



MADEIRA



RELIGIÕES



ZONAS

EVANGÉLICA E PROTESTANTE

ADVENTISTA 7.º DIA

TESTEMUNHA DE JEOVÁ

IGREJA MANÁ

IURD

MORMÓN

MUÇULMANA

HINDU

BUDISTA

ORTODOXA

e Centro de Portugal. Explica-se esta tendência com o facto de «os meios urbanos [permitirem] *um maior direito à diferença e, conseqüentemente, uma maior diversidade religiosa*». São os lugares que, devido à sua atividade económica, são mais apelativos como destino migratório, contribuindo para uma maior multiplicidade de culturas. Pressupõe-se que as religiões minoritárias começaram a desenvolver uma estratégia de controlo e de apropriação do espaço geográfico numa escala mais micro, em áreas mais discretas, sem grande exposição no espaço público e ocupando até lugares devolutos (Franca, Fernandes & Cravidão, 2018).

Como referido, a exceção encontra-se, por exemplo, na Igreja Ortodoxa, que se distribui mais equitativamente no território português – deve-se, primeiro, ao facto de os seus grandes representantes serem os imigrantes de leste, que procuram trabalho agrícola, ainda que sazonal, e cuja fé é tão parecida com a católica, à exceção do rito.

Dentro das igrejas neopentecostais, a Igreja Maná é mais aceite a nível nacional do que a IURD. Tal pode dever-se ao facto de a IURD ter alguns rituais polémicos e aparatosos, como o exorcismo público e a recusa do culto dos santos. Por isso, a Igreja Maná tem uma distribuição mais equilibrada em todo o país, enquanto a IURD se concentra nos meios urbanos.³⁵

Já as Igrejas Adventistas do Sétimo Dia, as Testemunhas de Jeová e a Igreja de Jesus Cristo dos Últimos Dias revelam uma distribuição dos seus locais de culto com implantações em todas as regiões do país, ainda que em maior número nas regiões já assinaladas de Lisboa, Centro e Norte.

Estima-se que existam, na sociedade portuguesa, entre 40 e 60 mil muçulmanos , na maioria de origem guineense³⁶.

A Comunidade Hindu de Portugal³⁷ integra cerca de 10 mil membros, tendo quatro templos na zona da Grande Lisboa e um templo no Porto.

A Liga dos Chineses em Portugal conta com cerca de 20 mil chineses em território nacional, sendo que, de entre os 8 mil que estão em Lisboa, o templo Buddha's Light é o templo de eleição.

O universo dos cristãos de rito oriental é integrado, em Portugal, pelas Igrejas Ortodoxas e Igrejas Católicas de rito oriental.

Entre muçulmanos, hindus, chineses e cristãos de rito oriental, entende-se que há uma distribuição a nível nacional, confirmando-se, mesmo assim, a tendência para uma maior presença nas regiões já enumeradas.

³⁵ Em 2010, tinha apenas oito templos em Lisboa mas sabemos agora que terá mais a nível nacional, como será possível constatar no próximo capítulo.

³⁶ Apesar da maioria ser oriunda da Guiné, a Comunidade Islâmica de Lisboa é liderada pelos muçulmanos de origem indiana, que representam 10% a 12% do total.

³⁷ Organizada desde 1982 e legalizada em 1987.

LOCAIS DE CULTO POR CONFISSÃO RELIGIOSA NO PORTO, 2020

CONFISSÕES	PORTO
EVANGÉLICA E PROTESTANTE	39
ADVENTISTA 7.º DIA	2
TESTEMUNHA DE JEOVÁ	6
IGREJA MANÁ	1
IURD	2
MORMÓN	2
ORTODOXA	2
OUTROS CRISTÃOS	2
JUDAICA	1
MUÇULMANA	2
HINDU	4
BUDISTA	2
OUTROS NÃO CRISTÃOS	2
TOTAL	69

FONTE: DIVERSOS WEBSITES E GOOGLE MAPS (CONSULTAR WEBGRAFIA)

NA CIDADE DO PORTO

Tendo por base a mesma lógica usada por Teresa Líbano no livro *Identidades Religiosas em Portugal* (2011), procurou-se desenvolver um mapeamento dos lugares de culto das fés minoritárias na cidade do Porto, no ano de 2020. Para isso, foi feita uma pesquisa através dos *websites* oficiais das diversas religiões e, quando tal informação não estava disponível, recorrendo ao *Google Maps*.

Diferente do método utilizado por Líbano, nesta dissertação optou-se pela especificação de determinadas religiões, nomeadamente a religião budista, substituindo a denominação de “chineses” utilizada pela socióloga. Acrescentou-se, também a categoria “outros cristãos”, onde se enquadram, por exemplo, os racionalistas cristãos e a Surf Church; no novo grupo dos “outros não cristãos” encontra-se apenas a Igreja Messiânica e os Sikhs; foi adicionada, ainda, a fé judaica. É difícil estabelecer uma comparação com a investigação desenvolvida e apresentada por Líbano, visto que esta reuniu a informação por zonas nacionais e esta pequena investigação apenas focou o município do Porto, que representa uma pequeníssima porção territorial da zona norte do país, apesar de conter uma grande concentração populacional. Aquando da preparação dos mapas, foi possível reparar que muitos lugares de culto se encontravam em zonas periféricas da cidade, como Matosinhos ou São Mamede de Infesta e até mais longe, como Felgueiras.

Quanto ao número de lugares de culto, é possível constatar imediatamente que a IURD cresceu a nível nacional na última década, uma vez que conta, agora, com dois templos na zona Norte, sendo um deles o primeiro templo a ser construído de raiz na Europa, como será desenvolvido mais adiante. Para além disso, existem pelo menos dois lugares de cultos budistas (correspondentes aos chineses), quando, em 2010, não existia nenhum na zona norte. O mesmo acontece com a fé hindu, que conta agora com quatro templos no Porto, quando em 2010 apenas contava com um templo na zona norte. Ao contrário daquela que era a tendência de toda a zona Norte em 2010, atualmente, na cidade do Porto registam-se mais Salões do Reino das Testemunhas de Jeová (6) do que Igrejas Adventistas do Sétimo Dia (2). Mantém-se, no entanto, a larguíssima maioria de igrejas evangélicas e protestantes, dominando 58% dos lugares de culto de fés minoritárias na cidade do Porto.

Entre os 69 lugares de culto identificados na cidade, a maioria concentra-se na zona oriental, tendo a zona ocidental apenas 18 deles. Dentro da zona oriental, existe uma concentração maior na zona do Marquês e do Bonfim.

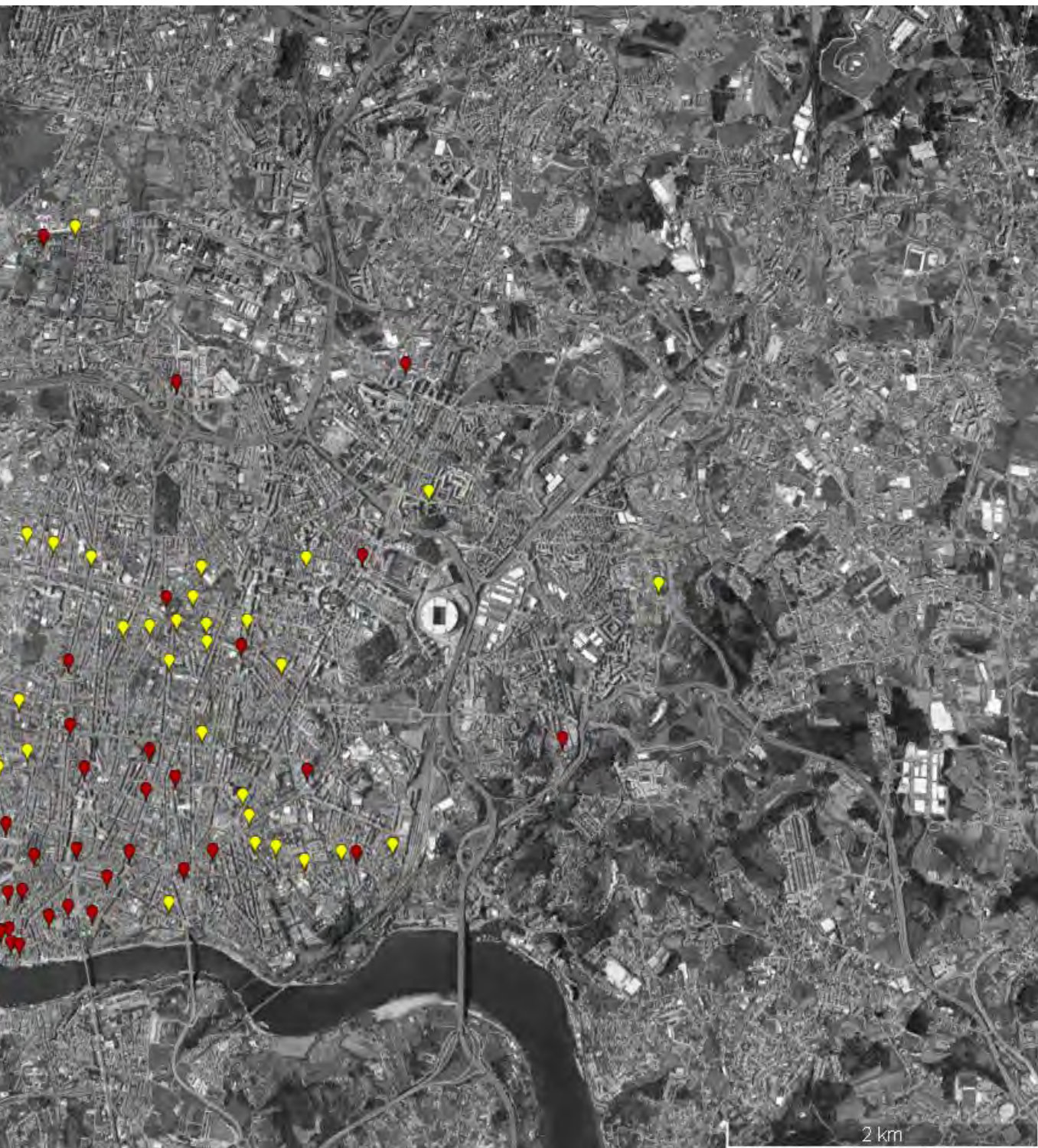
Procedeu-se, também, ao levantamento das igrejas católicas presentes na cidade do Porto, assinaladas no mapa a vermelho. Encontraram-se 50 espaços de culto católico, constatando-se uma grande concentração na zona histórica da cidade e uma distribuição uniforme na restante área.



i/4. Espaços de culto de religiões minoritárias na cidade do Porto

A amarelo: locais de culto de fés minoritárias

A vermelho: locais de culto da fé católica



As moradas dos templos de fés minoritárias podem ser consultadas no Anexo I onde também se encontra a ligação para a consulta desde mapa no *Google Maps*.

LEI DA LIBERDADE RELIGIOSA³⁸

*Constituição da República Portuguesa de 1976
Artigo 41.º - (Liberdade de consciência, religião o culto)*

- 1. A liberdade de consciência, religião e culto é inviolável.*
- 2. Ninguém pode ser perseguido, privado de direitos ou isento de obrigações ou deveres cívicos por causa das suas convicções ou prática religiosa.*
- 3. As igrejas e comunidades religiosas estão separadas do Estado e são livres na sua organização e no exercício das suas funções e do culto.*
- 4. É garantida a liberdade de ensino de qualquer religião praticado no âmbito da respectiva confissão, bem como a utilização de meios de comunicação social próprios para o prosseguimento das suas actividades.*
- 5. É reconhecido o direito à objecção de consciência, ficando os objectores obrigados à prestação de serviço não armado com duração idêntica à do serviço militar obrigatório.*

A legislação portuguesa foi-se adaptando a um panorama religioso em mudança e cada vez mais diverso. A Lei da Liberdade Religiosa (LLR) decreta a liberdade de consciência, de religião e culto como «*inviolável e garantida a todos em conformidade com a Constituição, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o direito internacional*»; regula princípios

³⁸ Pode ser consultada na íntegra no Anexo I.

que impedem a discriminação, por parte do Estado, de qualquer igreja ou comunidade religiosa relativamente às outras; e o princípio da separação, que garante que as igrejas e comunidades religiosas estão separadas do Estado e *«são livres da sua organização e no exercício das suas funções e do culto»*.

Esta lei é fruto da diversificação das esferas religiosas das sociedades ocidentais, sendo fundamental regulamentar o universo religioso e encontrar mecanismos legais para legislar e evitar práticas discriminadoras.

A Lei da Liberdade Religiosa, n.º 16/2001, de 22 de junho, esperaria, no entanto, oito anos pela sua regulamentação, que viria a ser aprovada por meio dos Decretos-Lei n.º 251/2009³⁹ e n.º 252/2009⁴⁰, ambos de 23 e setembro de 2009.

Num estudo sobre a discriminação religiosa na perspetiva das confissões minoritárias (Soares, Santos & Tomás, 2011), foram auscultados quinze líderes, de entre dezassete denominações selecionadas⁴¹.

A discriminação religiosa, na opinião da generalidade dos líderes auscultados, é bipartida:

«Por um lado, a discriminação exercida pelas instituições estatais e pela lei em vigor; por outro, aquela que as minorias religiosas experienciam no seu contacto quotidiano com a restante sociedade portuguesa, ao nível dos comportamentos, crenças e atitudes da população em geral.» Para os líderes, a opinião acerca da Lei da Liberdade Religiosa e dos direitos fundamentais contemplados na Constituição é bastante positiva, vendo-a como um instrumento para a erradicação da discriminação e, por isso, uma forma de criar uma sociedade mais igualitária. No entanto, a sua tradução nos comportamentos da sociedade está longe de ser satisfatória, em parte devido ao facto de a maioria católica muito raramente conviver com a diversidade religiosa, *«tomando a sociedade mais resistente às medidas igualitárias contempladas pela lei»* (Soares, Santos & Tomás, 2011:17).

Por outro lado, lacunas na regulamentação e na fiscalização, assim como a ignorância da lei por parte dos agentes envolvidos, associado à persistência de preconceitos, impedem uma aplicação adequada das disposições legais. Por fim, tudo isto pode levar a que sejam dissimuladas *«situações de discriminação sob a capa de uma aparente bonomia legal»*.

³⁹ O decreto-lei n.º 251/2009 regula o exercício da assistência religiosa nas Forças Armadas e de segurança, cujos membros, segundo a Lei da Liberdade Religiosa têm direito à prática dos atos e culto, devendo o Estado criar as condições adequadas para que tal se realize.

⁴⁰ O decreto-lei n.º 252/2009 regula a assistência religiosa nos estabelecimentos prisionais e nos centros educativos, não estando os reclusos privados da sua prática religiosa, para a qual o Estado deve criar condições à sua realização.

⁴¹ Aliança Evangélica Portuguesa, a Associação das Testemunhas de Jeová de Portugal, a Comunidade Bahá'í de Portugal, a Comunidade Hindu de Portugal, a Comunidade Islâmica de Lisboa, a Comunidade Israelita de Lisboa, a Federação Espírita Portuguesa, a Igreja Adventista do 7.º Dia, a Igreja Evangélica Metodista Portuguesa, a Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, a Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica, a Maná – Igreja Cristã, a Igreja Ortodoxa Grega em Portugal (Patriarcado de Constantinopla) e a União Budista Portuguesa.

Apesar de a maioria das fés não se sentir discriminada⁴² e do já mencionado positivismo relativamente à LLR, a prática no contexto plurirreligioso revela um cenário de grandes indefinições em algumas áreas, sendo uma das destacadas neste estudo a do espaço físico para a construção de templos.

«A celebração de cultos em garagens, armazéns ou outros espaços improvisados é já uma característica que tendemos a associar a estas igrejas e que, apesar dos progressos na legislação, não parece registar alterações significativas.»

(Soares, Santos & Tomás, 2011: 24-25)

Para muitas das religiões minoritárias, o principal fator de discriminação em Portugal é a dificuldade em encontrar espaços físicos disponíveis para a construção de templos.

Lei da Liberdade Religiosa

Artigo 28.º – Direito de audiência sobre instrumentos de planeamento territorial

- 1. As igrejas e demais comunidades religiosas inscritas têm o direito de serem ouvidas quanto às decisões relativas à afectação de espaço a fins religiosos em instrumentos de planeamento territorial daquelas áreas em que tenham presença social organizada.*
- 2. Os planos municipais de ordenamento do território e demais instrumentos de planeamento territorial devem prever a afectação de espaços a fins religiosos.*

A lei contempla que os Planos Diretores Municipais devem incluir espaços destinados à construção de templos de religiões minoritárias, no entanto, o poder local, geralmente, ignora essas diretrizes. Nos casos em que pequenas igrejas submetem pedidos para que lhes seja concedido um espaço próprio, os processos prolongam-se durante décadas, emaranhados em burocracias e especulações, sem um final feliz. Esta situação não tem registado progressos.

«O sentido de comunidade é, por norma, um dos atributos das minorias religiosas. A comunidade – em especial se tem um espaço físico para o encontro – possui a virtualidade de reforçar a posição do grupo dentro do campo religioso e de o projetar na sociedade. A comunidade de crentes é um recurso que potencia a visibilidade pública da minoria religiosa na sociedade em que se insere e, principalmente, a reprodução da sua identidade.»

(Vilaça, 2008: 31)

⁴² Dentro das religiões auscultadas no estudo, apenas as neopentecostais se declararam *«alvo de perseguição religiosa e discriminação ativa na sociedade portuguesa atual»* (Soares, Santos & Tomás, 2011: 21), já que, à data, não cumpriam os 30 anos (as igrejas neopentecostais surgiram em Portugal no fim dos anos '80 e o estudo foi realizado em 2011) requeridos por lei para que pudessem usufruir do estatuto de Igreja Radicada.

Sabendo que as fés minoritárias são maioritariamente praticadas por imigrantes, é importante reiterar o papel integrador da religião na sociedade em que tentam inserir-se, sendo o culto coletivo uma fonte de forças crucial, uma vez que promove o encontro entre pares e a interajuda. Os lugares de culto, por si, recriam universos simbólicos que originam *«mecanismos emocionais de compensação ao desenraizamento familiar e afetivo, contribuindo para uma reconstrução das estruturas familiares e de espaços relacionais»* (Vilaça, 2008: 15).

A perpetuação de estereótipos deve-se à *«ignorância e hostilidade derivadas da pouca convivência com a diversidade religiosa»*, motivada também pela ausência de uma pedagogia eficaz, em que seja promovida uma visão real e objetiva das religiões minoritárias presentes no país – por exemplo, não há representação das religiões minoritárias nos currículos escolares, a comunicação social continua a atribuir uma atenção seletiva à Igreja Católica, retirando visibilidade às outras religiões, que são ainda vistas como *«exóticas»*⁴³.

⁴³ A comunicação social foca apenas determinados atributos das religiões, extravagantes e pouco caracterizadores, distorcendo a sua imagem e abdicando do papel pedagógico que poderia desempenhar na igualdade religiosa – por exemplo, ao focar-se em escândalos associados a fiéis ou líderes das confissões.

3. A PROPOSTA

A religião católica, assente nos alicerces históricos deste país, tem uma oferta vasta no que toca aos espaços disponíveis para a reunião. Conhecem-se, até, casos em que a própria Igreja Católica cedeu o seu espaço à prática de outras religiões cristãs, como é exemplo a cedência à Igreja Ortodoxa.⁴⁴

Quanto às minorias religiosas, já se constatou que não acontece o mesmo, sendo esse um dos obstáculos que foi salientado pelos treze líderes de religiões minoritárias, auscultados por Soares, Santos e Tomás (2011): a dificuldade em encontrar espaços físicos disponíveis para a construção de templos, onde, entre outras atividades, se realizam os cultos coletivos. Por isso, os crentes reúnem-se frequentemente em garagens, armazéns e espaços improvisados⁴⁵.

Uma outra razão para a perpetuação de alguma discriminação social face às fés minoritárias, apontada pelos líderes, é a *«fraca convivência com a diversidade religiosa por parte da maioria católica»*.

Perante as dificuldades que o desenho de um templo por cada religião implicaria, que extravasaria os tempos de elaboração desta dissertação, optou-se por uma conceção mais abrangente: a da construção de um templo multirreligioso.

⁴⁴ Alguns locais de culto ortodoxos são antigas capelas católicas, em desuso, que são cedidas, ora pelo poder Municipal, ora pela própria Igreja Católica: No Porto, em 2002, as comunidades ortodoxas (ucranianos, russos e búlgaros) reuniam-se na Capela Românica de Cedofeita, da Igreja Católica. Mais tarde, o Patriarcado de Constantinopla passou a ter igreja própria, a Paróquia de São Panteleimon, uma capela também cedida pela Igreja Católica. A habitual liturgia de domingo reúne, neste espaço, entre 60 e 70 pessoas, enquanto que, na Páscoa, centenas de pessoas se estendem pelo adro e pela rua. Por sua vez, a Igreja do Patriarcado de Moscovo, em 2003, passou a celebrar numa sala da casa dos Jesuítas, enquanto aguardam a cedência de um templo. As missas desta Igreja Ortodoxa Russa no Estrangeiro têm uma frequência de 20 a 30 pessoas. (Vilaça, 2008)

⁴⁵ Ver alguns exemplos no levantamento fotográfico consultável no Anexo I.

Resgatou-se, por isso, a ideia frequentemente presente em aeroportos e hospitais onde, devido ao fluxo abundante de variados tipos de pessoas e religiões, os espaços de culto têm de ser plurais e multiconfessionais.⁴⁶ Assim, a proposta da presente dissertação é, precisamente, transportar esta ideia de pluralidade e transversalidade para um templo urbano e multirreligioso.

Esta opção não pode ser, contudo, considerada uma solução passível de substituir a construção dos templos individuais de cada religião. Em primeiro lugar, a construção de um novo templo pode não ser a prioridade dos crentes das diferentes confissões, para quem o lugar de culto é um refúgio onde importa o encontro com o outro e com a fé, não necessariamente a sua arquitetura; e, em segundo lugar, a partilha de um espaço religioso com outras religiões pode não ser uma vontade do crente, sendo, possivelmente, um entrave à sua prática religiosa.

Ainda que a falta de convivência com a diversidade possa ser uma razão para a discriminação social de fés minoritárias, o próprio diálogo interreligioso, dentro do templo proposto, seria uma coincidência e não um objetivo, já que o espaço deve estar desenhado de forma a que não seja necessária a interação entre religiões, procurando responder aos requisitos individuais de cada fé de forma discreta e neutra.

Esta solução é uma utopia, um desafio arquitetónico autoimposto num contexto académico, uma experimentação projetual.

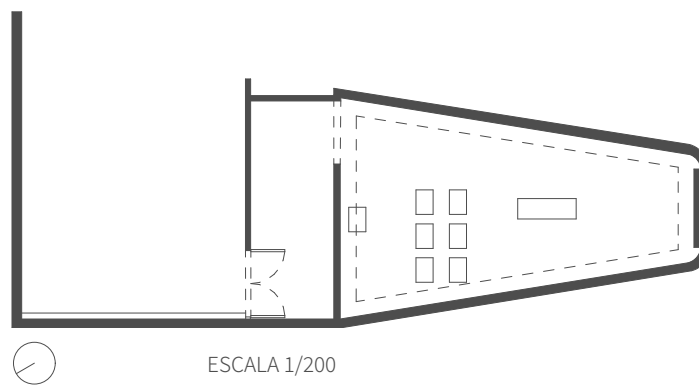
⁴⁶ Repare-se que o caráter democrático e universal dos aeroportos e hospitais, assim como outras instituições públicas, demanda uma resposta transversal à urgência de consagrar a fé de cada um, daí a presença de espaços de culto plurais.

parte ii

1. ESPAÇOS MULTIRRELIGIOSOS

NOTA PRÉVIA

Muitos dos documentos bibliográficos usados para este capítulo estão escritos em língua inglesa, sendo que alguns termos técnicos não têm uma tradução direta para a língua portuguesa. Por exemplo, *multi-religious* pode ser diretamente traduzido como «multirreligioso», no entanto, *multi-belief*, por não ter uma tradução direta para português, optou-se pelo termo «multiconfessional». Ainda que este termo possa remeter para o cristianismo, é utilizado no sentido mais abrangente possível. Termos como *meditation room* e *quiet room*, normalmente usados na perspectiva de deixar as pessoas não religiosas mais confortáveis, foram traduzidos, respetivamente, como «sala da meditação» e «sala do sossego».



i/5. Sala da Meditação, Sede das Nações Unidas, Nova Iorque, 1948

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Andrew Crompton¹ (2013) define os espaços multirreligiosos como salas onde pessoas de todas as fés, até aquelas que não têm fé alguma, partilham um lugar, à vez, que se transformam consoante o crente que as utiliza. É frequente encontrá-los escondidos em não- lugares², dentro de instituições seculares, como aeroportos e hospitais, por exemplo, numa tentativa de resposta democrática às várias pessoas, nacionalidades e culturas que passam diariamente por estes sítios. Facilitam a prática religiosa, promovem a tolerância e, ao serem abertos a todas as fés e a nenhuma, os espaços multirreligiosos cruzam a fronteira entre o religioso e o secular (Crompton & Hewson, 2017).

Os espaços multirreligiosos não têm uma organização específica que os promova nem qualquer explicitação legal. Pelo menos seis fés são constantes nestes espaços: as fés cristã, islâmica, judaica, hindu, sikh e budista. No entanto, as religiões não interagem entre si, sendo raríssima qualquer cerimónia partilhada.

Crompton dá conta, em 2019, de mais de dois mil espaços multirreligiosos no Reino Unido e ainda mais na Europa e nos Estados Unidos da América.

A história destes espaços multirreligiosos é obscura: não têm fundação, criador ou um exemplo notável e famoso. São recentes – quase todos foram construídos neste segundo milénio, ainda que haja alguns exemplos da segunda metade do século XX. O mais antigo é, provavelmente, a Sala de Meditação da sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, um projeto de 1948.

¹ Andrew Crompton é um arquiteto e investigador da Universidade de Liverpool, com um projeto de investigação sobre espaços multirreligiosos, no âmbito do qual já escreveu diversos artigos.

² Marc Augé (2012) define os não-lugares como espaços sem identidade, sem história e sem relações estabelecidas, pontos de trânsito e de ocupação provisória, que dá aso à individualidade solitária, à passagem e ao efémero. São exemplos de não-lugares aeroportos, centros comerciais, hospitais, prisões e também escolas, universidades, esquadras policiais, edifícios do governo e estações de serviço.



i/6. Mesquita-Catedral de Córdoba, Espanha



i/7. Mesquita de Husamedin-Pasa, Macedónia,



i/8. Ritual cristão na Mesquita de Husamedin-Pasa

Historicamente, a partilha de espaços entre diferentes fés é rara no ocidente. No entanto, era comum religiões partilharem o mesmo espaço em países como a Índia e o Sri Lanka. Existem também alguns santuários visitados por cristãos, judeus e muçulmanos no médio oriente. No ocidente, é um dado histórico que muitos espaços eram reaproveitados depois de reconquistas – por exemplo, a sé de Lisboa construiu-se por cima das ruínas de uma antiga mesquita, o templo cristão Hagia Sophia transformou-se num templo muçulmano e a mesquita de Córdoba tornou-se na catedral cristã da cidade.

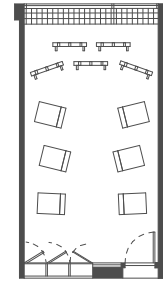
Nos Impérios Bizantino e Otomano³, onde o cristianismo e o islamismo coexistem há mais de um milénio, podem ser encontrados alguns exemplos que perduram na atualidade. Todavia, mesmo nestas situações, o mais comum é serem usados espaços já dedicados a uma religião, ao invés de serem construídos espaços especificamente destinados à partilha da fé (Couroucli, 2012a). É o caso da Macedónia, onde exemplos de partilha de templos perduram na atualidade. Koneska (2013) associa este fenómeno a duas razões: a primeira remete para a crença de que determinada igreja está erguida sobre uma antiga mesquita – e vice-versa – e a segunda com a de que as comunidades muçulmanas locais acreditam nos poderes milagrosos de certos santos associados a determinados templos cristãos. São exemplos:

A Mesquita de Husamedin-Paša (*Husamedin-Pašina Džamija*) em Štip, construída no começo do século XVI, segundo muitos autores, no lugar de um antigo templo cristão dedicado a Santo Elias, que foi destruída com a conquista otomana. A planta é quadrangular e a cobertura é feita com uma cúpula em argamassa sustentada por um tambor octogonal. A fachada norte tem uma galeria abobadada com três arcos, característica do século XVI. Uma influência bizantina é visível na presença de uma pequena abside, onde se encontra o *mirab*. A decoração é geométrica, policromática devido ao uso de diferentes materiais, alternando entre mármore verde e pedra vermelha e preta.

O Mosteiro da Imaculada Mãe de Deus (*Manastir Sveta Bogorodica Prečista*), localizado perto de Kichevo, no oeste da Macedónia, é um dos lugares cristãos mais importantes do país, sendo acarinhado também por muçulmanos – acreditam que a nascente de água tem poderes curativos e que, ao não ser decorada por frescos⁴, é-lhes destinada. As lendas sobre a fundação do mosteiro remetem para as duas fés e tanto cristãos como muçulmanos acreditam que personalidades importantes para a sua comunidade foram ali enterradas. Os rituais praticados pelos crentes das duas fés são praticamente idênticos: caminham à volta da igreja, acendem velas, rezam, atravessam a baixa passagem por baixo do ícone da Sagrada Mãe de Deus – normalmente três vezes –, lavam-se e bebem da água sagrada da nascente, atiram moedas para a fonte e deixam oferendas. Os muçulmanos também contribuem para a manutenção deste mosteiro cristão.

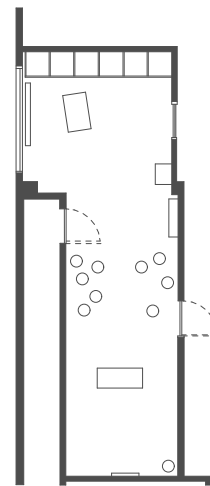
³ Atualmente, é frequente que cristãos, tradicionalmente de culto bizantino, e muçulmanos se dirijam enquanto visitantes e peregrinos a lugares sagrados na região dos Balcãs, sendo comum a prática de cerimónias religiosas. A mais importante é dedicada a São Jorge, celebrado variavelmente a cada dia 23 de abril, num culto partilhado com os muçulmanos, também devotos deste santo. (Couroucli, 2012b)

⁴ A religião islâmica é iconoclasta. No entanto, existe a teoria de que a ausência de decoração se deveu de fundos para financiar a pintura.



ESCALA 1/200

i/9. Sala do sossego, Escola William Hulme, Manchester, Inglaterra, 1964



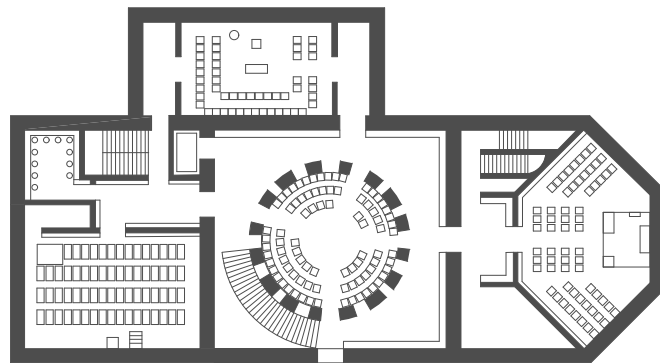
ESCALA 1/200

i/10. Sala multiconfessional, Aeroporto de Viena, Áustria, 1988

Estes exemplos relatados na Macedónia, assim como outros na Índia e no Médio Oriente, são representativos de uma espécie de acordo entre duas fés. No entanto, a ideia de um espaço sagrado universal é recente. Neste aspeto, o espaço multirreligioso mais antigo que Crompton encontrou na Europa foi construído em 1964, numa escola no norte de Inglaterra onde, dado o elevado número de alunos judeus, o seu diretor se viu obrigado a construir um espaço que pudesse albergar a sua fé. Era uma sala de paredes brancas e tetos falsos, iluminada por um vitral abstrato, com uma tapete e livros de arte ao invés de livros sagrados.

O não-lugar mais certo de se encontrar uma sala multirreligiosa é num aeroporto, onde a globalização está em evidência, tendo sido um espaço pioneiro na construção de salas para múltiplas fés. A mais antiga na Europa é a do aeroporto de Viena, construída em 1988. No aeroporto de Heathrow, de apenas uma capela ecuménica, construída em 1969, evoluiu-se para as atuais 13 salas multirreligiosas – o que, em termos de densidade de lugares sagrados, o faz rivalizar com Roma. Por outro lado, nos hospitais, onde o sofrimento, a doença e a morte são cenários permanentes, demonstrou-se a necessidade de substituir os espaços singularmente cristãos por outros que pudessem albergar várias crenças (Velasco, 2014).

Muito recentemente, assistiu-se, na Europa, ao desenvolvimento de projetos multirreligiosos fora das instituições já referidas. Na Escandinávia, foram desenvolvidos alguns projetos para uma Igreja Neutra (*Faith-Neutral Church*), com o principal objetivo de dar um lugar àqueles que não têm fé. Estas propostas têm, normalmente, uma função programática associada ao culto fúnebre. Por outro lado, na Alemanha, onde, desde a Reforma, a paisagem religiosa tem sido mais plural, foram criadas, logo em 1524, as chamadas *Simultankirche*, igrejas partilhadas entre católicos e protestantes. O trauma da Segunda Guerra Mundial exaltou a necessidade de reforçar a tolerância e de fomentar o diálogo inter-religioso, razões que fundamentaram a construção da House of One, um templo conjunto para as três religiões abraâmicas (Bobrowicz, 2018).



i/ 11. House of one, Berlim, Alemanha, 2012

DOIS MÉTODOS DE CONCEÇÃO

Crompton (2013) distingue dois tipos de desenho e partilha do espaço multirreligioso: um positivo e outro negativo.

MÉTODO POSITIVO

No método positivo, as imagens e artefactos de diferentes religiões estão visíveis, procurando a unidade pela inclusão. Os símbolos estão a descoberto e os instrumentos de cada religião misturam-se. Espaços deste género facilitam uma abertura e entendimento mútuo de tradições religiosas (Brobowicz, 2018). Implicam um grande cuidado na sua manutenção, já que, quando em desequilíbrio, podem tornar-se autênticas mesquitas ou capelas cristãs, ao dar-se primazia visual a determinados símbolos – um tapete ou uma cruz, por exemplo. Por esta razão, implica a existência de um órgão de gestão.

Os exemplos relatados na Macedónia enquadrar-se-iam neste método, já que são templos associados a uma religião que abre as portas a outras fés. É, nestes casos, muito difícil atingir uma sensação de imparcialidade, já que são edifícios religiosos de uma fé identificável.

Mesmo que construídos como um espaço amplo e uniforme, muitos espaços multirreligiosos são frequentemente subdivididos por religião. Na Enfermaria Real de Manchester, uma sala, que foi uma capela até aos anos '90, foi transformada recentemente num centro multirreligioso – foi pensado como um espaço amplo de planta oval, que procurava a reunião das várias fés. Está, no entanto, subdividida em três áreas: uma para os cristãos, que é aberta a todas as outras religiões, uma para os muçulmanos, que se subdivide ainda em outra área para as mulheres muçulmanas, já que não se podem misturar no momento da oração.

HOUSE OF ONE, BERLIM

A House of One, em Berlim, é fruto de uma ideia arquitetada por um íman, um padre e um rabino que decidiram erguer um templo comum dedicado às três religiões abraâmicas. O projeto, de 2017, é da autoria do atelier alemão Kuehn Malvezzi. Construído sobre as ruínas de uma antiga igreja dedicada a São Pedro, que podem ser visitadas na cave, o templo conta com três salas separadas, cada uma destinada a uma das religiões monoteístas e, no centro, uma sala abobadada, para a reunião das três fés.

É, por isso, construída pelo método positivo. Ainda que permita o diálogo interreligioso, limita-o, já que, por exemplo, um ritual hindu não poderia realizar-se neste lugar.

Cada espaço é distinguível na sua conceção por responder às diferentes religiões a que se dedica. No entanto, uma vez que os materiais e as linhas gerais são os mesmos em todo o edifício, os diferentes espaços remetem uns para os outros, dando um sentido de unidade ao conjunto (Brobowicz, 2018).



i/ 12. *Ceremonirummet*, ideia submetida a concurso, Svendborg Architects

MÉTODO NEGATIVO

No método negativo, pelo contrário, é procurada a união pela exclusão. É abolido qualquer símbolo religioso, sendo que as religiões encontram os seus instrumentos escondidos e separados, por exemplo, por caixas; ou, no limite, não existem sequer objetos para a prática religiosa. Nestes lugares, pessoas chegam e partem sem interagirem com ninguém e a sala pertence a uma religião ou a outra de acordo com a fé de quem a ocupa. Os símbolos são levados a sério e, por isso, tratados com cuidado para que ninguém se ofenda. Este tipo de desenho é o mais comum, servindo de exemplos as salas multirreligiosas dos aeroportos e hospitais.

A utilização deste método, por ceder-se a uma vontade de agradar a todos, pode acabar por não se agradar a ninguém, no sentido em que se perde o sentimento de pertença. Segundo Bobrowicz (2018), estes espaços favorecem as religiões que se focam no foro interno e não dão tanta importância à manifestação externa, sendo organizadas à volta da noção de «religião privada», que harmoniza a pluralidade de crenças. Mesmo assim, é a forma mais aberta de construir um espaço multirreligioso já que, seja qual for a sua crença, cada indivíduo poderá encontrar ali um lugar de descanso, desde que se abstenha de deixar marcas, sejam elas símbolos religiosos, ideológicos ou nacionalistas.

CEREMONIRUMMET, DINAMARCA

A ideia nasceu em 2008, como uma sala alternativa às igrejas, onde poderiam decorrer cerimónias, independentemente da fé ou crenças religiosas, adaptando-se a uma sociedade secular e multicultural. É, por isso, proposto um desenho neutro, sem qualquer alusão a ideologias, símbolos ou artefactos, onde crentes e não crentes se pudessem reunir, celebrando em conjunto, especialmente, rituais de passagem.

Os arquitetos dinamarqueses Svendborg desenharam pelo menos três – um edifício desde raiz, em resposta a um concurso, e dois em edifícios existentes, propostos pelo próprio atelier. Nenhum deles está construído, não estão publicados desenhos técnicos e as imagens são pouco elucidativas da organização do espaço.

O primeiro é um bloco cilíndrico de vidro, com 20 metros de altura, e com uma cobertura em clarabóia, por onde a água escorre, a fim de permear a luz para o interior. Este, em concordância com o exterior, é neutro, acomodando as necessidades de todos. A planta circular procura não apontar o edifício em nenhuma direção, abraçando, em simultâneo, todos os utilitários. O espaço é flexível, podendo adaptar-se através de cortinas que geram compartimentos de menores dimensões. No *website* dos arquitetos, pode ler-se: «*Livre de contexto e escala, a Sala de Cerimónias deve ser vista como uma expressão poética de uma identidade humana partilhada.*»⁵ O objetivo deste desenho é que possa ser adaptado a qualquer localização.

⁵ «*Free from context and scale, Ceremony Room should be seen as a poetic expression of a shared human identity.*» disponível em: <http://svendborgarchitects.dk/Ceremony-Room>



i/ 13. *Ceremonirummet* na torre de água de Brønshøj, Svendborg Architects



i/ 14. *Ceremonirummet* no columbário de Bispebjerg, Svendborg Architects



i/ 15. *Ceremonirummet*, ideia submetida a concurso, Svendborg Architects

A forma circular do *Ceremonirummet*, a utilização de materiais neutros, assim com uma configuração do interior muito flexível e a iluminação distribuída, fazem deste edifício um exemplo perfeito da forma de construir negativa.

No que toca às salas de cerimónias em edifícios já existentes, uma delas é para a torre de água de Brønshøj e a outra para o columbário de Bispebjerg. No primeiro edifício, é aproveitada a estrutura em betão, tirando o máximo partido da construção existente, havendo uma preocupação declarada com o controlo da luz. Quanto ao cemitério, renova-se o columbário, aproveitando-se os compartimentos para a criação de novas salas e, ao mesmo tempo, constrói-se uma nova sala no jardim das maçãs, onde há uma preocupação com o enquadramento da envolvente, através de uma fachada que reflete o exterior, ao mesmo tempo que o traz para dentro da sala. Permanece uma grande preocupação com a luz.

O método negativo é, por norma, aquele que é implementado nas salas que se encontram escondidas em não lugares: uma sala multirreligiosa, especialmente dentro de uma instituição, não pode parecer-se com uma igreja cristã ou com uma mesquita, por exemplo, o que leva a que se estenda a iconoclastia ao próprio espaço e não apenas às imagens que ele pode ou não conter.

O modernismo ajudou no desenho destes espaços, já que, ao estandardizar o uso de determinadas formas, materiais e métodos construtivos, tende a desassociar o edifício da cultura em que se insere. No entanto, estes espaços apresentam várias fragilidades. Crompton (2013) salienta o facto de estes serem espaços mundanos, amorfos, sem aura, caracteristicamente formalizados em salas brancas e vazias, utilizando materiais banais, a fim de evitar simbolismos inapropriados.



i/ 16. Sala multirreligiosa no centro comercial de Trafford, Inglaterra

Elementos religiosos escondidos por armários e cortinas.

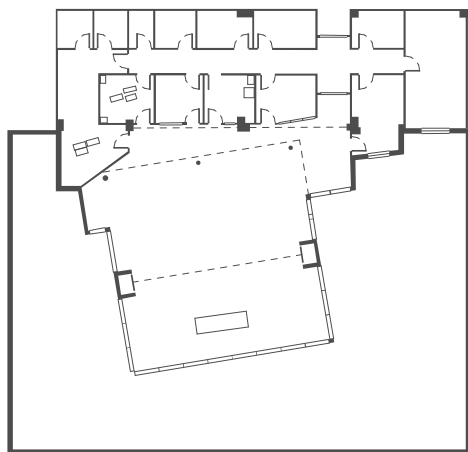


i/ 17. Centro multirreligioso da Enfermaria Real de Manchester, Inglaterra

Os instrumentos religiosos são guardados em caixas para que não estejam à vista.

O medo dos tais simbolismos leva a que os objetos da religião vão sendo confinados a espaços cada vez mais pequenos: primeiro salas individuais, depois espaços individuais dentro de uma mesma sala, depois armários e depois caixas, até se desvanecerem. Tudo num processo que culmina numa insípida sala branca. Se Le Corbusier declara que «*a arquitetura é o jogo sábio, correto e magnífico dos volumes reunidos sob a luz*» (2014: 13), uma sala branca e vazia, de planta desordenada e sem janela não será a antítese da arquitetura?

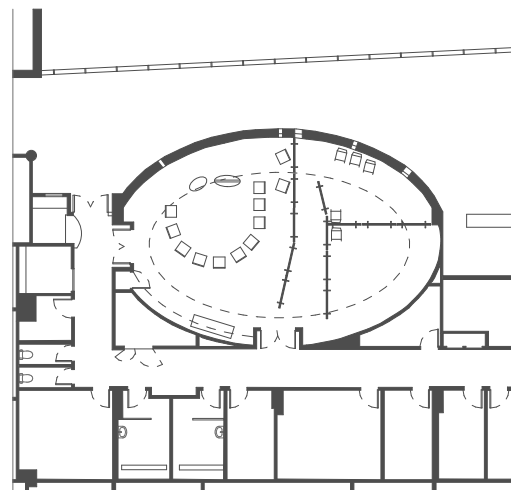
Também o facto de estarem muitas vezes em lugares mais escondidos, faz com que sejam associados a espaços de serviço, como equipamentos sanitários ou balneários. Muitos têm dificuldade em entendê-los como espaços sagrados.



ESCALA 1/500

i/ 18. Centro multirreligioso do Hospital Universitário de Coventry, Inglaterra

Este centro multirreligioso tem salas separadas para os católicos, protestantes, muçulmanos, hindus e sikhs. É um conjunto de espaços monorreligiosos, em que o espaço verdadeiramente multiconfessional é o corredor.



ESCALA 1/350

i/ 19. Centro multirreligioso da Enfermaria Real de Manchester, Inglaterra

A grande sala oval deste centro multirreligioso está dividida, por separadores, em áreas mais pequenas: duas áreas para muçulmanos - uma para mulheres e outra para homens, que não se podem encontrar - e uma área cristã, onde todas as outras religiões se encontram.

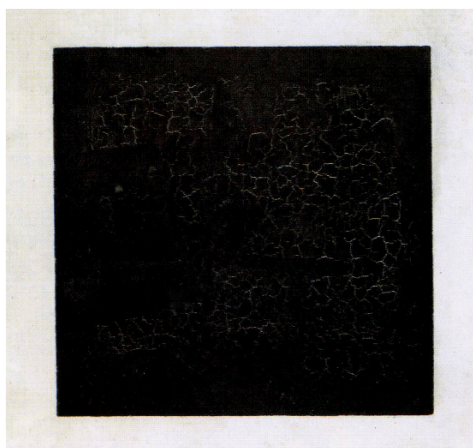


i/ 20. Sala multirreligiosa do terminal das chegadas do Aeroporto de Heathrow, Inglaterra

“Penso que, no que toca ao multirreligioso, foi cortada a ligação entre o edifício e a forma de vestir. As pessoas que usam estes espaços levam o seu ambiente nas suas roupas, telefones, acessórios e tatuagens. Culturalmente, identificam-se em meios portáteis, por isso, aquilo que já foi partilhado entre roupa e interiores está, agora, cingido aos pertences de cada um.”⁶
(Crompton, 2019: 82)

O ambiente destas salas é trazido por quem as visita, tanto nos seus pertences como na sua forma de usar o espaço – os muçulmanos tratam-no como uma mesquita, os cristãos como uma igreja e assim sucessivamente. Existe, por isso, uma relação recíproca entre o usuário e o espaço.

O silêncio formal destes espaços multirreligiosos pode ser equiparado à pintura do início do século XX, que se desviou da representação ao ver esse parâmetro garantido na fotografia – a estética da ausência. Tal como as pinturas de telas completamente em branco, como a de Malevich, revolucionaram a pintura, estes espaços multirreligiosos trouxeram uma visão inovadora sobre o espaço sagrado. Ambos nasceram de uma revolução e foram, também eles, revolucionários. Mas se estas obras fizeram sentido no início do século XX, repeti-las perde valor artístico. Tal como as pinturas de Malevich impulsionaram a arte conceptual, estas salas brancas podem ser um motor para a busca de novas soluções para os espaços multirreligiosos.



i/21. Black Square, Malevich, 1915



i/22. Sala multirreligiosa da área de serviço em Lancashire, Inglaterra

⁶ «I suggest that when it comes to multifaith, the link between dress and buildings has been broken. People who use these places carry their environment with them in the form of clothes, phones, accessories and tattoos. Culturally, they identify themselves in portable ways, so what was once shared between clothes and interiors has moved entirely on to personal belongings.»

CONSIDERAÇÕES PARA O SEU DESENHO E FUNCIONAMENTO

Segundo Francisco Velasco⁷ (2014), os espaços destinados a várias fés devem ser desenhados de forma a serem aceites como lugares de culto pelos vários grupos religiosos que possam visitá-los, assim como por pessoas que não têm uma identidade religiosa e que os podem procurar como um lugar de sossego e introspeção. Para isso, devem obedecer a determinados parâmetros, como orientações geográficas, a posição dos crentes durante a oração, a separação entre géneros, normas de higiene, entre outras.

É difícil encontrar o equilíbrio entre a resposta a exigências de várias religiões e a manutenção de uma certa neutralidade, procurando evitar premissas religiocêntricas, em que uma religião é privilegiada em detrimento da outra. Assim, a diversidade de possíveis usuários dita que estes espaços sejam desenhados, implementados e geridos de forma a serem aceites por todos, sem ignorar, no entanto, os requerimentos mínimos que a cada rito exige.

A ORIENTAÇÃO

Ainda que a igreja católica, assim como a evangélica, não imponha normas de orientação das suas igrejas, os cristãos ortodoxos mantêm a regra de que o altar deve estar posicionado a nascente.

Na religião muçulmana, a orientação é absolutamente fundamental: em todas as mesquitas, a *kiblah*, o ponto para onde os muçulmanos se dirigem quando oram, deve estar na direção de Meca. Em espaços partilhados não é absolutamente obrigatório que todo o edifício esteja orientado para Meca – à semelhança do que acontece com as mesquitas –, sendo suficiente que os muçulmanos estejam voltados nessa direção no momento da oração.

⁷ Francisco Díez Velasco (1960-) é um historiador espanhol que se dedica ao estudo das religiões. Escreveu guias de desenho e normas de implementação de espaços multirreligiosos em Espanha (2011, 2014).

Também os judeus preferem a orientação para Jerusalém, no momento de construção da sua sinagoga.

No caso das outras religiões, como o budismo, o hinduísmo, o sikhismo e outras religiões orientais e étnicas, a orientação do espaço religioso não é especialmente relevante nem tida em conta nos vários locais de devoção que existem por todo o mundo.

Em suma, há que ser tida em conta a orientação a este, para os cristãos ortodoxos, assim como a de Meca e Jerusalém. Já que as outras fés não são incomodadas por estas orientações, pode optar-se por orientar o espaço em qualquer das direções mencionadas, desde as orientações obrigatórias estejam sinalizadas de alguma forma (Velasco, 2014). No caso de Portugal, em que as três orientações podem ser traduzidas numa só direção, bastaria que o templo estivesse direcionado para este ou que, pelo menos, fosse exibida dentro do templo uma marca que apontasse tal direção.⁸

COINCIDÊNCIAS TEMPORAIS

O horário é um dos desafios mais prementes destes espaços, já que duas ou mais confissões podem precisar de utilizar o espaço ao mesmo tempo.

As necessidades da fé islâmica são mais sistemáticas, tendo cinco orações diárias:

Fajr: ao amanhecer, antes nascer do sol

Zuhr: ao meio-dia, quando o sol atinge o zénite

Assr: à tarde

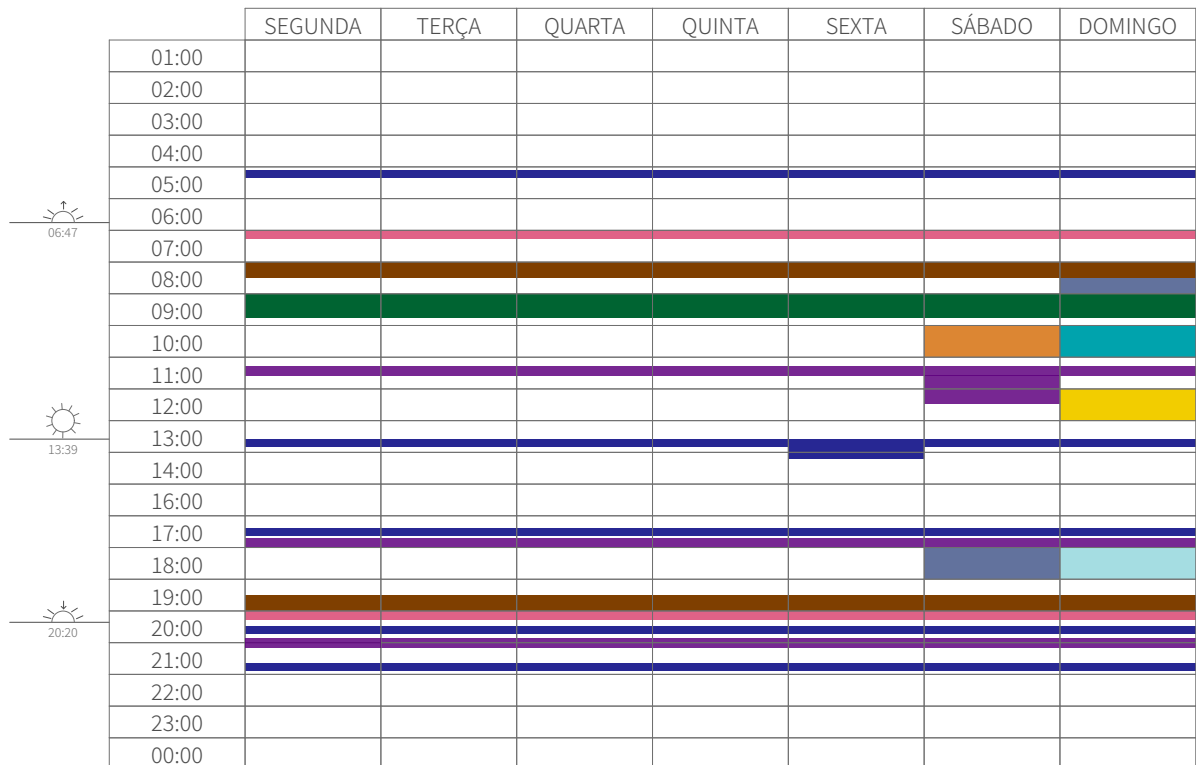
Magrib: ao pôr do sol

Ishá: ao fim da tarde

Estas orações devem ser realizadas de acordo com o sol, sendo que as suas horas variam e, quanto mais longe do equador, mais discrepantes são as diferenças entre o verão e o inverno. Cada oração toma cerca de quinze minutos, à exceção de sexta-feira ao meio-dia, que é mais longa. Dado que é a religião com mais compromissos diários, são os muçulmanos que usam mais frequentemente os espaços multirreligiosos, ocupando-os durante grande parte da tarde no inverno.

⁸ O cálculo desta direção, para qualquer uma das religiões, não exige uma precisão absoluta, já que estes espaços não são específicos de cada religião (Velasco, 2011).

SEMANA DE 19 A 25 DE ABRIL DE 2021



O judaísmo também tem uma prática de três encontros diários mas os seus horários são mais flexíveis.

shajarit: oração da manhã

mincha: oração da tarde

ma'ariv: oração da noite

A oração da tarde e da noite podem ser comprimidas numa só, o que permite que os crentes judeus usem a sala apenas duas vezes por dia. É importante salientar que os judeus podem rezar sozinhos mas, quando o fazem em comunidade, têm de ter um quórum mínimo de dez homens para a realização da reunião - *minyan*. Ainda assim, judeus menos tradicionais não serão impedidos de realizar a reunião sem a presença deste número de crentes do sexo masculino, que é provável que só se reúna no *Shabat*.

Em momentos de maiores festividades, várias datas e horários podem coincidir, o que pode tornar o calendário de difícil regulação. Ao fazer um ensaio para o ano de 2021⁹, ainda que, a nível de datas, não se apresentem muitas confluências, não pode ser esquecido que estas celebrações têm de ser articuladas com o normal funcionamento das outras fés. Este problema só pode ser resolvido com a existência de espaços alternativos ou, por exemplo, com a pré-definição de que, à semelhança do *Ceremonirummet*, o espaço é destinado a celebrações importantes e não à rotina religiosa do dia-a-dia.

COMPATIBILIDADE ENTRE USOS COLETIVOS E INDIVIDUAIS

Dependendo de onde se encontram, os espaços multiconfessionais podem ter usos mais ou menos coletivos. O uso individual será sempre mais preponderante e menos complicado do ponto de vista da gestão do espaço; por outro lado, o uso coletivo leva a uma pré-marcação e a uma gestão atenta, podendo impedir uma visita individual de um membro de outra religião, no momento em que decorre a cerimónia coletiva.

Por exemplo, as cinco orações diárias muçulmanas, devido à flexibilidade da sua prática, realizam-se de modo individual; mas, à sexta-feira, a oração comunitária tem outras exigências espaciais. O judaísmo, por seu lado, ao requerer um quórum mínimo de dez homens, faz com que as três orações diárias sejam coletivas. No budismo, a meditação pode ser individual mas, no caso de ser guiada, também é coletiva.

⁹ O calendário, consultável na página seguinte, foi elaborado para o ano de 2021 e para o contexto religioso português, de acordo com o que foi estudado na primeira parte da dissertação.

CALENDÁRIO MULTIRRELIGIOSO 2021

JANEIRO

1	S	
2	S	
3	D	
4	S	
5	T	PROTESTANTES E EVANGÉLICOS
6	Q	
7	Q	ORTODOXOS
8	S	
9	S	
10	D	ADVENTISTAS
11	S	
12	T	
13	Q	PROTESTANTES E EVANGÉLICOS
14	Q	
15	S	
16	S	
17	D	
18	S	
19	T	
20	Q	
21	Q	
22	S	
23	S	
24	D	
25	S	
26	T	
27	Q	
28	Q	?
29	S	
30	S	
31	D	

FEVEREIRO

1	S	
2	T	
3	Q	
4	Q	
5	S	
6	S	
7	D	
8	S	CATÓLICA
9	T	
10	Q	
11	Q	
12	S	ORTODOXOS
13	S	CATÓLICA
14	D	
15	S	CATÓLICA
16	T	ADVENTISTAS
17	Q	CATÓLICA
18	Q	
19	S	
20	S	
21	D	
22	S	
23	T	
24	Q	
25	Q	
26	S	MÓRMON
27	S	
28	D	

MARÇO

1	S	
2	T	
3	Q	
4	Q	
5	S	
6	S	
7	D	ORTODOXOS
8	S	
9	T	
10	Q	ORTODOXOS
11	Q	
12	S	ADVENTISTAS
13	S	ORTODOXOS
14	D	ORTODOXOS
15	S	ORTODOXOS
16	T	
17	Q	
18	Q	ORTODOXOS
19	S	
20	S	
21	D	ORTODOXOS
22	S	
23	T	
24	Q	
25	Q	
26	S	
27	S	
28	D	CATÓLICA
29	S	TESTEMUNHAS DE JEOVÁ
30	T	
31	Q	TESTEMUNHAS DE JEOVÁ

ABRIL

1	Q	MÓRMON
2	S	ORTODOXOS
3	S	
4	D	ORTODOXOS
5	S	
6	T	
7	Q	
8	Q	MÓRMON
9	S	
10	S	
11	D	
12	S	
13	T	ADVENTISTAS
14	Q	PROTESTANTES E EVANGÉLICOS
15	Q	MÓRMON
16	S	
17	S	
18	D	
19	S	
20	T	ADVENTISTAS
21	Q	ADVENTISTAS
22	Q	
23	S	
24	S	ORTODOXOS
25	D	ORTODOXOS
26	S	
27	T	ADVENTISTAS
28	Q	
29	Q	
30	S	MÓRMON

MAIO

1	S	ORTODOXOS
2	D	
3	S	
4	T	
5	Q	
6	Q	
7	S	
8	S	ORTODOXOS
9	D	
10	S	
11	T	
12	Q	
13	Q	
14	S	
15	S	
16	D	
17	S	
18	T	MÓRMON
19	Q	
20	Q	
21	S	
22	S	
23	D	
24	S	
25	T	
26	Q	
27	Q	
28	S	
29	S	
30	D	
31	S	

JUNHO

1	T	
2	Q	
3	Q	CATÓLICA
4	S	
5	S	
6	D	
7	S	
8	T	
9	Q	
10	Q	
11	S	
12	S	
13	D	
14	S	
15	T	
16	Q	PROTESTANTES E EVANGÉLICOS
17	Q	
18	S	
19	S	
20	D	ORTODOXOS
21	S	
22	T	
23	Q	
24	Q	CATÓLICA
25	S	
26	S	
27	D	
28	S	
29	T	
30	Q	



CATÓLICA



ADVENTISTAS



ORTODOXOS



PROTESTANTES E EVANGÉLICOS



TESTEMUNHAS DE JEOVÁ



MÓRMON

FONTE: <https://www.interfaith-calendar.org/2021.htm> (visitado a 10 de fevereiro de 2021)

JULHO

1	Q	
2	S	
3	S	
4	D	
5	S	
6	T	
7	Q	
8	Q	
9	S	
10	S	
11	D	
12	S	
13	T	BUDISTA
14	Q	
15	Q	
16	S	
17	S	
18	D	
19	S	
20	T	MUÇULMANA
21	Q	MUÇULMANA
22	Q	MUÇULMANA
23	S	MUÇULMANA
24	S	BUDISTA
25	D	
26	S	
27	T	
28	Q	
29	Q	
30	S	
31	S	

AGOSTO

1	D	
2	S	
3	T	BUDISTA
4	Q	
5	Q	
6	S	
7	S	
8	D	
9	S	
10	T	
11	Q	
12	Q	
13	S	
14	S	
15	D	CRISTÃOS
16	S	
17	T	JUDEU
18	Q	MUÇULMANA
19	Q	
20	S	
21	S	
22	D	HINDU
23	S	
24	T	
25	Q	
26	Q	
27	S	
28	S	
29	D	
30	S	
31	T	

SETEMBRO

1	Q	
2	Q	
3	S	
4	S	
5	D	
6	S	JUDEU
7	T	JUDEU
8	Q	
9	Q	
10	S	HINDU
11	S	
12	D	
13	S	JUDEU
14	T	
15	Q	
16	Q	
17	S	
18	S	
19	D	
20	S	
21	T	
22	Q	
23	Q	
24	S	
25	S	
26	D	
27	S	
28	T	JUDEU
29	Q	JUDEU
30	Q	

OUTUBRO

1	S	
2	S	
3	D	
4	S	
5	T	
6	Q	
7	Q	HINDU
8	S	HINDU
9	S	HINDU
10	D	HINDU
11	S	HINDU
12	T	HINDU
13	Q	HINDU
14	Q	HINDU
15	S	HINDU
16	S	
17	D	
18	S	MUÇULMANA
19	T	
20	Q	SIKH
21	Q	
22	S	
23	S	
24	D	
25	S	
26	T	
27	Q	
28	Q	
29	S	
30	S	
31	D	SIKH

NOVEMBRO

1	S	CRISTÃOS
2	T	
3	Q	
4	Q	
5	S	HINDU
6	S	
7	D	
8	S	
9	T	
10	Q	
11	Q	
12	S	
13	S	
14	D	
15	S	
16	T	
17	Q	
18	Q	
19	S	
20	S	
21	D	
22	S	
23	T	
24	Q	SIKH
25	Q	
26	S	
27	S	
28	D	
29	S	JUDEU
30	T	JUDEU

DEZEMBRO

1	Q	JUDEU
2	Q	JUDEU
3	S	JUDEU
4	S	JUDEU
5	D	JUDEU
6	S	JUDEU
7	T	
8	Q	BUDISTA
9	Q	
10	S	
11	S	
12	D	
13	S	
14	T	
15	Q	
16	Q	
17	S	
18	S	
19	D	
20	S	
21	T	
22	Q	
23	Q	
24	S	CRISTÃOS
25	S	CRISTÃOS
26	D	
27	S	
28	T	
29	Q	
30	Q	
31	S	

CRISTÃOS



JUDU



BUDISTA



MUÇULMANA



SIKH



HINDU

POSICIONAMENTO DURANTE O CULTO

O posicionamento dos crentes e possíveis oradores é outra questão que pode gerar incompatibilidades no uso do espaço, especialmente se a sala é usada várias vezes ao dia. Para este aspeto, é possível dividir as religiões em duas categorias:

- aquelas cujos crentes assistem ao culto sentados em cadeiras ou bancos, sendo que entram no templo calçados – como os cristãos, os judeus e outros grupos religiosos ocidentais.
- e, por outro lado, as religiões cujos crentes se sentam diretamente no chão e, por isso, entram no templo descalços – é o caso dos muçulmanos, da maior parte dos budistas, hindus e da generalidade dos grupos religiosos orientais e africanos.

Assim, pode concluir-se que estes dois tipos de religião têm uma gestão e normas de higiene distintas, sendo que a segunda implica que haja uma limpeza mais frequente do chão, já que os crentes se sentam diretamente nele ou em tapetes, ajoelhando-se ou mesmo deitando-se, tocando no chão com a cabeça e com as mãos.

Deste modo, quando ambas as categorias partilham o mesmo espaço, aquilo que Velasco (2014) recomenda é que haja uma limpeza muito frequente do chão e que o género de cadeiras e bancos escolhidos sejam de fácil remoção, dando lugar a tapetes.

ELEMENTOS DE DESENHO

«Na maioria dos casos, a melhor opção será a mais simples: aquela que melhor se adaptar ao espaço existente, não estiver em discrepância com o seu contexto e que entrar em harmonia com o que a rodeia.»¹⁰
(Velasco, 2014: 7)

Naturalmente, o desenho geral dos espaços deve ser cuidado e evitar alusões que possam trazer constrangimentos – por exemplo, uma planta em cruz não será agradável para os não cristãos e, para além disso, não é uma forma flexível e poderá gerar espaços inutilizáveis e pouco económicos.

Tendencialmente, o desenho destes espaços é de planta centralizada – circular, hexagonal ou octogonal, já que as suas múltiplas orientações permitem agradar às várias religiões. Este tipo de planta permite, também, a criação de uma espécie de fórmula que pode ser aplicada em diferentes pontos geográficos, procurando homogeneizar plantas. Para além disso, ainda que tenham defeitos como uma construção mais cara ou a criação de «espaços mortos», são consideradas esteticamente apelativas, singulares e até simbólicas.

¹⁰ *«In most cases the best option will always be the simplest: the one that most easily adapts to the space available, does not fall out of line with the rest and presents a certain harmony.»*

Também as plantas quadrangulares são apropriadas, já que a orientação nunca será tão definida como numa forma retangular e que a direção de Jerusalém, Meca ou de este é facilmente marcada numa parede.

Seja qual for a forma, as proporções da sala não devem ser muito reduzidas, já que isso pode ser dissuasivo¹¹. Estes edifícios tendem a ser particularmente excepcionais, tendo uma natureza potencialmente representativa, o que se pode traduzir nas opções arquitetónicas, levando a uma necessidade de maiores investimentos. Assim, podem assumir-se construções de maiores dimensões e maior presença e visibilidade urbana, sendo um edifício de exceção no que toca à malha construída.

Uma exigência da fé muçulmana é o acesso à água corrente para que os crentes possam lavar-se antes das orações. Segundo Velasco (2014), a localização das instalações sanitárias perto dos espaços de oração deve ser suficiente. É importante, também, a disponibilização de uma peça de mobiliário onde se possam guardar os sapatos para as religiões em que é obrigatório entrar-se descalço no templo.

A acústica é também um fator fundamental, já que muitas cerimónias incluem orações, cantos ou até mesmo percussões, que podem interferir com outras atividades. Esta é uma questão premente, especialmente em hospitais ou outros lugares onde o ruído pode ser incomodativo – por isso, é necessário um isolamento acústico que cubra também o teto. Ainda que possa parecer uma questão menor, evitar incomodar as atividades que rodeiam o templo é um passo fundamental para a sua aceitação.

Velasco (2014) salienta ainda a necessidade de um espaço de arrumos, seja na forma de sala à parte ou de um armário com cacifos, onde se possam armazenar os materiais de cada religião nos momentos em que não estão a ser usados, uma vez que estes não devem ser fixos.

Para as religiões em que a confissão – ou outra prática semelhante – é um dos rituais, deve ser reservada uma área para o efeito, assim como material móvel que permita uma barreira entre quem fala e quem ouve.

Também para as religiões em que é necessária a separação de géneros deve ser garantido um meio de o fazer, no mínimo, através de uma cortina.

Ainda que a satisfação de todos os crentes e todas as fés seja um objetivo difícil de alcançar, devem ser feitos os devidos esforços para que determinadas necessidades básicas sejam garantidas. Para tal, é necessário encontrar um equilíbrio entre os costumes e exigências mais específicas das diversas fés e as cedências que têm de se fazer na implementação e gestão destes espaços para evitar eventuais desconfortos.

¹¹ Estando o espaço ocupado por alguém de uma religião, não permitindo que outra pessoa, de uma religião distinta, ocupe um lugar com uma certa distância da primeira, pode desmotivar o uso do espaço.

PROPOSTA DE DOIS MODELOS DE FRANCISCO VELASCO (2014)

Velasco (2011), em Espanha, destaca modelos de templos multiconfessionais que contam com uma sala católica e outra para as restantes fés, ou até capelas católicas que cedem pontualmente o seu espaço a outras confissões. Por representarem uma distinção específica entre religiões, o historiador considera que não deveriam ser exemplos a seguir e propõe que se caminhe na direção dos modelos que serão em seguida apresentados. Nestes modelos, são propostas salas de uso partilhado, de desenho neutro, em que a simbologia de cada religião tem de ser móvel e removida depois de cada culto – o que implica a existência de um espaço de armazém onde se possam guardar estes instrumentos. Podem ser utilizadas por crentes convictos ou por pessoas cuja ligação religiosa é difusa, pequena ou nenhuma, em cultos coletivos ou de forma individual.

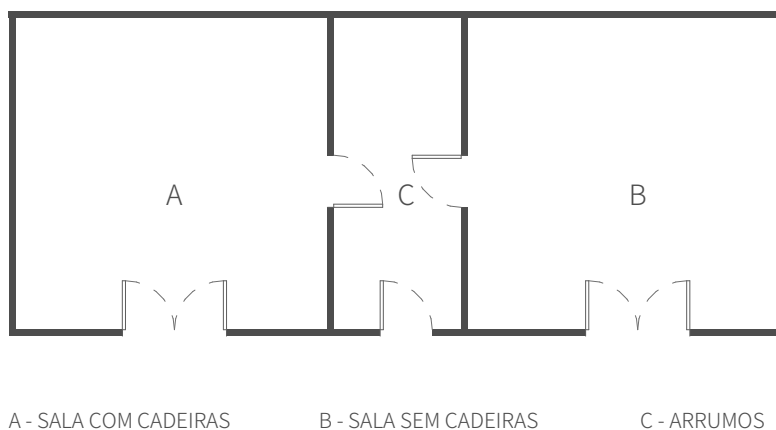
Os modelos propostos pelo autor são com vista a aplicar em instituições que queiram implementar um espaço multirreligioso, fornecendo-lhes guias para o efeito. Ainda que, na presente dissertação, a proposta seja um templo isolado de qualquer instituição, em edifício próprio e desenhado para o efeito, as guias e ideias propostas podem contribuir para soluções necessárias ao projeto.

DUAS SALAS, UMA COM CADEIRAS E OUTRA SEM

Neste modelo, Velasco divide o espaço em duas salas, ambas quadradas e desenhadas sobre guias completamente neutros. Uma das salas teria cadeiras ou bancos, para aqueles que usam estes objetos durante o culto. A outra sala não teria cadeiras e poderia ser usada por aqueles que normalmente se sentam diretamente no chão e que se descalçam à entrada. Qualquer uma das salas poderia ser usada por aqueles que apenas procuram um momento de sossego e introspeção, sendo que a única coisa que varia é a opção de ficarem sentados numa cadeira/banco ou no chão/tapete. Ambas as salas estariam desprovidas de qualquer referência religiosa à exceção da marca da direção de Meca, Jerusalém e da orientação de este, para os cristãos ortodoxos. Na sua separação, estaria uma área de arrumos, que serviria também como um pequeno escritório que poderia ser usado em conversas mais privadas, contribuindo, para além disso, para o isolamento acústico entre as duas salas.

Na área de arrumos, Velasco propõe que haja apenas espaço suficiente para uma secretária – já que poderia servir também de escritório a um gestor do espaço –, uma mesa/altar, uma estante portátil e um armário com cacifos para armazenar os instrumentos religiosos.

Velasco defende que este modelo evita problemas no horário/calendário do uso dos espaços, assim como o problema da higienização dos mesmos, já que aqueles que entram calçados e os que entram descalços estão destinados a salas distintas e, por fim, facilita a logística de ter de retirar as cadeiras da sala para cada culto que não as requer.



i/ 23. Planta esquemática da aplicação da proposta

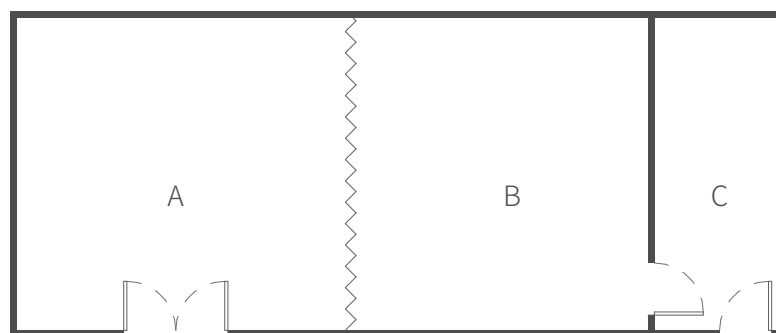
DUAS SALAS LIGADAS POR UMA PORTA DE CORRER

O modelo anteriormente apresentado gera um problema: o facto de uma sala poder não ter área suficiente para acolher cerimónias de grande afluência. Talvez seja essa a razão pela qual a maioria dos espaços multirreligiosos opta por uma única sala de planta ampla, em detrimento de duas salas mais pequenas.

O problema maior de ter uma única sala é que a sua manutenção tende a ser negligenciada, pelo que está frequentemente desarrumada e suja para quem pratica o culto no chão, para além de que a organização de horários e calendários pode tornar-se um pesadelo, o que leva a que potenciais utentes desta sala desistam de a visitar.

Por estas razões, Velasco propõe que se mantenha a opção das duas salas mas, desta vez, separadas por um instrumento amovível, como uma porta de correr – assim, nas cerimónias de grande afluência, a separação pode ser retirada de forma a usufruir-se da sala na sua total amplitude. Esta solução pode trazer problemas acústicos entre as salas, já que tal separação, mesmo quando em uso, dificilmente oferecerá um bom isolamento. Também a localização da sala de arrumos/escritório pode ser um problema¹².

Quando aberta, assumindo uma forma retangular, a sala deverá ser usada na direção de um dos lados mais pequenos, preferencialmente aquele que não tiver a entrada para a sala de arrumos.



A - SALA COM CADEIRAS

B - SALA SEM CADEIRAS

C - ARRUMOS

i/ 24. Planta esquemática de aplicação da proposta

¹² Uma solução poderá ser que esteja perto da sala que contém cadeiras/bancos já que, tendencialmente, esta albergará as fés que tiram partido dos objetos mais volumosos, como o altar ou a estante.

“O elemento chave na hora de implementar salas multiconfessionais é justamente adequar os seus parâmetros de desenho e gestão à qualidade dos espaços partilhados. Portanto, a opção que se defenderá como mais adequada será a que assegura que todos os espaços são partilhados e que não existe um destaque confessional em nenhum deles. Esta opção apresenta vantagens tanto de caráter sociológico, como jurídico, histórico ou filosófico»¹³
(Velasco, 2011: 32)

Fala-se, obviamente da primazia do método negativo. No entanto, os guias de Velasco, ainda que garantam uma certa harmonia entre utentes e ofereçam dicas importantes para a organização do espaço, em nada ajudam a evitar as questões anteriormente levantadas por Crompton.

Decidiu-se, por isso, procurar os elementos que poderiam ser transversais às várias religiões. Deste modo, poder-se-ia, em simultâneo, manter a neutralidade e estimular soluções arquitetónicas mais vivas e dinâmicas.

¹³ «El elemento clave a la hora de implementar salas multiconfesionales es justamente adecuar sus parámetros de diseño y gestión a su cualidad de espacios compartidos. De hecho la opción que se defenderá como más adecuada en estas páginas será la que plantea que todos los espacios sean compartidos y que no exista una adscripción confesional en ninguno de ellos. Esta opción presenta ventajas tanto de carácter sociológico, como jurídico, histórico o filosófico.»

«A construção de um espaço sagrado é, para os humanos, determinante – mas, ainda assim, desnecessária. O espaço sagrado é uma conceção humana e não divina. Dizemos que construímos para Deus, mas construímos para nós mesmos. O espaço sagrado faz-nos humanos. É por isto que os lugares que concebemos para encontrar o divino são tão fascinantes.»
(Michael J. Crosbie *in* Hoffman, 2010: IX)

«The making of sacred place is, for humans, critical-yet otherwise unnecessary. Sacred place is a human construct, not a divine one. We say we build for God, but we build for ourselves. Sacred space makes us human. This is why the places we create to meet the divine are so fascinating.»

2. TRANSVERSALIDADES DO ESPAÇO SAGRADO

DEFINIÇÃO DE ESPAÇO SAGRADO

Muitos grupos religiosos dão pouca importância ao espaço em que se encontram, sendo o único elemento fundamental a reunião, vivendo o sagrado no encontro e união dos crentes. No entanto, o espaço sagrado deve ser, como observado por Durkheim, um espaço notoriamente destacado do espaço profano, que serve de habitat aos seres sagrados.

Mircea Eliade¹⁴ (2016) define hierofania como o ato da manifestação do sagrado em total contraste com o profano. Assim, o espaço, para o homem religioso, é heterogêneo e apresenta ruturas, com porções qualitativamente diferentes umas das outras, sendo o espaço sagrado o único que é real. Os outros espaços são amorfos, são apenas aquilo que circunda o sagrado – tornando-o o centro de tudo, o ponto fixo por onde o mundo se orienta. Esta centralização do sagrado é marcada pelo *axis mundi*, que estabelece a ligação entre os três níveis: o superior, o intermédio e o inferior – céu, terra e subterrâneo. Este eixo é normalmente representado por um elemento vertical, que pode ser uma montanha, uma árvore ou uma coluna, por exemplo. Não obstante, o autor refere que esta ligação entre os níveis também pode ser feita pelo vazio – por exemplo, os santuários mais antigos, como o Stonehenge, eram a céu aberto ou apresentavam uma abertura na cobertura, – como o óculo da cúpula do Panteão – simbolizando a rutura dos níveis e a comunicação com o transcendente (Eliade, 2016).

Douglas Hoffman¹⁵, procura elementos arquitetónicos transversais a diversos espaços religiosos, isolando-os de forma a entender como a arquitetura pode evocar o sagrado e quais as qualidades atmosféricas em que isso acontece.

¹⁴ Mircea Eliade (1907-1986) foi um filósofo romeno que teve uma grande contribuição para a ciência das religiões.

¹⁵ Douglas Hoffman é um arquiteto e professor norte americano, que trabalhou com várias organizações religiosas na construção dos seus templos e é autor de vários artigos e livros sobre arte e arquitetura religiosa.



i/25. Monte Fuji é um lugar sagrado para os praticantes da religião Shinto, a fé indígena japonesa.



i/26. Stonehenge é uma misteriosa construção do período neolítico que se associa a rituais religiosos relacionados com ciclos agrícolas.



i/27. Igreja sobre a água, Tadao Ando, 1988, Japão

Referenciando James Swan, o autor dá conta de três tipos de espaços sagrados:

1. Um cenário natural, cujo caráter sagrado deriva da própria natureza – como o Monte Fuji, no Japão;
2. O espaço em que o todo parece condensar-se num *statement* simbólico, um microcosmo dentro do macrocosmo – como o Stonehenge;
3. O espaço construído pelo homem, onde um lugar é marcadamente especial apenas pela presença de sinalização, independentemente da sua forma e tamanho.

Um lugar sagrado evoca e organiza memórias, imagens, sentimentos e significados, sendo a arquitetura o contendor para essa experiência individual e coletiva. Alimenta a experiência religiosa, trazendo-lhe verdade, usando ambiguidades espaciais, luz e sombra, para levar a mente para outros sítios (Hoffman, 2010).

«Por outras palavras, um arquiteto de um edifício religioso tem de responder não só a critérios físicos e funcionais mas também a questões metafísicas de arquétipos e atmosferas.»
(Hoffman, 2010: 10)¹⁶

Dirigindo o foco para o espaço sagrado construído pelo homem, Rudolph Otto¹⁷ define o estado de espírito resultante da experiência primária e irreduzível do encontro com o sagrado como algo numinoso¹⁸. Segundo Otto, esse estado de espírito é inerente à atmosfera de antigos monumentos religiosos. Há três características que o teólogo aponta para identificar o numinoso nesses lugares: a escuridão, o silêncio e o vazio. Para Otto, essa escuridão deve ser contrastada com vestígios de luz, sendo que o místico começa com a semi-escuridão e, para além disso, refere o silêncio como uma consequência dessa presença numinosa. Segundo o teólogo, a experiência com o sagrado não pode ser simplesmente ensinada, tem de ser evocada e despertada.

«Este entendimento da necessidade de evocar ou despertar a experiência espiritual demonstra-se instrumental na relação da arquitetura com o sagrado. Como uma forma física inerte, a arquitetura não pode ensinar per se mas pode providenciar marcadores para despertar a consciência.»
(Hoffman, 2010: 6)¹⁹

¹⁶ *«In other words, the religious building architect must respond not only to physical and functional criteria but also to metaphysical concerns of archetype and atmosphere.»*

¹⁷ Rudolph Otto (1869 – 1937) foi um teólogo luterano alemão, influenciado por Carl Jung e Mircea Eliade.

¹⁸ No dicionário da língua portuguesa, este termo surge como algo simplesmente relativo a divindade, no entanto, é um conceito mais abrangente, com que Otto define a emoção espiritual ou religiosa.

¹⁹ *«This understanding of the need to evoke or awaken the spiritual experience proves instrumental in comprehending the relationship of architecture to the sacred. As a physically inert form, architecture cannot teach per se, but it can provide the markers to awaken consciousness.»*

Hoffman diferencia espaço e lugar. Enquanto, para o autor, espaço é um conceito mais abstrato, este evolui para a condição de lugar a partir do momento em que começa a ser dominado e revestido de valor. O lugar e o ritual vivem numa relação simbiótica, já que um lugar é feito sagrado por rituais, mas o próprio lugar é uma componente fundamental do ritual por direcionar a atenção.

Muitas vezes, quando a hierofania não é evidente, apenas um sinal é suficiente para distinguir um lugar sagrado, podendo desencadear a experiência espiritual. O papel de um sinal torna-se particularmente relevante ao entender que pode enfatizar o papel de uma determinada solução arquitetônica.

ELEMENTOS DE UM ESPAÇO SAGRADO

Hoffman (2010) pergunta-se: o ambiente sagrado de um cenário religioso transcende distinções entre religiões? Sabe-se que o sagrado se manifesta de formas diversas nas diferentes fés. No islamismo, a imagem do divino não pode ser representada de forma literal, pelo que a arquitetura das mesquitas é pautada por uma geometria rigorosa, sendo essa uma forma abstrata de representar o sagrado. Nas sinagogas, sendo a maioria delas construídas com o templo de Salomão como principal referência, desenvolve-se numa sequência de espaços cada vez mais sagrados, que culminam na arca, que contém a *Torah*²⁰.

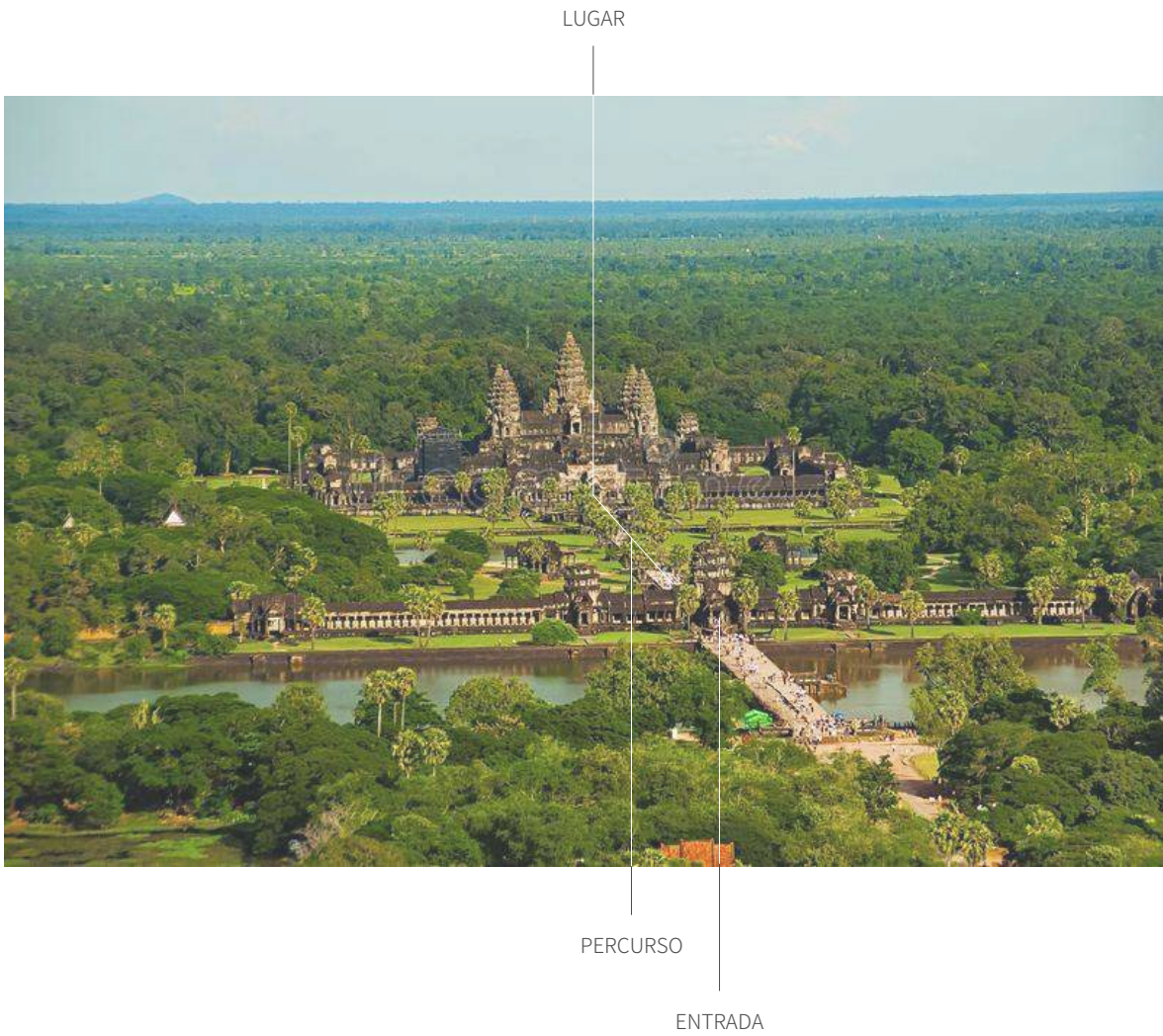
Na procura de momentos que lhe parecem transversais a qualquer espaço sagrado, independentemente da religião a que se destinam, Hoffman baseia-se em diversos autores²¹. Esses momentos transformam-se em metáforas para a experiência espiritual e são eles a entrada, o percurso e o lugar²², que representam, respetivamente, o desejo, a procura e a satisfação de uma vontade espiritual.

A entrada é a clara divisão entre um mundo e outro, representando o início da transcendência, procurando separar o caos do mundo exterior da paz do mundo interior; o percurso simboliza a viagem, a procura e o tempo de transformação, em que o crente ganha conhecimento e desperta a consciência nesse caminho, como um processo de cura; por fim, o lugar representa a chegada, a satisfação dessa necessidade espiritual, sendo o ponto focal do templo. Por isso, o percurso tem uma direção muito marcada e uma continuidade que inclui origem e destino, ou seja, entrada e lugar.

²⁰ A arca é o lugar mais sagrado de uma sinagoga, sendo facilmente reconhecível pelas portas decoradas e pelas cortinas.

²¹ Anthony Lawlor, Thomas Barrie, Kevin Lynch, Jonathan Smith e, mais uma vez, Rudolf Otto.

²² Estes termos são uma tradução: entrada – *gate/threshold*; percurso – *path/ritual entry*; lugar – *place*. Este último pode ter variações, especialmente quando em referência ao interior do edifício, como altar – *cosmic house/lotus seat*.



i/ 28. Ideia de percurso exterior no templo de Angkor Wat, séc. XII, Camboja

Em todos estes momentos, o *axis mundi* está frequentemente presente, seja em elementos que, pela sua escala monumental, apelam a que se dirija o olhar para cima – como pórticos e altares –, seja pelo pé direito do espaço em que se encontra o transeunte.

«A totalidade da experiência arquitetónica, no entanto, é uma síntese poderosa de vários meios usados para comunicar temas simbólicos... Para além disso, não é uma experiência estática, como a observação de uma obra de arte, nem uma experiência passiva, como ouvir alguém contar um conto popular, mas sim uma experiência dinâmica em que o participante, movendo-se pelo edifício, apreende as suas mensagens, tanto espacialmente como temporalmente.»

(Thomas Barrie *apud* Hoffman, 2010: 11)²³

Hoffman divide os marcadores de um lugar em três categorias: elementos arquitetónicos, elementos arquetípos e elementos atmosféricos.

ELEMENTOS ARQUITETÓNICOS

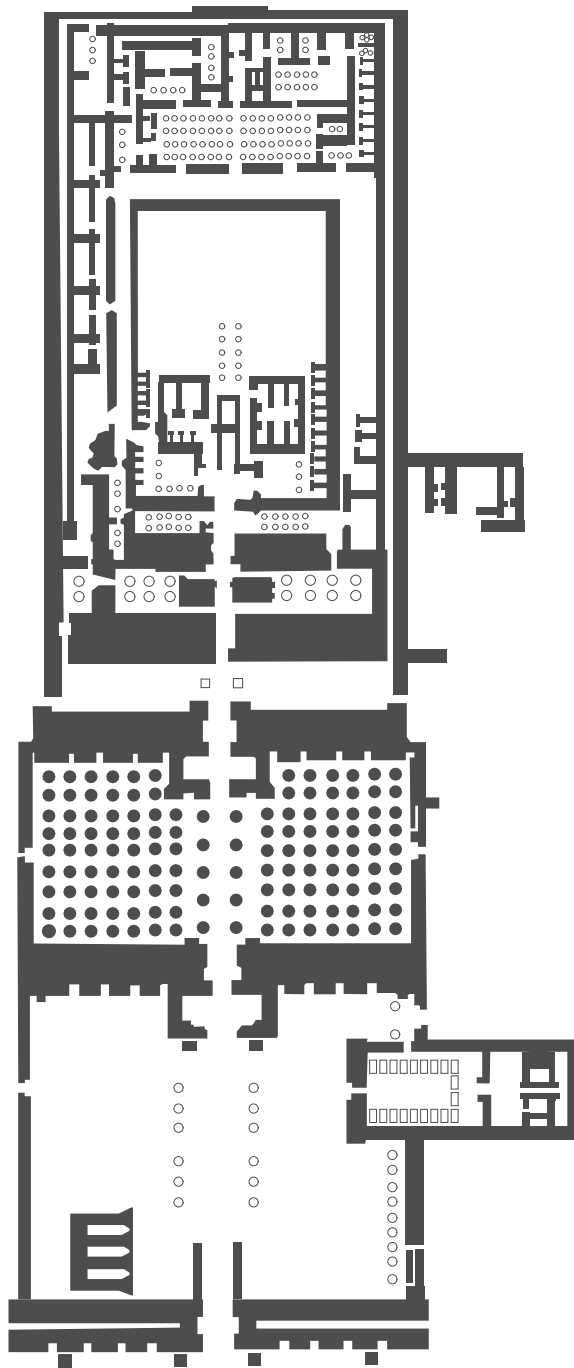
Os elementos arquitetónicos, ao derivarem do conceito de movimento ritualizado, vão buscar os momentos já mencionados de entrada, percurso e lugar, trazendo a sacralidade a um itinerário comum. Estes momentos obrigam a que seja dada especial atenção ao seu desenho, contribuindo para uma exaltação da sua presença e simbolismo no edifício religioso, participando na sua atmosfera sagrada. Um crente não percorre este caminho uma só vez mas sim frequentemente, de forma quase cíclica, começando pelo facto de acontecer pelo menos duas vezes na visita ao templo – no exterior e no interior.

A primeira entrada é, por isso, ainda no exterior, normalmente associada a um portal²⁴ que permite o atravessamento de muros para uma área ainda exterior mas já de domínio do templo. Sugere-se que a devoção implica preparação por parte dos crentes, pelo que esta é a entrada para uma espécie de antecâmara que antecede o templo. Mesmo que os limites não sejam impostos de forma tão preponderante quanto elementos que impeçam a passagem, como muros ou arbustos, as escadas que antecedem e elevam um templo podem ser consideradas, até, entrada e percurso em simultâneo.

O percurso exige delineamento, continuidade e direccionalidade, marcas reconhecíveis que o definam, assim como os seus pontos de origem e destino. Será o caminho que leva o transeunte da entrada do recinto ao primeiro lugar – que poderá ser a entrada do templo. Ainda assim, é um lugar de reunião. É um espaço que simboliza a transcendência, por ser o fim da preparação para o culto, pode ser este lugar a entrada para o templo.

²³ «*The totality of the architectural experience, however, is a powerful synthesis of the various media used to communicate symbolic themes Moreover, it is not a static experience, such as the viewing of art, nor a passive one such as listening to the retelling of a folkstale [sic], but a dynamic experience in which the participant, moving through the architecture apprehends its messages both spatially and temporally.*»

²⁴ Hoffman refere-se a esta entrada como *gate*.



ESCALA 1/2000

i/ 29. Ideia de percurso interior no templo de Amon-Ra, séc. XVI a.C., Egipto

No interior, a entrada é feita através de um pórtico²⁵ e é considerado um momento significativo que reitera a passagem pelo portão exterior. O percurso dentro do templo é a sequência da entrada e de um deambular direcionado para o ponto focal por um corredor – seja ele axial, radial ou em grelha – e enquadra o movimento do ritual dentro do templo, sendo considerado uma continuação do caminho iniciado no exterior.

O lugar interior é o foco da devoção do templo. Pode ser o altar, o púlpito, a arca que contém a *Torah*, a mesa de leitura, o *mihrab*. É o ponto mais sagrado, o momento da verdadeira chegada.

ELEMENTOS ARQUÉTIPOS

Os elementos arquétipos derivam de uma forma primária de um subconsciente coletivo, são símbolos de uma ordem cósmica e de uma ligação inconsciente ao sagrado, tendo várias manifestações. Neste caso, o foco será no universal, religioso e no geométrico.

Os arquétipos universais referem-se aos antigos conceitos primários:

Terra: simboliza a vida, a fertilidade e a capacidade de cura e regeneração. Pode ser representada de várias formas, desde jardins à construção em adobe.

Ar: representa o céu, o paraíso e, muitas vezes, o depois da morte. Pode comumente ser representado por cúpulas, claraboias, clerestórios e outros elementos que tragam o céu para o interior do edifício.

Água: simboliza a renovação e o renascimento, algo purificador e regenerativo. Está muito frequentemente presente através de fontes, tanques, lagos.

Fogo: simboliza, entre outras coisas, a capacidade de iluminar. É um dos elementos mais comuns em cerimónias religiosas, representando a regeneração.

Os arquétipos religiosos são aqueles que estabelecem a comunicação com o sagrado, uma hierofania:

Axis mundi: como já mencionado, é um elemento vertical que simboliza o centro do mundo e a passagem de uma dimensão cósmica para outra.

Montanha: muitos templos são construídos no topo de montanhas que, para além de simbolizarem uma aproximação do céu, permitem um domínio sobre o território, não só numa atitude defensiva mas também anunciadora.

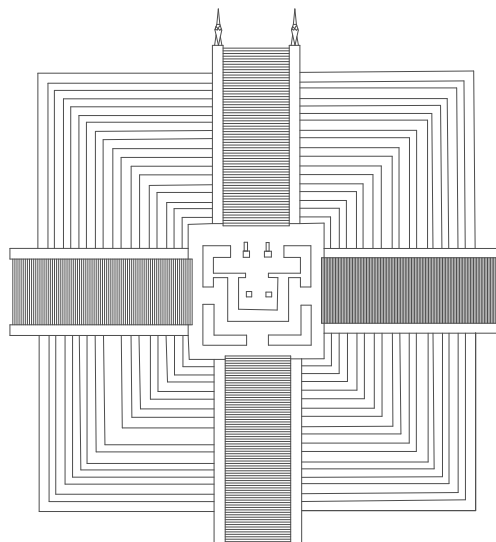
Árvore: podendo ser assumida como axis mundi, simboliza também o crescimento, a renovação e o conhecimento.

²⁵ Hoffman refere-se à entrada no interior do templo como portal.

Pedra: a pedra tem sido uma constante na marcação de lugares sagrados, religiosos ou fúnebres. É um material resistente, forte e duradouro, o seu transporte e trabalho são fisicamente muito exigentes – simboliza a constância, a longevidade e a superação, assim como a devoção extrema na conceção do lugar sagrado.

ELEMENTOS GEOMÉTRICOS

Desde a antiguidade clássica que existe a crença de que a geometria pode levar a uma visão espiritual, através das formas mais elementares do quadrado, do círculo, do triângulo e dos seus correspondentes volumétricos – cubo, esfera e pirâmide. «*Na filosofia da geometria, o círculo é o símbolo de uma unidade inerente, não expressamente manifestada, enquanto o quadrado representa essa unidade preparada para o manifesto.*»²⁶ (Robert Lawlor *apud* Hoffmna, 2010: 16) O diálogo entre os dois simboliza a interação do humano com o divino. O quadrado representa também as quatro orientações primárias – norte, sul, este e oeste – que tornam o espaço compreensível. O triângulo e a pirâmide são também, desde a antiguidade, olhados como formas sagradas – como se pode ver pelas pirâmides egípcias e pela Santíssima Trindade da religião cristã.



ESCALA 1/1000

i/ 30. Chichen Itzá, séc. XII, México

²⁶ «*In geometric philosophy the circle is the symbol of unmanifest Unity, while the square represents Unity poised, as it were, for manifestation.*»

ELEMENTOS ATMOSFÉRICOS

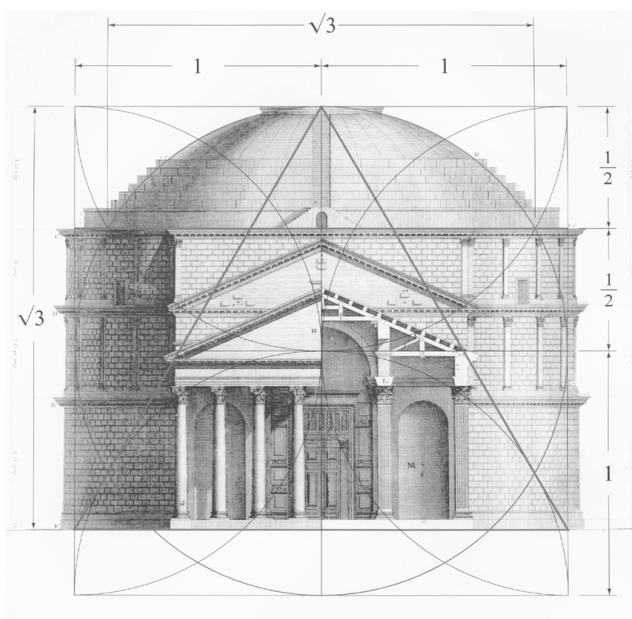
Os elementos atmosféricos permitem que haja múltiplas interpretações de um mesmo espaço sagrado. Dadas as ambiguidades permanentes neste tipo de espaços, a simbologia reside no *entre*, na transição de um estado para outro, no momento de transformação. Esta atmosfera exige que existam os dois pólos e promove a viagem entre eles como parte da experiência espiritual.

Som e silêncio: Otto, como já mencionado, definiu o silêncio como uma reação involuntária à presença numinosa – a quietude de um templo é algo muito característico e ganha uma nova dimensão quando contrastada com a profusão de som de uma liturgia.

Luz e escuridão: a sucessiva transição entre luz e escuridão torna-se mais veemente no efeito dramático da sombra e da luz natural ou até da meia-luz catártica de uma chama.

Cheio e vazio: A escassez e dispersão em grande parte do templo, posta em contraste com decorações efusivas no ponto focal, por exemplo, direcionando o olhar do crente.

Monumentalidade e humildade: Muitos templos são massivos, monumentais, com o objetivo de demonstrar ao homem que ele é pequeno. Conjugado com o ponto anterior do cheio e vazio, o «cheio» pode simbolizar a imensidão da causa, que é alimentada por ofertas de quem humildemente oferece o que tem.



i/31. Panteão romano, 126 d.C., Itália

UM MÉTODO DE ANÁLISE

A construção de uma grelha baseada nos elementos estudados é fundamental para uma análise e interpretação correta dos espaços religiosos.

A sua elaboração baseou-se num conjunto de perguntas sobre a preparação e a prática dos rituais das diversas religiões, assim como alguns aspetos da vivência e da construção dos templos, de forma a pôr em evidência um conjunto de situações a que o espaço deve responder:

Um primeiro grupo procura entender o **contexto** em que se insere o templo:

Está isolado ou inserido na malha urbana?

Como é a sua envolvente direta – como é feito o diálogo com a rua? Conta com um recinto exterior? Se sim, esse recinto é privado ou público? Como se desenrola o percurso exterior?

Qual é a orientação do templo?

Um segundo grupo explora como se procede o **acesso ao lugar de culto**:

É necessário que os crentes lavem partes do corpo antes de entrar no templo?

A entrada no templo é feita de sapatos ou descalça?

É necessário haver separação de géneros?

Como se desenrola o percurso no interior?

Um terceiro grupo dedica-se às **exigências do culto**:

Qual o posicionamento durante o culto – o crente está de pé, sentado em cadeiras ou deitado no chão? Qual a direção do seu corpo durante o ritual? O culto tem um orador ou líder? Existe movimento durante o culto – alguma deambulação ou percurso que seja ritualizado?

Quais os instrumentos necessários ao culto – é necessário uma mesa, um palco e/ou uma estante? São usados livros sagrados durante os rituais? Procede-se a algum tipo de oferendas que exijam armazenamento?

O culto contém leituras em voz alta ou cânticos?

Existe algum ritual que exija privacidade – uma conversa ou confissão?

Por fim, um quarto grupo procura registrar os **elementos** presentes nos templos:

Em relação aos elementos arquetípos, avalia-se a presença de água ou fogo durante um ritual, como é que se demonstra o elemento ar e se outros elementos estão presentes nos materiais de construção (por exemplo: terra ou pedra).

Avaliam-se, também, a presença de elementos geométricos e, finalmente, como se manifestam certos elementos atmosféricos.

Não se indaga sobre a representação do sagrado, já que o desenho do templo deve ser negativo, ou seja, sem a presença de símbolos religiosos, como explicado ao longo do primeiro capítulo desta segunda parte da dissertação, para que nenhum crente ou fé se sintam constrangidos.

Também não é feita a pergunta sobre se o culto é praticado sozinho ou em grupo, visto que o templo deve estar preparado para as duas situações, a fim de dar uma resposta polivalente: seja para um momento de oração solitária ou de celebração em comunidade.

A partir desta grelha, poder-se-ão encontrar as convergências e divergências nos espaços sagrados das diversas fés, de forma a conseguir entender as universalidades e exceções que terão de estar patentes no delineamento do programa e no desenho do projeto.

CONTEXTO		GEOGRÁFICO	ISOLADO
		DIÁLOGO COM A RUA	RECINTO E
			PRIVADO P
ROTINA DE ACESSO AO TEMPLO		ORIENTAÇÃO DO TEMPLO	
		ENTRADA NO TEMPLO	CALÇADO D
		NECESSIDADE DE LAVAR PARTES DO CORPO	
EXIGÊNCIAS DO CULTO		SEPARAÇÃO DE GÊNEROS	
		POSICIONAMENTO	POSICIONA
			DE PÉ SENTAD
		INSTRUMENTOS	PALCO
		LEITURAS CÂNTICOS	
PRIVACIDADE			
ELEMENTOS	ARQUÉTIPOS	ÁGUA	FOGO
	GEOMÉTRICOS		
	ATMOSFÉRICOS		

URBANO			
EXTERIOR	PERCURSO EXTERIOR		
PÚBLICO			
ESCALÇO	PERCURSO INTERIOR		
AMENTO	DIREÇÃO DO CORPO	LÍDER ORADOR	MOVIMENTO
O DEITADO			
CO	MESA	ESTANTE	LIVROS OFERENDAS
O	AR	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	

3. ESPAÇO ARQUITETÓNICO E RITUALIZAÇÃO

NOTA PRÉVIA

É a partir do estudo desenvolvido na primeira parte desta dissertação que são definidas as religiões analisadas neste capítulo. O contacto com as organizações religiosas, assim como as visitas aos templos, foram dificultadas pelas restrições impostas pela situação pandémica vivida nos anos de 2020 e 2021, pelo que o trabalho de campo que seria desejável para a investigação ficou impossibilitado.

Para cada religião, procedeu-se a um entendimento geral da mesma, estabelecendo-se conceitos base das suas crenças e rituais, para uma melhor compreensão da sua arquitetura. Toda esta informação se encontra no Anexo II.

Em relação ao cristianismo, dada a presença de muitas das suas variantes em Portugal, o trabalho de síntese torna-se difícil. Por isso, procurou definir-se aquilo que é comum entre todas, já que os rituais não diferem muito no que se refere à utilização do templo, fazendo alusão a algumas especificidades aquando da explicação das diferentes vertentes, consultáveis no respetivo capítulo do Anexo II.

CRISTIANISMO

CONTEXTO		GEOGRÁFICO	A maioria das igrejas são abertas para o exterior, já do lado de fora da reunião e/ou a entrada.
		DIÁLOGO COM A RUA	
		ORIENTAÇÃO DO TEMPLO	Das igrejas cristãs, a maioria é orientada para o leste.
ROTINA DE ACESSO AO TEMPLO		ENTRADA NO TEMPLO	
		NECESSIDADE DE LAVAR PARTES DO CORPO	NÃO
		SEPARAÇÃO DE GÊNEROS	
EXIGÊNCIAS DO CULTO		POSICIONAMENTO	POSICIONAMENTO: SENTADO, AJORADO, DE PÉ
		INSTRUMENTOS	PALESTRA, SINO, ORGANÃO
		LEITURAS CÂNTICOS	As leituras são feitas em voz alta.
		PRIVACIDADE	Em algumas igrejas, há espaços reservados para oração individual.
ELEMENTOS	ARQUÉTIPOS	ÁGUA	FO
		PARA O BATISMO que pode implicar imersão total na água	VEL
	GEOMÉTRICOS	Simbologia da planta em cruz latina e da planta em cruz grega.	
	ATMOSFÉRICOS	Espaços de penumbra pautados por pontos de luz. Espaços tendencialmente monumentais.	

igrejas inseridas na malha urbana isolam-se através da criação de um recinto de domínio privado da igreja. Delineia-se um percurso que culmina num adro de arcada, que antecede e marca a entrada no templo.

PERCURSO EXTERIOR

Em algumas igrejas, apenas a Igreja Ortodoxa exige que o templo esteja orientado para este.

CALÇADO		Os crentes, depois de entrarem, dirigem-se para o altar.	PERCURSO INTERIOR
Em algumas igrejas, os crentes molham os dedos na pia de água benta e benzem-se, purificando-se.			
NÃO			
ORNAMENTO	DIREÇÃO DO CORPO	LÍDER ORADOR	MOVIMENTO
DEBANHADO E DE PÉ	PARA O ALTAR	SIM	Os crentes levantam-se e, em algumas igrejas, circulam para receber a hóstia.
ALCO	MESA	ESTANTE	LIVROS OFERENDAS
SIM	SIM	SIM	Em algumas igrejas, a Bíblia pode estar disponível em pequenas estantes no espaço de oração.

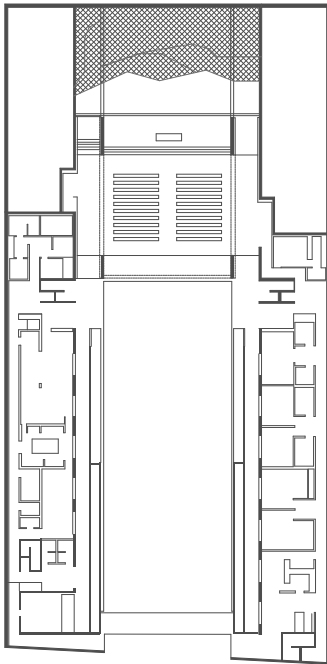
Realizadas pelo líder ou por algum crente. A música pode ser por meios remotos ou ao vivo.

Em algumas igrejas, é necessário um confessionário, que permita uma conversa sem permeabilidade visual entre o crente e o padre.

ARQUITETURA	ARQUITETURA	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Maioritariamente pedra, madeira e vidro
DETAHES	ELEMENTOS ARQUITETÓNICOS		

centralizada.

De luz, o silêncio contrastado pela a profusão das missas, a depuração que contrasta com a decoração detalhada dos interiores.



ESCALA 1/1000
i/34



i/32. Batismo evangélico



i/33. Pia batismal católica,
Igreja de Santa Maria, Marco de
Canaveses, Álvaro Siza, 1990-97



i/34. Igreja de Santo António, Portalegre, Carrilho da Graça, 2008

O posicionamento mais frequente de um templo cristão é afastado da rua – seja através de um recinto murado ou de um adro, que eleva o templo e o destaca da envolvente profana. É, muitas vezes, anunciado no alçado da cidade com as suas torres sineiras.

As plantas enquadram-se, por norma, num retângulo, encontrando-se o altar – o ponto focal – num dos lados mais pequenos, oposto à entrada. A entrada é feita com sapatos.

A liturgia é invariavelmente conduzida por um líder, cuja posição varia entre o altar e o centro do templo – como é o caso da igreja ortodoxa em alguns rituais –, e os crentes encontram-se sentados ou de pé encarando-o. Homens e mulheres assistem ao culto juntos e, por vezes, participam com leituras. Em alguns ramos do cristianismo, durante a cerimónia, os crentes levantam-se e dirigem-se em fila ao altar para receber a hóstia. Os cultos cristãos têm uma componente musical – seja remota ou ao vivo.

Muitos crentes procuram o templo fora dos momentos de cerimónia, como um local de introspeção e sossego. O ritual da confissão, característico da cristandade, obriga a que haja um lugar onde o padre e o crente possam conversar sem contacto visual entre eles.

No cristianismo existem vários rituais de passagem, sendo o mais importante e transversal o batismo, um ritual de iniciação. Enquanto nalguns ramos só implica molhar a cabeça do batizado, noutros implica a imersão total na água. É frequente que as crianças tenham educação religiosa, seja na escola, seja na comunidade onde se inserem.

Perto da entrada, encontra-se muitas vezes uma pia com água benta, para que os crentes se benzam – e purifiquem – ao entrar no templo. É frequente que os crentes acendam velas, em associação a uma prece. A luz é um factor importante na igreja – mesmo que seja pouca, é pensada e fundamental. As igrejas são, normalmente, muito imponentes, o que implica métodos e materiais construtivos que suportem essa monumentalidade, normalmente erguida em pedra.



i/ 35. Missa ortodoxa



i/ 36. Missa evangélica na CCLX

ISLAMISMO

CONTEXTO		GEOGRÁFICO	As mesquitas s rua. Podem ta de descalçar-s
		DIÁLOGO COM A RUA	
		ORIENTAÇÃO DO TEMPLO	Deve estar o
ROTINA DE ACESSO AO TEMPLO		ENTRADA NO TEMPLO	
		NECESSIDADE DE LAVAR PARTES DO CORPO	SIM F
		SEPARAÇÃO DE GÊNEROS	SIM A C
EXIGÊNCIAS DO CULTO		POSICIONAMENTO	POSICION SENTADO DEI
		INSTRUMENTOS	PAI NICO
		LEITURAS CÂNTICOS	Todos entoam o
		PRIVACIDADE	_____
ELEMENTOS	ARQUÉTIPOS	ÁGUA	FO
		PARA A ABLUÇÃO lugar com água corrente	_____
	GEOMÉTRICOS	Padrões geométricos, estelares e vegetais, muit	
ATMOSFÉRICOS	Espaços de penumbra pautados por pontos de interrompido pelas orações. A depuração contra		

são normalmente antecedidas por pátios ou arcadas que fazem a meação com a também fazer a distribuição para programas que antecedem o templo: o momento e, a ablução ou a distribuição para outros pontos do complexo.

PERCURSO EXTERIOR

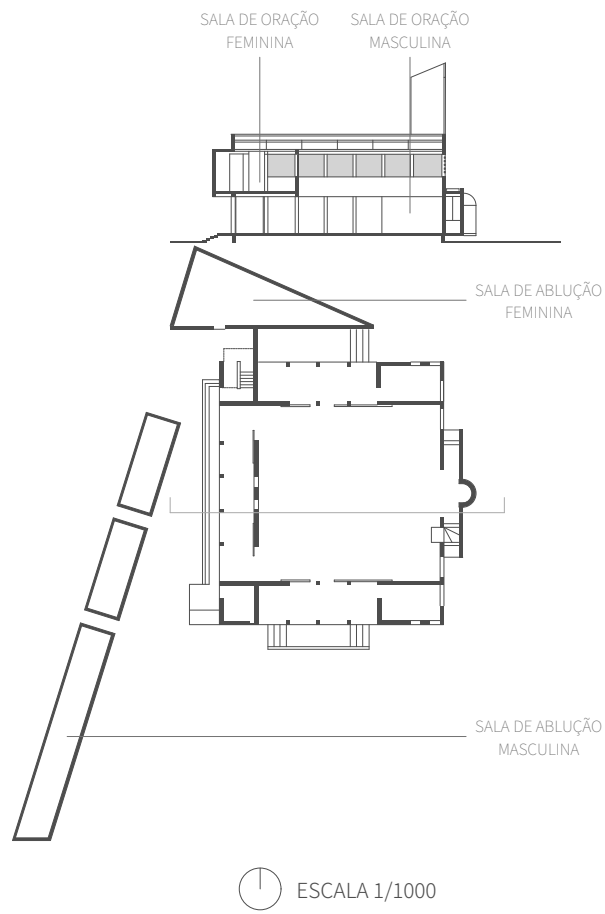
orientada para Meca.

DESCALÇO		Depois de tirar os sapatos e de proceder à ablução, o crente entra na mesquita. Homens e mulheres têm percursos separados.	
Para a oração, é necessário proceder-se à ABLUÇÃO.			
As mulheres não são obrigadas a ir à mesquita. Quando vão, devem permanecer fora do campo visual dos homens.			
ORNAMENTO	DIREÇÃO DO CORPO	LÍDER ORADOR	MOVIMENTO
DEBIDO NO CHÃO	PARA O MIHRAB MECA	APENAS À SEXTA-FEIRA	Dentro do seu próprio tapete, levantando-se e deitando-se.
ALCO	MESA	ESTANTE	LIVROS OFERENDAS
MINBAR	MINBAR	SIM	ALCORÃO
Oração e o sermão é dado, à sexta-feira, pelo íman.		O Alcorão costuma estar disponível em pequenas estantes no espaço de oração.	

GO	AR	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Os materiais efêmeros têm importância no ambiente: candeeiros e tapetes.
	ELEMENTOS ARQUITETÓNICOS		

o valorizados, tanto na estrutura como na decoração. A utilização de cúpulas é simbólica.

luz, tanto natural como artificial: a oração antes do nascer do sol obriga a fontes de luz artificial. O silêncio é apenas esta com a decoração detalhada do mihrab. O minarete evidencia-se nos alçados da cidade.



i/37



i/ 37. *Mihrab e qibla*, Mesquita Abijo, Lagos, Nigéria, Patrickwaheed Design Consultancy, 2020

O templo islâmico, ainda que possa ter uma fachada à face da rua, não tem entrada direta para o espaço de culto, visto que há um programa obrigatório que o antecede: um espaço para retirar os sapatos e um lugar de purificação, com acesso a água corrente, onde se possa praticar o ritual de ablução.

O templo é marcado no alçado urbano com a presença de um minarete, a torre onde se procede ao chamamento para a oração. Idealmente, a mesquita deve estar orientada para Meca – pelo menos o seu ponto focal, o nicho onde o íman se posiciona no ritual de sexta-feira, deve estar posicionado nesta direção, para onde os crentes se devem virar durante a sua oração.

O culto é praticado no chão, preferencialmente protegido por um tapete – um elemento influenciador do ambiente do templo. As cinco orações diárias são praticadas de forma individual, à exceção da de sexta-feira a meio do dia. A ida à mesquita para assistir a essa cerimónia é obrigatória apenas para os homens – as mulheres, escolhendo ir, devem estar separadas e fora do campo visual do grupo masculino, o que se traduz num espaço mais elevado ou atrás, com o próprio local de ablução.

A luz é paradigmática na cultura islâmica – seja a luz natural, filtrada pelos característicos padrões geométricos, seja a luz artificial, tão importante para iluminar as orações antes e depois do nascer do sol. A geometria da construção também é uma preocupação da arquitetura islâmica – uma vez que é proibido o culto da imagem, a geometria é como se fosse a tradução do sagrado.



i/ 38. Ablução e oração masculina



i/ 39. Ablução e oração feminina



JUDAÍSMO

CONTEXTO		GEOGRÁFICO	A maioria das s estar elevadas um recinto ex componente im
		DIÁLOGO COM A RUA	
		ORIENTAÇÃO DO TEMPLO	As sinagogas de
ROTINA DE ACESSO AO TEMPLO		ENTRADA NO TEMPLO	
		NECESSIDADE DE LAVAR PARTES DO CORPO	NÃO
		SEPARAÇÃO DE GÊNEROS	SIM
EXIGÊNCIAS DO CULTO		POSICIONAMENTO	POSICION SENTAD
		INSTRUMENTOS	PAI S BIMA: plataforma ond
		LEITURAS CÂNTICOS	O líder é o rabino
		PRIVACIDADE	_____
ELEMENTOS	ARQUÉTIPOS	ÁGUA	FO
		_____	VELAS: M
	GEOMÉTRICOS	_____	
ATMOSFÉRICOS	_____		

sinagogas, hoje em dia, inserem-se na malha urbana, cumprindo a regra de que devem estar em relação à rua e procurar que se destaquem no alçado urbano. Normalmente, têm um acesso exterior, já do seu domínio, delimitado por um muro. A escada de acesso é um elemento importante do percurso exterior.

PERCURSO EXTERIOR

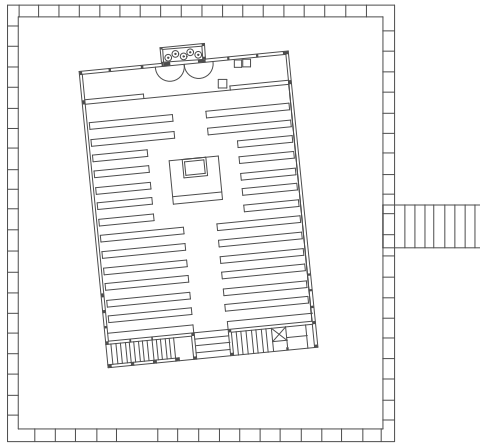
Os crentes devem orientar-se para Jerusalém: a Torah deve estar na parede que aponta nesta direção.

CALÇADO	Entre o exterior e o interior, um nártex filtra a entrada. Depois de entrarem, os crentes direcionam-se para o ponto focal, que contem a Torah.	PERCURSO INTERIOR
Hoje em dia, o ritual de lavagem não se pratica.		
Mas apenas nos grupos mais ortodoxos.		

MOVIMENTO	DIREÇÃO DO CORPO	LÍDER ORADOR	MOVIMENTO
LEVANTAMENTO DE PÉ	PARA A TORAH E BIMA	SIM	Os crentes levantam-se, permanecendo no mesmo lugar.
TOCANDO A TORAH	MESA	ESTANTE	LIVROS OFERENDAS
SIM e se realizam as leituras	SIM para as leituras	SIM ARCA: armário fechado e elevado do chão	NÃO Uma única Torah circula entre os crentes.

Embora algumas leituras podem ser feitas pelos fiéis. Pode ser tocado órgão.

ESTRUTURA	AR	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Maioritariamente pedra e madeira
INTERIORES	ELEMENTOS ARQUITETÓNICOS		



ESCALA 1/500



i/40. Sinagoga de Dresden, Alemanha, Wandel Hofer Lorch + Hirsch, 1997

O templo judaico está, a maior parte das vezes, protegido do contexto profano –através de um muro que fecha um recinto exterior e de um conjunto de degraus que eleva a entrada. Ao espaço de culto, antecede-lhe um nártex – um filtro que não permite uma entrada direta. Acede-se ao templo de sapatos.

As sinagogas não têm um estilo comum – variam consoante a geografia e a época de construção – ainda que sejam lugares imponentes e com uma frente de rua mais fechada. Obedecem, no entanto, à regra de que devem orientar-se para Jerusalém, pelo menos, através do compartimento onde se guarda a *Torah* – o ponto focal da sinagoga. Esta escritura deve ser guardada num armário fechado, numa plataforma mais elevada, cuja abertura faz parte da cerimónia.

Nos ramos ortodoxos judaicos, homens e mulheres assistem ao culto separados, sendo que as mulheres, por norma, se encontram numa galeria elevada em relação aos homens.

A cerimónia é normalmente dirigida por um rabino, que lê as escrituras, e exige um quórum mínimo de dez homens. Os crentes assistem ao culto sentados e, quando se levantam, mantêm-se no mesmo lugar.

Os rituais de passagem mais importantes são o *Barmitzvah*, para os rapazes, e o *Batmitzvah*, para as raparigas.

Hoje em dia, já não se praticam rituais de purificação antes de entrar na sinagoga. Encontra-se um conjunto de velas permanentemente acesas junto da *Torah*, tendo-se tornado um símbolo religioso da fé judaica.



i/ 41. *Shabbat*

HINDUISMO

CONTEXTO		GEOGRÁFICO	Os templos hindus são geralmente exteriores com o santuário se encontra o s...
		DIÁLOGO COM A RUA	
		ORIENTAÇÃO DO TEMPLO	_____
ROTINA DE ACESSO AO TEMPLO		ENTRADA NO TEMPLO	
		NECESSIDADE DE LAVAR PARTES DO CORPO	NÃO
		SEPARAÇÃO DE GÊNEROS	
EXIGÊNCIAS DO CULTO		POSICIONAMENTO	POSICIONAMENTO SENTADO DEB...
		INSTRUMENTOS	PA... N... são raras as funcõ...
		LEITURAS CÂNTICOS	Nas cerimónias
		PRIVACIDADE	_____
		ÁGUA	FO...
ELEMENTOS	ARQUÉTIPOS	Apenas em alguns templos, os crentes podem banhar-se.	VE... nas ofe...
	GEOMÉTRICOS	Os templos hindus são, normalmente, de planta quadrada. Seguem regras que proporcionam o templo em...	
	ATMOSFÉRICOS	Os templos hindus têm uma grande profusão decorativa. São decorados com esculturas simbólicas...	

ndus estão afastados dos centros urbanos e são, normalmente, grandes recintos com portais, seguidos de pequenas e variadas estruturas, até chegar ao centro, onde se encontra o santuário principal. Só se recorre ao templo em datas especiais.

PERCURSO EXTERIOR

DESCALÇO	Os crentes, depois de atravessarem o portal, cruzam uma ou várias mandapas e um vestíbulo até chegarem ao ponto mais sagrado. O movimento deambulatório em torno do centro é característico.
Em alguns templos em que seja possível, os crentes podem banhar-se. Não é obrigatório.	
NÃO	

PERCURSO INTERIOR

OBJETIVO	DIREÇÃO DO CORPO	LÍDER ORADOR	MOVIMENTO
PROSTRADO NO CHÃO	PARA O CENTRO	SÓ EM OCASIÕES ESPECIAIS	Deambulatório em torno do centro.
ALTO	MESA	ESTANTE	LIVROS OFERENDAS
PARA OFERENDAS congregacionais	SIM para as oferendas	NÃO	OFERENDAS de velas, flores, alimentos

Os hindus entoam-se cânticos e mantras.

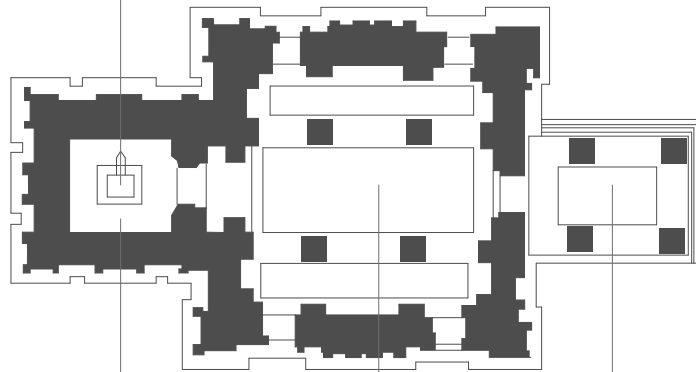
OBJETIVO	ARQUITETURA	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Pedra, alvenaria para os altares e gesso ou terracota para a decoração.
OFERENDAS	ELEMENTOS ARQUITETÓNICOS		

As mandapas são quadrangulares e subdividem-se em vários outros quadrados dedicados a vários deuses, numa espécie de mandala. A planta e em corte e que ritmam os alçados.

As paredes são pintadas de cores, devido ao culto intensivo da imagem das suas divindades. Também as oferendas contribuem para essa decoração. A sikhara confere verticalidade ao templo.



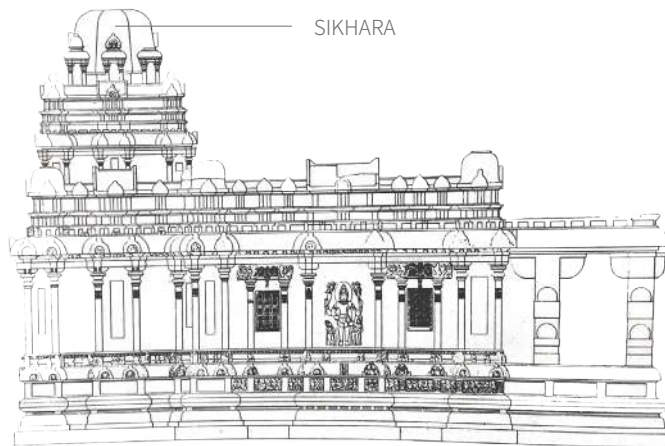
GARBHAGRIHA
(centro)



DEAMBULATÓRIO

MANDAPA

PÓRTICO



SIKHARA

ESCALA 1/200

O lugar sagrado hindu varia entre grandes complexos religiosos e um simples altar doméstico ou de rua. Os templos são normalmente afastados das áreas urbanas, têm um recinto exterior, onde se acede por um portal que intermedeia o mundo profano e o sagrado, seguido de um percurso que atravessa um nártex, onde devem ser retirados os sapatos, passando depois por uma, ou várias, salas porticadas – *mandapas* –, e culminando no ponto focal – a *garbhagriha*.

A *garbhagriha* é coberta por uma torre – a *sikhara* – que é o *axis mundi* deste lugar sagrado, conectando terra e céu.

O templo hindu é em si um objeto de devoção, sendo o lugar onde se pratica a adoração da divindade que representa. Ao contrário das religiões estudadas anteriormente, este templo não tem uma função congregacional, já que o culto é individual; não obstante, cumpre uma função social ao promover o encontro entre crentes, que se reúnem antes e depois do culto.

O principal ritual hindu é a oferenda às divindades de flores, velas, água e comida. É praticado também em casa. Recorre-se ao templo em datas especiais, em que muitas vezes ocorrem procissões. Estas influenciam a arquitetura dos templos – já que a própria estrutura é constituída por uma sucessão de espaços: depois do pórtico de entrada, acede-se a uma *mandapa*, onde se praticam os rituais públicos. Depois, o vestíbulo une a *mandapa* à *cella*, o coração do templo, onde está depositado o objeto sagrado.

O ritual individual no templo consiste em circular em torno da *garbhagriha*. Nas cerimónias coletivas, os crentes deitam-se no chão e entoam-se cânticos e mantras, originários da prática de yoga que partilham com o budismo.

Todo o templo é desenhado segundo regras geométricas que proporcionam o edifício em planta e corte. O culto da imagem, assim como as múltiplas oferendas, fazem com que estes templos sejam muito coloridos. A pedra é o principal material utilizado nestes lugares sagrados.

BUDISMO

CONTEXTO		GEOGRÁFICO	Os templos que enquadram-se no exterior mural
		DIÁLOGO COM A RUA	
		ORIENTAÇÃO DO TEMPLO	
ROTINA DE ACESSO AO TEMPLO		ENTRADA NO TEMPLO	
		NECESSIDADE DE LAVAR PARTES DO CORPO	
		SEPARAÇÃO DE GÉNEROS	
EXIGÊNCIAS DO CULTO		POSICIONAMENTO	POSICIONAMENTO EM PÉ SENTADO
		INSTRUMENTOS	PALESTRA S para os rituais
		LEITURAS CÂNTICOS	Nas cerimónias budistas
		PRIVACIDADE	
ELEMENTOS	ARQUÉTIPOS	ÁGUA	FO VE nas ofer
	GEOMÉTRICOS	Os templos budistas têm uma base quadrangular	
	ATMOSFÉRICOS	A cúpula simboliza a montanha sagrada e, no ce	

budistas variam em forma e tamanho mas, normalmente, mesmo
 drados na malha urbana, estão afastados da rua por um recinto
 ado.

PERCURSO EXTERIOR

DESCALÇO	O percurso interior do templo varia consoante a sua forma. No entanto, o movimento deambulatório à volta da stupa, o ponto focal, é muito transversal.	PERCURSO INTERIOR
NÃO		
NÃO		

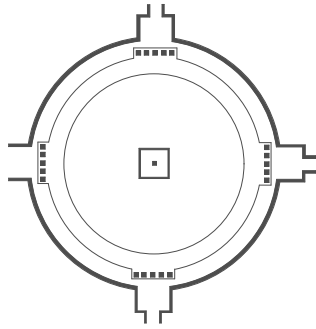
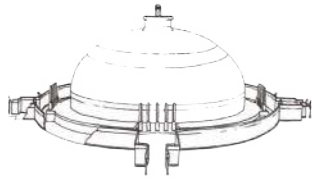
ANAMENTO	DIREÇÃO DO CORPO	LÍDER ORADOR	MOVIMENTO
ADO NO CHÃO	PARA A STUPA	APENAS NOS RITUAIS CORPORATIVOS	Nos rituais individuais, movimento deambulatório em torno da stupa.
LCO	MESA	ESTANTE	LIVROS OFERENDAS
IM s corporativos	SIM para as oferendas	NÃO	OFERENDAS de velas, flores, alimentos

udistas entoam-se mantras e outros cânticos das escrituras.

GO	AR	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Pedra e alvenaria
LAS erendas	ELEMENTOS ARQUITETÓNICOS		

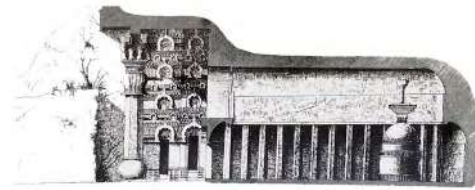
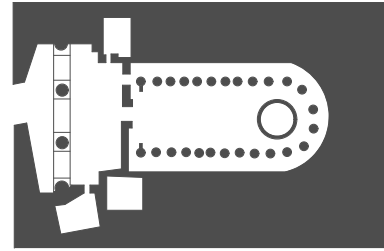
ar ou circular, a partir da qual se ergue uma cúpula.

entro do santuário, encontra-se uma coluna - o axis mundi. Há uma grande preocupação em focar o objeto de culto.



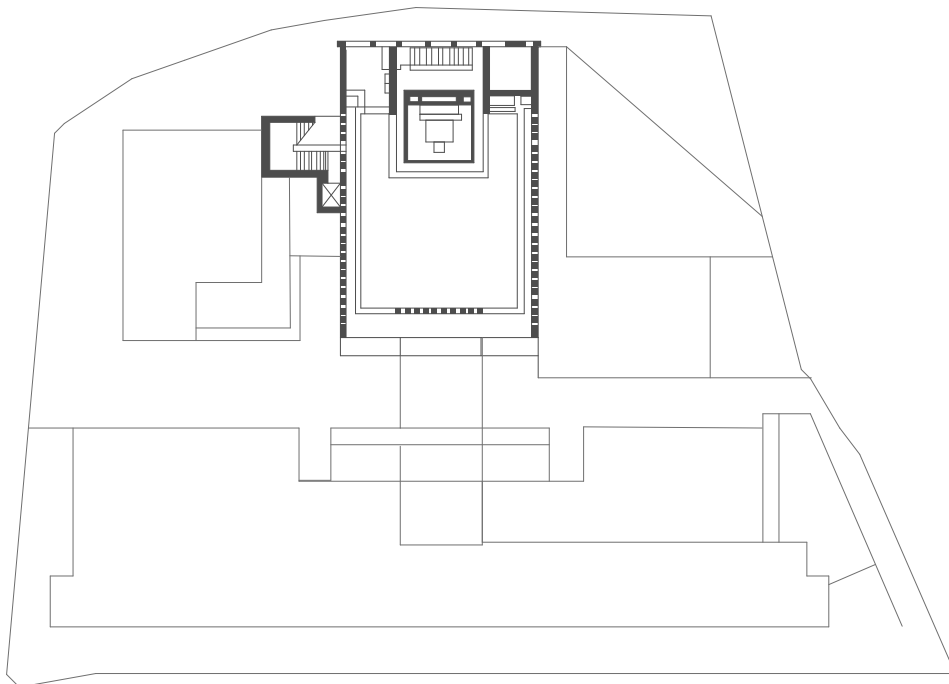
ESCALA 1/2000

i/ 43. *Stupa Mahastupa*, Amaravati, Índia



ESCALA 1/500

i/ 44. *Chaitya-griha*, Bedsa, Índia



ESCALA 1/500

i/ 45. Templo budista Kuhon-Ji, Sasebo, Japão, Furuichi and Associates, 2003

Os templos budistas, como os hindus, variam consoante a geografia e o tempo de edificação. À semelhança da arquitetura hindu, organiza-se em torno de um centro, o lugar que contém o objeto mais sagrado. Existem três tipos de construções:

- As *stupas* derivam dos monumentos funerários indianos e são montes de pedra e terra. Têm uma base quadrangular ou circular, uma coluna ao centro em representação do *axis mundi* e uma cobertura cupulada. Tanto nas *chaityas* como nas *viharas* existe uma *stupa*. O ritual praticado nestes templos é individual e consiste no percurso circular em seu torno, num movimento meditativo.
- As *chaityas* são lugares de assembleia, cuja *stupa*, ao fundo, é o ponto focal do templo. Neste lugar, podem praticar-se dois tipos de rituais coletivos: os comunitários, em que a interação entre objeto de culto e grupo não requer intermediário, levando a que os crentes se envolvam de forma igualitária; e os corporativos, em que a interação entre o grupo e o objeto de adoração é intermediado por um líder.
- As *viharas* são mosteiros budistas, onde os monges residem.

Os rituais são maioritariamente de meditação, perante a imagem do Buda. Praticam-se também oferendas, à semelhança do hinduísmo, e cantam-se mantras. Nos rituais individuais, o único foco deve ser o objeto em adoração, pelo que qualquer distração deve estar fora do campo visual. Nos rituais comunitários, a audiência deve poder estabelecer contacto visual entre si, para além do contacto visual com o objeto de culto. Por fim, nos rituais corporativos, o foco é unidirecional, para o objeto e para o líder do culto em simultâneo.

A entrada no templo é feita sem sapatos e não são praticados rituais de purificação. Não há, tampouco, separação de géneros.



SIKHISMO

CONTEXTO		GEOGRÁFICO	Os templos sikh são normalmente quadrados ou retangulares.
		DIÁLOGO COM A RUA	
		ORIENTAÇÃO DO TEMPLO	—
ROTINA DE ACESSO AO TEMPLO		ENTRADA NO TEMPLO	—
		NECESSIDADE DE LAVAR PARTES DO CORPO	SIM
		SEPARAÇÃO DE GÊNEROS	SIM
EXIGÊNCIAS DO CULTO		POSICIONAMENTO	POSICIONAMENTO: SENTADO
		INSTRUMENTOS	PALESTRA: NÃO
		LEITURAS CÂNTICOS	Nas cerimônias sikh, os cantos são realizados em grupo.
		PRIVACIDADE	—
ELEMENTOS	ARQUÉTIPOS	ÁGUA	FO
		alguns têm tanques	—
	GEOMÉTRICOS	De estilo eclético, os templos sikh são, normalmente, retangulares.	
	ATMOSFÉRICOS	Os templos têm, normalmente, dois pisos cobertos por um telhado. O piso inferior é normalmente muito decorado e com grande presença de esculturas.	

kh não obedecem a regras restritivas de construção. Normalmente de planta retangular, estão inserios num complexo com outros programas associados.

PERCURSO EXTERIOR

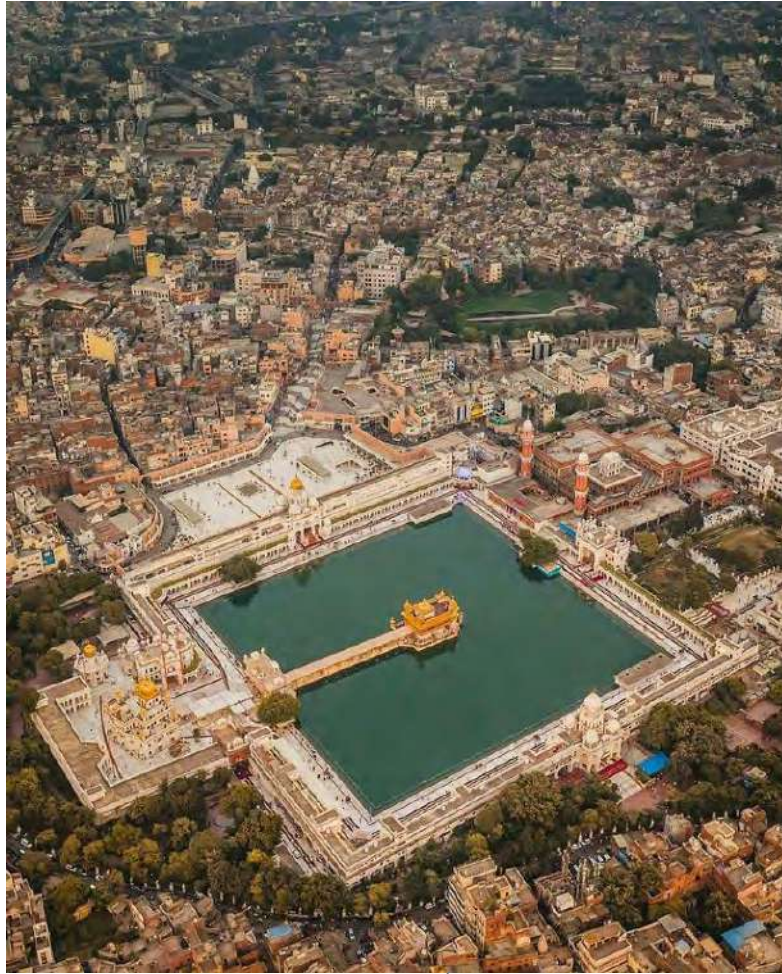
DESCALÇO		<p>À entrada, o crente deve ajoelhar-se. O ponto focal é o baldaquino onde se encontra a escritura sagrada, que à noite é recolhida para uma sala à parte.</p> <p>PERCURSO INTERIOR</p>	
A entrada no templo requer que, pelo menos, as mãos sejam lavadas. A cabeça tem de ser tapada.			
Partilham o mesmo espaço mas dividem-se em grupos distintos, criando um corredor entre eles.			
ANAMENTO	DIREÇÃO DO CORPO	LÍDER ORADOR	MOVIMENTO
NO CHÃO	PARA O BALDAQUINO	LEITURAS FEITAS POR CRENTES	_____
LCO	MESA	ESTANTE	LIVROS OFERENDAS
ÃO	BALDAQUINO	BALDAQUINO	Partilha de comida entre os crentes, confeccionada no próprio templo.

kh procede-se à entoação de hinos e a leituras, que em datas especiais podem ocorrer durante 48 horas consecutivas.

GO	AR	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Pedra e alvenaria
_____	ELEMENTOS ARQUITETÓNICOS		

mente, de planta quadrangular ou retangular e não obedecem a quaisquer regras de construção.

tos por uma cúpula, com uma galeria a meia altura. O baldaquino é um elemento importante na atmosfera do templo, presença. A cozinha e o espaço de partilha de refeições são lugares de grande agitação.



i/ 46. Templo Dourado, Amritsar, Punjab, India



i/ 47. Templo Dourado, Amritsar, Punjab, India

O templo sikh é construído à semelhança do principal lugar sagrado desta fé – o Templo Dourado. O lugar de culto encontra-se, normalmente, afastado da rua, estando incluído num complexo que contém, pelo menos, uma cozinha para que sejam confeccionadas as refeições que os crentes partilham como um ritual.

O ecletismo da religião sikh – que deriva do hinduísmo, budismo e islamismo – manifesta-se também na sua arquitetura, que não tem regra. Os seus templos são, normalmente, de planta quadrada ou retangular, com entrada pelos quatro lados, com pé direito duplo e cobertos por uma cúpula. A única obrigação destes lugares sagrados é a de que devem conter a escritura sagrada, especificamente dentro de um baldaquino, que é o ponto focal do espaço de culto durante o dia e que é, depois, recolhido à noite.

No Templo Dourado, onde se encontra um grande tanque, são praticados rituais de ablução.

O acesso ao espaço de culto é feito sem sapatos e requer a lavagem das mãos.

Homens e mulheres podem assistir ao culto no mesmo espaço, ainda que em grupos separados por um corredor central. As cerimónias consistem em leituras das escrituras, algumas vezes cantadas e acompanhadas por instrumentos musicais. Depois do culto, procede-se à partilha da refeição gratuita, normalmente confeccionada no templo.



i/ 48. Livro sagrado no Templo Dourado



i/ 49. Langar do Templo Dourado

«O ato de oração não é de forma alguma exclusivo à prática religiosa, porque não depende da existência de um sujeito. Não é preciso rezar a ninguém. É tão valioso rezar à sua descrença quanto rezar à sua crença, pois a oração não é o encontro com um agente externo, mas consigo mesmo.»
(Nick Cave *apud* Martins, 2020)

SEM RELIGIÃO

Apesar de a secularização não ser tão premente quanto se julga – às vezes é apresentada como a grande fatalidade do mundo desenvolvido quando, na verdade, a maioria da população mundial é crente, tendo os sem religião²⁷ um peso de 16% a nível mundial.

Dada a vivência numa sociedade secularizada, sob alçada de uma governação laica, assiste-se a um desapego da religião, como se pode ver pelos 14,2% de população portuguesa, dos quais 4,6% é crente sem religião e 9,6% não crente – ateu.

É de notar que o afastamento da religião não implica, no entanto, um corte com a espiritualidade, centrando-se, cada um, muito mais em si mesmo – no *inner self* – tornando a experiência religiosa, que era tendencialmente focada numa, ou várias, divindades, focada sobre o próprio indivíduo.

«De acordo com Heelas e Woodhead (2005), o crescimento da “espiritualidade” no Ocidente está relacionada com a subjetividade massiva da cultura moderna, um afastamento da vida vivida segundo papéis exteriores, deveres e obrigações, e uma aproximação à vida vivida segundo as próprias experiências individuais de cada pessoa (relacionais tanto quanto individualistas). Esta mudança cultural é também uma passagem da religião para a espiritualidade. Enquanto a religião subordina a vida subjetiva a um “poder maior” de significado transcendente, de bondade e verdade, a espiritualidade invoca o sagrado no cultivo de uma forma única e subjetiva de viver (Heelas & Woodhead 2005: 3). A espiritualidade sacraliza a vida subjetiva e as experiências internas do indivíduo.»²⁸

(BOTVAR, 2007: 88)

A prática espiritual pode tomar diversas formas, uma vez que cada indivíduo decide os rituais que lhe trazem bem-estar. Um templo multirreligioso pode ser útil quando procuram um momento de introspeção, num lugar calmo e neutro. Também para cerimónias associadas a ritos de passagem, como casamentos – à semelhança das já apresentadas salas de cerimónia dinamarquesas – ou até fúnebres.

²⁷ Acredita numa força maior mas não está ligado a nenhuma fé específica.

²⁸ *«According to Heelas and Woodhead (2005), the growth of “spirituality” in the West is related to a massive subjective turn in modern culture, a turn away from life lived in terms of external roles, duties and obligations, and a turn towards life lived according to reference to one’s own subjective experiences (relational as much as individualistic). This cultural shift is also a shift from religion to spirituality. The former subordinates subjective life to the “higher” authority of transcendent meaning, goodness and truth, whilst the latter invokes the sacred in the cultivation of a unique subjective life (Heelas & Woodhead 2005: 3). Spirituality sacralises subjective life and the inner experiences of the individual.»*

parte iii

NOTA PRÉVIA (E UM POUCO PESSOAL)

A investigação prévia tomou grande parte do tempo de execução do trabalho. As dificuldades de acesso à informação, agravadas pelo contexto pandémico vivido nos anos de 2020 e 2021, fez com que a empreitada fosse mais demorada e menos certa, já que o contacto com as religiões se fez através de artigos e livros e não através de visitas e de uma vivência, tanto quanto possível, mais direta de cada religião.

O projeto que se segue é um metaprojeto: explica e avalia um contexto, expõe soluções inovadoras e apresenta um desenho conceptual. Procura promover algo novo, muito preso a um processo de idealização e experimentação e não tanto a um processo executivo. O objetivo é ensaiar uma resposta arquitetónica aos problemas levantados ao longo da investigação e, para isso, os pormenores construtivos não tomaram parte destas preocupações.

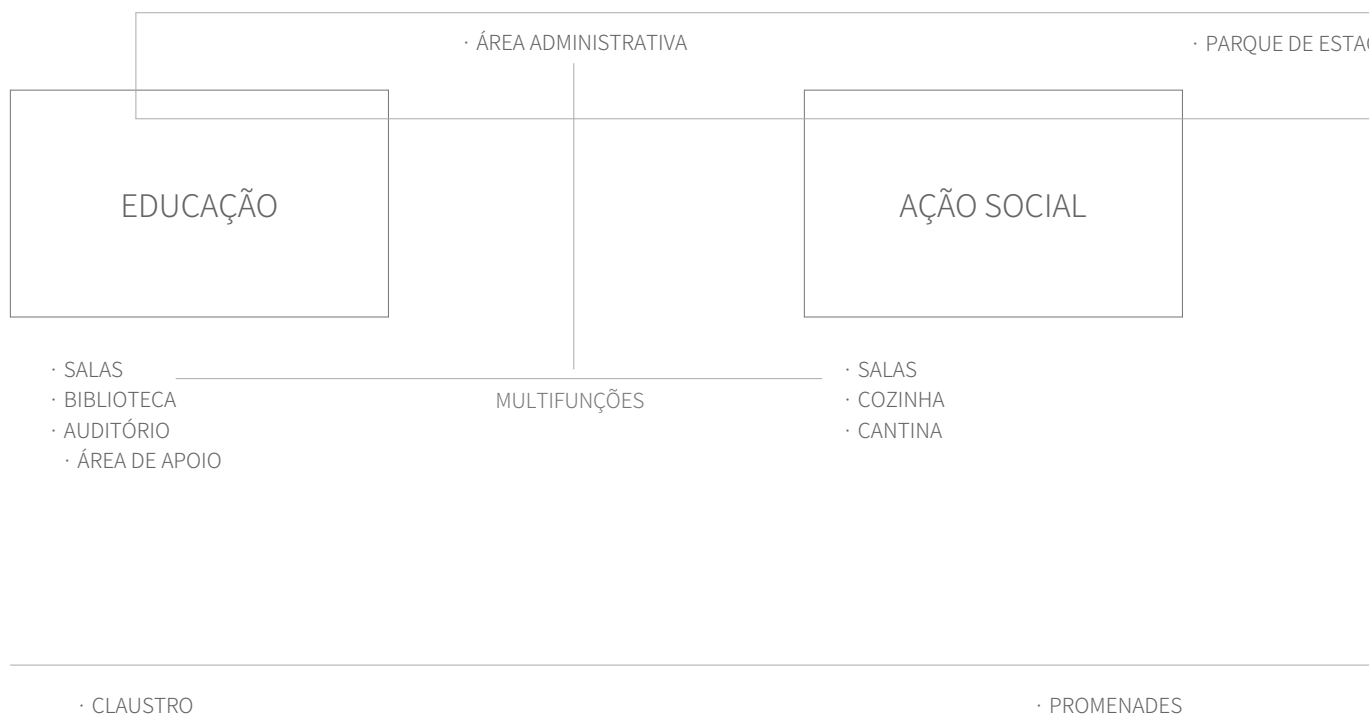
Plantas, cortes e alçados podem ser encontrados no Anexo III.

Findada a investigação, impõe-se agora o desafio de traduzir os dados recolhidos em decisões projetuais.

A primeira conclusão que se pode retirar é a de que a arquitetura religiosa partilha valores universais, independentes da fé que a move. Hoffman (2010) constatou-o para as três religiões abraâmicas e foi possível confirmá-lo para as outras fés estudadas nesta dissertação.

Numa pequena viagem pela história da arquitetura, são-nos familiares alguns princípios, como a importância do percurso, com o espaço sagrado preferencialmente num local elevado – e mais perto do céu –, protegido e filtrado por outros elementos, como na acrópole grega. Também é exemplo a conservação do ponto mais sagrado no coração do templo, muitas vezes inacessível, como nos templos egípcios, com uma sucessão de salas hipostilas densamente colunadas e gradualmente mais baixas e pequenas, como um mecanismo de proteção. Há, por isso, pontos em comum na arquitetura religiosa que permitem pensar um só lugar de culto que possa servir várias religiões, desafiando a insipidez salientada por Crompton.

Ainda que a arquitetura dos templos possa convergir em alguns aspetos, é importante salientar que as religiões têm formas muito distintas de utilizar o espaço durante os seus rituais. Essas diferenças obviam a necessidade de um espaço flexível, adaptável e, fundamentalmente, neutro – para que seja o utilizador a transformá-lo com a sua presença.



1. O PROGRAMA

A proposta principal é, como evidenciado ao longo de toda a dissertação, um templo multirreligioso: um espaço onde qualquer pessoa possa praticar o seu culto, seja qual for a sua religião. Sendo esse o motor de toda a investigação, algumas constatações ao longo do percurso despoletaram inquietações que impossibilitaram que o programa se limitasse a esse espaço de culto.

Assim, a construção do programa obrigou a uma reflexão sobre o contexto em que se insere: a religião não se cinge aos rituais que a compõem, como foi possível constatar na primeira parte desta dissertação, tendo uma dimensão social muito importante na sociedade atual. Para além disso, não se limita aos rituais regulares e transversais do dia-a-dia, tendo uma presença forte em momentos de aflição e felicidade, que extravasam o culto calendarizado. Por isso, ao desenvolver-se o programa, procurou-se responder a três outros aspetos fundamentais do universo religioso: a ação social, a educação e a morte.

No decorrer do estudo das religiões e dos seus rituais, foi possível constatar que muitas tinham o hábito de partilhar comida, fosse num momento informal após a congregação ou como um ritual fundamental da prática religiosa. Por exemplo, em algumas igrejas cristãs, depois do culto, os crentes reúnem-se para comer e socializar, informalmente; por outro lado, a partilha da refeição é um dos aspetos fundamentais da fé sikh em que, após o culto, os crentes se reúnem para comer os alimentos confeccionados, normalmente, no próprio templo. A Mesquita Central de Lisboa tem também uma cozinha e um espaço de refeições onde, pelo menos durante o Ramadão, muitos crentes podem encontrar e partilhar comida.

Por esta razão, incluiu-se um espaço de confeção e partilha de refeições no programa.

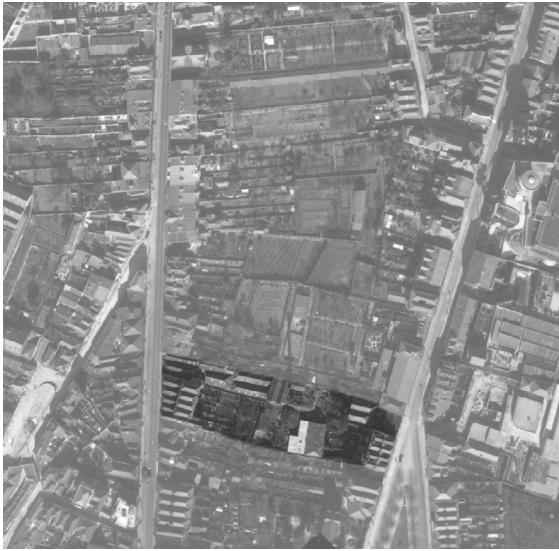


Poderá ser utilizado apenas nesta dimensão, como um refeitório, ou pode, também, funcionar na lógica de restaurante social – em que, operando como um restaurante comum, com preços normais, o lucro é canalizado para as refeições caridosas, em que todos partilham dignamente o mesmo espaço (Oliveira, 2021)¹.

No que se refere à educação, também ela está presente em religiões, como são exemplos a catequese católica e a *madrassa* islâmica. Para além disso, e ainda numa dimensão social, muitos centros religiosos albergam, também, creches ou centros de dia, onde idosos e crianças podem ser acompanhados. Ademais, estando as minorias religiosas associadas a movimentos migratórios, muitos imigrantes não dominam a língua portuguesa e, por essa razão, alguns grupos religiosos disponibilizam aulas de português, procurando ajudar na sua integração.

Por fim, a morte: muitos rituais fúnebres têm uma componente religiosa. Esse é o caso, por exemplo, da Igreja Católica em que, em muitos dos seus templos, podem ser encontradas capelas funerárias. No entanto, em Portugal, mesmo nas salas funerárias que não estão enquadradas em complexos religiosos, são frequentemente encontrados símbolos católicos. Por esta razão, julgou-se pertinente a inclusão, no programa do projeto, de um tanatório: um espaço neutro onde possam ser realizadas as cerimónias fúnebres e, que, à semelhança do templo multirreligioso, não tenha qualquer simbolismo visível, a não ser aquele que o utilizador lhe quiser acrescentar, desde que de forma temporária.

¹ Veja-se o exemplo criado pelo Padre Constantino Alves em Setúbal.



i/ 50. Vista aérea do terreno, 1990 e 2021



i/ 51. Fachada da rua da Alegria, 2009 e 2021



i/ 52. Fachada da rua de Santa Catarina, 2009 e 2021



i/ 53. Cooperativa dos Pedreiros



i/ 54. Vista da rua de Santa Catarina

2. O LUGAR

O terreno para o exercício de projeto queria-se central, de forma a permitir um fácil acesso. Ao sobrevoar-se a cidade em vista aérea, anunciou-se o vazio urbano, um lote completo que, ao rasgar a malha, une a rua da Alegria à rua de Santa Catarina, perto da zona do Marquês. A sua dimensão apelava a um jogo de cheios e vazios que permitiria a criação de espaços verdes. Para além disso, a sua localização estava enquadrada numa zona onde já estavam instalados alguns espaços religiosos, o que ofereceu alguma coerência.

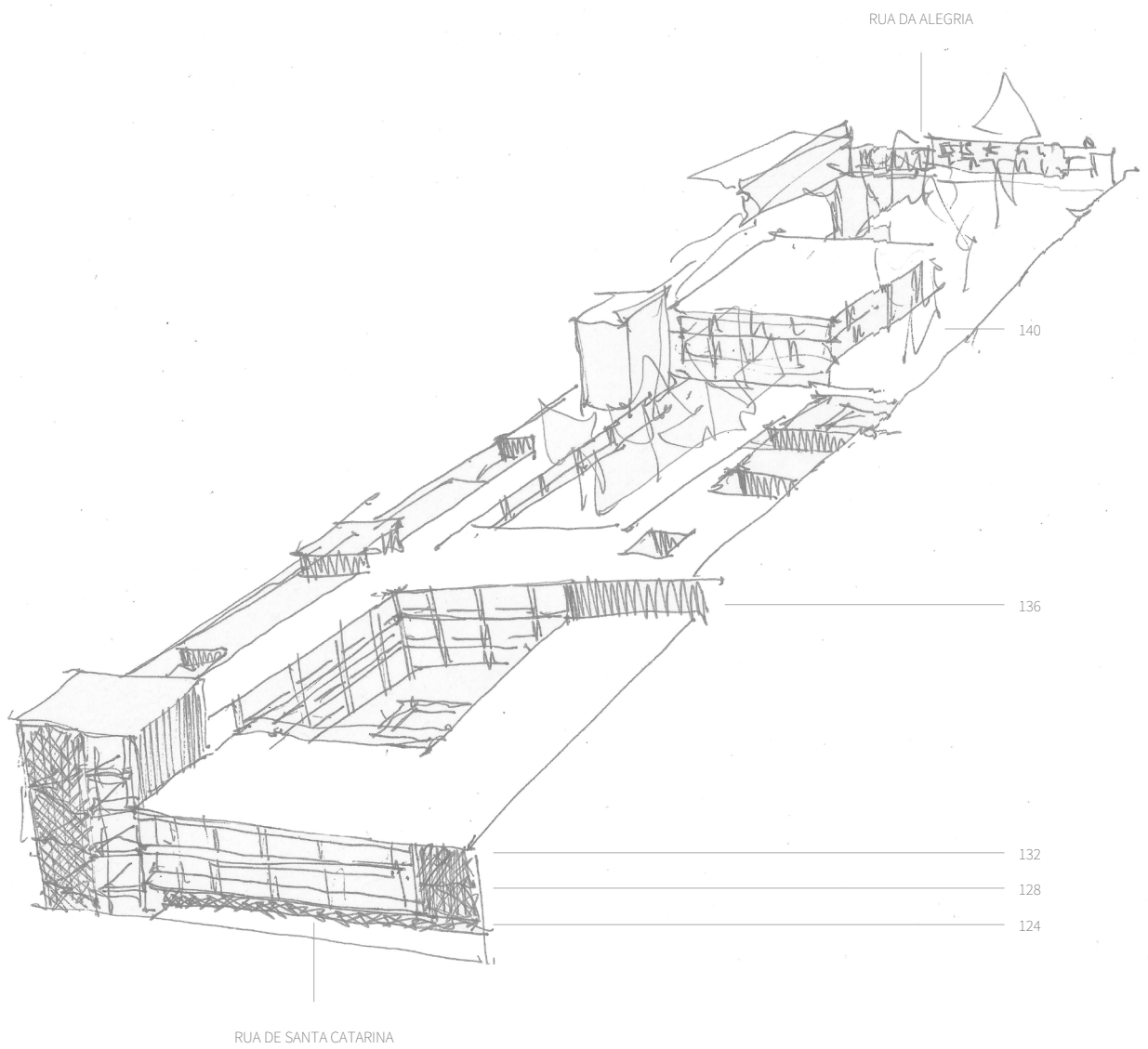
A história deste terreno não tem nada de relevante a assinalar: ambas as frentes de rua eram povoadas de construções habitacionais, com um pátio verde nas traseiras, e, no centro do lote, aquela que parecia ser a casa senhorial. Depois de 2009, as construções foram demolidas, mantiveram-se as ruínas das fachadas que enfrentavam as ruas e o terreno foi deixado ao abandono.

O lugar, sensivelmente um retângulo de 42 x 157 metros, apresenta um desnível preponderante, com a rua da Alegria cerca de 16 metros acima da rua de Santa Catarina.

O lote é circundado por construções que fazem frente em ambas as ruas, cercando-o de empenas nos limites exteriores e desafogando-o nos limites interiores, com espaços verdes privados e parques de estacionamento.

Destaca-se, nas imediações da rua da Alegria, a torre da Cooperativa dos Pedreiros², com cerca de 50 metros de altura. Esta tem uma presença significativa para quem observa o lote desde a rua de Santa Catarina e, para além disso, faz do quinto alçado uma questão proeminente.

² O edifício, da autoria de Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva, construído entre os anos 60 e 70, tem 15 pisos que alojam restaurante, hotel, rádio, habitações, café e escritórios.



3. O PROJETO

INTERAÇÃO COM O LUGAR

As especificidades do programa, com componentes muito diversas, diferentes níveis de intimidade e de sacralidade; assim como as particularidades do terreno, com uma direção este-oeste vincada e uma pendente muito acentuada, obrigaram à partição do lote, tanto em altura como em longitude.

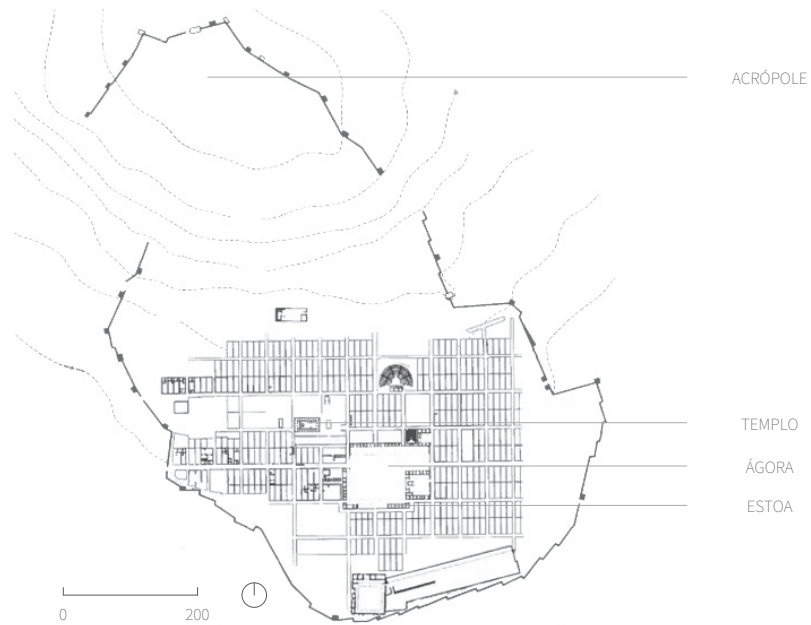
Enquanto o templo, o apogeu da sacralidade deste programa, é um local introspetivo mas público, o tanatório é um espaço que exige um cuidado especial, de forma a oferecer a intimidade necessária a quem lida com a morte. O programa educativo e de caridade, por fim, aglomera as partes do programa menos sagradas e mais públicas, de acesso indiferenciado.

A proposta divide-se, assim, em quatro pisos de quatro metros cada, que se espraiam no lote, aproveitando a sua pendente. À cota da rua de Santa Catarina, a mais baixa de todas, acede-se ao principal bloco de acessos verticais, por onde se pode subir aos restantes pisos. À cota da rua, apenas se encontra o parque de estacionamento que serve todo o programa.

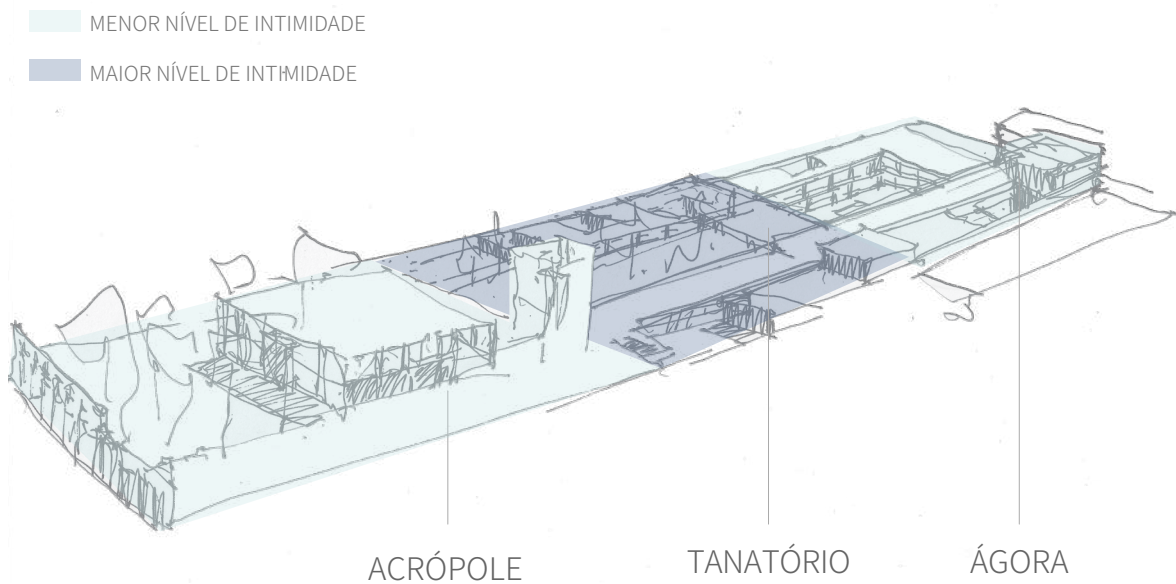
Nos dois primeiros pisos, às cotas 128 e 132, encontra-se o programa mais público – associado à vertente educativa e de ação social, assim como à administração de todo o complexo. Este bloco faz frente de rua em Santa Catarina e abre-se para um claustro próprio.

No terceiro piso, à cota 136, encontra-se o tanatório. Aberto sobre a cobertura – percorrível – do programa já mencionado, este espaço íntimo encontra-se centralizado no lote e os seus braços abrem-se para um jardim.

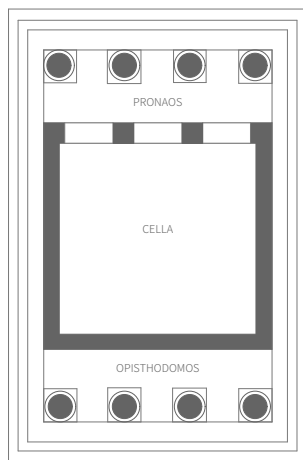
Esse jardim intermedeia o diálogo entre o tanatório e o templo – conferindo-lhes o silêncio necessário e unindo-os. O templo encontra-se à cota 140, o ponto mais alto do lote, tendo entrada de nível pela rua da Alegria. Ainda que se afaste da frente de rua e seja protegido por um jardim, o templo pode ser acedido diretamente por esta via urbana.



i/ 55. Cidade grega de Priene



i/ 56. Esquisso com as zonas análogas à cidade grega



i/ 57. Templo de Atena Nike, anfitripróstilo.

TRIPARTIÇÃO E ANALOGIAS

O esquema da tripartição marca a diferença entre os sectores internos e externos de um todo e é o que está por trás do sistema de classificação que Vitruvius usou para categorizar os templos gregos (Tzonis & Lefaivre, 1986).

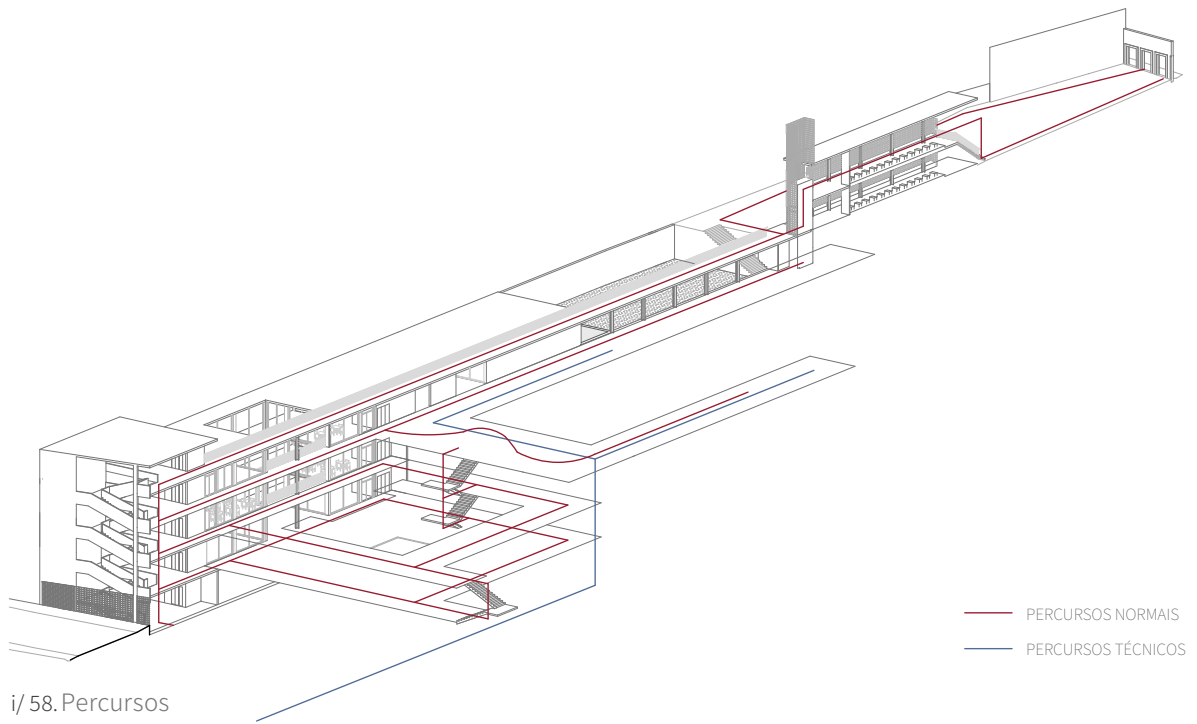
À semelhança dos templos anfitripróstilos, que tinham um pórtico à frente e outro à retaguarda e, no centro, a *cella*, a tripartição deste programa tem como objetivo remeter para as fronteiras do lote – e aproximação à rua – os programas mais públicos e proteger o programa mais privado, colocando-o no centro e gerando diferentes níveis de intimidade à medida que se percorre o edifício.

A distribuição do programa foi decidida com base em motivos simbólicos que evocam a história da arquitetura: a implantação do templo no ponto mais alto do lote remete para o arquétipo da montanha sagrada, do ponto mais elevado estar mais perto do céu e, por isso, do que é sagrado, um *axis mundi*.

Remete, assim, para a acrópole³ grega: os pontos mais altos das cidades estavam sempre povoados com as estruturas mais nobres – os templos –, não só devido ao simbolismo já mencionado mas também à estratégia de poderem ser melhor defendidas. O termo acrópole sugere, por isso, sempre um lugar sagrado.

Se o lugar do templo remete para a acrópole grega, o programa mais público e civil deste complexo poderá remeter para a ágora. A ágora é uma ampla superfície aberta, normalmente de forma retangular, rodeada pelos edifícios públicos mais importantes da cidade, que simbolizam a natureza da vida coletiva grega.

³Palavra formada por *akro* (altura) + *polis* (cidade)



i/ 59. Vista da estoa, cota 136

À semelhança da ágora de Priene, a ágora deste projeto está rodeada de estoas, «lugares de descanso ou de passeio, onde as pessoas podem caminhar resguardadas do calor e da chuva, contemplando a agitação da envolvente.» (Martienssen, 1956: 54)⁴

«Na estoa, o sistema de colunas conserva o objetivo de tornar-se um ecrã, no sentido em que as colunas definem um plano visual permitindo, não obstante, a penetração pelo espaço entre elas; mas a área útil definida, da ágora, abre-se ao céu.»

(Martienssen, 1956: 51)⁵

São essas vias que fazem a distribuição para o resto do programa. A via principal, no extremo norte, é uma estoa que se prolonga por quatro pisos – ainda que descoberta no último – e que, rasgando longitudinalmente o lote, permite o acesso a todo o programa. É, por isso, nesta via que se encontram os principais acessos verticais. Assim, em concordância com o que Martienssen (1956) diz, esta estoa possibilita uma unidade arquitetónica ao longo de todo o complexo e desempenha um papel definidor fundamental no esquema geral, já que todo o programa se «pendura» e depende desta estrutura.

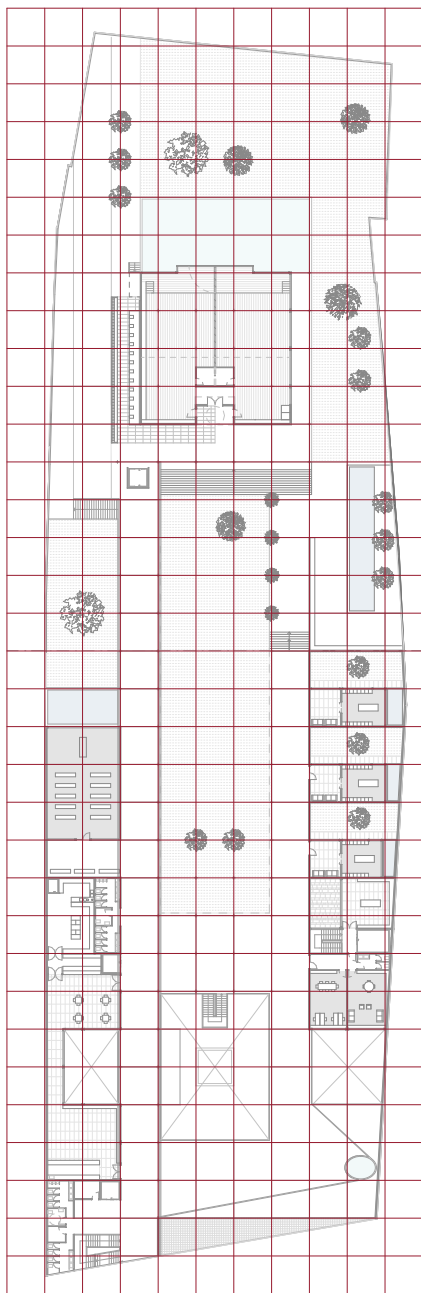
Este elemento, onde se concentram os acessos verticais, faz a distribuição horizontal pelo lote. E, apesar de ser interior ao programa e ao terreno, permite o atravessamento entre as duas ruas, oferecendo permeabilidade urbana.



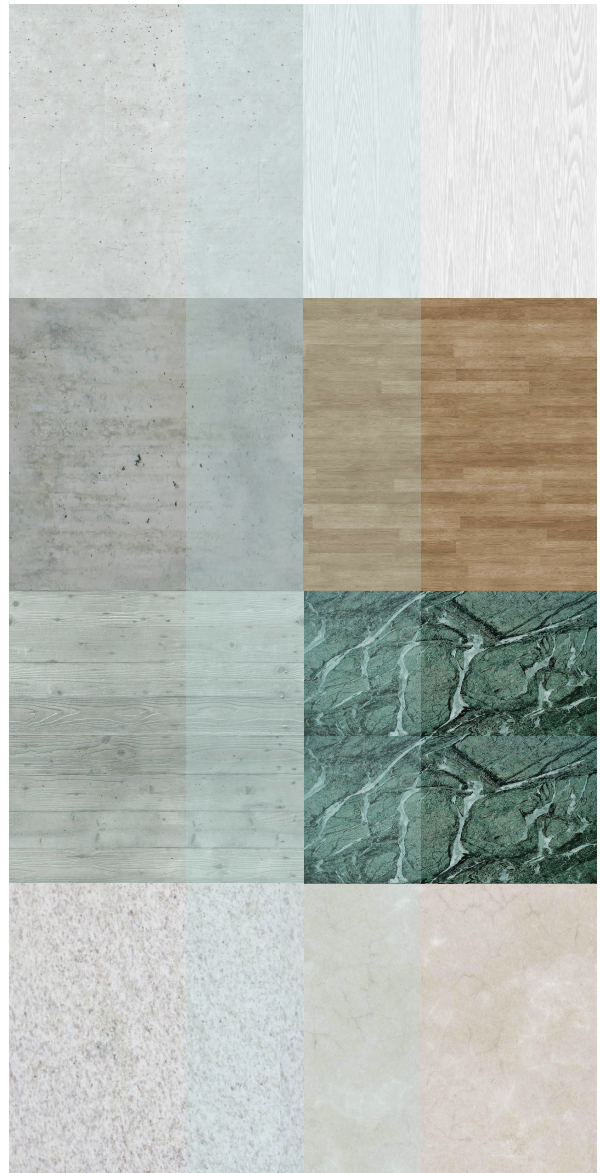
i/ 60. Vista da estoa, cota 140, promenade até ao templo

⁴ «Eran lugares de descanso o paseos donde la gente podía caminar resguardada del calor o de la lluvia y contemplar el trajín del exterior.»

⁵ «En la estoa, el sistema de columnas conserva su finalidad de pantalla, en el sentido de que las columnas definen un plano visual permitiendo, ello no obstante, una penetración del espacio entre ellas; pero el área utilizable definido, el ágora, se abre al cielo.»



GEOMETRIA - GRELHA ESTRUTURAL | Escala 1/1000



MATERIALIDADE

GEOMETRIA E MATERIALIDADE

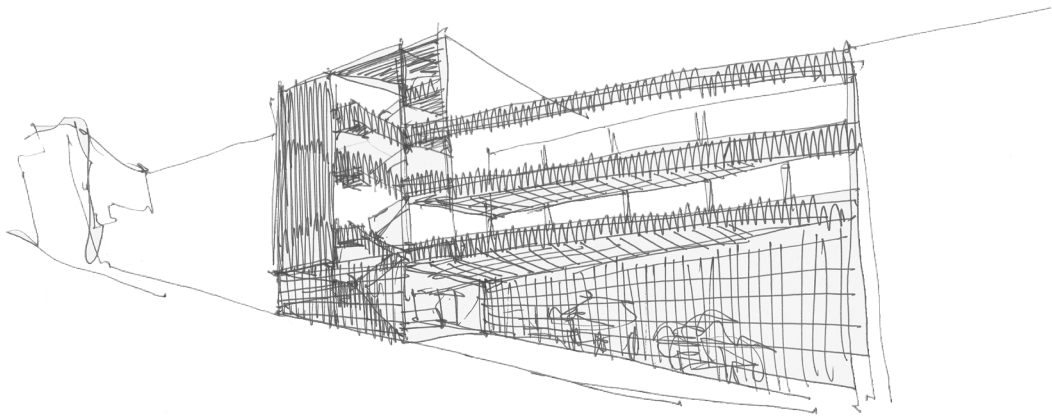
A geometria do complexo é muito simples e imediata: toda a estrutura se distribui numa grelha de 5 x 5 metros, ao longo de todo o lote. Esta consistência é o que traz ordem e unidade ao conjunto, com a única exceção dos limites do lote, irregulares. A estrutura, em ferro, exhibe-se nos pilares soltos que suportam as galerias e a sala hipostila, onde assume a forma de um pilar cruciforme, à maneira de Mies van der Rohe.

Os materiais principais utilizados são o ferro, o betão, a pedra – mármore e granito –, o vidro e a água. Enquanto o ferro e o betão podem ser considerados materiais artificiais, a pedra pode ser considerada um material natural. Esta antítese na definição dos materiais evoca Palladio, que considerava que *«a pedra usada na construção podia ser de dois tipos: natura como o mármore, ou artificial como o tijolo; natural quando extraída diretamente da natureza; artificial quando implicasse na sua produção a ação transformadora do homem»* (Rodrigues, 2013: 367).

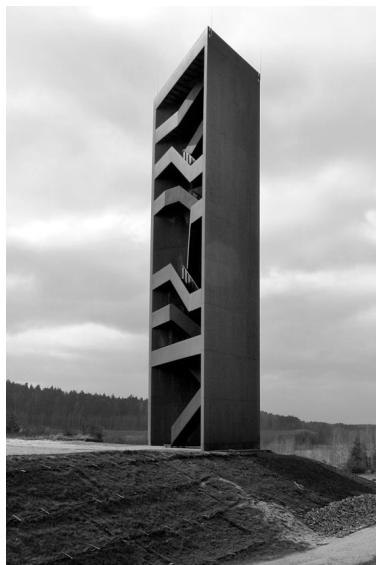
Ainda que possa ser estranho considerar a água um material, o papel que ela assume é integrante da arquitetura, participando no seu corpo – a criação de espaço através da matéria– e na consonância dos seus materiais – ou seja, o diálogo que forma o todo (Zumthor, 2009).

O ferro e o betão equilibram-se entre si como um esqueleto que suporta a carne. A estrutura leve e elegante encosta-se e segura os planos maciços que dão substância à forma. O vidro vem completar a tríade, pondo o corpo em relação com a envolvente, como material libertador. Respondendo à própria questão *«O que seria do betão e do aço sem vidro refletor»*, Mies afirma que *«a possibilidade de configurar espaço, permitida por ambos, ficaria limitada, mesmo comprometida, tornar-se-ia uma mera promessa. Só assim podemos estruturar os espaços com liberdade, abri-los à paisagem e pô-los em relação com ela»* (Rodrigues, 2013: 153).

O vidro contribui para o *«imaginário da arquitetura, que emprega reflexos, graduações de transparência, sobreposições e justaposições para criar uma sensação de espessura espacial, além de sensações subtis de movimento e luz»* (Pallasmaa, 2011: 32). O autor compara este material ao elemento da água, por considerar que convocam imagens *«estritamente associadas»*, que alentam às experiências de ilusão e sonho. A simbologia do vidro pode, inclusivamente, ser associada a uma certa utopia, já que materializa um desejo de simultânea presença e ausência, perseguindo uma ideia de transparência, leveza e imaterialidade (Pallasmaa, 2014).



i/ 61. Esquisso do alçado da Rua de Santa Catarina



i/ 62. Rostiger Nagel, Senftenberg, Alemanha, Stefan Giers + Susanne Gabriel, 2010

ENTRADAS

O acesso ao complexo, por meio de um veículo, apenas pode ser feito pela rua de Santa Catarina, onde se encontra a entrada para o parque de estacionamento, com uma lotação de 60 lugares e mais quatro lugares especiais para os carros funerários que servem o tanatório. A partir do parque de estacionamento, sobe-se ao resto do programa pelos mesmos acessos verticais de quem chega a pé por esta rua.

Quem chega a pé, encontra uma entrada filtrada por uma galeria coberta que se expande em direção à porta de entrada, por onde pode aceder-se ao resto do programa através dos acessos verticais que fazem a distribuição pelos vários pisos. Estes acessos são cobertos mas não totalmente encerrados: ainda que no primeiro piso exista um plano em gradil que percorre toda a fronteira com a rua, este tem apenas o objetivo de poder impedir o acesso, não havendo a vontade de encerrar visual ou climaticamente o espaço. Assim, ainda que se possa fechar o guarda-chuva a partir da galeria que se anuncia na rua de Santa Catarina, apenas se poderá tirar o casaco quando se entrar numa das salas do programa. Desta forma, as escadas anunciam-se no alçado como um elemento escultórico que se estende pelo edifício através das guardas que se prolongam e protegem também as varandas.

Quem chega pela rua da Alegria, por outro lado, encontrará um acesso de nível e direto ao templo. A entrada é marcada pela ruína que existe atualmente, a fachada do edifício que foi demolido depois de 2009. A decisão de manter a fachada não se prende com a sua importância ou com qualquer simbolismo, simplesmente com a necessidade de fazer frente de rua com um plano que permita o atravessamento para o lote. E, no fundo, a ruína da fachada cumpre esse propósito, não havendo razão para ser substituída.

«Na sua tendência inerente para a racionalidade, perfeição e intemporalidade, os edifícios podem ficar fora das nossas reações emocionais e empáticas. A sobreposição de rastros de desgaste, deterioração e tempo enriquecem a imagem arquitetónica e convidam à nossa participação empática. As ruínas oferecem imagens particularmente potentes à imaginação e à associação nostálgica, como se o tempo e o desgaste tivessem tirado a máscara de razão e utilidade à construção.»⁶
(Pallasmaa, 2014: 91)

⁶ «En su inherente tendencia a la racionalidad, la perfección y la intemporalidad, los edificios pueden quedarse fuera de nuestras reacciones emocionales y empáticas. La superposición de rastros del desgaste, el deterioro y el tiempo suele enriquecer la imagen arquitectónica e invitar a nuestra participación empática. Las ruinas ofrecen imágenes particularmente potentes para la imaginación y la asociación nostálgica, como si el tiempo y el desgaste hubieran quitado a la construcción su disfraz de razón y utilidad.»



i/ 63. Vista da rua da Alegria, ruína e templo



i/ 64. Propileu da acrópole ateniense

Vitrúvio defendia que a arquitetura deveria seguir os três princípios: da *firmitas* – firmeza, estabilidade, referente à construção e materialidade do edifício –, da *utilitas* – utilidade, referente ao programa e ao uso do edifício – e, por fim, da *venustas* – beleza, referente à estética e às proporções do edifício. No caso desta ruína, apenas a *firmitas* de Vitruvius se vê posta em causa, já que, como explicado, a utilidade mantém-se, intermediando o programa e a rua, e a sua beleza vê-se, até, exacerbada. A ruína demonstra uma construção cuidada, já que os vãos apresentam uma métrica regular, assim como as suas molduras. A sua condição de decadência atribui-lhe uma certa poética, vinculando passado e presente num mesmo elemento, um testemunho em pedra da passagem do tempo. Enquadrada na temática religiosa, a ruína é mais um mecanismo de recordar ao homem a sua condição efémera, a sua fragilidade perante o mundo, assim como daquilo que cria e representa (Fonseca, 2020).

Dando continuidade à lógica das analogias com a cidade grega, a fachada em ruína remete para o propileu do *temenos* grego: uma entrada monumental que induz uma clara e deliberada separação entre o recinto sagrado e a envolvente profana (Martienssen, 1956).

Os vãos da parede em ruína são encerrados com a mesma chapa distendida aplicada no alçado da rua de Santa Catarina. Os vãos alinhados com o caminho de acesso ao complexo podem ser abertos e fechados consoante a necessidade mas os restantes, por motivos de segurança, estão permanentemente interditos. Desta forma, limita-se o acesso mas permite-se permeabilidade visual, motivando a descoberta de quem passa na rua.

Ambos os acessos ao terreno têm, assim, uma dimensão poética e escultórica, um esqueleto que se anuncia e se dá a descobrir.

Depois de entrar, os percursos são livres, incitando o visitante a deambular, sem um caminho predeterminado. Seja um percurso linear pela estoa, um circulatório em volta da ágora ou ainda um percurso mais errante por entre os pilares do tanatório, o visitante pode explorar o espaço, que lhe oferece um contacto com diferentes estímulos. O percurso diferirá muito de acordo com o propósito da visita: quem frequentar as aulas, terá uma relação mais leve e pragmática com o espaço, enquanto quem permanecer para um ritual funerário terá, provavelmente, uma experiência mais contemplativa.



i/ 65. Claustro do Mosteiro de Santa Maria do Bouro, recuperação de Eduardo Souto de Moura, 1997



i/ 66. Vista do claustro com o reservatório de água ao centro

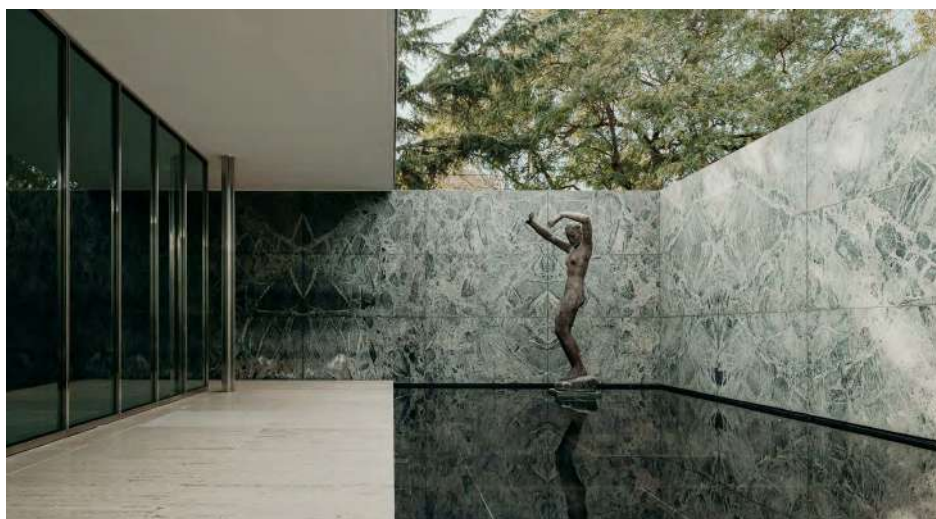
ÁGORA | CLAUSTRO E PÁTIOS

A concentração de programa público e civil na zona oeste do terreno evoca a ágora grega, por oposição à acrópole que alberga o templo no extremo este do lote. Mesmo assim, a organização em torno de um espaço aberto enfatiza a ideia de claustro.

A necessidade de fazer frente de rua e de resolver as empenas levou a que as construções se chegassem aos limites da área construível e o claustro foi a solução que permitiu ter uma fonte de luz e, ao mesmo tempo, uma circulação mais organizada. A implantação de pátios, por sua vez, serviu unicamente o propósito de iluminar os espaços, uma vez que a disposição dos edifícios no terreno obrigou a que todo o programa se virasse para dentro.

Segundo a sua definição, tanto o claustro como o pátio são encerrados e a céu aberto, sendo o claustro um pátio. O que os distingue é que o claustro é necessariamente de forma regular, rodeado por galerias que comportam um percurso, e engloba em si um recinto ajardinado, induzindo o espaço à introspeção e intimidade, mais do que ao atravessamento⁷. O pátio, pelo contrário, pode ter uma forma irregular, pode ser encerrado por muros ou qualquer outro elemento e é facilmente atravessável. Enquanto um pátio pode assumir diferentes usos⁸, muitas vezes de convívio, um claustro é meramente contemplativo.

No entanto, há pátios que, por assumirem uma função de iluminação ou ventilação, tornam-se também contemplativos – espaços amplos e vazios sem elementos que convidem à sua utilização. Este é o caso, por exemplo, do Pavilhão de Barcelona, de Mies van der Rohe.



i/ 67. Pátio do Pavilhão de Barcelona, Espanha, Mies van der Rohe, 1929

⁷ O simbolismo do claustro sobrevive com uma identidade autónoma, reconhecível mesmo em estado de ruína e despertando um sentimento mais contemplativo do que de ação. O próprio percurso tem essa dimensão simbólica e espiritual, por ter um sentido rotativo, que conduz ao ponto de partida.

⁸ Os pátios remontam à antiguidade, desde aquelas que se pensam ser as primeiras casas pátio, em Ur, sendo transversal a diversas civilizações, desde a grega à hindu. Tem funções utilitárias relacionadas com o clima, servindo de ventilação e sombra nos sítios quentes, ou reserva de calor e sol nos sítios frios.



i/ 68. Campus de Saint Thomas, Houston, EUA, Phillip Johnson, 1950



i/ 69. Estoas em volta do claustro

Os claustros, por outro lado, são sempre estruturadores, pois dispõem-se à sua volta várias dependências, sendo completamente encerrado em todo o seu redor e fazendo a distribuição para vários programas. A delimitação do pátio, no entanto, pode ser heterogénea e não necessariamente através de um edifício. Um pátio pode ser limitado por um muro ou até ter um encerramento meramente mental, através de uma diferença de pavimento ou cota, por exemplo.

A verticalidade dos pátios é evocada pela ausência de cobertura – a visão do céu sem qualquer elemento que se interponha, uma abertura para o alto. Esta é enfatizada pela horizontalidade das galerias, que definem o seu perímetro. O percurso, sendo circular, enfatiza a ideia de centro. A definição de um centro é um meio de organização geral do espaço, já que é uma forma de o dominar no sentido figurado. Normalmente, o centro é povoado por algo simbólico – neste caso, a água: seja através de um elemento positivo, como a fonte, que, na sua verticalidade, comporta um *axis mundi*; seja através de um elemento negativo, como um reservatório de água (Gonçalves, 2010).

No caso deste projeto, pode dizer-se que o pátio maior é um claustro, já que está rodeado por uma galeria que permite um percurso circular, fazendo a distribuição para as várias dependências à sua volta e, no seu centro, a presença da água enfatiza o seu valor simbólico. Esta é feita através de um reservatório, e não de uma fonte, à semelhança do que acontece no claustro do Mosteiro de Santa Maria do Bouro.

Por outro lado, as aberturas laterais são pátios, pois o seu encerramento é feito de forma heterógena e não têm uma função distributiva, apenas de iluminação.

Os corredores do claustro erguem-se numa estrutura de ferro que lembra a de Philip Johnson no campus de Saint Thomas, em Houston. O chão e as paredes são panos de betão aparente e vidro. As zonas descobertas são revestidas a pedra de granito, assim como o reservatório de água que se encontra no centro do claustro.



i/ 70. Auditório



i/ 71. Auditório da Escola de Música de Braga, Eduardo Souto de Moura, 2011

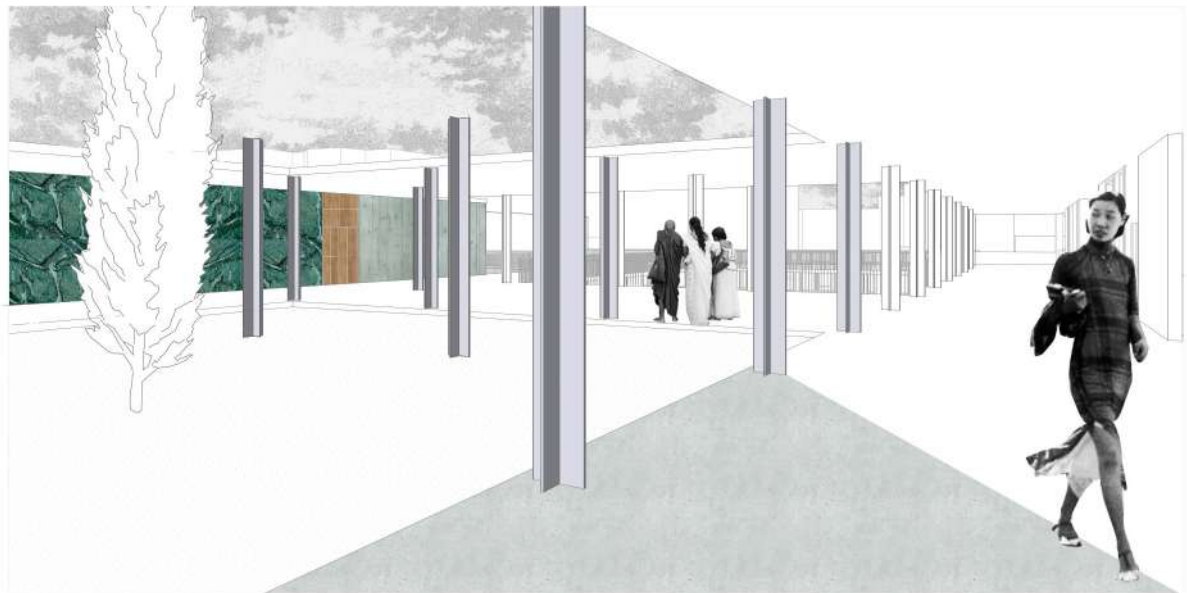
SALAS

As salas multifunções desenvolvem-se nos lados oeste e norte do terreno, abrindo-se para a rua de Santa Catarina e para o pátio interno. Estas salas podem ser fechadas em blocos de 5 x 5 metros ou, abrindo-se a parede central, podem usar-se como salas mais amplas de 5 x 10 metros. Estes espaços podem servir para as já mencionadas atividades de educação religiosa, aulas de línguas e também como pontos de recolha e distribuição de objetos para a caridade. Também podem ser salas de aconselhamento, prática de atividades como o yoga e, ainda, podem ser lugares ligados a funções administrativas – aqui, podem ser instalados gabinetes onde a direção pode trabalhar, reunir e atender pessoas. Apesar de algumas destas funções estarem desenhadas e especificadas nas plantas, esta é apenas uma sugestão, já que o espaço é flexível a diversas opções de utilização. A biblioteca, apesar de menos flexível, é um dos elementos do programa que enfatiza a sua dimensão pedagógica.

No interior, as salas têm soalho de madeira e as paredes são rebocadas. Uma chapa distendida de grelha quadrangular pavimenta as varandas para que a luz possa penetrar em toda a sua profundidade.

O auditório, por fim, pode servir para variados eventos – desde palestras, conferências, sessões de cinema ou teatro – podendo ser um espaço de exposição e divulgação das várias religiões. Tem uma lotação de 195 lugares sentados. A entrada tanto pode ser feita por baixo, junto ao palco, como por cima, junto à régie. À semelhança do auditório da Escola de Música de Braga, de Eduardo Souto Moura, esta sala tem apenas janelas no tramo superior, que rasgam toda a altura do segundo piso do claustro. Estas janelas podem ser cobertas por uma cortina, por questões acústicas. As restantes paredes são em betão aparente, também passíveis de se cobrir com uma cortina, ou revestidas a madeira.

As áreas técnicas e de apoio associadas encontram-se no piso 1, à cota do palco, onde estão os camarins, com balneário associado, e os arrumos. Nesta zona, encontra-se um elevador monta-cargas que poderá servir para carregar material mais pesado para os eventos. Este elevador serve também o tanatório, como será evidenciado mais adiante.



i/ 72. Vista da sala hipóstila

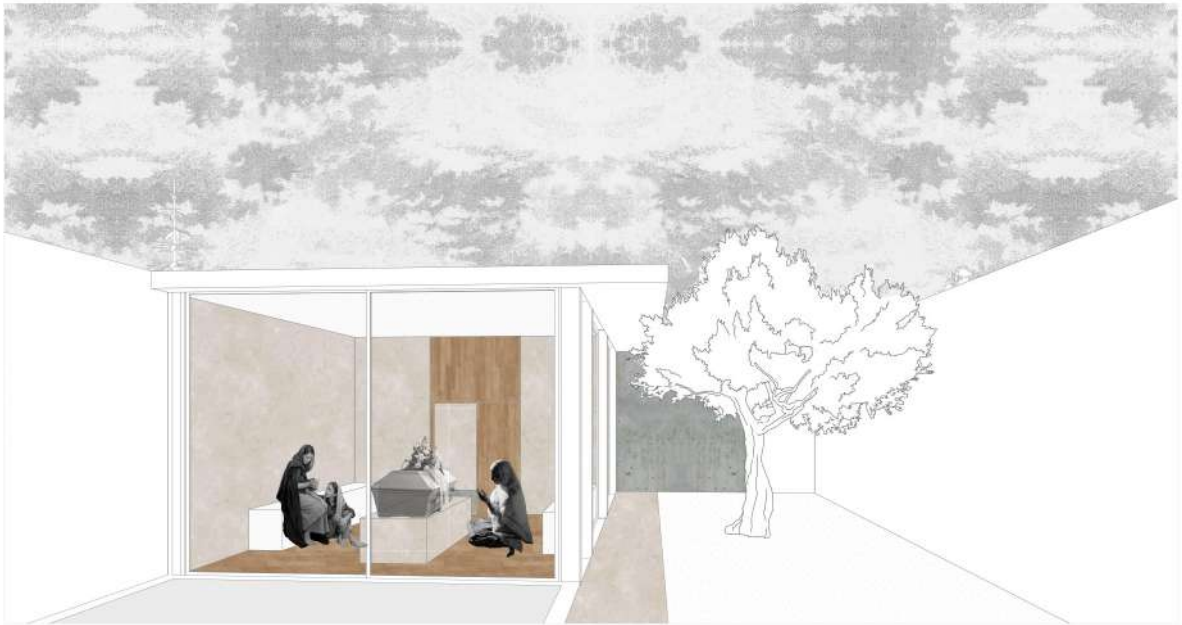
TANATÓRIO

Este é o programa do complexo que poderia ser mais procurado pelas pessoas sem religião, já que *«nos últimos dez anos se verificou uma crescente secularização dos rituais fúnebres (...). No entanto, independentemente da opção religiosa da cerimónia, existe em Portugal a necessidade de realizar o velório como procedimento relevante no ritual fúnebre»* (Correia, 2019: 139). Por isso, ainda que noutras religiões, como no protestantismo, o velório não seja um procedimento importante do luto, essa componente está fortemente contemplada na construção do programa.

A arquitetura tanatória é peculiar por conter em si uma carga emocional que deve ser gerida com cuidado, ao exigir que vários níveis de intimidade sejam respeitados nos diferentes rituais fúnebres. Considera-se, portanto, o momento de chegada, as despedidas individuais – durante o velório – e as despedidas coletivas – durante a cerimónia. Assim, o grande desafio *«é conceber um projeto no qual os visitantes não são somente espectadores, mas personagens ativas que encontram no espaço a sua própria condição de pertença»* (Correia, 2019: 119).

Este espaço é pensado com base no programa do tanatório de Matosinhos. Convém ressaltar, contudo, que este tanatório é apenas um espaço de cerimónias e não contempla as infraestruturas para o tratamento final dos corpos – como fornos crematórios. Deve ser entendido como uma capela funerária, um ponto de partida do processo fúnebre, um espaço onde apenas se realizam as despedidas e a partir do qual se parte para o lugar propício ao enterro ou à cremação.

Contém, assim, junto aos espaços de chegada, uma cafetaria e uma florista. A cozinha da cafetaria encontra-se alinhada verticalmente com a cozinha do restaurante, no piso inferior, tendo um elevador que permite fazer uma ligação interna, de forma a rentabilizar o espaço de confeção de refeições e a gerar alguma flexibilidade nos dias de maior afluência ao restaurante. Estes dois elementos encontram-se, ainda, dentro do espaço da ágora, já que são momentos ainda muito públicos. Tanto a florista como a cafetaria servem de introdução ao programa que está por vir – quem chega pode ir comprar flores – e também de momento de pausa para quem já permanece, motivando um afastamento de uma área emocionalmente mais pesada – quem vela um corpo pode espairecer e beber um café.



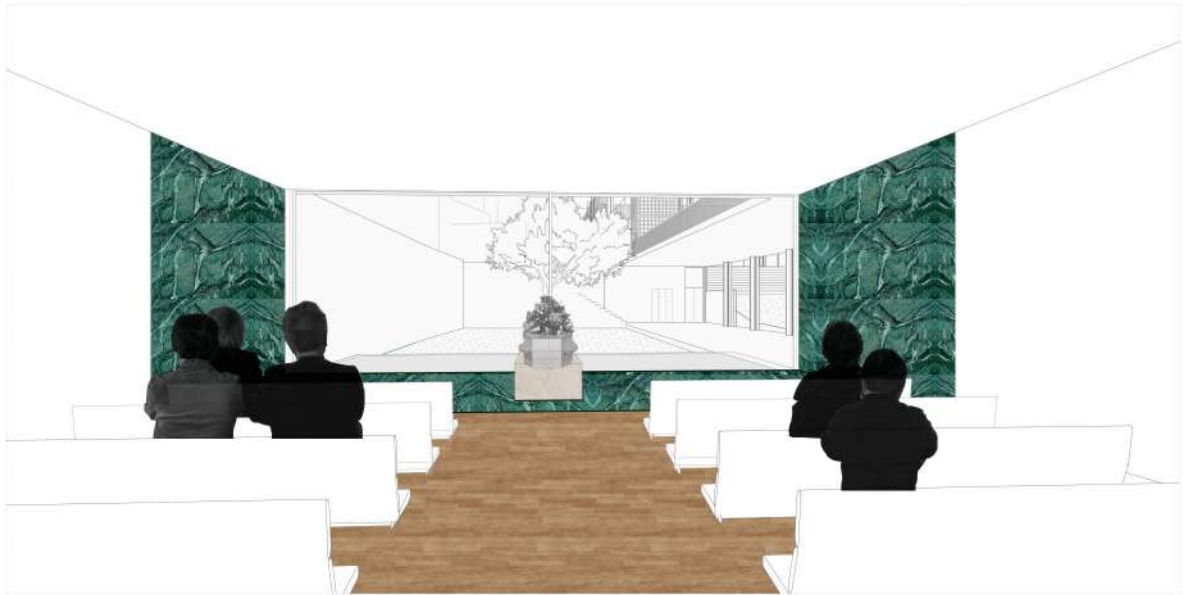
i/ 73. Vista de uma sala de velório

Outra zona que está propositadamente separada – ainda que não afastada, por razões óbvias – é a área técnica, situada no braço sul. Esta zona divide-se em dois pisos, tendo uma escada própria entre eles. A ligação ao parque de estacionamento é feita através do já mencionado elevador monta-cargas, que serve também o auditório e permite o transporte das urnas. No piso 3, junto ao tanatório, encontra-se a sala de tanatopraxia – que se abre para um pátio próprio –, assim como uma sala de administração e outra de repouso para o pessoal – que se abrem para oeste, uma área visualmente mais resguardada. Este cuidado na abertura dos vãos enfatiza a vontade de que esta área passe despercebida à experiência física e emocional de quem visita, não só o tanatório, mas também todo o complexo. Por fim, no piso inferior, encontra-se a câmara refrigeratória e o balneário para o pessoal de serviço poder trocar-se.

«Aqui, durante o funeral, a família e os amigos íntimos estão muito próximos do defunto, enquanto muitas outras pessoas, vizinhos e conhecidos, seguem a uma certa distância, naturalmente com menor dor e emoção. Tornou-se por isso necessária uma sequência de espaços com características diferentes.»
(Siza, 1998: 56)

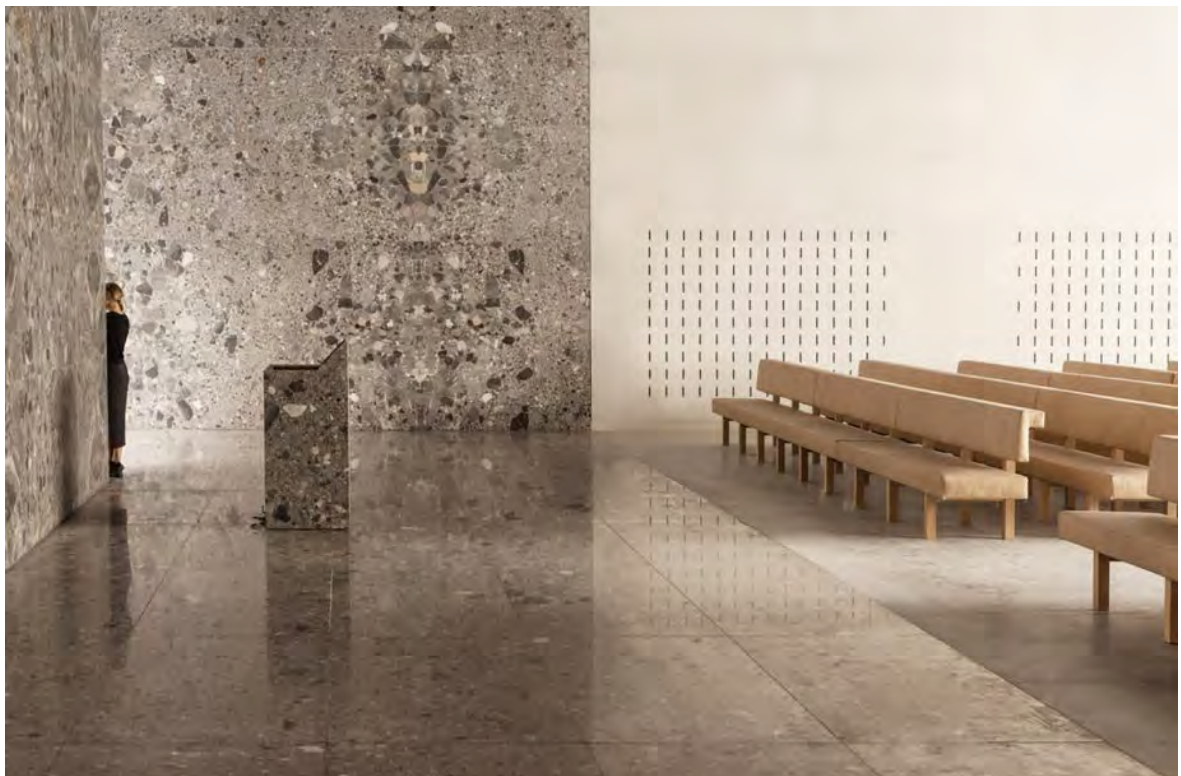
Ainda no braço sul, encontram-se as três salas de velório. Estas salas são pensadas com diferentes níveis de intimidade, como um templo grego ou os templos hindus que foram descritos anteriormente. Pensando na sala onde se encontra o corpo como a *cella*, é-lhe introduzida uma antecâmara onde é possível permanecer confortavelmente. Vários graus de afeto levam a distintos graus de tristeza e, conseqüentemente, atitudes diferentes durante o luto – esta diferenciação de espaços procura oferecer essa flexibilidade. Cada um destes conjuntos – *pronaus e cella* – se abre para um pátio individual, um espaço exterior ajardinado e com um espelho de água, cuja intenção é oferecer algum conforto e intimidade. No pátio, como mencionou Álvaro Siza a propósito da capela funerária da Igreja de Santa Maria, as pessoas podem *«fumar, conversar ou eventualmente, por que não, tratar de negócios: é uma maneira de reagir àquele relativo desconforto determinado pelo encontro, tão direto, com o problema da morte»* (Siza, 1998: 56). Isto permite, para além de tudo, que vários velórios ocorram em simultâneo, com autonomia e privacidade.

Na antecâmara, o pavimento é de betão aparente e as paredes são revestidas numa placagem de mármore. Na *cella*, encontra-se soalho de madeira e as paredes são revestidas com madeira e mármore.



i/ 74. Vista da sala de cerimónias

«Sem dúvida a imagem das lágrimas acudirá mil vezes ao pensamento para explicar a tristeza das águas.»
(Bachelard, 1998: 94)



i/ 75. Sala de cerimónias do crematório de Siesegem, Bélgica, KAAO Architectehn, 2019

No braço oposto, encontra-se a sala de cerimónias com uma lotação de cerca de 50 lugares sentados, antecedida por uma sala de espera. Esta sala serve-lhe de apoio no momento antecedente à cerimónia e, no caso de a lotação da sala estar esgotada, pode ser considerada uma extensão desta, uma forma de assistir à cerimónia. A sala retangular organiza-se longitudinalmente, orientada para um dos lados mais pequenos do retângulo, onde está o ponto focal. Aí, encontra-se o único – e grande – vão envidraçado, que se abre para um espaço ajardinado com um espelho de água: um elemento poético, de renovação, que traz uma luz especial à sala e apela à contemplação, quase como se a sala se estendesse para o jardim. Ainda que a entrada seja centralizada, esta é intermediada pela sala de espera, o que, aliado à ausência de vãos que se abram para o corredor, garante privacidade a este espaço de delicada despedida.

A sala é pavimentada com soalho de madeira, à exceção da zona do caixão, que é pavimentada com mármore, criando uma diferenciação nos espaços, à semelhança dos KAAN no crematório de Siesegem, na Bélgica (2018). As paredes são rebocadas, com o referido pano de vidro ao fundo.

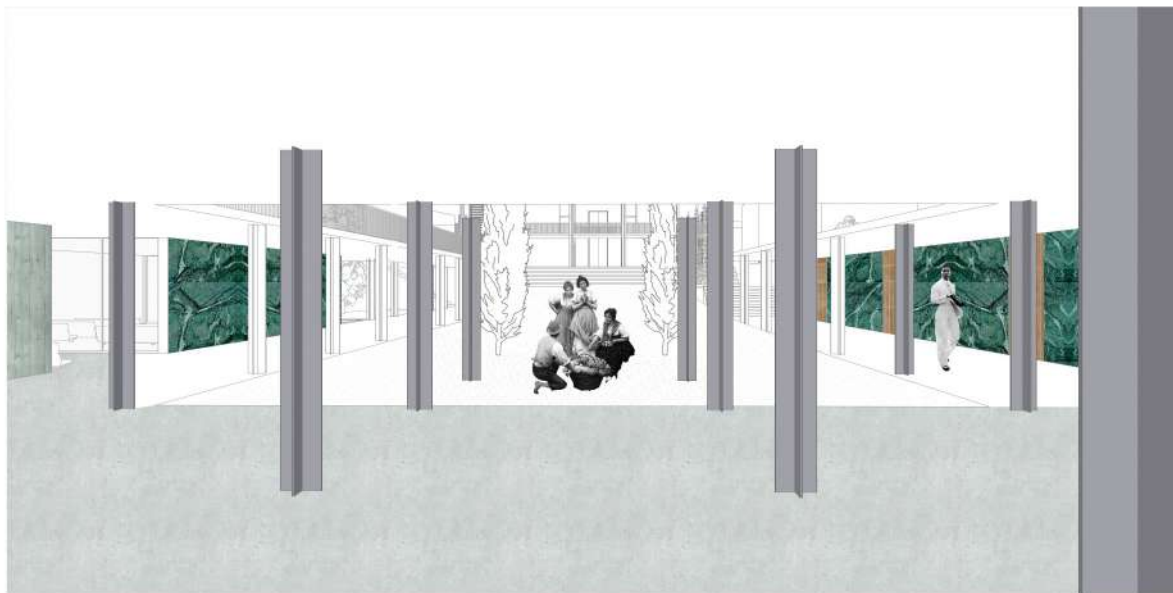
As paredes exteriores das salas de velório e funeral são revestidas a mármore e as restantes – das áreas de técnica e de serviços – mantêm o betão aparente dos pisos inferiores, marcando uma diferença no carácter dos espaços.



i/ 76. Vista do jardim e do templo desde a sala hipostila, as colunas transformam-se em árvores



i/ 77. Ruína na Escola de Música de Braga, Eduardo Souto de Moura, 2011



i/ 78. Vista da sala hipóstila e do jardim

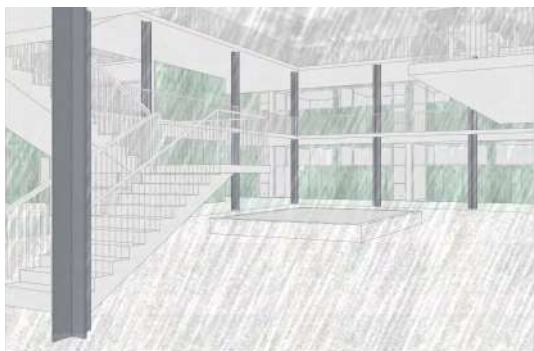
Ambos os braços se abrem para o jardim e são ligados por uma sala hipostila, que faz a filtragem entre os dois momentos do tanatório – o mais privado, do velório, e o mais público, do funeral. Esta diferenciação de espaços é possível pela floresta de colunas, que filtram o percurso e o olhar. Os pilares cruciformes, à semelhança do que acontece em todo o complexo, mantêm o seu papel estrutural e permitem uma sensação de unidade e pertença a este conjunto. Do lado oeste, do claustro, os pilares dão continuidade ao alçado em baixo. Por outro lado, na frente este, do lado do templo, os pilares abrem-se para o jardim e metamorfoseiam-se, procurando desintegrar-se na natureza, a ponto de se transformarem nos troncos das árvores. Este espaço de sombra é contrastado pela luz que ilumina as galerias que rodeiam o jardim e, por isso, marca uma separação entre cada um dos braços.

Eduardo Souto de Moura, aquando da reconversão do Mercado de Braga, decide manter os pilares que restam da ruína do seu próprio edifício, construído vinte anos antes. Deste modo, os pilares podem ser vistos como uma referência às árvores que propõe plantar. A seu propósito, José Miguel Rodrigues (2013: 353) tira duas conclusões: a primeira, *«que os pilares esvaziados do seu papel funcional se tornaram apenas eles próprios»*, e, apesar de serem originalmente artefactos humanos, são agora uma segunda natureza. A segunda conclusão expõe a ideia de que as árvores plantadas pela mão do homem podem, também elas, imitar os pilares. Em ambos os casos, pergunta-se o autor, *«é imediata a percepção da ténue fronteira entre a natureza e a arquitetura, ou serão tão artificiais as árvores plantadas pelo homem como os pilares que imitam?»*.

Este jardim é o intermediário entre o tanatório e o templo. Ao mesmo tempo que faz uma ponte visual, esconde-os e o diálogo que estabelece entre os dois elementos é, simultaneamente, o que lhes permite conviverem em silêncio, sem se incomodarem. Martienssen (1956) mencionou que também em algumas áreas sagradas da Grécia Antiga havia a presença de árvores e bosques que eram considerados como parte integrante da sacralidade.



i/ 79. Vistas do espaço de contemplação



i/ 80. Diferenças na ambiência do claustro

ESPAÇOS DE CONTEMPLAÇÃO

Apesar de existir a possibilidade de encerrar o espaço ao público – por exemplo, à noite, por uma questão de segurança – todo o projeto é pensado para que esteja aberto à cidade. Não só o restaurante e o templo são programas que podem ser utilizados «sem marcação», como também os jardins podem ser visitados por qualquer pessoa, assim como o complexo pode ser cruzado apenas com o intuito de navegar mais rapidamente entre ruas.

Todo o projeto é pensado com uma dimensão espiritual, já que os percursos incitam o visitante a explorar e surpreendem-no com recantos que apelam à introspeção, através dos elementos verticais das árvores e dos reflexos dos espelhos de água.

A própria ágora – ou claustro – é um híbrido. Ainda que o programa que se desenvolve em seu torno tenha menor carga emocional, é possível que num dia de chuva este espaço apele a que se veja desde as galerias os pingos a cair sobre a água – assumindo-se como claustro. Ou, pelo contrário, num dia de sol, pode um grupo de pessoas reunir-se em torno da água para conversar, aproveitando a luz – enfatizando o caráter de ágora. Por isso, quando se fala num espaço neutro, procura evocar-se a ideia de um espaço flexível, sensível às emoções que o rodeiam, não um espaço indiferente. Pois, no fundo, quem faz os espaços são as pessoas ou, como diria Álvaro Siza, «*só as pessoas estão alegres ou tristes*» (Siza, 2009: 373).

Os espaços de contemplação ganham maior importância para quem visita o tanatário. No confronto com a morte, é por vezes necessário recuperar as forças, num constante distanciamento e reaproximação do foco de atenção, oscilando entre o convívio e a solidão.



i/81. Cubo do cemitério de San Cataldo, Itália, Aldo Rossi, 1984

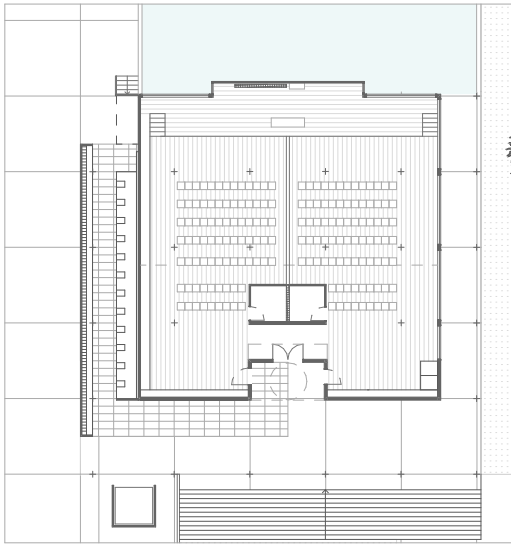
TEMPLO

O templo está situado, como já mencionado, no ponto mais alto do terreno. É possível aceder-se diretamente pela rua da Alegria, onde se mantém a fachada arruinada original. Ou, por outro lado, quem vem da rua de Santa Catarina, pode subir pelos acessos verticais e percorrer toda a promenade superior, que liga diretamente ao templo. Qualquer um dos percursos exteriores tem, assim, uma entrada clara, a partir da qual se inicia a preparação para o encontro com o sagrado, através de um percurso delineado que liga ao templo.

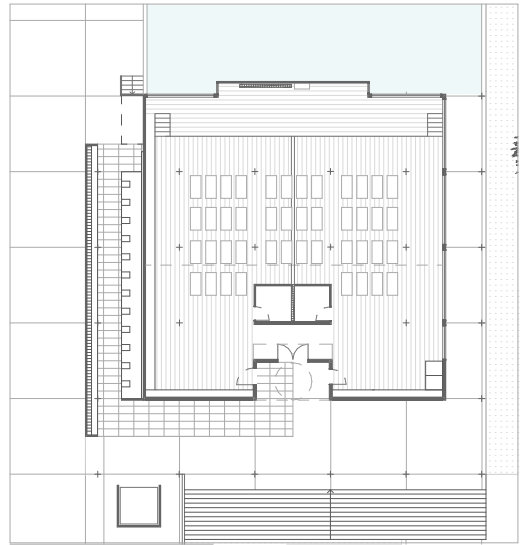
O templo encontra-se ligeiramente elevado – um degrau – em relação ao percurso de acesso, distinguindo o lugar sagrado do seu entorno.

Um elemento vertical impõe-se no alçado – uma torre que contém o elevador e permite o acesso a uma galeria superior, destinada, por exemplo, às mulheres que pretendam assistir ao culto em fés que exigem a separação de géneros para o efeito.

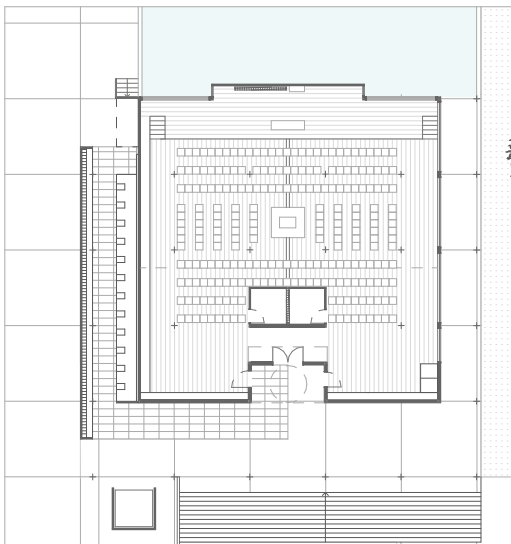
Este elemento, de planta quadrangular, sem cobertura e transparente, coberto pela mesma chapa distendida que tem pautado o complexo, evoca o cubo de Aldo Rossi no cemitério de San Cataldo. À semelhança deste, é um núcleo de acessos que, no caso do cemitério, faz a ligação aos vários níveis do ossário. Rossi projetou-o como uma alegoria à destruição do pós-guerra que, «*reduzido a um invólucro manteve, contudo, uma forma elementar*» (Lopes, 2016: 237). Rossi fê-lo, no entanto, numa significação da ruína que, simbolicamente, se vai construindo de morte – à medida que as urnas vão ocupando as células vagas nas paredes, a grelha completa-se com a «*disposição mórbida dos tijolos*». Por oposição, o sólido deste projeto pretende evocar uma ideia mais otimista – a de ascensão a um nível superior. Por isso, este espaço contém o elevador que faz ligação aos vários níveis do templo e que, desprovido de cobertura, remete o olhar para o céu, tornando-se um *axis mundi*, seja pela sua altura proeminente, para quem o vê de fora, seja pelo enquadramento que oferece da atmosfera. O seu revestimento transparente permite, também, que haja um diálogo constante com a envolvente, seja de quem, a partir de dentro, observe o exterior, seja de quem, à noite, a partir de fora, o veja como um foco de luz e como um marco da entrada no templo.



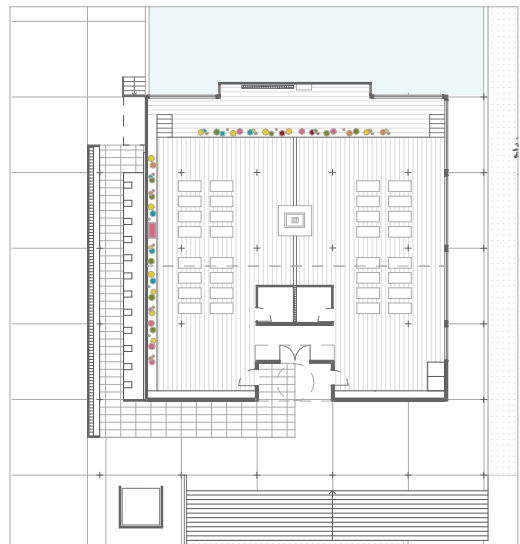
Esquema de organização para o culto cristão



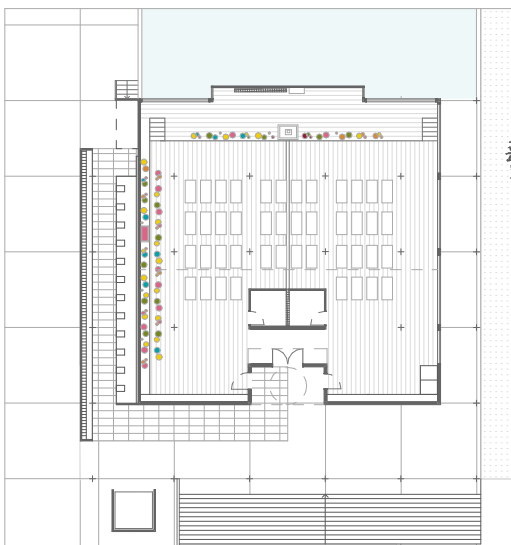
Esquema de organização para o culto islâmico



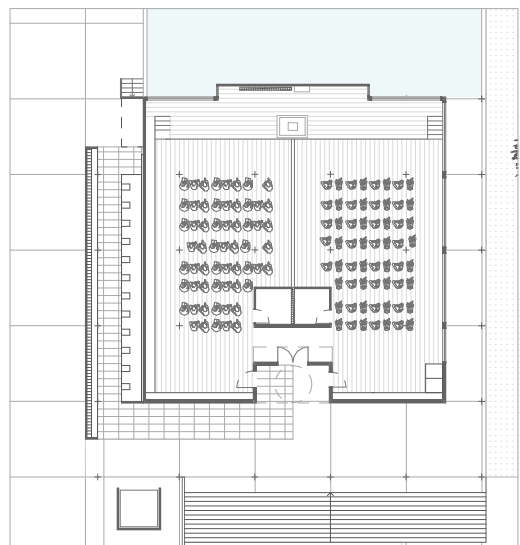
Esquema de organização para o culto judaico



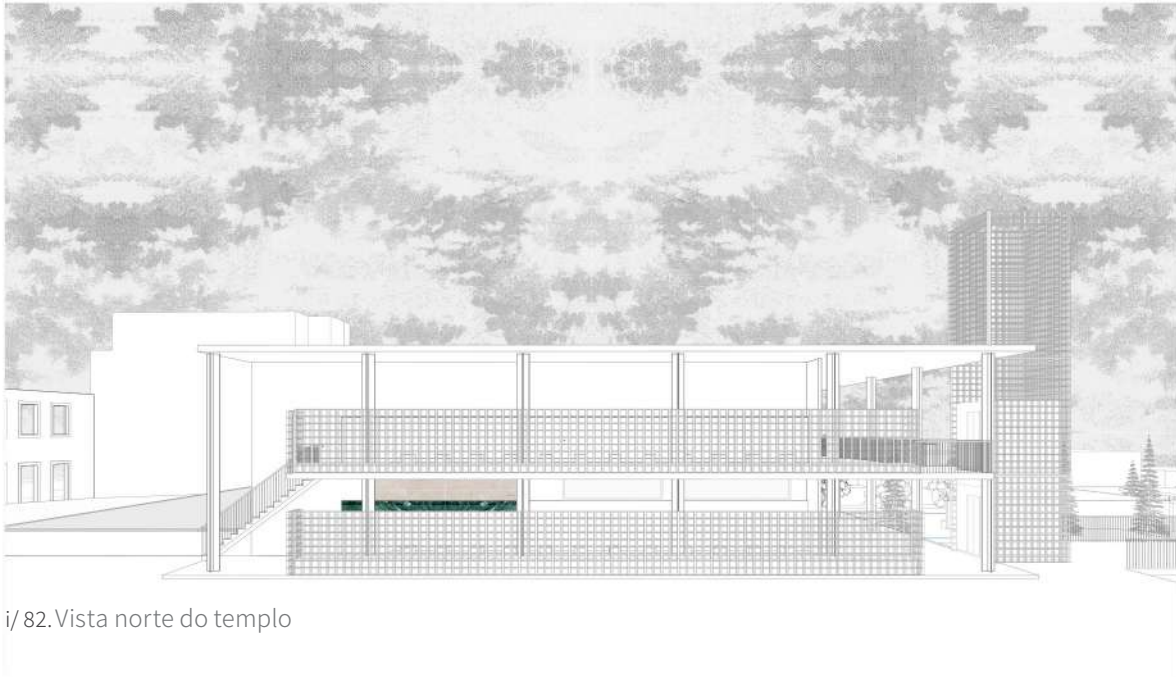
Esquema de organização para o culto hindu e budista



Esquema de organização para o culto hindu e budista



Esquema de organização para o culto sikh



i/ 82. Vista norte do templo

A planta quadrangular do templo oferece uma centralização que permite que o ritual se oriente confortavelmente em qualquer direção, mesmo que tenha muito vincada a orientação a este, que coincide com a direção de Meca e de Jerusalém, mais vincada através do nicho e do altar.

Como aconselhado por Velasco (2014), o espaço do templo divide-se em duas salas – uma para quem faz o acesso calçado e outra para quem o faz descalço. A parede central que separa os dois espaços pode ser rebaixada, criando uma única e ampla sala para as cerimónias maiores⁹. O espaço orienta-se a este, servindo tanto os cristãos ortodoxos como os judeus e muçulmanos, através de um nicho que é o ponto focal do lugar sagrado.

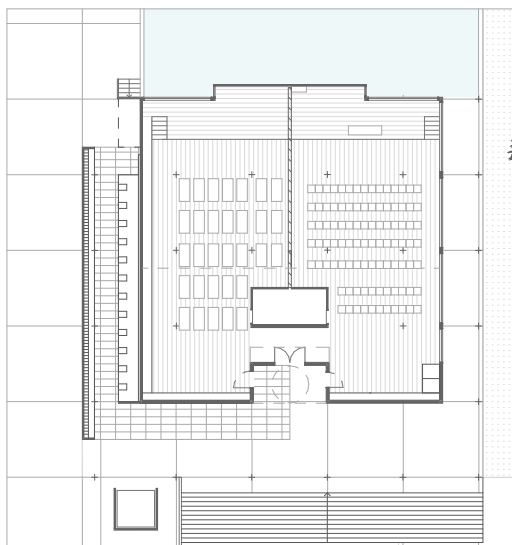
Ainda que a entrada esteja centralizada no complexo, com uma escadaria que remete para os templos gregos, este é um elemento poético, já que poucos serão os que atravessam o jardim pavimentado a relva. O acesso não é, por isso, tão direto como o desenho parece dar a entender. Quem chega, seja por onde for, terá sempre de mudar a direção do seu percurso para percorrer o nártex que antecede o templo, colunado para que possa dialogar com o jardim em seu torno. Existem três portas de entrada: uma a norte, para quem entra descalço, outra a sul, para quem entra calçado; e, por fim, uma central e monumental, para quando ocorrem cerimónias maiores e o templo se encontra totalmente aberto. Esta entrada central é protegida pelo bloco de arrumos que permite ao visitante perceber se aquela cerimónia é, ou não, do seu interesse. Esta filtragem permite, também, que o crente se ajuste ao espaço em que vai entrar, criando suspense e motivando o sentido de descoberta.

A zona para o acesso descalço encontra-se na ala norte. Aqui, é criado um circuito alternativo para o seu acesso, onde se encontra um banco e um armário para tirar e

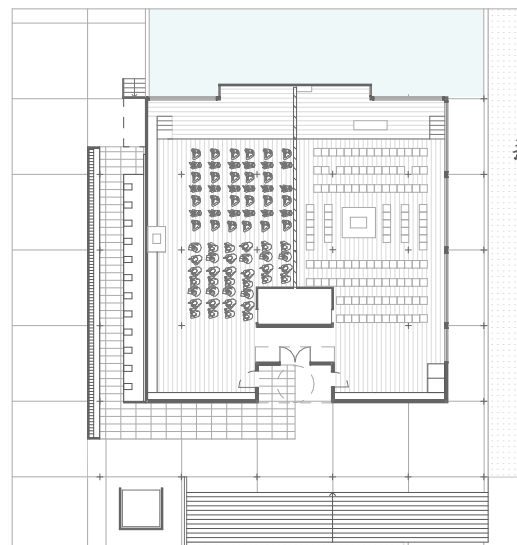
⁹ À semelhança do que acontece entre o Auditório Fernando Távora e a Sala Plana, na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (1985-1996), da autoria de Álvaro Siza.



i/ 83. Vista da zona de ablução



Esquema de organização para o culto islâmico e cristão em simultâneo



Esquema de organização para o culto sikh e judaico em simultâneo

Escala 1/500

guardar os sapatos, assim como pontos de água onde se pode proceder à ablução. Uma diferença no pavimento marca o percurso entre esta zona e a entrada. No interior, um armário fechado, com um metro de altura, estende-se a todo o comprimento da sala. Aqui, podem armazenar-se tapetes, exemplares do Corão e outros instrumentos necessários às restantes religiões. Tendo em conta a sua altura, este armário pode ser usado para pousar as oferendas que caracterizam os rituais budistas e hindus. O templo muda e adapta-se consoante o seu utente, e, por isso, este espaço apenas está completo quando alberga rituais.

Na parte em que se acede calçado, na ala sul, reunir-se-ão os cristãos e os judeus, que entram diretamente e podem encontrar os objetos necessários ao seu culto nos armários e arrumos da sala, que se encontram à entrada. Uma mesa pode ser posta no altar e o armário para a *Torah* poderá posicionar-se no extremo norte do nicho – de forma que, quando a sala está completamente aberta, ele se encontre mais centrado.

Já que é concebido através do método negativo exposto por Crompton, todos os objetos de culto necessários se encontram guardados em armários, nos arrumos no interior da sala e no armazém que se encontra no piso inferior (à cota do tanatório, onde se encontra também toda a maquinaria necessária). Para cada cerimónia, a sala terá de ser devidamente preparada, os objetos recolhidos dos arrumos e devidamente dispostos. No fim, a sala deve ser arrumada para que se mantenha a neutralidade do espaço.

«A arquitetura é feita para servir o ritual, por mais sagrada que seja, depende sempre da presença humana para lhe dar vida e articular o seu significado, sendo os rituais individuais e coletivos necessários para completar o espaço.»¹⁰
(Barrie, 2010: 54)

O templo pode mudar drasticamente consoante os seus utentes, exacerbando o facto de que este espaço apenas está completo quando se realizam os rituais.



i/ 84. Templo dividido em duas salas - à esquerda, uma missa evangélica e à direita um culto budista.

¹⁰ «Architecture built to serve ritual, as sacred architecture nearly always is, needs those individual and communal rituals to complete them - they depend on humans to animate their spaces and articulate their meaning.»



i/85.Chiesa de Nostra Signora della Misericordia, Milão, Itália, Angelo Mangiarotti, 1956

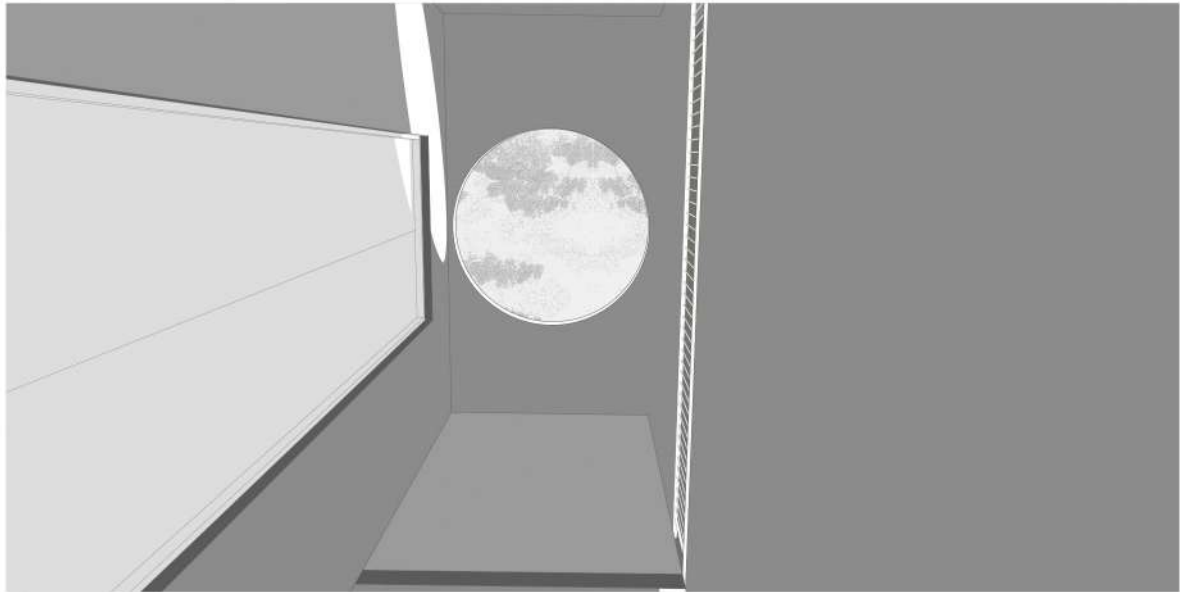


MATERIALIDADE

O templo dá continuidade à grelha de estrutura metálica com pilares cruciformes. No exterior, as paredes e o chão são revestidos a mármore. Na zona da ablução, a estrutura para pôr os sapatos é feita numa grelha de metal – à semelhança da torre do elevador, criando transparências.

Por dentro, o pavimento é em madeira, assim como toda a estrutura do altar. A parede norte é revestida a mármore verde, à maneira de Mies van der Rohe em Barcelona, para evidenciar a luz zenital que entra através do rasgão retangular na cobertura. A parede sul é toda em vidro, ainda que este seja translúcido à altura do olhar, para evitar distrações durante o culto. Esta escolha remete para a Chiesa di Nostra Signora della Misericordia, dos arquitetos Angelo Mangiarotti, Bruno Morassutti e Aldo Favini, em Milão.

O bloco de arrumos é destacado em betão aparente e a parede elevatória é, assim como as restantes, revestida a mármore, incluindo a do altar.



i/ 87. Óculo zenital no nártex, à entrada da sala de orações



i/ 88. Vista sul do templo à noite



i/ 89. Vista interior do templo desde o altar

LUZ

No nártex, a entrada é marcada por um óculo circular que faz uma projeção de luz no chão e eleva o olhar ao pé direito total do templo, contribuindo para a sensação de contraste entre a pequenez do homem e a monumentalidade do espaço sagrado.

No interior, o tratamento da luz é feito de forma a que o olhar se concentre no ponto focal – no altar. Ainda que a parede sul seja completamente envidraçada, este vidro tem, também, zonas de tratamento opaco para evitar distrações. Tal permite que a luz passe de qualquer forma, que a silhueta das árvores se anuncie em sombra e se perceçione a passagem do vento e do tempo, mas que eventuais transeuntes e outras distrações não roubem atenção ao rito.

Uma vez que, quando o templo está dividido pela parede elevatória, a ala norte se encontra na penumbra, abriu-se uma claraboia retangular – um rasgão em toda a longitude – para que a luz possa entrar e refletir na parede de mármore, iluminando o espaço sem tirar o foco do altar.

Na parede este, o alçado desenha-se para que o crente se aperceba da presença da água e, ao nível da tribuna, da presença das árvores. O altar, com um fundo opaco, é iluminado pelas aberturas laterais e pela luz zenital – a cobertura em vidro potencia a tensão vertical entre terra e céu, à semelhança do que acontece na capela que Eduardo Souto de Moura desenhou para a 16.^a Bienal de Veneza.

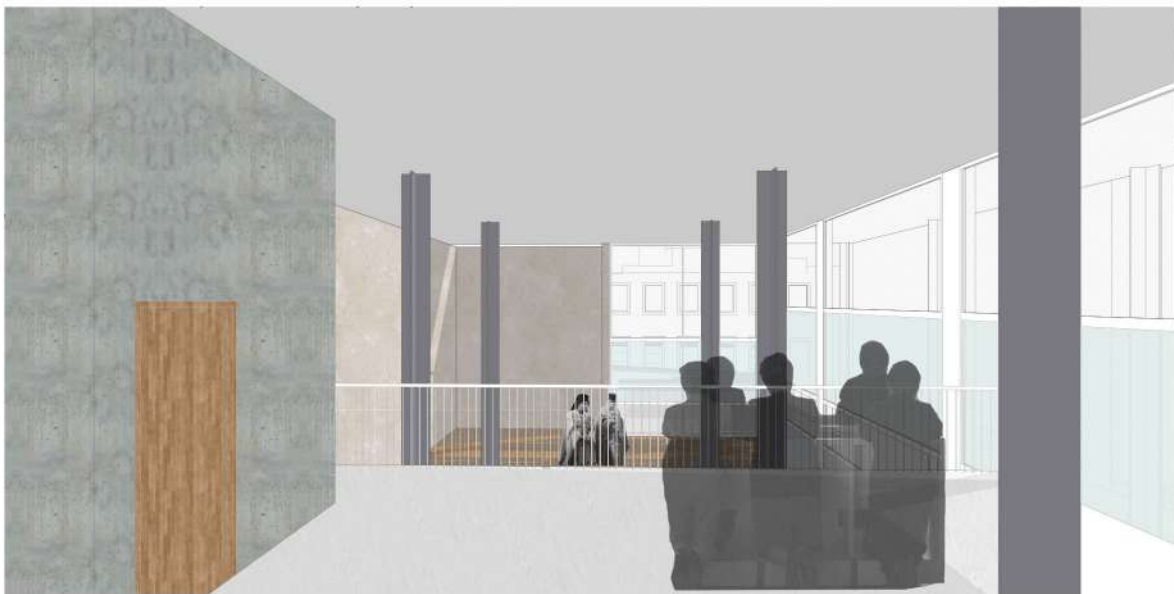
À noite, o papel inverte-se e já não é a luz natural que rasga o templo mas sim a luz artificial que ilumina a penumbra exterior, vincando a presença deste lugar na sua envolvente. O vidro opaco garante aos crentes a sua privacidade.



i/ 90. Capela do Vaticano, 16ª Bienal de Veneza, Eduardo Souto de Moura, 2018



i/91. Vista da tribuna desde o altar



i/92. Vista do altar desde a tribuna

«A vontade de compreender o mundo por completo, de abranger as suas razões, também era causa de agitação que resultava da consciência das dificuldades de uma tarefa destinada à incompletude. O homem era confrontado com a frustração.»
(Lopes, 2016: 42)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos etimologistas acreditam que a raiz da palavra religião é o termo latim *ligare*, que significa ligar, unir. Sabe-se que o prefixo *re-* intensifica a palavra que o sucede, transmitindo a ideia de repetição – como em *reler*, *revisitar*. Assim, sugere-se que o principal papel da reunião – como salientou Durkheim – é estabelecer repetidamente conexões: seja com o divino ou entre os crentes. Tem um papel intermediário, seja num plano individual, comunitário ou dos deuses.

A arquitetura participa na religião na medida em que oferece um abrigo, um lugar simbólico e um espaço para os rituais. A arquitetura religiosa torna-se, até, um mediador entre homens e as suas entidades divinas. Experienciá-la é extraordinário, por se entrar num ambiente diferente que confronta os sentidos, através de uma coreografia de espaço e sequência, luz e sombra – em consonância com cheiros, sons, sensações táteis e, em alguns casos, até sabores (Barrie, 2010).

No presente caminho de crescente globalização, com a massificação do turismo, os fluxos migratórios e o constante diálogo intercultural, em simultâneo com o crescimento da diversidade de práticas religiosas em Portugal, assume-se aqui o desafio de pensar um espaço religioso, também ele, mais plural.

Por isso, procura-se – e encontra-se – a lição das constantes na arquitetura religiosa, uma busca pela transversalidade dos elementos que constituem os espaços sagrados. E assim se entende que há uma transversalidade geográfica e temporal que une aquilo que se julgava antagónico, tanto que a arquitetura sagrada desenvolvida pelos astecas no México partilha valores com a arquitetura religiosa hindu e com a com a Grécia Antiga.

Não sendo isso suficiente, procura-se quem já tenha encarado o desafio primeiro e procuram-se exemplos de espaços multirreligiosos e consequentes estudos analíticos que permitam a antecipação de problemas, procurando assumi-los através da criação de soluções ou simplesmente evitá-los.

Depois, o início do fim: a construção do programa, a escolha do lugar. O programa não podia ser alheio à circunstância em que se insere – a religião em Portugal não se cinge às orações, uma vez que desempenha um papel protagonista nas iniciativas de ação social (desde a disponibilização de bens à prestação de serviços), na integração de imigrantes, para além de uma tradição educativa bastante vincada e, finalmente, uma presença na morte muito vinculativa (através da disponibilização de espaços para os rituais fúnebres, por exemplo). Seria ingénuo oferecer um espaço de oração e pensar que o trabalho se esgotaria aí.

Outros projetos religiosos, já em curso, como o centro islâmico de Sintra, também se ocupam destas preocupações. Este centro procura servir não só os nove mil muçulmanos da Linha de Sintra, como também prestar apoio a todos os outros residentes, independentemente da sua religião ou etnia. O equipamento contará com um centro de dia, uma creche, uma clínica, um refeitório, entre outras coisas para além da mesquita. O objetivo não é apenas criar um espaço de oração, como também proporcionar um lugar de partilha de experiências, de melhoria da integração de imigrantes e, ao mesmo tempo, promover o conhecimento e a valorização das culturas dos seus países (Moreira, 2019).

Assim, o programa cresceu para, mais do que um templo, um complexo, onde se poderiam encontrar salas multifunções, um restaurante social, um auditório, um tanatório e, finalmente, a sala de orações.

O lugar, para conter esta ambição, teria de ser grande. E, para servir a população da forma mais eficaz possível, teria de ser central. Assim, procurou-se encher o vazio urbano que rasgava o quarteirão entre as ruas de Santa Catarina e da Alegria.

Procurando ouvir a lição das constantes, apoiado na firmeza do passado, desenha-se um espaço com evocações à história de arquitetura antiga que, para além de um desafio arquitetónico, responde a um chamamento urbanístico. Há, também, uma preocupação em criar atmosferas de contemplação que, associadas a diferentes fases do programa, procuram enquadrá-lo e dar-lhe unidade como um espaço fundamentalmente espiritual, no qual a arquitetura tem um papel ativo e mediador, seja através da forma, da matéria ou da conjugação das duas.

O templo, erguido na acrópole do lote, evidencia-se no desenho e procura oferecer um espaço de oração, culto e celebração que possa servir todos, individual e coletivamente, simultânea e separadamente. Um espaço flexível, que possa atender a todas as necessidades num espaço neutro, que procura evitar desconfortos.

Este espaço, ao contrário daquilo que era expectável no início da investigação, não pode ser generalizado ou aberto a todos de forma permanente. Uma simples sala ampla não seria o suficiente para acolher as várias religiões, sendo necessário responder a determinadas exigências que o próprio culto fazia, nomeadamente a divisão entre quem acede ao lugar religioso calçado e quem acede descalço.

Mas é preciso admitir que, na realidade, qualquer crente procura os sinais que o façam sentir-se em casa – os muçulmanos esperam um espaço para a ablução, os cristãos uma cruz e um lugar para sentar, os judeus esperam encontrar a direção de Jerusalém e a *Torah*. E, na sua ausência, ninguém se sente em casa, mesmo que essa ausência seja

compensada no momento seguinte: esses objetos estão disponíveis em lugar próprio mas o momento inicial poderá ser de desproporção (Biddington, 2019). Por isso, este é um exercício utópico. Um desafio arquitetônico autoimposto, em grande parte polêmico, por ser, apesar de todo o esforço, uma visão secular sobre um universo – vastísimamente-sagrado.

Poderá colocar-se a pergunta de: se é utópico, para que serve? Eduardo Galeano cita o seu amigo, Fernando Birri, sobre o propósito da utopia:

«A utopia está no horizonte e eu sei que nunca a alcançarei. Que, se me aproximo dez passos, ela se afastará dez passos. Quanto mais a procurar menos a encontrarei porque ela se vai afastando à medida que eu me aproximo. Para que serve a utopia? Para isso serve: para caminhar.»¹

¹ «La utopía está en el horizonte y yo sé muy bien que nunca la alcanzaré. Que si yo camino diez pasos, ella se alejará diez pasos. Cuanto más la busque menos la encontraré porque ella se va alejando a medida que yo me acerco. Buena pregunta, no? Para que sirve? Pues la utopía sirve para eso: para caminar.»

(pode ser ouvido pela voz do próprio Galeano em: https://www.youtube.com/watch?v=9iqi1oaKvzs&ab_channel=WilsonMelo)

«Acho que apanhei uma insónia por acreditar em todas as crenças do mundo pelo menos um minuto.»

REFERÊNCIAS E FONTES BIBLIOGRÁFICAS

PUBLICAÇÕES

- Alfeyev, M. (2014). *Orthodox Christianity, Volume III: the architecture, icons and music of the Orthodox Church*. Nova Iorque, Estados Unidos da América: St Vladimir's Seminary Press
- Arenas, J.F. (1972). *La arquitectura mozárabe*. Barcelona, Espanha: Polígrafa
- Augé, M. (2012). *Não lugares, Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo, Brasil: Papirus
- Bachelard, G. (1998). *A água e os sonhos, Ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes
- Barrie, T. (2010). *The sacred in-between, The mediating roles of architecture*. Oxon, Reino Unido: Routledge
- Biddington, T. (2019). Multifaith Space: religious accommodation in postcolonial public space? in Dunn, J., Joziassé, H. & Patta, R. (Eds). *Multiple Faiths in Postcolonial Cities, Living Together after Empire*. Cham, Suíça: Palgrave Macmillan
- Botvar, P. (2007), *Why New Age is giving way to spirituality*
- Bussagli, M. (1989). *Oriental architecture/1, India, Indonesia, Indochina*. Nova Iorque, Estados Unidos da América: Electa
- Correia, R. (2019) *Espaços de sombra, Ensaio projetual de um tanatório para o Porto* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto].
- Couroucli, M. (2012a). Chthonian Spirits and Shared Shrines: The Dynamics of Place among Christians and Muslims in Anatolia, in G. Bowman (Ed). *Sharing the Sacra: the Politics and Pragmatics of Inter-communal Relations around Holy Places* (pp.45-60): Berghahn (disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00904972>)
- Couroucli, M. (2012b). Sharing Sacred Places– A Mediterranean Tradition, in D. Albera e M. Couroucli. *Sharing Sacred Spaces in the Mediterranean* (pp.1-9), Indiana, Estados Unidos da América: Indiana University (disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00904976>)
- Crompton, A. & Hewson, C. (2016). Designing equality, Multi-faith space as social intervention, in D. Llewellyn e S. Sharma (Eds), *Religion, Equalities and Inequalities* (pp.77-88). Nova Iorque, EUA: Routledge
- Crompton, A. (2013) The architecture of multifaith spaces: God leaves the building. *The Journal of Architecture*, 18(4), 474-496

- Crompton, A. (2019). A non-modern space, in G. Brooker, H. Harriss e K. Walker (Eds), *Interior Futures* (V1, pp. 74-88), California, Estados Unidos da América: Crucible
- Davies, J. (1982). *Temples, churches and mosques, A guide to the appreciation of religious architecture*. Oxford, Reino Unido: Basil Blackwell
- Durkheim, É. (2002). *As formas elementares da vida religiosa*. Oeiras, Portugal: Celta
- Eliade, M. (2016). *O sagrado e o profano, A essência das religiões*. Lisboa, Portugal: Relógio de Água
- Fonseca, M. (2020). *A ruína, uma circunstância programática, Intervenção no Convento de São Francisco do Monte em Viana do Castelo* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto]
- Furseth, I. & Repstad, P. (2006). *An introduction to the sociology of religion: Classical and contemporary perspectives*, England: Ashgate Publishing Limited.
- Gonçalves, M. (2010). *Entre a terra e o céu: do pátio e do claustro como objeto de intervenção* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto]
- Harari, Y. N. (2018). *Sapiens: História breve da humanidade*. Braga, Portugal: Elsinore
- Hoffman, D.R. (2010). *Seeking the sacred in contemporary architecture*. Ohio, EUA: The Kent State University
- Holod, R., Khan, H. (1997). *The mosque and the modern world, Architects, patrons and designs since the 1950s*. Londres, Reino Unido: Thames and Hudson
- Jarrassé D. (2001). *Synagogues, Une architecture de l'identité juive*. Paris, França: Adam Biro
- Keown, D. (1996). *Buddhism, A very short introduction*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press
- Knott, K. (1998). *Hinduism: A very short introduction*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press
- Le Corbusier. (2014). *Por uma arquitetura*, São Paulo, Brasil: Perspectiva (1.ª edição original de 1923)
- Levine, L. (2005). *The ancient synagogue, The first thousand years*. Michigan, EUA: Yale University Press
- Lopes, D. (2016). *Melancolia e arquitetura em Aldo Rossi*. Lisboa, Portugal: Orfeu Negro
- Lopes, J.V. & Avillez, F. (2011). *Diálogo inter-religioso no tempo e 33 ideias para pensar e agir*. Lisboa, Portugal: ACIDI
- Martienssen, R. (1956). *La idea de espacio en la arquitectura griega*. Buenos Aires, Argentina: Nueva Visió
- Nesbitt, E. (2005). *Sikhism: A very short introduction*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press
- Orr, L. (2010). Temple: form and function in Jacobsen, K (Ed.) *Brill's encyclopedia of Hinduism, vol.II* (pp. 495-510), Leiden, Holanda: Brill
- Pallasmaa, J. (2011). *Os olhos da pele*. São Paulo, Brasil: Bookman
- Pallasmaa, J. (2014) *La imagen corpórea, Imaginación e imaginario en la arquitectura*. Barcelona, Espanha: Gustavo Gili
- Rodrigues, J. (2013). *O mundo ordenado e acessível das formas da arquitetura, Tradição clássica e movimento moderno na arquitetura portuguesa: dois exemplos*. Porto, Portugal: FIMS, Afrontamento
- Rowland, B. (1953). *The art and architecture of India, Buddhist, Hindu, Jain*. Great Britain: Penguin Books
- Sant'ana, H. (2008) *Migrantes hindus em Portugal: Trajetos, margens e poderes* [Tese de doutoramento, ISCTE-IUL]
- Siza, A. (1998). *Imaginar a evidência*. Lisboa, Portugal: 70

- Siza, A. (2009) *01 textos*. Porto, Portugal: Civilização
- Soares, P., Santos, T. & Tomás, I. (2011). *Prémio Liberdade Religiosa 2010: A discriminação religiosa na perspetiva das confissões minoritárias*. Lisboa, Portugal: Secretaria-Geral do Ministério da Justiça
- Solomon, N. (1996). *Judaism: A very short introduction*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press
- Stierlin, H. (2009). *El islam, Desde Bagdad hasta Córdoba, Las edificaciones de los siglos VII al XIII*. Madrid, Espanha: Taschen
- Stock, W. (2003). *European church architecture, 1950-2000*. Munique, Alemanha: Prestel
- Tachau, W. (1926). The architecture of the synagogue in *The American Jewish Year Book*. v.28. EUA: American Jewish Committee (pp. 155 – 192)
- Tadgell, C. (1990). *The history of architecture in India*. Londres, Reino Unido: Phaidon
- Teixeira, A. (Coord.). (2012). *Identidades Religiosas em Portugal: representações, valores e práticas*. Lisboa, Portugal: Universidade Católica Portuguesa
- Teixeira, A. (Org.), Santos, L.A., Leite, R. & Monteiro, T.L. (2012). *Identidades religiosas em Portugal: Ensaio interdisciplinar*, Lisboa, Portugal: Paulinas
- Tzonis, A., Lefaivre, L. (1986). *Classical Architecture, The poetics of order*. Massachussets, EUA: MIT
- Velasco, F. (2011). *Guía técnica para la implementación y gestión de espacios multiconfesionales*. Madrid, Espanha: Observatorio del pluralismo religioso en España
- Vilaça, H. (2008). *Imigração, etnicidade e religião: O papel das comunidades religiosas na integração dos imigrantes da Europa do Leste*. Lisboa, Portugal: ACIDI
- Woodhead, L. (2004), *Christianity*. Nova Iorque, EUA: Oxford University Press
- Woodhead, L., Fletcher, P., Kawanami, H., Smith, D. (Eds.). (2002). *Religions in the modern world, Traditions and transformations*, Londres, Reino Unido: Routledge
- Zumthor, P. (2009). *Atmosferas*. Barcelona, Espanha: Gustavo Gili

PERIÓDICOS E ARTIGOS DIGITAIS

- Bobrowicz, R. (2018). *Multi-faith spaces uncover secular premises behind the multi-faith paradigm*, *Religions*, 9(2), 37, MDPI AG, (disponível em <https://www.mdpi.com/2077-1444/9/2/37>)
- Borges, L. (27 de setembro, 2012). Budistas vão ter um templo em Lisboa no próximo ano. *Público*. (disponível em: <https://www.publico.pt/2012/09/26/jornal/lisboa-vai-ter-templo-budista-no-proximo-ano-25313351>)
- Carvalho, P. (abril, 2010). IURD abandona estratégia de confronto e joga na sedução. *Público* (disponível em: <https://www.publico.pt/2010/04/01/sociedade/noticia/iurd-abandona-estrategia-de-confronto-e-joga-na-seducacao-1430448>)
- Coelho, A. (dezembro, 2001). Comunidade sikh pede que não os confundam com os taliban. *Público*. (disponível em: <https://www.publico.pt/2001/12/03/jornal/comunidade-sikh-pede-que-nao-os-confundam-com-os-taliban-164931>)

- Cordeiro, A. (21 de setembro, 2018). Imigrantes: “há certas pessoas” a quem a Europa deve negar a entrada. *Público*. (disponível em: <https://www.publico.pt/2018/09/21/sociedade/entrevista/o-crescente-numero-de-seguidores-do-islao-na-europa-resulta-de-uma-politica-da-imigracao-peculiar-1844672>)
- Faria N. (setembro, 2018). Testemunhas de Jeová: quem são e em que acreditam. *Público*. (disponível em: <https://www.publico.pt/2018/09/06/sociedade/noticia/testemunhas-de-jeova-quem-sao-e-em-que-acreditam-1843161>)
- Faria, N. (outubro, 2017). Minorias protestantes em Portugal formam um puzzle em contínuo crescimento. *Público* (disponível em <https://www.publico.pt/2017/10/31/sociedade/noticia/minorias-protestantes-em-portugal-formam-um-puzzle-em-continuo-crescimento-1790781>)
- Ferreira, P. (junho, 2020). Perguntas e respostas sobre os ritos e os mitos do judaísmo in *Jornalismo Porto Net* (disponível em: <https://www.jpn.up.pt/2020/06/08/perguntas-e-respostas-sobre-os-ritos-e-os-mitos-do-judaismo/>)
- Fogelin, L. (2003). Ritual and presentation in early Buddhist religious architecture. *Asian Perspectives*, 42(1), 129 – 154
- Franca, M., Fernandes, J. L. & Cravidão, F. (2018). Geografia da religião em Portugal: Minorias e diversidade religiosa, *Cadernos de Geografia*, 38. Coimbra, Portugal: FLUC, 7-22
- Henriques, F. (19 de junho, 2016). Ao fim de mil anos, a Igreja Ortodoxa volta a reunir-se em concílio. *Público*. (disponível em: <https://www.publico.pt/2016/06/19/mundo/noticia/ao-fim-de-mil-anos-a-igreja-ortodoxa-volta-a-reunirse-em-concilio-1735650>)
- Henriques, J. (15 de abril, 2017). Estas igrejas são um espetáculo. *Público*. (disponível em: <https://www.publico.pt/2017/04/15/sociedade/reportagem/estas-igrejas-sao-um-espectaculo-1768665>)
- Henriques, J. (3 de fevereiro, 2013). Quando a religião colide com o trabalho. *Público*. (disponível em: <https://www.publico.pt/2013/02/03/jornal/quando-a-religiao-colide-com-o-trabalho-25984523>)
- Henriques, J. (fevereiro, 2015). São portugueses, são muçulmanos, *Público*. (disponível em: <https://www.publico.pt/2015/02/08/sociedade/noticia/sao-portugueses-sao-muculmanos-1685260>)
- Instituto Nacional de Estatística. (2012). *A população estrangeira em Portugal: 2011* (disponível em: <https://ine.pt>)
- Jewish Community of Oporto (fevereiro, 2021) (disponível em: <http://jewishcommunityofporto.blogspot.com/2021/02/jewish-community-of-oporto.html>)
- Koneska, E. (2013). *Shared Shrines in Macedonia*. (disponível em: <https://eefc.org/post-folklorista/shared-shrines-in-macedonia/>)
- Lacerda, I. (março, 2019). O mundo desconhecido em que são educadas as Testemunhas de Jeová. *Sábado*. (disponível em: <https://www.sabado.pt/vida/detalhe/o-mundo-desconhecido-em-que-sao-educadas-as-testemunhas-de-jeova>)
- Lusa. (31 de maio, 2019). Portugal regista 20 mil pedidos de nacionalidade de judeus entre 2018 e abril de 2019. *Público*. (disponível em: <https://www.publico.pt/2019/05/31/sociedade/noticia/portugal-regista-20-mil-pedidos-nacionaldade-judeus-2018-abril-2019-1874949>)
- Martins, C. (maio, 2020). Há outra dimensão para lá do discurso científico. *Primeiro Caderno, Expresso*. p.25
- Moreira, C. (2019, maio). Comunidade islâmica quer rezar em novas mesquitas, *Público*. (disponível em: <https://www.publico.pt/2019/05/06/local/noticia/mesquitas-porto-sintra-1871414>)
- Observatório das Migrações. (2017). *Destaques estatísticos #1*. (disponível em: www.om.acm.gov.pt)
- Observatório das Migrações. (2018). *Destaques estatísticos #16*. (disponível em: www.om.acm.gov.pt)

- Pincha, J. (agosto, 2019). Um “lugar fora do mundo”: vai abrir o templo mórmon em Lisboa. *Público*. (disponível em: <https://www.publico.pt/2019/08/13/local/noticia/lugar-mundo-vai-abrir-templo-mormon-lisboa-1883326>)
- Público. (7 de janeiro, 2019). Para os cristãos ortodoxos, o Natal é esta segunda-feira – com banhos gelados e fogueiras gigantes. *Público*. (disponível em: <https://www.publico.pt/2019/01/07/fotogaleria/cristaos-ortodoxos-natal-celebrase-segundafeira-392191>)
- Público. (8 de setembro, 2004). Igreja Maná comemora 20 anos com Convenção de Fé no Pavilhão Atlântico. *Público*. (disponível em: <https://www.publico.pt/2004/09/08/sociedade/noticia/igreja-mana-comemora-20-anos-com-convencao-de-fe-no-pavilhao-atlantico-1203039>)
- Público. (março, 2010). Primeiro templo construído de raiz pela IURD na Europa fica no Porto e abre em Abril. *Público*. (disponível em: <https://www.publico.pt/2010/03/04/jornal/primeiro-templo-construido-de-raiz-pela-iurd-na-europa-fica-no-porto-e-abre-em-abril-18920691>)
- Público. (setembro, 2004). Igreja Maná comemora 20 anos com Convenção de Fé no Pavilhão Atlântico. *Público*. (disponível em: <https://www.publico.pt/2004/09/08/sociedade/noticia/igreja-mana-comemora-20-anos-com-convencao-de-fe-no-pavilhao-atlantico-1203039>)
- Ribeiro, J., Jorge, B. (maio, 2020). Porto virado a Meca. *Jornal Porto Net* (disponível em: <https://www.jpnet.pt/2020/05/06/porto-virado-a-meca/>)
- Tomás, M.I. (2017). Os desafios da contemporaneidade ao cristianismo: Pluralidade religiosa, fluxos migratórios e cidadania, *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, 20. Lisboa, Portugal, 469-482
- Velasco, F. (2014). *Multi-belief/multi-faith spaces: Theoretical proposals for a neutral and operation design*. (disponível em: https://www.recode.info/wp-content/uploads/2014/01/FINAL-26-D%C3%A9z-de-Velasco_fin.pdf)
- Vilaça, H. (2013). Novas paisagens religiosas em Portugal: do centro às margens, *Didaskalia XLII*, 1(2), pp. 81-114

PODCAST

- Oliveira, D. (março, 2021). Padre Constantino Alves: Quem procura a caridade da igreja nesta crise? [Podcast]. In *Perguntar não ofende*. (disponível em: <https://www.perguntarnaooofende.pt/pno/padre-constantino-alves-setubal>)

VÍDEO

- Sumpsi, A., Lima, C., Costa, C., Lucas, J., Carvalheira, R. & Costa, T. (2018). *Um ramadão em Lisboa* [Documentário]: Centro em Rede de Investigação em Antropolgia (disponível em: <https://www.rtp.pt/play/p8838/um-ramadao-em-lisboa>)

FONTES DE IMAGENS

PARTE I

i/ 1. https://www.farhorizons.com/wp-content/uploads/2019/01/shutterstock_1124469071.jpg

i/ 2. Reuters, 2020, <https://www.publico.pt/2020/03/10/p3/fotogaleria/cores-mais-cores-holi-triunfo-bem-sobre-mail-india-400674#&gid=1&pid=11>

i/3. <https://3.bp.blogspot.com/-f3CNskUai70/UoeE-TaBNuI/AAAAAAAAADc4/QuI7Mlci-jY/s1600/lourosainterior1.jpg>

i/ 4. Mapa Porto – gerado pela autora através do Google Earth. Consultável em: <https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?hl=pt-PT&mid=1JDqzMoMEVWocGdLQeMFOOekcXy5ePGic&ll=41.163152837965214%2C-8.627320750000003&z=14>

PARTE II

i/ 5.

Fotografia: <https://sndatun.wordpress.com/2016/08/16/dag-hammarskjolds-vision-for-the-un-make-room-for-stillness/>

Planta: Crompton, 2013: 478

i/ 6. <https://foreignpolicy.com/wp-content/uploads/2015/04/457542682mosque.jpg?w=1622>

i/ 7. https://eefc.org/wp-content/uploads/Fig-12-Shared-Shrines_Shtip-1.jpg

i/ 8. https://eefc.org/wp-content/uploads/Fig-12-Shared-Shrines_Shtip-1.jpg

i/ 9.

Fotografia: Crompton, 2013:4800

Planta: Crompton, 2013: 478

i/ 10.

Fotografia: Crompton, 2013: 479

Planta: Crompton, 2013: 478

i/ 11. <https://divisare.com/projects/210505-kuehn-malvezzi-house-of-one-berlin>

- i/ 12.** <http://svendborgarchitects.dk/Ceremony-Room>
- i/ 13.** <http://svendborgarchitects.dk/Ceremony-Room>
- i/ 14.** <http://svendborgarchitects.dk/Ceremony-Room>
- i/ 15.** <http://svendborgarchitects.dk/Ceremony-Room>
- i/ 16.** Crompton, 2013: 488
- i/ 17.** Crompton, 2013: 483
- i/ 18.** Crompton, 2013: 485
- i/ 19.** Crompton, 2013: 476
- i/ 20.** Crompton, 2013: 475
- i/ 21.** https://www.researchgate.net/publication/290315261_The_Cluster_Account_of_Art_A_Historical_Dilemma/figures?lo=1
- i/ 22.** Crompton, 2013: 492
- i/ 23.** Velasco, 2011: 48
- i/ 24.** Velasco, 2011: 50
- i/ 25.** <https://allabout-japan.com/en/article/6996/>
- i/26.** <http://expedientesinico.com/2020/11/14/governo-britanico-aprova-construcao-de-tunel-junto-a-stonehenge/>
- i/ 27.** <http://architectuul.com/architecture/church-on-the-water>
- i/28.** <https://de.dreamstime.com/angkor-wat-tempelkomplex-vogelperspektive-stadtzentrum-von-siem-reap-kambodscha-gr%C3%B6%C3%9Ftes-religi%C3%B6ses-monument-der-welt-hektars-image-111371160>
- i/ 29.** <https://www.pinterest.pt/pin/166422148705576633/>
- i/ 30.**
- Planta: <https://thetinkuy.wordpress.com/el-tajin/>
- Fotografia: <https://www.hotelcabanastulum.com/blog/five-amazing-facts-may-want-know-chichen-itza/>
- i/ 31.**
- Corte: https://www.researchgate.net/publication/248114866_An_American_Vision_of_Harmony/figures?lo=1
- Pintura: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Giovanni_Panini_-_Interior_of_the_Pantheon,_Rome_-_Google_Art_Project.jpg
- i/32.** <https://www.publico.pt/2017/04/15/sociedade/reportagem/estas-igrejas-sao-um-espectaculo-1768665#&gid=1&pid=8>
- i/ 33.** Fotografia da autora
- i/34.** <https://www.archdaily.com.br/br/01-33560/igreja-de-santo-antonio-e-centro-social-de-sao-bartolomeu-carrilho-da-graca-arquitectos>

i/35. <https://thermalsprings.wordpress.com/greece/traditional-food-in-greece/traditional-foods-of-easter-in-greece/greek-orthodox-patriarch-of-jerusalem-th/>

i/36. <https://www.publico.pt/2017/04/15/sociedade/reportagem/estas-igrejas-sao-um-espectaculo-1768665#&gid=1&pid=8>

i/37. https://www.archdaily.com/957800/abijo-mosque-patrickwaheed-design-consultancy?ad_source=search&ad_medium=search_result_all

i/ 38. Sumpsi et al, 2018

i/ 39. Sumpsi et al, 2018

i/40. https://www.archdaily.com/318277/flashback-new-synagogue-dresden-wandel-hoefer-lorch-hirsch?ad_source=search&ad_medium=search_result_a

i/ 41. <https://www.myjewishlearning.com/the-hub/rosh-hashanah-morning-services/2021-09-07>

i/ 42.

Planta: Tadgell, 1990: 80

Corte: Tadgell, 1990: 82

i/ 43. Tadgell, 1990: 34

i/ 44.

Planta: Tadgell, 1990: 22

Corte. Tadgell, 1990: 28

i/45. https://www.archdaily.com/788144/kuhon-ji-buddhist-temple-furuichi-and-associates?ad_source=search&ad_medium=search_result_all

i/ 46. <https://twitter.com/anshul991/status/1363548230148108294>

i/47. <https://worldarchitecture.org/architecture-news/ehenp/golden-temple-amritsar-magnificent-and-divine-footprint-of-sikh-architecture.html>

i/ 48. <https://www.bestourism.com/medias/dfp/1193>

i/49. <http://www.natgeotraveller.in/langar-at-the-golden-temple-inside-one-of-the-worlds-largest-kitchens/>

PARTE III

i/ 50. Adaptado do google maps

i/ 51. Adaptado do google maps

i/ 52. Adaptado do google maps

i/ 53. <https://cargocollective.com/oficina2/OFICINA-2-PROJECT>

i/ 54. Fotografia da autora

i/ 55. <http://algargosarte.blogspot.com/2015/11/priene-una-polis-de-urbanismo-ortogonal.html>

i/ 56. Adaptado do google maps

i/ 57. Desenho da autora

i/ 58. Desenho da autora

i/ 59. Desenho da autora

i/ 60. Desenho da autora

i/61. <https://www.thisispaper.com/mag/landmarke-lausitzer-seenland-rostiger-nagel-stefan-giers-susanne-gabriel>

i/ 62. Desenho da autora

i/ 63. <https://dicaseuropa.com.br/2016/12/propileu-em-atenas-grecia.html>

i/ 64. <https://arquitecturaviva.com/works/parador-de-santa-maria-de-bouro-2#lg=1&slide=13>

i/ 65. Desenho da autora

i/66. <https://divisare.com/projects/338931-ludwig-mies-van-der-rohe-maciej-jezyk-barcelona-pavilion#lg=1&slide=2>

i/ 67. <https://tclf.org/landscapes/university-st-thomas>

i/ 68. Desenho da autora

i/ 69. Desenho da autora

i/ 70. Desenho da autora

i/ 71. Márquez, F., Levene, R. (Ed.), Eduardo Souto de Moura 2009-2014, Domesticar la arquitectura. *El croquis* 176. Madrid, Espanha: Croquis. p. 63

i/ 72. Desenho da autora

i/ 73. Desenho da autora

i/ 74. Desenho da autora

i/ 75. <https://kaanarchitecten.com/project/crematorium-siesegem/>

i/ 76. Desenho da autora

i/ 77. Márquez, F., Levene, R. (Ed.), Eduardo Souto de Moura 2009-2014, Domesticar la arquitectura. *El croquis* 176. Madrid, Espanha: Croquis. p. 53

i/ 78. Desenho da autora

i/ 79. Desenho da autora

i/ 80. Desenho da autora

i/ 81. <https://www.archdaily.com/95400/ad-classics-san-cataldo-cemetery-aldo-rossi>

i/ 82. Desenho da autora

i/ 83. Desenho da autora

i/ 84. Desenho da autora

i/ 85. <https://www.designdaily.com.au/blog/2016/10/restoration-of-angelo-mangiarottis-chiesa-di-nostra-signora-della-misericordia-baranzata-milan>

i/ 86. Desenho da autora

i/ 87. Desenho da autora

i/ 88. Desenho da autora

i/ 89. Desenho da autora

i/90. <https://afasiaarchzine.com/wp-content/uploads/2018/12/Souto-de-Moura--Vatican-Chapel-Pavilion-of-the-Holy-See--Venice-afasia-9.jpg>

i/ 91. Desenho da autora

i/ 92. Desenho da autora

ANEXO III

i/ 93.

Planta: <https://www.portopatrimoniomundial.com/se-catedral-do-porto.html>

Fachada: https://gl.wikipedia.org/wiki/Catedral_do_Porto#/media/Ficheiro:Porto_July_2014-32a.jpg

Traseiras: <https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/sete-meses-de-obras-para-reabilitar-a-se-do-porto-13619598.html>

Vista aérea: https://www.youtube.com/watch?v=77B6Uh4cH1A&ab_channel=LuisCosta

Altar: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/ca/S%C3%A9_do_Porto%2C_interior.jpg

i/ 94.

Planta: https://www.archdaily.com.br/br/01-56992/igreja-de-santa-maria-alvaro-siza/planta_baja_y_gral_marco_de_canavezes

Frente: https://www.archdaily.com.br/br/01-60612/fotografia-e-arquitetura-duccio-malagamba/60612_60617?next_project=no

Traseiras: https://www.archdaily.com.br/br/01-56992/igreja-de-santa-maria-alvaro-siza/56992_57007?next_project=no

Vista aérea: https://www.archdaily.com.br/br/01-56992/igreja-de-santa-maria-alvaro-siza/56992_57009?next_project=no

Altar: https://www.archdaily.com.br/br/01-56992/igreja-de-santa-maria-alvaro-siza/56992_56999?next_project=no

i/ 95.

Planta: https://en.wikipedia.org/wiki/Church_of_Saint_Sava#/media/File:Sv._Sava_osnova.jpg

Corte: https://en.wikipedia.org/wiki/Church_of_Saint_Sava#/media/File:Composite_section_plan_Church_of_Saint_Sava_Belgrade.jpg

Exterior: https://orthodoxwiki.org/File:Temple_Saint_Sava.jpg

<https://www.pinterest.pt/pin/511651207658343093/>

Interior: https://www.reddit.com/r/OrthodoxChristianity/comments/jopm7s/inside_the_temple_of_st_sava_in_belgrade_serbia/

i/ 96.

Exterior: fotografia da autora

Interior: <https://maps123.net/en/PT/igreja-ortodoxa-de-sao-pantaleao-antiga-capela-da-imaculada-conceicao-p174930>

i/ 97. <https://www.facebook.com/acasadacidade/photos/a.294322010718596/1914816725335775/>

i/ 98. <https://www.facebook.com/hillsongportugal/photos/pcb.1117575902088803/1117575768755483>

i/ 99. <https://mapio.net/pic/p-22506060/>

i/ 100. <https://www.jw.org/pt/>

i/101. <https://giuseppemartinengo.org/primeiro-templo-da-igreja-de-jesus-cristo-dos-santos-dos-ultimos-dias-em-portugal-abre-ao-publico/>

i/ 102. <https://apel-arquitectura.pt/pt-pt/projetos/iurd-porto/>

i/ 103. <http://jewishcommunityofporto.blogspot.com/>

i/ 104. <https://www.archdaily.com/317862/the-jewish-center-in-munich-wandel-hoefer-lorch-hirsch>

i/ 105. Levine, 2005: 325

i/ 106. <http://jewishcommunityofporto.blogspot.com/>

i/ 107. Stierlin, 2009: 10

i/ 108. Stierlin, 2009: 26

i/ 109.

Fotografia aérea (Stierlin, 2009: 42)

Fotografia da *qibla* (Stierlin, 2009: 44)

Fotografia do minarete (Stierlin, 2009: 47)

i/ 110. Fotografias da autora

i/ 111. Ethos, temporada 1, episódio 1, Netflix

i/ 112. Rowland, 1953 :159

i/ 113. <http://www.bl.uk/onlinegallery/onlineex/apac/photocoll/i/largeimage59785.html>

i/ 114. <https://bhaktimarga.pt/about/temple/>

i/ 115. <https://www.facebook.com/LNMporto/photos>

i/ 116. <https://www.facebook.com/media/set/?vanity=assoc.hindu.do.porto&set=a.178861866849496>

i/ 117. <https://www.khanacademy.org/humanities/approaches-to-art-history/understanding-religion-art/buddhism-art/a/buddhist-monasteries?modal=1>

i/ 118. <https://smarthistory.org/the-caves-of-ajanta/>

i/ 119. <https://www.khanacademy.org/humanities/approaches-to-art-history/understanding-religion-art/buddhism-art/a/buddhist-monasteries?modal=1>

i/ 120. <http://www.grandyoga.com/pt/2013/10/18/portugal-inauguracao-do-templo-budista-kadampa-para-a-paz-mundial-em-sintra/>

i/ 121. <https://www.facebook.com/centrobudistadoporto/photos/802630933265118>.

i/ 122.

Planta: <https://www.twinkl.pt/illustration/golden-temple-layout-virtual-tour-sikhism-plan-ks2-black-and-white>

Fotografia do exterior: <https://worldarchitecture.org/architecture-news/ehenp/golden-temple-amritsar-magnificent-and-divine-footprint-of-sikh-architecture.html>

Fotografia do interior: <https://www.pinterest.pt/pin/191614159119433873/> ou https://blaineharrington.photoshelter.com/gallery-image/India-Punjab-Amritsar/G0000wa_Y5db6Ue4/I0000GRyJoRR9wv0/C0000vK9rUX2YNcE

Fotografia do *langar*: <https://500px.com/photo/22295965/Prayers-by-Simran--Singh/>

i/ 123. <https://www.facebook.com/SIKH-Comunidade-Portugal-884215698338129/photos>

i/124. <https://gurdwara-shri-guru-nanak-dev-ji-porto.business.site/website/gurdwara-shri-guru-nanak-dev-ji-porto/posts/7682567081647997917?hl=en>

anexo i

LISTA DE IGREJAS

CRISTIANISMO:

IGREJA ORTODOXA:

Igreja Ortodoxa de São Pantaleão

Rua da Constituição 379, 4200-208 Porto

Igreja Ortodoxa Russa

R. de Alexandre Herculano 123, 4000-054 Porto

IGREJAS EVANGÉLICAS E PROTESTANTES:

Igreja Anglicana do Porto - British Church of Saint James

Largo da Maternidade de Júlio Dinis 45, 4050-371 Porto

Igreja El Shadday do Porto

R. do Alm. Leote do Rego 82, 4250-260 Porto

Tabernáculo Batista do Porto

Praça de Mouzinho de Albuquerque 193, 4100-360 Porto

Segunda Igreja Batista do Porto

R. Moreira 157, 4000-345 Porto

Terceira Igreja Evangélica Batista do Porto

Rua da Estação, 4300-214 Porto

Igreja Batista das Antas

R. de Coutinho de Azevedo 132, 4350 Porto

Igreja Batista Apostólica Novo Cântico
Tv. Faria Guimarães 29, 4200-288 Porto

Igreja Luterana de Portugal - Capela Carlos Alberto
4050-346 Massarelos

Igreja Evangélica Batista de Cedofeita
R. de Cedofeita 167 173, 4050-179 Porto

Igreja Evangélica Verbo da Vida Porto
R. de 5 de Outubro 156, 4100-172 Porto

Igreja Evangélica Comunidade Portuguesa
R. de Antero de Quental 564, 4200-065 Porto

Igreja Evangélica Maranata
Rua de Costa Cabral 152 1º andar, 4200-208 Porto

Igreja Evangélica da Renovação
Rua de Santos Pousada 1257, 4000-489 Porto

Igreja Evangélica Nazareno
R. de Adolfo Casais Monteiro 26, 4050-342 Porto

Igreja Evangélica de Aldoar
R. do Jornal de Notícias 393, 4100 Porto

Igreja Evangélica Assembleia de Deus Ministério Rocha
Rua do Bonfim 106, 4300-066 Porto

Igreja Evangélica Batista de Francos
Rua do Lugarinho 6, 4250-266 Porto

Igreja Evangélica da Foz
R. das Motas 22, 4150-521 Porto

Igreja Evangélica Renascer
R. de Faria Guimarães 214, 4000-202 Porto

Igreja Evangélica Betânia
R. do Padre Alexandre 6, 4100-421 Porto
Igreja Evangélica da Renovação
Rua de Santos Pousada 1257, 4000-489 Porto

Igreja da Cidade
R. de Gonçalo Sampaio 361, 4050 Porto

Igreja Cristã Maranata
R. de Contumil 813, 4350-134 Porto

Igreja Evangélica Boas Novas
R. Aires de Ornelas 187, 4350 Porto

Igreja Pentecostal Deus é Amor
Rua de Santa Catarina 1266, 4000-477 Porto

Igreja Pentecostal Unida do Porto
R. do Barão de Forrester 702 1º direito, 4050-104 Porto

Igreja Pentecostal das Missões
R. de Latino Coelho 264, 4000-314 Porto

Igreja de Deus Pentecostal
R. do Padre José Pacheco do Monte 108, 4250-253 Porto

Igreja Evangélica Assembleia de Deus Pentecostal do Porto

Tv. 9 de Abril 307, 4250-433 Porto

Assembleia de Deus - Serralves

R. de Tânger 1577, 4150-724 Porto

Igreja Metodista do Mirante

Praça do Cel. Pacheco 23, 4050-453 Porto

Igreja Metodista de Lordelo

Rua do Campo Alegre 1568, 4150-166 Porto

Congregação Cristã de Portugal – Massarelos

Calçada Sobre-o-Douro 10, 4050-499 Porto

Congregação Cristã em Portugal – São Roque

R. São Roque da Lameira 2116, 4350-306 Porto

Congregação Cristã em Portugal – Boavista

R. de João de Deus 205, 4100-460 Porto

Congregação Cristã em Portugal – Bonjardim

R. do Bonjardim 1067, 4000-133 Porto

Igreja Apostólica – Bola de Neve

R. Arquitecto Marques da Silva 200, 4150-483 Porto

Igreja Nova Apostólica

R. Cidade do Mindelo 128, 4100-169 Porto

Igreja Batista Apostólica Novo Cântico

Tv. Faria Guimarães 29, 4200-288 Porto

IGREJAS AVENTISTAS DO SÉTIMO DIA:

Igreja Adventista do Sétimo Dia

Rua de Ferreira Cardoso 103, 4300-466 Porto

Igreja Adventista do Novo Dia

Rua da Alegria 847, 4000-314 Porto

TESTEMUNHAS DE JEOVÁ:

Salão do Reino das Testemunhas de Jeová – Miguel Bombarda

Rua de Miguel Bombarda 538, 4050-379 Porto

Salão do Reino das Testemunhas de Jeová – Amial

Rua do Amial 1131, 4200-062 Porto

Salão do Reino das Testemunhas de Jeová – Cerco do Porto

R. do Cerco do Porto 345, 4300-119 Porto

Salão do Reino das Testemunhas de Jeová – Melo Leote

R. Dr. Melo Leote 259, 4100-031 Porto

Salão do Reino das Testemunhas de Jeová – Heroísmo

Rua do Heroísmo 86, 4300-254 Porto

Salão do Reino das Testemunhas de Jeová (Congregação Inglesa)

Rua de Álvares Cabral 260, 4050-041 Porto

IGREJAS MÓRMON:

Igreja de Jesus Cristo dos Último Dias
R. Agostinho de Campos 166, 4200 Porto

Igreja de Jesus Cristo dos Último Dias
Av. do Mal. Gomes da Costa, 4150-345 Porto

Capela de Jesus Cristo dos Último Dias
Estrada da Circunvalação 9401, 4250-148 Porto

IGREJAS NEOPENTECOSTAIS

Igreja Universal - Cedofeira
R. de Cedofeita 518, 4050-175 Porto

Igreja Universal do Reino de Deus – Cenáculo do Porto
R. de Egas Moniz 485, 4050-237 Porto

Igreja Maná do Porto
R. Prof. Rocha Pereira 74, 4250-007 Porto

Igreja Internacional da Graça de Deus
R. Gen. Norton de Matos 448, 4050-424 Porto

OUTROS CRISTÃOS:

Surf Church
Via do Castelo do Queijo 395, 4100-429 Porto

Racionalismo Cristão
Campo 24 de Agosto 174A, 4300-096 Porto

JUDAÍSMO:

Sinagoga Kandoorie

Portugal, R. de Guerra Junqueiro 340, 4150-386 Porto

ISLAMISMO:

Centro Cultural Islâmico do Porto

Rua do Heroísmo 223, 4300-253 Porto

Mesquita Hazrat Hamza

Tv. do Loureiro 19, 4000-329 Porto

HINDUÍSMO:

Templo Kodanda Rama (Bhakti Marga)

Av. de Rodrigues de Freitas 199, 4300 Porto

Templo Hindu – Associação Hindu do Porto

Rua da Boa Viagem 3, Porto

Lakshmi Narayan Mandir

Rua das Doze Casas 337, 1º Esq. 4000-195 Porto

SIKHISMO:

Gurdwara Shri Guru Nanak Dev Ji

Rua de Santos Pousada 601, 4000-487 Porto

BUDISMO:

Centro Budista do Porto

R. São João Bosco 349, 4100-531 Porto

Centro de Meditação Kadampa Deuachen

Rua da Meditação 48 1.º piso, 4150-487 Porto

OUTROS:

Igreja Messiânica Mundial de Portugal

R. de António Granjo 105 107, 4300-096 Porto

MAPA DISPONÍVEL EM:

<https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?hl=pt-PT&mid=1JDqzMoMEVWocGdLQeMFOOekcXy5ePGic&ll=41.163152837965214%2C-8.627320750000003&z=14>

LOCAIS DE CULTO DE FÉS MINORITÁRIAS

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DE ALGUNS EXEMPLOS NA CIDADE DO PORTO





fotografias da autora

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**Lei n.º 16/2001**

de 22 de Junho

Lei da Liberdade Religiosa

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

CAPÍTULO I**Princípios****Artigo 1.º****Liberdade de consciência, de religião e de culto**

A liberdade de consciência, de religião e de culto é inviolável e garantida a todos em conformidade com a Constituição, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o direito internacional aplicável e a presente lei.

Artigo 2.º**Princípio da igualdade**

1 — Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, perseguido, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever por causa das suas convicções ou prática religiosa.

2 — O Estado não discriminará nenhuma igreja ou comunidade religiosa relativamente às outras.

Artigo 3.º**Princípio da separação**

As igrejas e demais comunidades religiosas estão separadas do Estado e são livres na sua organização e no exercício das suas funções e do culto.

Artigo 4.º**Princípio da não confessionalidade do Estado**

1 — O Estado não adopta qualquer religião nem se pronuncia sobre questões religiosas.

2 — Nos actos oficiais e no protocolo de Estado será respeitado o princípio da não confessionalidade.

3 — O Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes religiosas.

4 — O ensino público não será confessional.

Artigo 5.º**Princípio da cooperação**

O Estado cooperará com as igrejas e comunidades religiosas radicadas em Portugal, tendo em consideração a sua representatividade, com vista designadamente à promoção dos direitos humanos, do desenvolvimento integral de cada pessoa e dos valores da paz, da liberdade, da solidariedade e da tolerância.

Artigo 6.º**Força jurídica**

1 — A liberdade de consciência, de religião e de culto só admite as restrições necessárias para salvaguardar direitos ou interesses constitucionalmente protegidos.

2 — A liberdade de consciência, de religião e de culto não autoriza a prática de crimes.

3 — Os limites do direito à objecção de consciência demarcam para o objector o comportamento permitido.

4 — A lei pode regular, sempre que necessário, o exercício da liberdade de consciência, de religião e de culto, sem prejuízo da existência de tal liberdade.

5 — A declaração do estado de sítio ou do estado de emergência em nenhum caso pode afectar a liberdade de consciência e de religião.

Artigo 7.º**Princípio da tolerância**

Os conflitos entre a liberdade de consciência, de religião e de culto de uma pessoa e a de outra ou outras resolver-se-ão com tolerância, de modo a respeitar quanto possível a liberdade de cada uma.

CAPÍTULO II**Direitos individuais de liberdade religiosa****Artigo 8.º****Conteúdo da liberdade de consciência, de religião e de culto**

A liberdade de consciência, de religião e de culto compreende o direito de:

- Ter, não ter e deixar de ter religião;
- Escolher livremente, mudar ou abandonar a própria crença religiosa;
- Praticar ou não praticar os actos do culto, particular ou público, próprios da religião professada;
- Professar a própria crença religiosa, procurar para ela novos crentes, exprimir e divulgar livremente, pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, o seu pensamento em matéria religiosa;
- Informar e se informar sobre religião, aprender e ensinar religião;
- Reunir-se, manifestar-se e associar-se com outros de acordo com as próprias convicções em matéria religiosa, sem outros limites além dos previstos nos artigos 45.º e 46.º da Constituição;
- Agir ou não agir em conformidade com as normas da religião professada, no respeito pelos direitos humanos e pela lei;
- Escolher para os filhos os nomes próprios da onomástica religiosa da religião professada;
- Produzir obras científicas, literárias e artísticas em matéria de religião.

Artigo 9.º**Conteúdo negativo da liberdade religiosa**

1 — Ninguém pode:

- Ser obrigado a professar uma crença religiosa, a praticar ou a assistir a actos de culto, a receber

assistência religiosa ou propaganda em matéria religiosa;

- b) Ser coagido a fazer parte, a permanecer ou a sair de associação religiosa, igreja ou comunidade religiosa, sem prejuízo das respectivas normas sobre a filiação e a exclusão de membros;
- c) Ser perguntado por qualquer autoridade acerca das suas convicções ou prática religiosa, salvo para recolha de dados estatísticos não individualmente identificáveis, nem ser prejudicado por se recusar a responder;
- d) Ser obrigado a prestar juramento religioso.

2 — A informática não pode ser utilizada para tratamento de dados referentes a convicções pessoais ou fé religiosa, salvo mediante consentimento expresso do titular ou para processamento de dados estatísticos não individualmente identificáveis.

Artigo 10.º

Direitos de participação religiosa

A liberdade de religião e de culto compreende o direito de, de acordo com os respectivos ministros do culto e segundo as normas da igreja ou comunidade religiosa escolhida:

- a) Aderir à igreja ou comunidade religiosa que escolher, participar na vida interna e nos ritos religiosos praticados em comum e receber a assistência religiosa que pedir;
- b) Celebrar casamento e ser sepultado com os ritos da própria religião;
- c) Comemorar publicamente as festividades religiosas da própria religião.

Artigo 11.º

Educação religiosa dos menores

1 — Os pais têm o direito de educação dos filhos em coerência com as próprias convicções em matéria religiosa, no respeito da integridade moral e física dos filhos e sem prejuízo da saúde destes.

2 — Os menores, a partir dos 16 anos de idade, têm o direito de realizar por si as escolhas relativas a liberdade de consciência, de religião e de culto.

Artigo 12.º

Objeção de consciência

1 — A liberdade de consciência compreende o direito de objectar ao cumprimento de leis que contrariem os ditames impreteríveis da própria consciência, dentro dos limites dos direitos e deveres impostos pela Constituição e nos termos da lei que eventualmente regular o exercício da objecção de consciência.

2 — Consideram-se impreteríveis aqueles ditames da consciência cuja violação implica uma ofensa grave à integridade moral que torne inexigível outro comportamento.

3 — Os objectores de consciência ao serviço militar, sem exceptuar os que invocam também objecção de consciência ao serviço cívico, têm direito a um regime do serviço cívico que respeite, na medida em que isso for compatível com o princípio da igualdade, os ditames da sua consciência.

Artigo 13.º

Assistência religiosa em situações especiais

1 — A qualidade de membro das Forças Armadas, das forças de segurança ou de polícia, a prestação de serviço militar ou de serviço cívico, o internamento em hospitais, asilos, colégios, institutos ou estabelecimentos de saúde, de assistência, de educação ou similares, a detenção em estabelecimento prisional ou outro lugar de detenção não impedem o exercício da liberdade religiosa e, nomeadamente, do direito à assistência religiosa e à prática dos actos de culto.

2 — As restrições imprescindíveis por razões funcionais ou de segurança só podem ser impostas mediante audiência prévia, sempre que possível, do ministro do culto respectivo.

3 — O Estado, com respeito pelo princípio da separação e de acordo com o princípio da cooperação, deverá criar as condições adequadas ao exercício da assistência religiosa nas instituições públicas referidas no n.º 1.

Artigo 14.º

Dispensa do trabalho, de aulas e de provas por motivo religioso

1 — Os funcionários e agentes do Estado e demais entidades públicas, bem como os trabalhadores em regime de contrato de trabalho, têm o direito de, a seu pedido, suspender o trabalho no dia de descanso semanal, nos dias das festividades e nos períodos horários que lhes sejam prescritos pela confissão que professam, nas seguintes condições:

- a) Trabalharem em regime de flexibilidade de horário;
- b) Serem membros de igreja ou comunidade religiosa inscrita que enviou no ano anterior ao membro do Governo competente em razão da matéria a indicação dos referidos dias e períodos horários no ano em curso;
- c) Haver compensação integral do respectivo período de trabalho.

2 — Nas condições previstas na alínea b) do número anterior, são dispensados da frequência das aulas nos dias de semana consagrados ao repouso e culto pelas respectivas confissões religiosas os alunos do ensino público ou privado que as professam, ressalvadas as condições de normal aproveitamento escolar.

3 — Se a data de prestação de provas de avaliação dos alunos coincidir com o dia dedicado ao repouso ou ao culto pelas respectivas confissões religiosas, poderão essas provas ser prestadas em segunda chamada, ou em nova chamada, em dia em que se não levante a mesma objecção.

Artigo 15.º

Ministros do culto

1 — Ministros do culto são as pessoas como tais consideradas segundo as normas da respectiva igreja ou comunidade religiosa.

2 — A qualidade de ministro do culto é certificada pelos órgãos competentes da respectiva igreja ou comunidade religiosa, que igualmente credenciam os respectivos ministros para a prática de actos determinados.

3 — A autenticação dos certificados e das credenciais referidos no número anterior compete ao registo das pessoas colectivas religiosas.

Artigo 16.º

Direitos dos ministros do culto

1 — Os ministros do culto têm a liberdade de exercer o seu ministério.

2 — Os ministros do culto não podem ser perguntados pelos magistrados ou outras autoridades sobre factos e coisas de que tenham tido conhecimento por motivo do seu ministério.

3 — O exercício do ministério é considerado actividade profissional do ministro do culto quando lhe proporciona meios de sustento, bastando como prova destes para efeito da autorização de residência a ministros do culto estrangeiros a sua garantia pela respectiva igreja ou comunidade religiosa.

4 — Os ministros do culto das igrejas e demais comunidades religiosas inscritas têm direito às prestações do sistema de segurança social nos termos da lei, sendo obrigatoriamente inscritos pela igreja ou comunidade religiosa a que pertençam, salvo se exercerem por forma secundária a actividade religiosa e o exercício da actividade principal não religiosa determinar a inscrição obrigatória num regime de segurança social.

5 — Para os efeitos dos dois números anteriores, equiparam-se aos ministros do culto os membros de institutos de vida consagrada e outras pessoas que exercem profissionalmente actividades religiosas e que, como tais, sejam certificadas pela igreja ou comunidade religiosa a que pertençam.

Artigo 17.º

Serviço militar dos ministros do culto

1 — As obrigações militares dos alunos dos estabelecimentos de formação de ministros do culto, dos membros dos institutos de vida consagrada, bem como dos ministros do culto das igrejas e demais comunidades religiosas inscritas são cumpridas nos serviços de assistência religiosa, de saúde e de acção social das Forças Armadas, a não ser que manifestem o desejo de prestarem serviço efectivo.

2 — Constitui motivo de dispensa das provas de classificação e selecção para o serviço militar, bem como de adiamento da incorporação, a frequência de cursos de formação de ministros do culto de igreja ou comunidade religiosa inscrita.

3 — Fica ressalvado o direito a objecção de consciência ao serviço militar, nos termos gerais.

Artigo 18.º

Escusa de intervenção como jurado

Os ministros do culto, os membros dos institutos de vida consagrada e outras pessoas que exerçam profissionalmente actividades religiosas de igrejas ou de outras comunidades religiosas inscritas podem pedir escusa de intervenção como jurados.

Artigo 19.º

Casamento por forma religiosa

1 — São reconhecidos efeitos civis ao casamento celebrado por forma religiosa perante o ministro do culto de uma igreja ou comunidade religiosa radicada no País. O ministro do culto deverá ter a nacionalidade portuguesa ou, sendo estrangeiro, não nacional de Estado

membro da União Europeia, ter autorização de residência temporária ou permanente em Portugal.

2 — Aqueles que pretendam contrair casamento por forma religiosa deverão declará-lo, pessoalmente ou por intermédio de procurador, no requerimento de instauração do respectivo processo de publicações na conservatória do registo civil competente, indicando o ministro do culto credenciado para o acto. A declaração para casamento pode ainda ser prestada pelo ministro do culto, mediante requerimento por si assinado.

3 — Autorizada a realização do casamento, o conservador passa o certificado para casamento, nos termos dos artigos 146.º e 147.º do Código do Registo Civil, com as necessárias adaptações. O certificado não é passado sem que o conservador se tenha assegurado de que os nubentes têm conhecimento dos artigos 1577.º, 1600.º, 1671.º e 1672.º do Código Civil. O certificado deve conter menção deste facto, bem como do nome e da credenciação do ministro do culto. O certificado é remetido oficiosamente ao ministro do culto, a quem são igualmente comunicados os impedimentos de conhecimento superveniente.

4 — É indispensável para a celebração do casamento a presença:

- a) Dos contraentes, ou de um deles e do procurador do outro;
- b) Do ministro do culto, devidamente credenciado;
- c) De duas testemunhas.

5 — Logo após a celebração do casamento, o ministro do culto lavra assento em duplicado no livro de registo da igreja ou da comunidade religiosa e envia à conservatória competente, dentro do prazo de três dias, o duplicado do assento, a fim de ser transcrito no livro de assentos de casamento.

6 — O conservador deve efectuar a transcrição do duplicado dentro do prazo de dois dias e comunicá-la ao ministro do culto até ao termo do dia imediato àquele em que foi feita.

CAPÍTULO III

Direitos colectivos de liberdade religiosa

Artigo 20.º

Igrejas e comunidades religiosas

As igrejas e as comunidades religiosas são comunidades sociais organizadas e duradouras em que os crentes podem realizar todos os fins religiosos que lhes são propostos pela respectiva confissão.

Artigo 21.º

Fins religiosos

1 — Independentemente de serem propostos como religiosos pela confissão, consideram-se, para efeitos da determinação do regime jurídico:

- a) Fins religiosos, os de exercício do culto e dos ritos, de assistência religiosa, de formação dos ministros do culto, de missionação e difusão da confissão professada e de ensino da religião;
- b) Fins diversos dos religiosos, entre outros, os de assistência e de beneficência, de educação e de cultura, além dos comerciais e de lucro.

sejam instrumentais, consequenciais ou complementares das suas funções religiosas, nomeadamente:

- a) Criar escolas particulares e cooperativas;
- b) Praticar beneficência dos crentes, ou de quaisquer pessoas;
- c) Promover as próprias expressões culturais ou a educação e a cultura em geral;
- d) Utilizar meios de comunicação social próprios para o prosseguimento das suas actividades.

Artigo 28.º

Direito de audiência sobre instrumentos de planeamento territorial

1 — As igrejas e demais comunidades religiosas inscritas têm o direito de serem ouvidas quanto às decisões relativas à afectação de espaço a fins religiosos em instrumentos de planeamento territorial daquelas áreas em que tenham presença social organizada.

2 — Os planos municipais de ordenamento do território e demais instrumentos de planeamento territorial devem prever a afectação de espaços a fins religiosos.

Artigo 29.º

Utilização para fins religiosos de prédios destinados a outros fins

1 — Havendo acordo do proprietário, ou da maioria dos condóminos no caso de edifício em propriedade horizontal, a utilização para fins religiosos do prédio ou da fracção destinados a outros fins não pode ser fundamento de objecção, nem da aplicação de sanções, pelas autoridades administrativas ou autárquicas, enquanto não existir uma alternativa adequada à realização dos mesmos fins.

2 — O disposto no n.º 1 não prejudica os direitos dos condóminos recorrerem a juízo nos termos gerais.

Artigo 30.º

Bens religiosos

1 — Nenhum templo, edifício, dependência ou objecto do culto pode ser demolido ou destinado a outro fim, a não ser por acordo prévio com a respectiva igreja ou comunidade religiosa, por expropriação por utilidade pública ou por requisição, em caso de urgente necessidade pública, salvo quando a demolição se torne necessária por a construção ameaçar ruína ou oferecer perigo para a saúde pública.

2 — Nos casos de expropriação, de requisição e de demolição referidos no número anterior, é ouvida, sempre que possível, a respectiva igreja ou comunidade religiosa. Esta tem igualmente direito de audição prévia na determinação da execução de obras necessárias para corrigir más condições de salubridade, solidez ou segurança contra o risco de incêndio e na classificação de bens religiosos como de valor cultural.

3 — Em qualquer caso, não será praticado acto algum de apropriação ou de utilização não religiosa sem que previamente os bens tenham sido privados da sua natureza religiosa pela respectiva igreja ou comunidade religiosa.

Artigo 31.º

Prestações livres de imposto

1 — As igrejas e demais comunidades religiosas podem livremente, sem estarem sujeitas a qualquer imposto:

- a) Receber prestações dos crentes para o exercício do culto e ritos, bem como donativos para a

realização dos seus fins religiosos, com carácter regular ou eventual;

- b) Fazer colectas públicas, designadamente dentro ou à porta dos lugares de culto, assim como dos edifícios ou lugares que lhes pertençam;
- c) Distribuir gratuitamente publicações com declarações, avisos ou instruções em matéria religiosa e afixá-las nos lugares de culto.

2 — Não está abrangido pelo disposto no número anterior o preço de prestação de formação, terapia ou aconselhamento espiritual, oferecidas empresarialmente.

Artigo 32.º

Benefícios fiscais

1 — As pessoas colectivas religiosas inscritas estão isentas de qualquer imposto ou contribuição geral, regional ou local, sobre:

- a) Os lugares de culto ou outros prédios ou partes deles directamente destinados à realização de fins religiosos;
- b) As instalações de apoio directo e exclusivo às actividades com fins religiosos;
- c) Os seminários ou quaisquer estabelecimentos efectivamente destinados à formação dos ministros do culto ou ao ensino da religião;
- d) As dependências ou anexos dos prédios descritos nas alíneas a) a c) a uso de instituições particulares de solidariedade social;
- e) Os jardins e logradouros dos prédios descritos nas alíneas a) a d) desde que não estejam destinados a fins lucrativos.

2 — As pessoas colectivas religiosas inscritas estão igualmente isentas do imposto municipal de sisa e sobre as sucessões e doações ou quaisquer outros com incidência patrimonial substitutivos destes, quanto:

- a) Às aquisições de bens para fins religiosos;
- b) Aos actos de instituição de fundações, uma vez inscritas como pessoas colectivas religiosas.

3 — Os donativos atribuídos pelas pessoas singulares às pessoas colectivas religiosas inscritas para efeitos de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares são dedutíveis à colecta em valor correspondente a 25 % das importâncias atribuídas, até ao limite de 15% da colecta.

4 — Uma quota equivalente a 0,5 % do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, liquidado com base nas declarações anuais, pode ser destinada pelo contribuinte, para fins religiosos ou de beneficência, a uma igreja ou comunidade religiosa radicada no País, que indicará na declaração de rendimentos, desde que essa igreja ou comunidade religiosa tenha requerido o benefício fiscal.

5 — As verbas destinadas, nos termos do número anterior, às igrejas e comunidades religiosas são entregues pelo Tesouro às mesmas ou às suas organizações representativas, que apresentarão na Direcção-Geral dos Impostos relatório anual do destino dado aos montantes recebidos.

6 — O contribuinte que não use a faculdade prevista no n.º 4 pode fazer uma consignação fiscal equivalente a favor de uma pessoa colectiva de utilidade pública

sejam instrumentais, consequenciais ou complementares das suas funções religiosas, nomeadamente:

- a) Criar escolas particulares e cooperativas;
- b) Praticar beneficência dos crentes, ou de quaisquer pessoas;
- c) Promover as próprias expressões culturais ou a educação e a cultura em geral;
- d) Utilizar meios de comunicação social próprios para o prosseguimento das suas actividades.

Artigo 28.º

Direito de audiência sobre instrumentos de planeamento territorial

1 — As igrejas e demais comunidades religiosas inscritas têm o direito de serem ouvidas quanto às decisões relativas à afectação de espaço a fins religiosos em instrumentos de planeamento territorial daquelas áreas em que tenham presença social organizada.

2 — Os planos municipais de ordenamento do território e demais instrumentos de planeamento territorial devem prever a afectação de espaços a fins religiosos.

Artigo 29.º

Utilização para fins religiosos de prédios destinados a outros fins

1 — Havendo acordo do proprietário, ou da maioria dos condóminos no caso de edifício em propriedade horizontal, a utilização para fins religiosos do prédio ou da fracção destinados a outros fins não pode ser fundamento de objecção, nem da aplicação de sanções, pelas autoridades administrativas ou autárquicas, enquanto não existir uma alternativa adequada à realização dos mesmos fins.

2 — O disposto no n.º 1 não prejudica os direitos dos condóminos recorrerem a juízo nos termos gerais.

Artigo 30.º

Bens religiosos

1 — Nenhum templo, edifício, dependência ou objecto do culto pode ser demolido ou destinado a outro fim, a não ser por acordo prévio com a respectiva igreja ou comunidade religiosa, por expropriação por utilidade pública ou por requisição, em caso de urgente necessidade pública, salvo quando a demolição se torne necessária por a construção ameaçar ruína ou oferecer perigo para a saúde pública.

2 — Nos casos de expropriação, de requisição e de demolição referidos no número anterior, é ouvida, sempre que possível, a respectiva igreja ou comunidade religiosa. Esta tem igualmente direito de audição prévia na determinação da execução de obras necessárias para corrigir más condições de salubridade, solidez ou segurança contra o risco de incêndio e na classificação de bens religiosos como de valor cultural.

3 — Em qualquer caso, não será praticado acto algum de apropriação ou de utilização não religiosa sem que previamente os bens tenham sido privados da sua natureza religiosa pela respectiva igreja ou comunidade religiosa.

Artigo 31.º

Prestações livres de imposto

1 — As igrejas e demais comunidades religiosas podem livremente, sem estarem sujeitas a qualquer imposto:

- a) Receber prestações dos crentes para o exercício do culto e ritos, bem como donativos para a

realização dos seus fins religiosos, com carácter regular ou eventual;

- b) Fazer colectas públicas, designadamente dentro ou à porta dos lugares de culto, assim como dos edifícios ou lugares que lhes pertençam;
- c) Distribuir gratuitamente publicações com declarações, avisos ou instruções em matéria religiosa e afixá-las nos lugares de culto.

2 — Não está abrangido pelo disposto no número anterior o preço de prestações de formação, terapia ou aconselhamento espiritual, oferecidas empresarialmente.

Artigo 32.º

Benefícios fiscais

1 — As pessoas colectivas religiosas inscritas estão isentas de qualquer imposto ou contribuição geral, regional ou local, sobre:

- a) Os lugares de culto ou outros prédios ou partes deles directamente destinados à realização de fins religiosos;
- b) As instalações de apoio directo e exclusivo às actividades com fins religiosos;
- c) Os seminários ou quaisquer estabelecimentos efectivamente destinados à formação dos ministros do culto ou ao ensino da religião;
- d) As dependências ou anexos dos prédios descritos nas alíneas a) a c) a uso de instituições particulares de solidariedade social;
- e) Os jardins e logradouros dos prédios descritos nas alíneas a) a d) desde que não estejam destinados a fins lucrativos.

2 — As pessoas colectivas religiosas inscritas estão igualmente isentas do imposto municipal de sisa e sobre as sucessões e doações ou quaisquer outros com incidência patrimonial substitutivos destes, quanto:

- a) Às aquisições de bens para fins religiosos;
- b) Aos actos de instituição de fundações, uma vez inscritas como pessoas colectivas religiosas.

3 — Os donativos atribuídos pelas pessoas singulares às pessoas colectivas religiosas inscritas para efeitos de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares são dedutíveis à colecta em valor correspondente a 25 % das importâncias atribuídas, até ao limite de 15% da colecta.

4 — Uma quota equivalente a 0,5 % do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, liquidado com base nas declarações anuais, pode ser destinada pelo contribuinte, para fins religiosos ou de beneficência, a uma igreja ou comunidade religiosa radicada no País, que indicará na declaração de rendimentos, desde que essa igreja ou comunidade religiosa tenha requerido o benefício fiscal.

5 — As verbas destinadas, nos termos do número anterior, às igrejas e comunidades religiosas são entregues pelo Tesouro às mesmas ou às suas organizações representativas, que apresentarão na Direcção-Geral dos Impostos relatório anual do destino dado aos montantes recebidos.

6 — O contribuinte que não use a faculdade prevista no n.º 4 pode fazer uma consignação fiscal equivalente a favor de uma pessoa colectiva de utilidade pública

de fins de beneficência ou de assistência ou humanitários ou de uma instituição particular de solidariedade social, que indicará na sua declaração de rendimentos.

7 — As verbas a entregar às entidades referidas nos n.ºs 4 e 6 devem ser inscritas em rubrica própria no Orçamento do Estado.

CAPÍTULO IV

Estatuto das igrejas e comunidades religiosas

Artigo 33.º

Personalidade jurídica das pessoas colectivas religiosas

Podem adquirir personalidade jurídica pela inscrição no registo das pessoas colectivas religiosas, que é criado no departamento governamental competente:

- As igrejas e demais comunidades religiosas de âmbito nacional ou, em sua vez, as organizações representativas dos crentes residentes em território nacional;
- As igrejas e demais comunidades religiosas de âmbito regional ou local;
- Os institutos de vida consagrada e outros institutos, com a natureza de associações ou de fundações, fundados ou reconhecidos pelas pessoas colectivas referidas nas alíneas a) e b) para a prossecução dos seus fins religiosos;
- As federações ou as associações de pessoas colectivas referidas nas alíneas anteriores.

Artigo 34.º

Requisitos da inscrição no registo

O pedido de inscrição é dirigido ao departamento governamental competente e instruído com os estatutos e outros documentos que permitam inscrever:

- O nome, que deverá permitir distingui-lo de qualquer outra pessoa colectiva religiosa existente em Portugal;
- A constituição, instituição ou estabelecimento em Portugal da organização correspondente à igreja ou comunidade religiosa ou o acto de constituição ou fundação e, eventualmente, também o de reconhecimento da pessoa colectiva religiosa;
- A sede em Portugal;
- Os fins religiosos;
- Os bens ou serviços que integram ou deverão integrar o património;
- As disposições sobre formação, composição, competência e funcionamento dos seus órgãos;
- As disposições sobre a extinção da pessoa colectiva;
- O modo de designação e os poderes dos seus representantes;
- A identificação dos titulares dos órgãos em efectividade de funções e dos representantes e especificação da competência destes últimos.

Artigo 35.º

Inscrição de igrejas ou comunidades religiosas

A inscrição das igrejas ou comunidades religiosas de âmbito nacional, ou de âmbito regional ou local, quando

não sejam criadas ou reconhecidas pelas anteriores, é ainda instruída com prova documental:

- Dos princípios gerais da doutrina e da descrição geral de prática religiosa e dos actos do culto e, em especial, dos direitos e deveres dos crentes relativamente à igreja ou comunidade religiosa, devendo ser ainda apresentado um sumário de todos estes elementos;
- Da sua existência em Portugal, com especial incidência sobre os factos que atestam a presença social organizada, a prática religiosa e a duração em Portugal.

Artigo 36.º

Inscrição de organização representativa dos crentes residentes em território nacional

1 — As igrejas e comunidades religiosas que tenham âmbito supranacional podem instituir uma organização representativa dos crentes residentes no território nacional, que requererá a sua própria inscrição no registo, em vez da inscrição da parte da igreja ou comunidade religiosa existente no território nacional.

2 — A inscrição está sujeita às mesmas condições da inscrição de igrejas ou comunidades religiosas de âmbito nacional.

Artigo 37.º

Igrejas e comunidades religiosas radicadas no País

1 — Consideram-se radicadas no País as igrejas e comunidades religiosas inscritas com garantia de duração, sendo a qualificação atestada pelo membro do Governo competente em razão da matéria, em vista do número de crentes e da história da sua existência em Portugal, depois de ouvir a Comissão da Liberdade Religiosa.

2 — O atestado não poderá ser requerido antes de 30 anos de presença social organizada no País, salvo se se tratar de igreja ou comunidade religiosa fundada no estrangeiro há mais de 60 anos. O atestado é averbado no registo.

3 — O requerimento do atestado será instruído com a prova dos factos que o fundamentam, aplicando-se o disposto no artigo 38.º

Artigo 38.º

Diligências instrutórias complementares

1 — Se o requerimento de inscrição ou atestado estiver insuficientemente instruído, será o requerente convidado a suprir as faltas no prazo de 60 dias.

2 — Com vista à prestação de esclarecimentos ou de provas adicionais, o requerente poderá igualmente ser convidado para uma audiência da Comissão da Liberdade Religiosa, especificando-se a matéria e a ordem de trabalhos.

3 — Qualquer dos convites deverá ser feito no prazo de 90 dias da entrada do requerimento de inscrição.

Artigo 39.º

Recusa da inscrição

A inscrição só pode ser recusada por:

- Falta dos requisitos legais;
- Falsificação de documento;

- c) Violação dos limites constitucionais da liberdade religiosa.

Artigo 40.º

Inscrição obrigatória

1 — Torna-se obrigatória a inscrição, passado um ano sobre a entrega do requerimento de inscrição, se entretanto não for enviada notificação da recusa de inscrição por carta registada ao requerente.

2 — O prazo referido no número anterior, no caso da inscrição de igrejas ou comunidades religiosas ou da respectiva organização representativa, é suspenso pelo prazo do suprimento das faltas ou da audiência referido no artigo 38.º

Artigo 41.º

Modificação dos elementos ou circunstâncias do assento

As modificações dos elementos do assento da pessoa colectiva religiosa, ou das circunstâncias em que ele se baseou, devem ser comunicadas ao registo.

Artigo 42.º

Extinção das pessoas colectivas religiosas

1 — As pessoas colectivas religiosas extinguem-se:

- Por deliberação dos seus órgãos representativos;
- Pelo decurso do prazo, se tiverem sido constituídas temporariamente;
- Pela verificação de qualquer outra causa extintiva prevista no acto da constituição ou nas suas normas internas;
- Por decisão judicial, pelas causas de extinção judicial das associações civis.

2 — A extinção da pessoa colectiva religiosa implica o cancelamento do assento no respectivo registo.

Artigo 43.º

Capacidade das pessoas colectivas religiosas

A capacidade das pessoas colectivas religiosas abrange todos os direitos e obrigações necessários ou convenientes à prossecução dos seus fins.

Artigo 44.º

Pessoas colectivas privadas com fins religiosos

As associações e fundações com fins religiosos podem ainda adquirir personalidade jurídica nos termos previstos no Código Civil para as pessoas colectivas privadas, ficando então sujeitas às respectivas normas, excepto quanto à sua actividade com fins religiosos.

CAPÍTULO V

Acordos entre pessoas colectivas religiosas e o Estado

Artigo 45.º

Acordos entre igrejas ou comunidades religiosas e o Estado

As igrejas ou comunidades religiosas radicadas no País ou as federações em que as mesmas se integram

podem propor a celebração de acordos com o Estado sobre matérias de interesse comum.

Artigo 46.º

Processo de celebração dos acordos

1 — A proposta de acordo é apresentada em requerimento de abertura de negociações dirigido ao membro do Governo responsável pela área da justiça, acompanhado de documentação comprovativa da verificação da conformidade referida na alínea a) do artigo 47.º

2 — Depois de ouvir sobre a proposta de acordo a Comissão da Liberdade Religiosa, o membro do Governo responsável pela área da justiça pode:

- Recusar justificadamente a negociação do acordo;
- Nomear uma comissão negociadora, composta por representantes dos ministérios interessados e por igual número de cidadãos portugueses designados pela igreja ou comunidade religiosa, com o encargo de elaborar um projecto de acordo ou um relato das razões da sua impraticabilidade. O presidente da Comissão é designado pelo Ministro.

Artigo 47.º

Fundamentos de recusa da negociação do acordo

São fundamentos de recusa da negociação do acordo:

- Não estar assegurado que as normas internas ou a prática religiosa da igreja ou comunidade religiosa se conformem com as normas da ordem jurídica portuguesa;
- Não terem decorrido cinco anos sobre a recusa de proposta anterior;
- Não ser necessária a aprovação de uma nova lei para alcançar os objectivos práticos da proposta;
- Não merecer aprovação o conteúdo essencial da proposta.

Artigo 48.º

Celebração do acordo

1 — Uma vez aprovado em Conselho de Ministros, o acordo é assinado pelo Primeiro-Ministro e pelos ministros competentes em razão da matéria, do lado do Governo, e pelos representantes da igreja ou da comunidade religiosa ou da federação.

2 — O acordo só entrará em vigor depois da sua aprovação por lei da Assembleia da República.

Artigo 49.º

Proposta de lei de aprovação do acordo

O acordo é apresentado à Assembleia da República com a proposta da lei que o aprova.

Artigo 50.º

Alterações do acordo

Até à deliberação da Assembleia da República que aprovar o acordo, este pode ser alterado por acordo das partes, devendo qualquer alteração ser imediatamente comunicada à Assembleia da República.

Artigo 51.º**Outros acordos**

As pessoas colectivas religiosas podem celebrar outros acordos com o Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais para a realização dos seus fins, que não envolvam a aprovação de uma lei.

CAPÍTULO VI**Comissão da Liberdade Religiosa****Artigo 52.º****Comissão da Liberdade Religiosa**

É criada a Comissão da Liberdade Religiosa, órgão independente de consulta da Assembleia da República e do Governo.

Artigo 53.º**Funções**

1 — A Comissão tem funções de estudo, informação, parecer e proposta em todas as matérias relacionadas com a aplicação da Lei de Liberdade Religiosa, com o desenvolvimento, melhoria e eventual revisão da mesma lei e, em geral, com o direito das religiões em Portugal.

2 — A Comissão tem igualmente funções de investigação científica das igrejas, comunidades e movimentos religiosos em Portugal.

Artigo 54.º**Competência**

1 — No exercício das suas funções compete, nomeadamente, à Comissão:

- a) Emitir parecer sobre os projectos de acordos entre igrejas ou comunidades religiosas e o Estado;
- b) Emitir parecer sobre a radicação no País de igrejas ou comunidades religiosas;
- c) Emitir parecer sobre a composição da Comissão do Tempo de Emissão das Confissões Religiosas;
- d) Emitir os pareceres sobre a inscrição de igrejas ou comunidades religiosas que forem requeridos pelo serviço do registo das pessoas colectivas religiosas;
- e) Estudar a evolução dos movimentos religiosos em Portugal e, em especial, reunir e manter actualizada a informação sobre novos movimentos religiosos, fornecer a informação científica e estatística necessária aos serviços, instituições e pessoas interessadas e publicar um relatório anual sobre a matéria;
- f) Elaborar estudos, informações, pareceres e propostas que lhe forem cometidos por lei, pela Assembleia da República, pelo Governo ou por própria iniciativa.

2 — A Comissão elabora o seu próprio regulamento interno.

Artigo 55.º**Coadjuvação de serviços e entidades públicas**

No exercício das suas funções a Comissão tem direito a coadjuvação dos serviços e outras entidades públicas.

Artigo 56.º**Composição e funcionamento**

1 — A Comissão é constituída pelas pessoas agrupadas nas duas alíneas seguintes:

- a) O presidente, dois membros designados pela Conferência Episcopal Portuguesa e três membros designados pelo membro do Governo competente na área da justiça de entre as pessoas indicadas pelas igrejas ou comunidades religiosas não católicas radicadas no País e pelas federações em que as mesmas se integrem, tendo em consideração a representatividade de cada uma e o princípio da tolerância;
- b) Cinco pessoas de reconhecida competência científica nas áreas relativas às funções da Comissão designadas pelo membro do Governo competente na área da justiça, de modo a assegurar o pluralismo e a neutralidade do Estado em matéria religiosa.

2 — Terão assento na Comissão, sempre que esta o entender necessário ou conveniente, representantes governamentais nas áreas da justiça, das finanças, da administração interna e do trabalho e solidariedade designados a título permanente, que não terão direito a voto.

3 — Quando a questão sob apreciação diga respeito a ministério diferente dos indicados no n.º 2, pode participar nas sessões correspondentes um representante do ministério em causa.

4 — O mandato dos membros da Comissão é trienal e poderá ser renovado.

5 — Os membros da Comissão têm o direito de fazer lavrar voto de vencido nos pareceres referidos nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 54.º, quando tenham participado na deliberação que os aprovou.

6 — A Comissão pode funcionar em plenário ou em comissão permanente.

Artigo 57.º**Presidente e regime de funcionamento**

1 — O presidente da Comissão é designado pelo Conselho de Ministros por períodos de três anos, renováveis, de entre juristas de reconhecido mérito.

2 — As funções de presidente são consideradas de investigação científica de natureza jurídica e podem ser exercidas em regime de acumulação com a docência em regime de dedicação exclusiva.

3 — O regime de funcionamento da Comissão e dos seus serviços de apoio e o estatuto jurídico do respectivo pessoal são objecto de diploma do Governo.

CAPÍTULO VII**Igreja Católica****Artigo 58.º****Legislação aplicável à Igreja Católica**

Fica ressalvada a Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa de 7 de Maio de 1940, o Protocolo Adicional à mesma de 15 de Fevereiro de 1975, bem como a legislação aplicável à Igreja Católica, não lhe sendo aplicáveis as disposições desta lei relativas às igrejas ou comunidades religiosas inscritas ou radicadas no

País, sem prejuízo da adopção de quaisquer disposições por acordo entre o Estado e a Igreja Católica ou por remissão da lei.

CAPÍTULO VIII

Disposições complementares e transitórias

Artigo 59.º

Alteração do artigo 1615.º do Código Civil

O artigo 1615.º do Código Civil passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 1615.º

Publicidade e forma

A celebração do casamento é pública e está sujeita, segundo a vontade dos nubentes:

- a) À forma fixada neste Código e nas leis do registo civil;
- b) À forma religiosa, nos termos de legislação especial.»

Artigo 60.º

Alteração da alínea b) do artigo 1654.º do Código Civil

A alínea b) do artigo 1654.º do Código Civil passa a ter a seguinte redacção:

«b) Os assentos dos casamentos civis urgentes ou por forma religiosa celebrados em Portugal;»

Artigo 61.º

Alteração do n.º 2 do artigo 1670.º do Código Civil

O n.º 2 do artigo 1670.º do Código Civil passa a ter a seguinte redacção:

«2 — Ficam, porém, ressalvados os direitos de terceiro que sejam compatíveis com os direitos e deveres de natureza pessoal dos cônjuges e dos filhos, a não ser que, tratando-se de registo por transcrição, esta tenha sido feita dentro dos sete dias subsequentes à celebração.»

Artigo 62.º

Legislação expressamente revogada

Ficam expressamente revogados a Lei n.º 4/71, de 21 de Agosto, e o Decreto n.º 216/72, de 27 de Junho.

Artigo 63.º

Confissões religiosas e associações religiosas não católicas actualmente inscritas

1 — As confissões religiosas e as associações religiosas não católicas inscritas no correspondente registo do departamento governamental competente conservam a sua personalidade jurídica e a sua capacidade, passando a estar sujeitas à presente lei quanto às suas actividades religiosas, nos termos do artigo 44.º

2 — As mesmas confissões e associações podem requerer a sua conversão em uma pessoa colectiva religiosa, nos termos dos artigos 34.º a 40.º, mediante o

preenchimento dos respectivos requisitos, no prazo de três anos desde a entrada em vigor da presente lei.

3 — Se o não fizerem, passarão a estar inscritas apenas no Registo Nacional das Pessoas Colectivas, para onde serão remetidos os processos e os documentos que serviram de base aos respectivos registos.

4 — Passado o prazo referido no n.º 2, é extinto o actual registo de confissões religiosas e associações religiosas não católicas do Ministério da Justiça.

Artigo 64.º

Segurança social

Aos ministros que vêm beneficiando do regime de segurança social instituído pelo Decreto Regulamentar n.º 5/83, de 31 de Janeiro, e que pertençam a confissões religiosas ou associações religiosas referidas no artigo anterior, que não se convertam em pessoas colectivas religiosas, continua aplicável o respectivo regime.

Artigo 65.º

Isenção do imposto sobre o valor acrescentado

1 — As igrejas e comunidades religiosas radicadas no País, bem como os institutos de vida consagrada e outros institutos, com a natureza de associações ou fundações, por aquelas fundados ou reconhecidos, e ainda as federações e as associações em que as mesmas se integrem, poderão optar pelo regime previsto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro, enquanto vigorar, não se lhes aplicando, nesse caso, os n.ºs 3 e 4 do artigo 32.º da presente lei.

2 — As instituições particulares de solidariedade social que tenham pedido a restituição do imposto sobre o valor acrescentado no período a que respeita a colecta não poderão beneficiar da consignação prevista no n.º 5 do artigo 32.º

Artigo 66.º

Entrada em vigor dos benefícios fiscais

Os artigos 32.º e 65.º entram em vigor na data do início do ano económico seguinte ao da entrada em vigor da presente lei.

Artigo 67.º

Radicação no País

O tempo de presença social organizada no País necessário para as igrejas e comunidades religiosas inscritas requererem o atestado de que estão radicadas no País a que se refere a regra da primeira parte do n.º 2 do artigo 37.º é de 26 anos em 2001, de 27 anos em 2002, de 28 anos em 2003 e de 29 anos em 2004.

Artigo 68.º

Códigos e leis fiscais

O Governo fica autorizado a introduzir nos códigos e leis fiscais respectivos o regime fiscal decorrente da presente lei.

Artigo 69.º

Legislação complementar

O Governo deve tomar as medidas necessárias para assegurar o cumprimento da presente lei e publicar, no

prazo de 60 dias, a legislação sobre o registo das pessoas colectivas religiosas e sobre a Comissão da Liberdade Religiosa.

Aprovada em 26 de Abril de 2001.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

Promulgada em 6 de Junho de 2001.

Publique-se.

O Presidente da República, *JORGE SAMPAIO*.

Referendada em 8 de Junho de 2001.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Decreto-Lei n.º 186/2001

de 22 de Junho

O acesso em algumas das categorias da carreira do bombeiro sapador e municipal depende de aprovação em curso de promoção, conforme prescreve o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 293/92, de 30 de Dezembro, na redacção introduzida pela Lei n.º 52/93, de 14 de Julho.

A duração, o conteúdo programático e o sistema de funcionamento e avaliação dos referidos cursos são aprovados em despacho conjunto, conforme previsto no n.º 5 daquela norma.

Este requisito de exigibilidade foi inicialmente dispensado por um período de um ano contado da data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 293/92, de 30 de Dezembro, e substituído por concursos de prestação de provas teóricas e práticas, nos termos do artigo 26.º do citado diploma.

Posteriormente, através do Decreto-Lei n.º 359/97, de 17 de Dezembro, o artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 293/92, de 30 de Dezembro, veio a sofrer uma alteração na sua redacção, passando aquele prazo a ser de um ano contado da data da publicação do despacho conjunto previsto no n.º 5 do artigo 13.º daquele diploma.

Considerando que o referido prazo se veio manifestar insuficiente, há que proceder à criação de um novo regime excepcional e transitório, de modo a permitir o acesso na carreira de alguns elementos dos corpos de bombeiros que de outro modo vêem impossibilitada a promoção na carreira.

Foi ouvida a Associação Nacional de Municípios Portugueses e foram observados os procedimentos decorrentes da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único

Nas categorias para as quais é exigida a frequência com aproveitamento de curso de promoção, nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 293/92, de 30 de Dezembro, com a redacção introduzida através da Lei

n.º 52/93, de 14 de Julho, e não existam condições para a sua realização, o referido requisito é dispensado pelo prazo de um ano contado da entrada em vigor do presente diploma, sendo substituído por concurso de prestação de provas teóricas e práticas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 26 de Abril de 2001. — *António Manuel de Oliveira Guterres* — *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira* — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Promulgado em 4 de Junho de 2001.

Publique-se.

O Presidente da República, *JORGE SAMPAIO*.

Referendado em 8 de Junho de 2001.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Assembleia Legislativa Regional

Decreto Legislativo Regional n.º 10/2001/A

Objectivos das medidas constantes do eixo prioritário n.º 2, «Incrementar a modernização da base produtiva tradicional», do Programa Operacional para o Desenvolvimento Regional (PRODESA) e do Plano de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (PDRu) e as condições de atribuição das ajudas neles previstas.

Considerando que, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio de 2000-2006, foi aprovado o Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores (PRODESA);

Considerando que o referido Programa contempla, no eixo prioritário n.º 2, «Incrementar a modernização da base produtiva tradicional», um conjunto de medidas destinadas aos sectores da agricultura e das pescas, cujos objectivos são promover o desenvolvimento sustentado em zonas rurais, incentivar a modernização, promover a diversificação do sector agro-florestal, apoiar o desenvolvimento das pescas e o ajustamento do esforço de pesca;

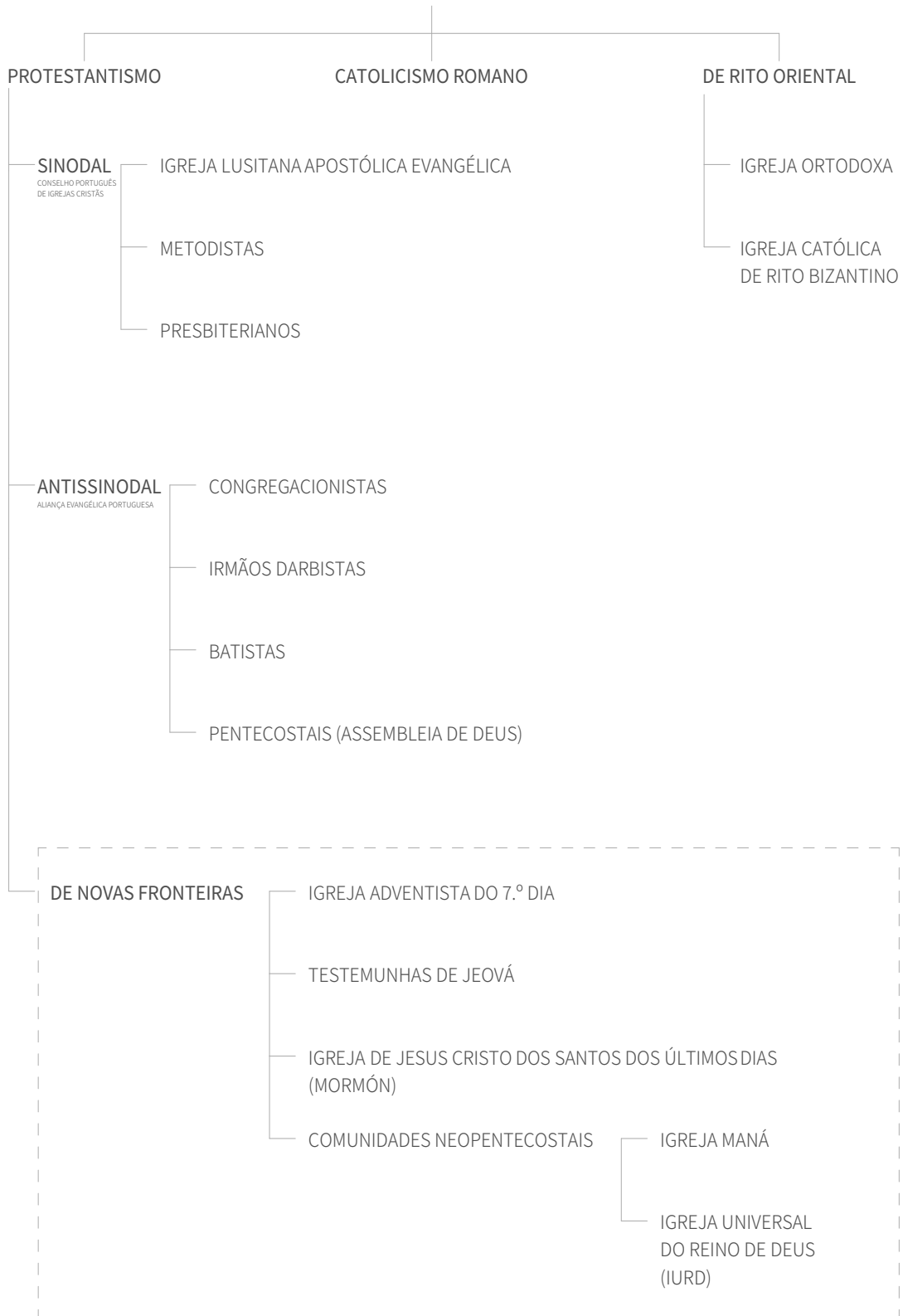
Considerando que os Decretos-Leis n.ºs 163-A/2000 e 224/2000, de 27 de Julho e de 9 de Setembro, respectivamente, restringem ao território continental as condições gerais de aplicação do Programa Operacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural (AGRO), da medida «Agricultura e desenvolvimento rural» (AGRIS) e do Programa Operacional Pesca (MARÉ);

Considerando que, em 24 de Janeiro, foi aprovado, no âmbito do Comité de Estruturas Agrícolas e Desenvolvimento Rural (Comité STAR), o Plano de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (PDRu), que contempla um conjunto de medidas destinadas ao desenvolvimento agrícola e rural da Região, designadamente indemnizações compensatórias, medidas agro-ambientais, florestação de terras agrícolas e reforma antecipada na agricultura;

Considerando que o Decreto-Lei n.º 8/2001, de 22 de Janeiro, veio definir as condições de aplicação, no

anexo ii

CRISTIANISMO



CRISTIANISMO

O cristianismo é a religião com maior número de crentes a nível mundial – cerca de 32% da população – e a mais espalhada por todo o globo. É monoteísta e a figura de Jesus Cristo, a Bíblia – a sua escritura sagrada – e a instituição e tradição da igreja são três aspetos fundamentais desta religião.

O cristianismo tem vários ramos que fazem dele uma fé heterogénea, com diferentes crenças. A própria Bíblia é composta por um vasto conjunto de textos, de diferentes datas, que diferentes cristãos consideram mais ou menos sagrados.

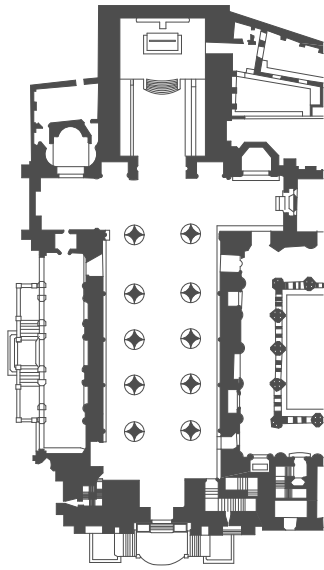
A figura de Jesus Cristo é entendida como o messias enviado por Deus para salvar o povo de Israel, estando envolvido por uma aura de humanidade e de ensinamentos que resistem até hoje, tanto quanto a sua divindade.

O cristianismo é uma religião comunal e a sua dimensão institucional começou pouco depois da morte de Jesus, quando os cristãos se reuniram para o culto e para refletir sobre a sua fé. Está dividida em vários ramos, sendo os três maiores o Católico Romano, o Ortodoxo e o Protestante¹. Os católicos têm um único líder – o Papa. A igreja ortodoxa é composta por um conjunto de igrejas autónomas, cada uma delas com o seu líder, mas todas em comunhão entre si. Por fim, o protestantismo, nascido de uma rutura de protesto com a igreja católica no século XVI, resulta na criação de várias outras igrejas que, apesar de serem diferentes umas das outras, são agregadas dentro do rótulo do protestantismo².

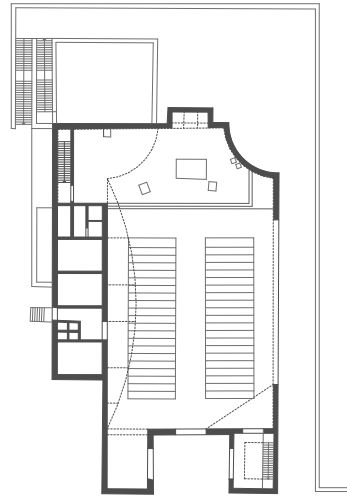
O movimento pentecostal tem uma grande força no hemisfério sul, surgindo como uma alternativa ao catolicismo, já que não tem uma tradição antiga e eurocêntrica nem um

¹ Entre estes três ramos, aquilo que mais varia é a fonte de autoridade: apesar de a igreja ser uma autoridade para todos, os católicos encontram-na também na tradição e no Papa, os ortodoxos na tradição e na liturgia e os protestantes na escritura.

² Os maiores grupos protestantes são os luteranos (fundado por Martin Luther), os presbiterianos (fundado por John Calvin), os batistas e os metodistas.



ESCALA 1/1000



ESCALA 1/1000



i/93. Sé do Porto, 1110 - 1737



i/94. Igreja de Santa Maria, 1995, Marco de Canaveses, Álvaro Siza

clero sacramental, sendo não só um movimento para as pessoas mas das pessoas. O pentecostalismo é caracterizado por diferentes estilos de igrejas, das maiores às mais pequenas, estando muitas destas alojadas em lojas e garagens (Woodhead, 2004).

O templo cristão, quando projetado especialmente para o efeito, está frequentemente afastado da rua – seja através de um recinto exterior murado, ou através de um adro que o eleve em relação ao plano da estrada, ou até mesmo uma galeria que filtre o contexto profano do lugar sagrado. Esta condição é variável, havendo exemplos de templos cuja entrada é feita à face da rua.

O facto de a palavra «igreja», no universo cristão, remeter tanto para a comunidade como para o espaço de reunião não causa estranheza, já que o templo é desenhado exatamente para acomodar um conjunto de pessoas, enfatizando a ideia de um grupo perante a presença de Deus, mais do que a experiência do sagrado numa lógica individual de um-para-um. Ainda assim, o foco de uma igreja cristã não é o grupo mas sim o transcendente – por isso, estes templos tendem a ser altos, impressionantes e impositivos, tirando a atenção sobre o indivíduo ou o grupo. Esta transcendência manifesta-se arquitetonicamente na dimensão do lugar, na sua iluminação e na decoração, que procuram dar a impressão do céu trazido à terra, um lugar onde, quando se entra, se abandona o mundo profano.

«O desenho tem uma mensagem: que esta religião olha a Deus como algo maior do que o ser humano, que pede a sua devoção, adoração, obediência, serviço e submissão.»³
(Woodhead, 2004: 47)

Para além de direcionar a atenção para cima, as igrejas direcionam o olhar para um ponto focal – muitas vezes situado a este no templo –, onde está o altar. Tal manifesta-se também na planta do edifício, normalmente de forma retangular, estando o foco num dos lados menores do retângulo. Esta combinação entre a altura e o altar procura expressar que, apesar de Deus poder viver no Céu, está também disponível na terra, por via dos sacramentos praticados na igreja – o pão e o vinho da eucaristia e também a água do batismo. É frequente, para o batismo, encontrar uma fonte ou pia com água mas o seu lugar varia, assim como a sua proeminência.

A liturgia implica um líder que a conduza. Fá-lo a partir do altar, onde é realizada a eucaristia e se procedem a leituras da Bíblia. Os crentes assistem sentados em bancos, proferindo algumas palavras em coro e, durante a cerimónia, por vezes levantam-se, permanecendo no mesmo lugar, e podem interagir entre si. O culto tem uma componente musical importante, tanto cantada como instrumental. Num momento do culto, em certos ramos do cristianismo, os crentes dirigem-se em fila ao altar, onde tomam a hóstia, o pão sagrado que simboliza o corpo de Cristo.

Os crentes entram calçados no templo, sentando-se ou ajoelhando-se em bancos

³ «The design carries a message: that such religion looks to a God who is higher than human beings and who calls forth their worship, praise, obedience, service, obeisance.»

especialmente desenhados para as duas funções, de forma que não haja um contacto direto com o chão. Mulheres e homens assistem ao culto em conjunto, sem separação de géneros. Apesar de haver uma preferência pelo culto coletivo, muitos crentes dirigem-se individualmente ao templo para a prática de orações, momentos de introspeção e, nalguns ramos do cristianismo, para a prática confessional. A confissão implica um lugar onde haja uma conversa privada entre o padre e o crente – o confessionário –, em que deve ser evitado o contacto visual entre as duas partes.

O ritual de iniciação mais importante é o batismo que, consoante as diferentes correntes cristãs, ocorre em momentos diferentes da vida. Na fé católica, por exemplo, é mais frequente que os pais batizem os bebés – num ritual especial, reúnem-se à volta da pia batismal com velas e o padre molha a cabeça da criança com água benta. Em outras igrejas, pelo contrário, o batismo é uma decisão individual e realiza-se mais tarde e, muitas vezes, implica a imersão total na água.

Em alguns ramos do cristianismo, a educação religiosa, normalmente feita aos sábados ou num contexto escolar, promove outros rituais de passagem.

O casamento é um ritual de passagem com uma cerimónia especial e realiza-se, normalmente, na igreja e na presença do líder religioso.

Portugal é um país muito rico em monumentos religiosos – a maioria deles católicos – e, por isso, a memória intuitiva de uma igreja é a de um lugar impositivo, em pedra, com pouca luz e frequentemente profusamente decorado. Os exemplos de arquitetura religiosa moderna e contemporânea diferem deste estigma, já que a construção de igrejas novas apelou a um novo entendimento do espaço sagrado, especialmente no meio católico. Tal é perceptível no tratamento da luz, na leveza dos materiais, na decoração depurada e na separação cada vez menos evidente entre o altar e a nave – ou seja, entre o espaço em que opera o clero e o espaço dos crentes, respetivamente. Assim, a arquitetura protestante e a arquitetura católica começam a ficar mais semelhantes (Stock, 2003).

IGREJA CATÓLICA

O catolicismo é a religião maioritária em Portugal, como já foi exaltado ao longo de toda a dissertação. Domina o universo nacional da arquitetura religiosa, tanto antiga como contemporânea, tendo uma forte presença na memória coletiva nacional.

É caracterizado por um culto intensivo dos santos, em simultâneo com a adoração a Deus, que pontuam a história e o calendário portugueses com diversas celebrações e eventos. O Natal e a Páscoa são os mais importantes e transversais, havendo várias celebrações que variam consoante o local e a altura do ano, que requerem uma organização comunitária.

O batismo é seguido por uma educação religiosa – a catequese – que normalmente decorre no espaço da igreja ou paróquia. Existem também outros rituais de passagem – como a primeira comunhão e o crisma.

À entrada do templo, encontra-se uma pia de água benta, onde os crentes molham os dedos e se benzem, purificando-se na casa de Deus. A presença do fogo é recorrente, através de velas que são acesas, muitas vezes acompanhadas de algum pedido que se quer ver realizado.

Os cultos coletivos – as missas – podem ocorrer em vários dias da semana mas o mais comum é o culto de domingo. Durante a missa, à qual os crentes assistem sentados, estes levantam-se momentaneamente diversas vezes e, num certo momento, dirigem-se todos em fila ao padre para que recebam a hóstia⁴, que simboliza o corpo de Cristo. A atenção dirige-se para o padre que, desde o altar, dá o sermão e lê passagens da Bíblia⁵, aos quais os crentes se juntam em momentos pontuais e em pequenos cânticos. A larga maioria das missas tem música, mesmo que por meios remotos, e algumas missas são acompanhadas por um coro ou por um órgão.

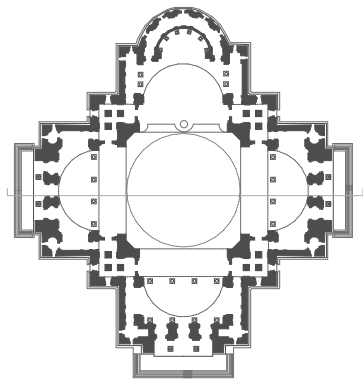
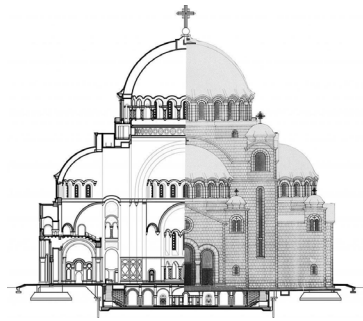
Uma característica da Igreja Católica é a confissão, em que o crente tem de confessar ao padre os seus pecados para que o pastor possa guiá-lo para o perdão. Esta conversa decorre num local específico – no confessionário, que deve ser um local mais recatado e em que não deve haver permeabilidade visual entre confessor e crente.

⁴ Apenas quem já fez a primeira comunhão recebe o sacramento.

⁵ Algumas leituras são feitas por crentes que assistem à missa.



i/95. Igreja de São Sava, 1935, Belgrado



ESCALA 1/2000



i/96. Igreja de São Panteleimon, Porto



IGREJA ORTODOXA

A divergência entre a Igreja Católica e a Igreja Ortodoxa deu-se depois da separação de Roma e Constantinopla em 1054 – a partilha de mais de um milénio de história faz com que sejam muito semelhantes. No entanto, os ortodoxos seguem o calendário juliano⁶ e, por isso, celebram o Natal no dia 7 de janeiro.⁷ (Público, 2019).

À semelhança das outras fés, os ortodoxos seguem o modelo do culto liderado a partir do altar, no entanto, alguns rituais são praticados no centro do templo. No centro de todas as igrejas ortodoxas encontra-se um pedestal com uma imagem do respetivo santo padroeiro e um castiçal.

Alguns rituais são conduzidos em parcial ou total escuridão, sendo que a maior iluminação é guardada para momentos especiais do culto.

Existem algumas diferenças entre os vários patriarcados ortodoxos, como por exemplo o facto de os crentes assistirem ao culto de pé na Igreja Russa, enquanto, nas outras igrejas, assiste-se ao culto sentado, levantando-se apenas nas partes mais importantes (Alfeyev, 2014).

Também conhecidos como cristãos de rito oriental ou bizantino, a Igreja Ortodoxa divide-se em vários patriarcados e é a religião maioritária na Europa do Leste. O número de fiéis em Portugal aumentou, como já mencionado, com a chegada de imigrantes desse lado do continente, a partir dos anos '90. Em 2018, existiam cerca de 20 paróquias no país, sobretudo de ucranianos e russos, gregos e moldavos (Cordeiro, 2018).

Alguns locais de culto ortodoxo são antigas capelas católicas, em desuso, que são cedidas, ora pelo poder municipal, ora pela própria Igreja Católica. No Porto, em 2002, as comunidades ortodoxas (ucranianos, russos e búlgaros) reuniam-se na Capela Românica de Cedofeita, uma igreja católica. Mais tarde, o Patriarcado de Constantinopla passou a ter igreja própria, a Paróquia de São Panteleimon, uma capela também cedida pela Igreja Católica. A habitual liturgia de domingo reúne, neste espaço, entre 60 e 70 pessoas. Por outro lado, na Páscoa, centenas de pessoas assistem ao culto, estendendo-se pelo adro e pela rua. Por sua vez, a Igreja do Patriarcado de Moscovo, em 2003, passou a celebrar numa sala da casa dos Jesuítas, enquanto aguardam a cedência de um templo. Os cultos desta Igreja Ortodoxa Russa no Estrangeiro têm uma frequência de 20 a 30 pessoas (Vilaça, 2008).

⁶ O calendário juliano foi desenhado por Júlio César em 4 a.C. e tem mais 14 dias do que o gregoriano.

⁷ Outro dia importante é o de Pentecostes: cinquenta dias depois da ressurreição de Cristo, o Espírito Santo desce sobre os apóstolos, dando-lhe força para pregar a palavra de Jesus – é considerado o dia do nascimento da igreja. (Henriques, 2016)



i/97. Casa da Cidade, Lisboa

A igreja que deu origem à CC existe há 22 anos e chama-se Centro de Renovação Cristã. A CC reúne-se na Quinta do Morgado, numa sala com 400 cadeiras que se viram para um palco, conta com cerca de 400 a 500 membros, ainda que sejam mais os que assistem ao culto.



i/98. Hillsong Portugal, Lisboa

A Hillsong é uma espécie de franchising com sede na Austrália que, em Portugal, nasceu a partir do Centro Cristão da Cidade. Em Lisboa, monta e desmonta o cenário e material da igreja no auditório da Associação para o Pólo Tecnológico de Lisboa, no Lumiar. Em 2017, existiam núcleos, pelo menos, em mais sete cidades portuguesas. No Porto, reúnem-se na Maia. São cerca de 1500 pessoas a assistir ao culto todos domingos, a nível nacional.

IGREJAS PROTESTANTES E EVANGÉLICAS

O protestantismo em Portugal é fruto de uma história de muitas camadas. É uma religião minoritária com uma grande pluralidade de igrejas, muitas vezes concorrentes entre si. Na camada mais antiga, encontram-se os metodistas, os presbiterianos e os lusitanos – representam o protestantismo de raiz europeia, de tendência ecuménica. Na camada mais recente, encontram-se os evangélicos, as igrejas pentecostais⁸, os batistas, as Assembleias de Deus, os Irmãos Darbistas.

As igrejas chamadas de tradição milenarista ou apocalítica consideram-se na periferia do protestantismo, ainda que derivem claramente deste ramo cristão. Têm uma visão pessimista da vida, julgando-se na iminência do fim do mundo. Neste grupo encontram-se as testemunhas de Jeová, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, assim como os Adventistas do Sétimo Dia.

A disseminação destas igrejas faz-se sem nenhuma instância organizativa ou sinodal, o que complica a sua georreferenciação – muitas vezes, locais registados como comunidades religiosas são, agora, garagens de automóveis. Estas igrejas instalam-se no lugar que estiver disponível e for mais barato, mudando muitas vezes de sítio, já que não precisam de locais de culto com uma arquitetura específica (Teixeira *apud* Faria, 2017).

Do grupo do protestantismo, excluem-se muitas vezes a IURD e a Igreja Maná, uma vez que se rejeitam determinados rituais, como os que a IURD pratica para expulsão de «*demónios e forças maléficas*», vistos como algo pagão (Faria, 2017).

As igrejas evangélicas são representados pela Aliança Evangélica Portuguesa. O que caracteriza um evangélico é a centralidade da bíblia e a crença de que a salvação vem pela fé – a igreja não tem o direito de criar dogmas, nem existe a crença de que os santos possam interceder pelas pessoas, já que se dirigem a Deus apenas através de Cristo.

Estas igrejas tendem a adaptar-se muito bem à modernidade, com um capital cultural que lhes dá capacidade comunicativa, o que se nota especialmente nas novas igrejas que, em comparação com as mais tradicionais, atraem as gerações mais jovens.

Enquanto as igrejas evangélicas tradicionais leem a Bíblia, as mais novas proliferam a mensagem através da música. Por isso, ainda que em algumas igrejas tradicionais o número de fiéis esteja a descer, em igrejas como a Casa da Cidade (CC), Hillsong e CCLX (Comunidade Cristã de Lisboa), atraem cada vez mais fiéis. Nestas, as cerimónias dominicais são, literalmente, um espetáculo de música, com fiéis que encaram um palco. A celebração dura cerca de 90 minutos. São muito liberais em relação a temas tabu para outras igrejas, como a homossexualidade – dizem-se sem exclusões. Têm uma linguagem *pop*, urbana e jovem, grupos que se reúnem aos dias de semana e até transmissões em *streaming*. Têm, para além disto, uma componente social muito forte.

⁸ Muitos grupos pentecostais foram criados nos Estados Unidos da América em meados do século XX, procurando revitalizar os princípios fundadores da experiência cristã, sendo uma faceta importante do protestantismo contemporâneo. Recusam os santos, focam-se em Jesus e conquistam os seus seguidores através da força da palavra. Dá ênfase aos dons da cura, da profecia e à imposição de códigos morais muito rígidos – nomeadamente a libertação dos vícios da carne, do álcool, do tabaco, da noite.

IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA

A Igreja Adventista do Sétimo dia foi criada em meados de 1800 nos Estados Unidos e está em Portugal desde o princípio do século XX.

O dia de descanso semanal e sagrado para os adventistas é ao sábado, dia em que se encontram na igreja para a homília, precedida pela escola sabatina, onde se ensinam os textos religiosos. Cessar as atividades neste dia é um imperativo moral para os crentes, sendo uma das suas 28 crenças fundamentais⁹ (Lusa, 2009).

O templo na Estefânia, em Lisboa, conta com uma sala das crianças e outra de estudo, assim como com uma cozinha para produção de refeições que se distribuem pelos sem-abrigo. A sala de oração é um espaço despojado, de dois andares, uma cruz embutida na parede ao centro e um piano (Henriques, 2013).



i/99. Igreja Adventista do Sétimo Dia, Estefânia, Lisboa

⁹ Seguem também um estilo de vida alimentar saudável, restringindo carne de porco e mariscos, por exemplo, e aconselhando o vegetarianismo, ainda que não seja obrigatório.

TESTEMUNHAS DE JEOVÁ

Como já foi referido, as testemunhas de Jeová estão na periferia do protestantismo e representam 1,3% dos crentes portugueses. Este grupo religioso foi fundado em 1879 nos Estados Unidos da América.

O grupo obedece ao Corpo Governante internacional – o núcleo administrativo da religião nos Estados Unidos, que atualmente é composta por oito homens. A sua sede – chamada *betel*¹⁰ – portuguesa situa-se em Alcabideche, repartindo-se, depois, por cerca de 600 congregações ao longo do país. As reuniões fazem-se nos Salões do Reino, duas vezes por semana, e são lideradas por anciãos.

A imagem do crucifixo não é usada, uma vez que, para os fiéis a Jeová, Cristo morreu numa estaca. As publicações da organização – como *A Sentinela* e *Despertai!* – transmitem a palavra de Deus com a mesma validade que a Bíblia. A educação religiosa das crianças é iniciada muito cedo, para que já vão ensinadas para a escola.

Este grupo sujeita-se a várias restrições: não podem fumar, beber em excesso, aceitar transfusões de sangue, celebrar aniversários ou tampouco o Natal – no entanto, celebram a morte de Jesus. Não podem votar nem ter cargos políticos (Faria, 2018).



i/ 100. Salão do Reino das Testemunhas de Jeová

¹⁰ Em hebraico, significa casa de Deus.



Sala de casamentos

i/ 101. Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos dias

IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS

A igreja mórmon foi fundada nos Estados Unidos da América no fim do século XIX. Está em Portugal desde 1974 e, hoje, conta com cerca de 45 mil fiéis. Para além das mais de cem capelas espalhadas pelo país, existe um único templo no país – o 14.º na Europa –, que se localiza em Lisboa, no Parque das Nações, inaugurado em setembro de 2019. O conjunto conta com dois edifícios e um jardim.

Existe, à volta deste templo, uma certa «*atmosfera de irrealidade*», pautado por tons de branco e dourado, um jardim arranjado, criando uma atmosfera celestial, dado que o templo é, para os mórmones, uma representação do paraíso na terra – «*um lugar que está no mundo mas está fora dele*». É um edifício especialmente importante, uma vez que é o único sítio onde se podem fazer casamentos – nas restantes capelas realizam-se apenas reuniões dominicais e batizados, enquanto os preceitos mais relevantes são reservados para os templos.¹¹

Ainda que, por fora, um templo mórmon possa parecer uma igreja católica, o seu interior é mais luxuoso, dadas as opções por materiais como mármore e alcatifas. Até a organização espacial é distinta, uma vez que a proibição de entrada de não crentes obriga a uma filtragem. Apesar de a fachada sugerir uma sala ampla, à entrada encontra-se uma receção, onde os fiéis são obrigados a mostrar um cartão que certifica a sua autorização de entrada; segue-se uma sala de espera repleta de sofás, onde os familiares não crentes dos noivos podem esperar enquanto o casamento – ou selamento, como lhe chamam os fiéis – ocorre no andar de cima¹².

Com corredores largos e cheios de luz a fazer a ligação, chega-se ao batistério – uma sala ampla com um tanque ao centro, elevado. Este batistério apenas é usado para batizar defuntos¹³, sendo as pessoas vivas batizadas, como referido, nas capelas comuns. A divisão mais importante chama-se sala celestial e, neste templo, é marcada por uma grande janela, sofás amarelos e alguma vegetação. É um espaço dedicado à oração e introspeção individual.

O outro edifício do complexo é uma capela, que se liga ao templo por um jardim. Na capela, tal como nas restantes do país, qualquer pessoa pode entrar (Pincha, 2019).

Os mórmons reúnem-se aos domingos, quando praticam o sacramento, distribuindo pão e água entre os crentes. As reuniões são dirigidas por um bispo, o líder de uma congregação, ou por um dos conselheiros. Os crentes podem participar na cerimónia como oradores. Hinos são entoados no início e no fim da reunião e antes da bênção do sacramento.

¹¹ Até à data de inauguração, os fiéis tinham de deslocar-se a Madrid, Londres ou à Alemanha para casar.

¹² Cada sala tem um altar central almofadado para que os noivos se ajoelhem.

¹³ Os mórmons acreditam que a salvação pode chegar a qualquer momento, mesmo depois da morte.



i/ 102. Igreja Universal do Reino de Deus, 2009, Porto, APEL

IGREJAS NEOPENTECOSTAIS

«A diferença entre o pentecostalismo e o neopentecostalismo consiste na inclusão, por parte do segundo, de um «Evangelho de sucesso», acompanhado de uma maior secularização das normas de conduta e o recurso a todos os meios de comunicação como fator imprescindível à difusão da mensagem. Ao contrário das minorias religiosas mais antigas, [a IURD e a Igreja Maná] introduzem uma novidade no campo religioso português: orientam-se segundo uma lógica de mercado, funcionando por isso de um modo bastante competitivo.»

(Vilaça, 2013: 85)

O neopentecostalismo rompe com o pentecostalismo devido a uma maior secularização das regras de conduta, o que se traduz numa maior liberdade no vestuário, no consumo controlado de álcool e no recurso a meios de comunicação. Enquanto os pentecostais proliferam uma imagem de Jesus pobre e desprovido de bens materiais, os neopentecostais apresentam-no como um homem bem sucedido a nível material, legitimando a aspiração do crente a recompensas terrenas.

A IURD instalou-se em Portugal em 1989 e tem hoje cerca de 110 locais de culto. Algumas polémicas ao longo dos anos¹⁴ levaram a uma maior discricção na sua conduta atual (Carvalho, 2010).

Em abril de 2010, abriu o primeiro templo construído de raiz na Europa, localizado na cidade do Porto. É um projeto do arquiteto Ginestal Machado, cuja área de 17 mil metros quadrados contém um auditório para 2380 fiéis, outro pequeno auditório, apartamentos e salas de apoio social e espiritual, de alfabetização, *babysitting*, uma livraria, um bar de apoio e uma zona habitacional com 17 apartamentos T2 para os missionários (José Branco *apud* Público, 2010). Cumpre bem com a imagem de grandeza e prosperidade que pretendia passar aos fiéis, não impedindo, no entanto, que locais de culto mais pequenos continuem o seu funcionamento¹⁵.

A Igreja Maná teve o seu início oficial em Portugal em 1984, fundada por Jorge Tadeu. Hoje chega a mais de 40 países. Tem como objetivo *«ensinar o Evangelho e levar a cultura portuguesa a todos os locais onde se fala português»*. Em 2004, em Portugal, contava com cerca de 80 mil fiéis. Nos seus cultos, entoam hinos de louvor e adoração a Jesus Cristo, que acreditam ser *«o único caminho que leva a Deus»*.

¹⁴ Uma delas foi a compra do Cinema Império em Lisboa e a tentativa de compra do Coliseu do Porto para a conversão num lugar de culto, em 1995.

¹⁵ Manteve a ocupação do Cine Teatro Vale Formoso, na Rua de São Dinis, no Porto, durante cerca de cinco anos e conta ainda com o lugar de culto na Rua de Cedofeita.

ISLAMISMO

SUNITA

São a maioria dos muçulmanos, com uma representação de cerca de 80%. Acreditavam que o sucessor de Maomé deveria ser escolhido pelo povo. Rezam cinco vezes ao dia.

XIITA

Representam cerca de 16% dos muçulmanos. Acreditam que o sucessor de Maomé devia ser alguém da sua família, nomeadamente o seu genro Ali. Rezam três vezes ao dia.

ISMAILI NIZARI

Septimanos. Ismaelitas. Comunidade transnacional que vive sob a autoridade de Aga Khan. São muito ativos em projetos culturais e humanitários

SUFISTA

Corrente mística e contemplativa do Islão, os sufistas dedicam-se a aspetos mais profundos e intensos da espiritualidade.

BAHÁ'I

Com raízes históricas no Islão, esta comunidade convoca e realiza as esperanças messiânicas das grandes religiões, dinamizando o espaço interreligioso.

ISLAMISMO

“...o fenómeno do islão é muito antigo em Portugal, já vem da Andaluzia — e depois a Inquisição fez com que parasse tudo.”
(Abdool Vakil *apud* Henriques, 2015)

O islão é a segunda maior religião do mundo, em número de crentes. A maioria deles são, como já referido, sunitas e cerca de 15% distribuem-se por outras vertentes muçulmanas. O islão é monoteísta: reconhece e submete-se ao comando de um único Deus, Alá. A tradição islâmica é guiada pelo livro sagrado, Corão, entendida como a palavra de Deus transmitida por Maomé²¹, o profeta. Ao contrário de algumas escrituras sagradas de outras fés, o Corão²² enfatiza a sua essência oral, a intenção de ser lido em voz alta e escutado.

São cinco os pilares do islão: a crença num Deus único, as cinco orações diárias, o jejum no Ramadão²³, a caridade e a peregrinação a Meca pelo menos uma vez²⁴.

As orações diárias podem ser praticadas em qualquer lugar, desde que o crente se direcione para Meca. São realizadas de forma individual, ainda que seja recomendável que os homens se reúnam no mesmo espaço (Davies, 1982). A oração congregacional é dirigida pelo íman, à sexta-feira a meio do dia, quando se reúnem todos os homens da comunidade na mesquita²⁵. Esta oração é mais longa, uma vez que inclui um sermão – *khutba* – por parte de quem lidera o culto. As restantes orações duram cerca de dez minutos. As mulheres não têm de se dirigir ao templo e, quando vão, têm de estar

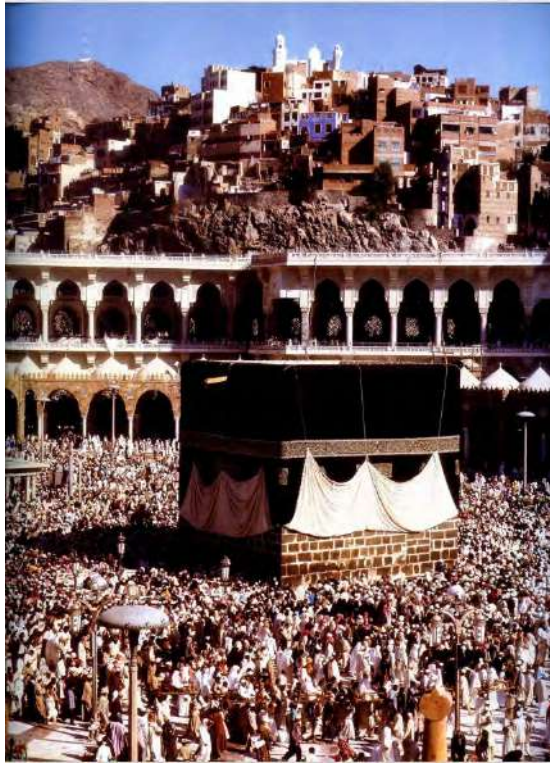
²¹ Maomé (c. 570 – 632) nasceu em Meca, onde lhe foram feitas revelações por Deus, que continuaram na atual Arábia Saudita, em Medina. Ambas as cidades são lugares sagrados centrais para a fé islâmica.

²² Corão – *qur’na* – significa “declamação”.

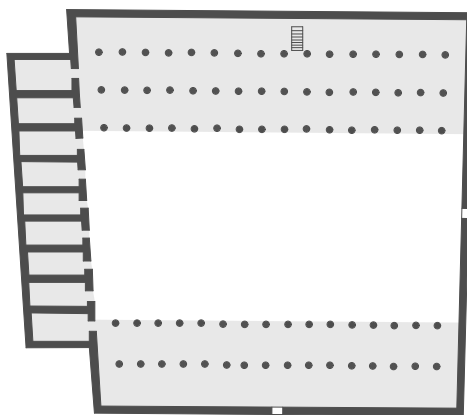
²³ O jejum do ramadão é um culto negativo: consiste em não consumir alimentos, bebidas ou tabaco durante as horas do dia, no nono mês lunar do calendário, considerado sagrado.

²⁴ A peregrinação envolve um conjunto de rituais, em Meca e nas suas imediações. O primeiro é a uma caminhada à volta da Kaaba – tem de se circundar o monumento sete vezes em direção contrária aos ponteiros do relógio.

²⁵ O Islão não tem um dia de descanso semanal mas tem a oração sagrada de sexta-feira, assim como as cinco orações diárias. Enquanto as cinco orações diárias podem ser compensadas depois – por exemplo, aquelas que acertam na hora do trabalho – e não requerem uma ida à mesquita, a oração de sexta-feira é insubstituível e implica uma deslocação ao templo. (Henriques, 2013)



i/ 103. Kaaba, Meca, 631



ESCALA 1/1000

i/ 104. Planta aproximada da Casa do Profeta, 630, Medina

separadas dos homens, normalmente atrás deles ou numa secção fora do seu campo visual²⁶.

As orações começam com o crente de pé, que faz várias vénias, de seguida ajoelha-se e toca com a testa no chão ou tapete repetidas vezes, como símbolo da sua submissão a Alá. Por esta razão, os crentes entram no templo descalços e depois de procederem à ablução²⁷ (Woodhead, 2002). A ablução pode ser feita em fontes, tanques ou fileiras de torneiras presentes no edifício, tanto no centro de um pátio ou perto da entrada principal (Davies, 1982).

O único ritual de iniciação – ou de conversão – consiste na recitação de três frases – *Shahada* – que atestam «*que se crê que há um só Deus, que Maomé é o seu profeta e que se acredita nos profetas de Deus, incluindo Jesus e Maria*». Não é necessário que tal se realize na mesquita (Ribeiro & Jorge, 2020).

Kaaba significa cubo²⁸ em arábico. É o santuário mais sagrado do Islão – quando se diz que os muçulmanos se orientam para Meca para as suas orações, é precisamente para a *Kaaba* que se direcionam. A sua construção é pré-islâmica e sofreu variadas alterações ao longo da história. No século VII foi coberta com um manto preto que é substituído todos os anos aquando da grande peregrinação. O espaço à sua volta foi continuamente alterado e aumentado.

A casa do profeta é considerada a primeira mesquita – à semelhança das outras casas do século VII arábico, é composta por um grande pátio rodeado de salas suportadas por colunas.

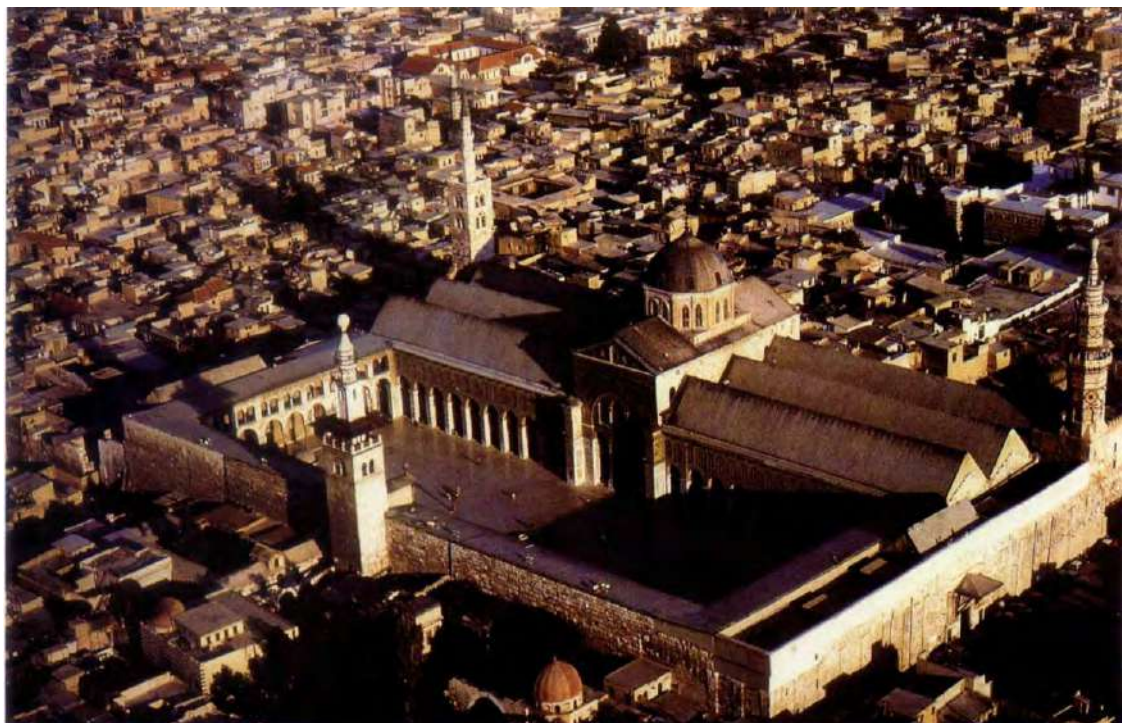
*«... o mihrab de uma mesquita não é um signo de um culto a Maomé, que não pode de nenhuma maneira ser igualado a Deus; a função do lugar de oração consiste, pelo contrário, em oferecer um marco para a prostração em relação a Alá. Segundo esta explicação, a função do mihrab é essencialmente a de indicar em que direção tem de se fazer estas manifestações de veneração. Portanto, é preferível ver no mihrab uma espécie de porta simbólica que conduz a um além ao qual ascendem as orações. Abrindo-se sobre o universo divino, este vão é uma representação concreta das aspirações humanas à divindade, convida à meditação, inicia a espiritualidade.»*²⁹
(Stierlin, 2009: 26-27)

²⁶ Em mesquitas mais pequenas, são dispostas cortinas para impedir o contacto visual entre homens e mulheres.

²⁷ Ritual de limpeza – das mãos, braços, cabeça, rosto e pés – e purificação.

²⁸A arquitetura muçulmana herda muita coisa do Império Bizantino, como o amplo uso da planta centralizada e o tipo de decoração.

²⁹ “*Porque el mihrab de la mezquita no es el signo de un culto rendido a Mahoma, quien no puede de ninguna manera ser igualado a Dios; la función del lugar de oración consiste, por el contrario, en ofrecer un marco para la prostración ante Alá. Según esta explicación, la función del mihrab es esencialmente la de indicar la dirección en la que hay que hacer estas manifestaciones de veneración. Por tanto es preferible ver en el mihrab una especie de puerta simbólica que conduce a un más allá hacia el que ascienden las plegarias. Abriéndose sobre el universo divino, este vano es una representación concreta de las aspiraciones humanas hacia la divinidad; invita a la meditación, inicia en la espiritualidad.*”



i/ 105. Mesquita dos Omeyas, 707 - 714, Damasco

Construído sobre um antigo *temenos*, que obedece a uma orientação este-oeste e cujo recinto retangular se parece com uma fortaleza, situa-se, a norte, um pátio retangular rodeado de arcadas e pórticos em três dos seus lados, estando o quarto lado limitado pela sala de orações. O *haram* apresenta um corpo central dominado por uma cúpula. De ambos os lados, estendem-se duas alas, cada uma delas formada por três galerias paralelas à *qibla*.

Existem alguns elementos obrigatórios numa mesquita: o *mihrab*³⁰ é um elemento fundamental do templo, consiste num nicho na parede *qibla* – que indica a direção de Meca, para o qual todos os crentes se orientam para rezar –, acompanhado de um salão que possa albergar os crentes para a sua congregação. Na parede *qibla* deve encontrar-se também o *minbar*, um púlpito de onde o íman dirige a oração de sexta-feira. O *mihrab* tem uma função importante na acústica do espaço, já que permite que a voz ressoe. Por ser o foco da oração e, conseqüentemente, o espaço mais sagrado da mesquita, esta é também a área mais decorada. O último elemento obrigatório numa mesquita são as instalações para a prática da ablução.

O minarete é um dos elementos com mais presença urbana de um templo muçulmano – consiste numa torre adjacente ou anexada à mesquita, de onde é feito o chamamento para a oração - *adhan*. Para além dessa função, têm o poder visual de destacar a presença do Islão. Apesar de ser muito simbólico, é um elemento opcional (Holod & Khan, 1997).

A *qubba* – cúpula – não é obrigatória mas tem algum significado dentro da mesquita, já que simboliza o paraíso. Esta simbolização é enfatizada pela sua decoração através de elementos geométricos, estrelares e vegetais, criando padrões exuberantes. Quando tem apenas uma *qubba*, esta encontra-se junto à parede *qibla*.

A luz é um elemento importante do espaço sagrado islâmico – não só a luz natural como também a luz artificial, visto que as orações começam antes do sol nascer. A iluminação é feita por candeeiros de teto suspensos a um nível mais baixo. A utilização de cerâmica na arquitetura islâmica permite que a luz se reflita. Para além dos candeeiros, outro elemento efêmero importante numa mesquita são os tapetes usados para a oração, já que podem ter um papel significativo no ambiente conferido ao espaço. Têm também um papel importante na acústica, ao diminuir o barulho dos passos, preservando a atmosfera silenciosa.

A decoração é um elemento importante na imagem da mesquita, cuidadosamente coordenada com elementos arquitetónicos: «... o ornamento é da essência da arquitetura, não é algo que é aplicado ao edifício, é parte integrante dele.»³¹(Davies, 1982: 129) . Os materiais mais usados para a ornamentação são a terracota, o estuque, conjugados com as construções em tijolo e a pedra e com os elementos principais da água e luz.

As mesquitas estão muitas vezes enquadradas em complexos de caridade que incluem cozinha, hospital e escolas (*madradas*³²) – o que vai de encontro ao quarto pilar do islão.

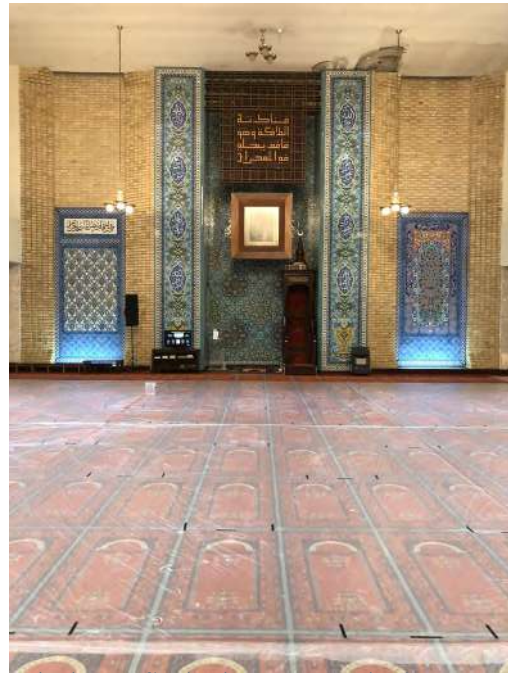
³⁰ Stierlin (2009) destaca que o mihrab pode ter evoluído do nicho onde se guardava a *Torah* nas sinagogas ou da abside das igrejas cristãs. Davies (1982) salienta que este é normalmente circular no Médio Oriente e poligonal em Espanha e Marrocos

³¹ «... the ornament is of the very essence of the architecture; it is not applied to the buildings, it is integral to them.»

³² Segundo Davies (1982), as *madradas* são, por norma, constituídas por um pátio para o qual quatro fachadas se abrem



Sala de oração das mulheres



Sala de oração dos homens e *mihrab*



Local para deixar os sapatos antes de entrar na sala de oração



Local onde se pratica a ablução

i/ 106. Mesquita Central de Lisboa, 1985, António Maria Braga e João Paulo Conceição

PORTUGAL

Os muçulmanos em Portugal estimam-se em 50 mil e estão maioritariamente concentrados na zona da grande Lisboa – Odivelas, Laranjeiro, Palmela, Barreiro. Há, ainda, locais de culto no Porto e no Sul. Tal como no resto do mundo, a grande maioria é sunita³³.

Chegaram a Portugal, os primeiros, nos anos '50 e '60 e eram moçambicanos de origem indiana. Depois do 25 de abril, juntaram-se aos moçambicanos os guineenses e, nas décadas seguintes, senegaleses, marroquinos e bangladeshianos, mas em número muito menor. Em Lisboa, antes de haver mesquitas, os crentes juntavam-se numa casa e rezavam lá. Mais tarde, quando já existia uma comunidade, reuniam-se na cave da residência do embaixador do Egito, depois fez-se uma mesquita provisória num edifício do Príncipe Real, até ser inaugurada a Mesquita Central de Lisboa, em 1985.

No Porto, a comunidade islâmica conta com cerca de cinco mil pessoas de várias nacionalidades. Os crentes reúnem-se num antigo ginásio na rua do Heroísmo. Um outro local de culto nasceu recentemente na Travessa do Loureiro, estabelecido por imigrantes do Bangladesh³⁴. Ambas os lugares têm dois espaços de oração, um destinado a homens e outro destinado a mulheres (Ribeiro & Jorge, 2020).



i/ 107. Muçulmano a orar

³³ Os sunitas representam mais de 80% dos muçulmanos. Designam Abu Bakr como o herdeiro de Maomé e primeiro califa. Os ismailitas são uma minoria e têm um líder espiritual vivo – o príncipe Aga Khan IV. cá serão cerca de oito mil. Muitas comunidades negam os ismailitas como muçulmanos mas, em Portugal, a coexistência é aceite, tanto que ismailitas se sentem à vontade numa mesquita, já que «o princípio de aceitar que Deus é um só, Maomé é o último dos profetas e que o Corão é o livro sagrado» é a linha que os une. Não podem, no entanto, partilhar o espaço de oração - não pode entrar no espaço de oração ismailita alguém que não aceite Ali e o príncipe Aga Khan «são o imã do tempo e a autoridade máxima de adaptação do texto sagrado à realidade contemporânea» (Ribeiro & Jorge, 2020).

³⁴ Neste lugar de culto, para além dos bangladeshianos, encontram-se indianos e paquistaneses. Na rua do Heroísmo, encontram-se principalmente senegaleses, guineenses e portugueses.

JUDAÍSMO

SEFARDITA

Descendentes de judeus ibéricos que foram obrigados a abandonar o país depois das conversões forçadas, em Portugal e Espanha, no fim do século XV. São a maioria dos judeus atualmente em Portugal, com tendência a aumentar devido à nova lei da nacionalidade.

ASKENAZI

A maior comunidade judaica do mundo, com origens na Europa Central e de Leste, agora espalhados pelo mundo, depois de se refugiarem durante os anos 20 e 30 e durante a Segunda Guerra Mundial.

CRIPTOJUDEUS

Minoria de judeus portugueses que mantiveram uma prática religiosa secreta, principalmente em meios rurais, após as conversões forçadas do século XV, até ao início do século XX e durante o Estado Novo.

JUDAÍSMO

O judaísmo é uma religião monoteísta fundada na região dos rios mesopotâmios. Os israelitas eram uma tribo nómada que se considerava descendente de Jacob, ou Israel, cujas raízes remontam aos dois milénios antes de Cristo.

O judaísmo descende de uma coleção de histórias que explicam as suas origens e leis, assim como a construção do templo dedicado ao seu Deus, em Israel. Ao longo dos séculos, a literatura, história e a lei hebraica foram compiladas nas Escrituras Hebraicas¹⁶, que se dividem em secções: a *Torah*, os cinco livros de Moisés, os Profetas e os escritos. Estas são as suas escrituras mais sagradas e foram escritas entre o século XI e VI antes de Cristo. A lei judaica – *Halakhah* – tem sido interpretada ao longo dos milénios e, por isso, alterada.

A fé judaica tem orações individuais, assim como coletivas. As coletivas têm uma dimensão espiritual significativamente maior, tanto que, se possível, devem cumprir o *minyan*, um quórum mínimo de dez homens¹⁷.

Os judeus descansam ao sábado – especificamente, o período sagrado, o *Shabbat*, é entre o pôr-do-sol de sexta-feira e o pôr-do-sol de sábado –, dedicando o dia à oração, à meditação e à família. A celebração na sinagoga é feita com cânticos alegres e seguida de uma refeição em família (Solomon, 1996). O *Shabbat* tem algumas proibições, especialmente para os ortodoxos, como o trabalho, a escrita, o manuseamento de dinheiro, a utilização de eletricidade, do fogo, as viagens. Este dia é a celebração do ciclo do tempo, baseado na ideia de que ao sétimo dia de criação, Deus descansou.

¹⁶ Também conhecido como Antigo Testamento, o que pode apresentar para os judeus uma conotação depreciativa. Esta é a totalidade da bíblia hebraica e a primeira parte da Bíblia cristã.

¹⁷ Indivíduos do sexo masculino com mais de 13 anos. Os ramos não ortodoxos do judaísmo, no entanto, têm igualado os papéis masculinos e femininos.



i/ 108. Casamento judeu na sinagoga do Porto

O calendário judaico é lunar e os dias de lua nova são celebrados. O Ano Novo (*Rosh Hashana*), assim como o dia do Perdão (*Yom Kippur*) são os mais importantes, marcados com longas cerimónias nas sinagogas. Os restantes feriados têm uma ligação à natureza, assim como um cariz histórico, espiritual e agrícola: o *Pesach* pode ser associado à primavera, o *Shavout* ao verão e o *Succot* ao outono (Solomon, 1996).

Há alguns rituais de passagem: o mais conhecido é o *Barmitzvah*, que os rapazes celebram aos 13 anos, numa cerimónia individual em que leem a *Torah* na sinagoga, seguido de uma festa. As raparigas têm uma cerimónia idêntica, *Batmitzvah*, mas aos 12 anos. Os casamentos normalmente ocorrem na sinagoga, sob uma *chuppah* – uma canópia de tecido, numa cerimónia especial pautada por cantos, danças e brindes tradicionais.

Os rituais funerários são feitos em casa e incluem o velório, normalmente de uma noite, em que os familiares mais próximos do defunto se sentam descalços, no chão ou em bancos baixos, entoando orações.

Não é reconhecida uma única autoridade na religião judaica, não havendo uma hierarquia – os rabinos debatem, discutem, entram em acordo e, por vezes, em desacordo acerca de diversos assuntos, numa constante revisão das leis.

Apesar das escrituras e do calendário judaicos serem unitários em todo o mundo, existem várias divisões culturais e políticas que criam diversos segmentos dentro da própria fé – à semelhança do cristianismo (Woodhead, 2002).

Ao templo judaico chama-se sinagoga. Segundo Jarrassé (2001), a sinagoga não é um santuário mas sim um lugar de assembleia – curiosamente, a palavra deriva do grego e significa juntar-se.

A geografia tem influência na construção do templo – a sua posição urbana varia ao longo da história: pode ser encontrada no centro da cidade, nas suas imediações ou ainda totalmente isolada e, preferencialmente, perto de um canal de água. Muitas sinagogas não se limitam ao lugar congregacional, estando-lhe associados outros espaços para diversas atividades – cozinhas, salas de leitura, albergues – que definem um complexo de edifícios, unidos por um claustro.

As sinagogas variam em muitos aspetos, tanto na forma de construção como no estilo: umas são monumentais, outras modestas, umas são longas e basilicais, outras compactas; umas orientavam-se para Jerusalém pela fachada ou pela entrada, outras através de nichos e pódios; umas eram ricamente ornamentadas, outras sem qualquer decoração. Nenhuma sinagoga é igual à outra – *«os gostos locais e regionais eram fatores decisivos na determinação da forma e aparência de uma sinagoga, assim como no seu funcionamento.»*¹⁸ (Levine, 2005: 322). Sofreram, para além disso, uma grande reforma no século XIX¹⁹.

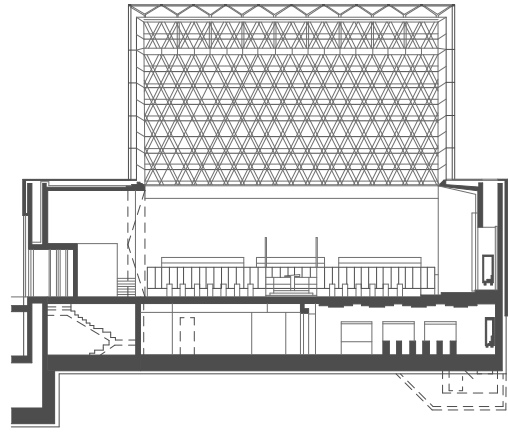
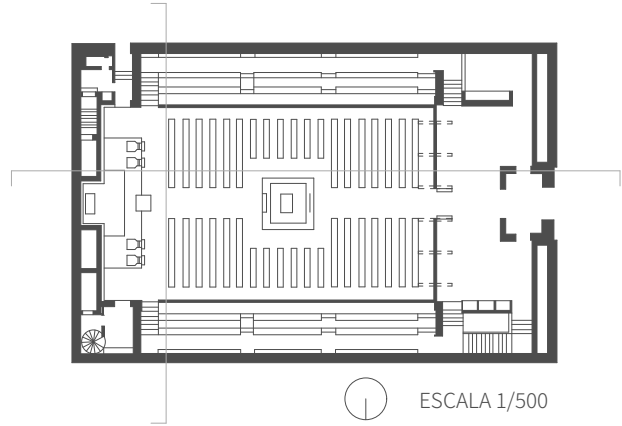
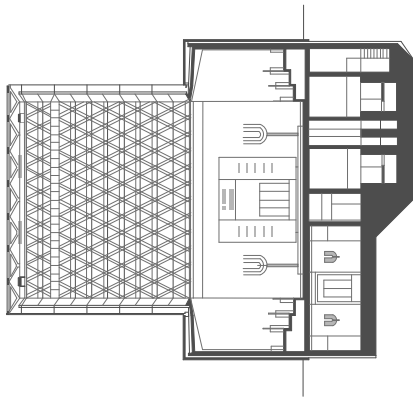
Pereira-Mendes defende que a estética da sinagoga é submissa da ética, ao enfatizar que *«importa pouco saber como é que uma sinagoga é construída, qual o seu estilo arquitetónico, qual o valor da sua construção, o seu tamanho ou o tamanho da congregação. O que importa saber é para que serve a sinagoga.»* (apud Jarrassé, 2001: 13). Enfatiza que aquilo que faz de qualquer espaço um lugar de culto judaico é a presença dos rolos da *Torah* e o *minyán*: a função depende dos escritos e dos homens, não das paredes nem do mobiliário.

Quase todas as sinagogas são orientadas para Jerusalém. No entanto, a direção exterior do edifício, indicada pelas suas fachadas e entradas não é a única forma de determinar a sua orientação: o desenho do interior, também é indicativo da orientação da sinagoga – nomeadamente através da localização do ponto focal do templo. Numa sinagoga, o foco da atividade e atenção é o compartimento da *Torah* e a *bima* onde se procedem às leituras.

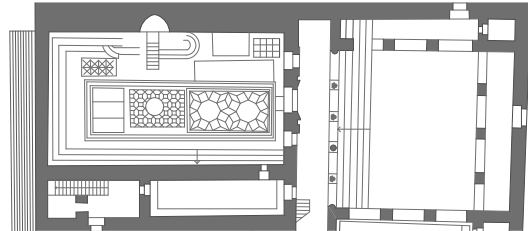
A *Torah* é o objeto mais sagrado da religião judaica. Encontra-se dentro de uma arca – ou seja, de um armário fechado – na parede orientada para Jerusalém. O próprio armário pode estar, inclusive, dentro de um nicho ou abside (Levine, 2005).

¹⁸ *«Local tastes and proclivities were the decisive factors in determining what a synagogue looked like and how it functioned.»*

¹⁹ Esta dissertação focar-se-á apenas na sinagoga reformada. Contudo, a bibliografia referenciada descreve as sinagogas antigas.



i/ 109. Sinagoga de Munique, 2007, Wandel Hoefler Lorch + Hirsch



i/ 110. Sinagoga de Susyia, Israel

A posição da *bima*, a plataforma elevada onde se procede às leituras, é variável. A posição mais ortodoxa é ao centro – por razões práticas, já que o orador é mais audível e o movimento das procissões é facilitado, e por razões simbólicas, já que representa o Monte Sinai, em torno do qual os israelitas se reuniram quando Moisés recebeu a *Torah*. Por outro lado, alguns grupos judaicos instalam a *bima* junto da arca, estabelecendo um polo litúrgico, a fim de poupar espaço. Este modelo é mais eclesiástico, já que os bancos se encontram transversais e os fiéis tendem a ser menos participativos no culto (Jassarré, 2001).

Idealmente, o templo deve estar elevado, para que se afirme nos alçados da cidade. Tem duas entradas, uma de acesso ao nártex e outra que intermedeia o nártex e o próprio santuário, ou seja, há um filtro que não permite uma entrada direta desde a rua. No interior, a única divisão que por vezes se pode ver é a que separa uma área mais sagrada dentro da sinagoga, que contém a *Torah*. Esta separação pode ser feita por pequenas colunas e painéis decorados.

Muitos templos têm, também, um segundo piso ou mezaninos. Estes espaços são muitas vezes destinados às mulheres, em fações ortodoxas em que não é permitido que se juntem aos homens para o culto. É aí também que se encontram o órgão e o coro – seja por cima da arca ou na parede oposta, por cima da entrada.

O elemento do fogo é uma constante dentro do espaço sagrado judaico: a *menorah* é considerada a luz eterna, um conjunto de velas acesas suspensas sobre a arca da *Torah* tornando-se tanto um símbolo religioso como um ornamento (Tachau, 1926).

Também a luz natural é abordada em alguns textos, destacando que a sinagoga deve ser rica em luz, trazida para o interior através de grandes janelas – doze, de acordo com o Zohar – mas este requerimento é meramente simbólico (Jassarré, 2001).



i/ 111. Sinagoga do Porto, 1938

PORTUGAL

Há cerca de 15 milhões de judeus no mundo e metade desta população vive nos Estados Unidos da América. A maioria destes judeus são seculares – mantêm uma identidade judaica mas sem uma conexão forte com o judaísmo enquanto religião (Woodhead, 2002).

A comunidade judaica do Porto tem cerca de 500 membros, originários de mais de 30 países. Conta com um museu judaico, um museu do holocausto e um cinema judaico que passa filmes históricos – um serviço que não se limita apenas à própria comunidade judaica mas também aos turistas e à sociedade portuguesa (Jewish Community of Oporto, 2021).

A sinagoga do Porto foi inaugurada em 1938 e é o maior templo judeu da Península Ibérica, para além do maior símbolo da comunidade judaica da cidade. É de rito ortodoxo e as cerimónias são proferidas em Hebraico e ocorrem à segunda, quinta e sábado. Pode haver pontualmente um sermão dado pelo rabino com a interpretação atual daquilo que é lido da escritura sagrada. Enquanto os homens têm o dever de participar, as mulheres têm apenas o direito de o fazer – normalmente separadas dos homens (Ferreira, 2020).

Depois das já mencionadas presença e perseguição históricas aos judeus em Portugal, atualmente, existe uma procura turística por parte de Israel – tendo estado em voga a atribuição de nacionalidade portuguesa a judeus sefarditas²⁰ e, portanto, com ligação a Portugal. A procura por parte de turistas israelitas cresceu 22% em 2019, depois de ser promovida a herança judaica em Portugal junto das comunidades sefarditas em todo o mundo, mostrando-o como um país aberto, multicultural e reconectado com a sua história (Lusa, 2019).

²⁰ Foram submetidos 33 mil pedidos até abril de 2019, registando-se um aumento a partir de 2018, dos quais 10 mil tiveram uma decisão favorável (Lusa, 2019).

HINDUÍSMO

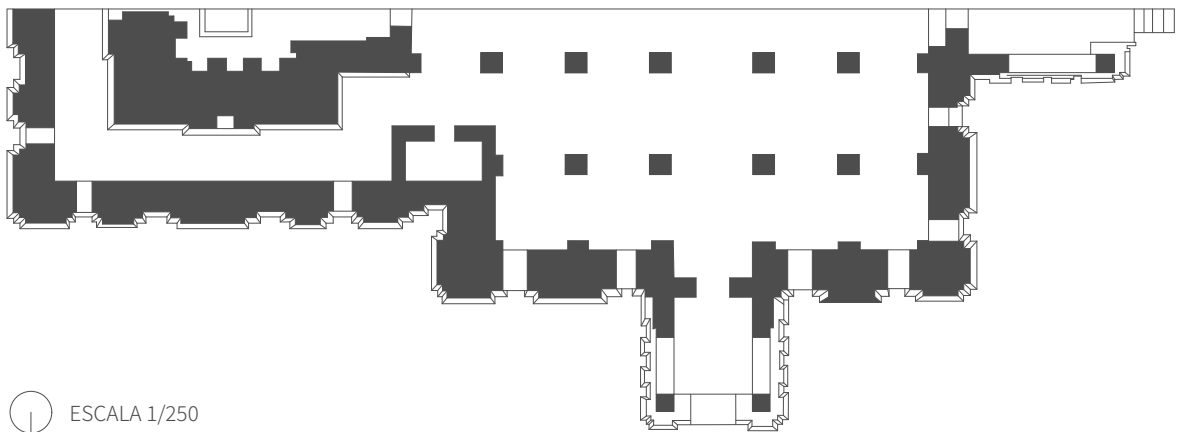
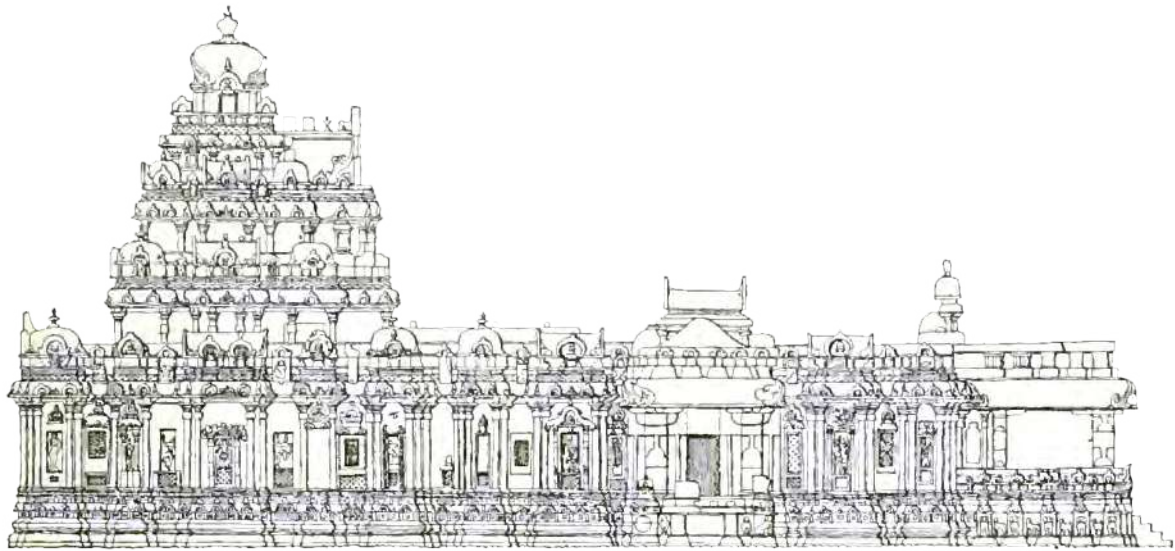
O Hinduísmo é a religião indígena do sul asiático. A sua escritura mais antiga, Veda, data de cerca de 1500 a.C.. É uma religião politeísta, com uma grande abertura intelectual. Os hindus dividem-se entre devotos a Vishnu, devotos a Shiva ou devotos da Deusa, mas cada um destes termos tem, depois, muitas subdivisões. Contudo, independentemente da divindade a que se presta homenagem, os rituais, o texto e as crenças têm muito em comum. Cada divindade tem uma forma específica, uma imagem, cuja adoração pode ser feita tanto em casa como no templo.

«A filosofia hindu mais influente distingue entre Brahman – o poder mais absoluto, uma consciência sem forma sobre a qual nada pode ser dito – e as divindades, que têm forma, como Vishnu e Shiva.» 35
(Woodhead et al, 2002: 19)

O culto da imagem e a peregrinação ao templo são dois pontos chave da religião hindu. As divindades têm uma presença visual muito forte no lugar sagrado, tanto que o culto se divide entre texto e imagem.

Os templos hindus estão normalmente alheados da urbanidade – ao contrário daquilo que é frequente no mundo ocidental, em que o templo é o centro de um lugar, na Índia, os templos estão normalmente isolados dos locais da vida comum. É por isso que são tão frequentes as peregrinações.

³⁵ «Hinduism's most influential philosophy distinguishes between Brahman—the highest absolute, formless consciousness about which nothing else can be said—and deities which have form, such as Vishnu and Shiva»



ESCALA 1/250

i/ 112. Templo Virupaksha, 740, Índia

Este templo é dedicado a Shiva e é do estilo dravidiano, o que se nota na sua *sikhara*, que é construída por uma sucessão de pequenos terraços, ao invés da forma elíptica característica dos outros estilos. O santuário principal – *garbhagriha* – é antecedido pela *mandapa* e por um pequeno alpendre. A horizontalidade do templo é enfatizada pelo peso visual das cornijas e é apenas contrastada pela *sikhara*, enaltecendo-a. Reconhece-se uma conseqüente repetição de alguns elementos, criando a impressão de que o todo é composto por pequenos organismos que se repetem infinitamente, o que é típico da arquitetura indiana. A luz penetra por pequenas aberturas na pedra.

Esta também é a razão pela qual se podem encontrar pequenos santuários que aparecem no chão de todas as cidades. Cada família tem um altar em casa com imagens das suas divindades, onde acendem velas e queimam incenso, em orações diárias.

É importante saber que a função primordial do templo é a de providenciar um contexto em que se pode praticar a adoração da divindade que nele está consagrada, ou seja, à semelhança do templo grego, é em si um objeto de devoção e a casa dos deuses na terra. O templo não é desenhado com uma função congregacional, é usado apenas em ocasiões e datas especiais, em que pequenos grupos entram e saem do lugar sagrado, prestando homenagem à divindade de forma individual – o culto não é conduzido, exceto em eventos especiais. Contudo, tem uma função social na medida em que promove o encontro entre crentes, que interagem entre si (Orr, 2010).

O principal ritual do hinduísmo chama-se *puja* e consiste na oferenda de velas, flores, água e comida ao divino, por intermédio de um monge. A interação entre humanos e divindade tem o nome de *darshan*. A peregrinação é um ritual muito frequente – sempre que podem, os crentes deslocam-se a lugares sagrados, que tanto podem ser templos notáveis, como o topo de uma montanha, uma colina ou as margens do rio Ganges. Estes são exemplos de cultos positivos, segundo a definição de Durkheim, apresentada no início da primeira parte da dissertação. A água do Ganges é recolhida e armazenada para ser usada em rituais em ocasiões especiais (Knott, 1998).

Os rituais mais públicos são as procissões nas ruas que ladeiam o templo, carregando imagens da divindade. Influenciam a sua arquitetura, através da criação de corredores, portais e *mandapas*³⁶. É comum que os devotos percorram e ocupem o deambulatório que circunda a *garbhagriha*³⁷, enchendo-a com oferendas. Em alguns templos, os crentes podem também banhar-se³⁸, vestir-se e decorar-se.

Muitos hindus praticam yoga, apesar de tal referência não estar presente nas origens da sua escritura. É uma prática que partilham com o budismo, assim como a crença na reencarnação³⁹. As cerimónias hindus contam com a entoação de mantras e outros cânticos, os crentes deitam-se no chão e, por isso, a entrada no templo é feita sem sapatos.

³⁶ *Mandapa*: lugar de orações, que antecede a vimana. Também se dança e toca música em honra dos deuses.

³⁷ *Garbhagriha*: lugar mais sagrado do templo, o seu coração, o santuário, onde se encontra a divindade.

³⁸ A importância da água na prática da religião hindu é conhecida, especialmente na sua ligação ao rio Ganges e, por isso, a presença ou proximidade deste elemento é fundamental nos templos.

³⁹ Os hindus, assim como os budistas, creem que cada vida humana é o produto de uma série infinita de vidas anteriores e, por isso, o carácter humano e a sua habilidade é muito maior do que aquela que pode ser atingida no curto período de tempo de uma só vida e é a consequência das suas vidas anteriores. Os hindus creem no *karma* – esta doutrina defende que as ações de uma pessoa definem as suas próximas vidas. Esta doutrina contribui para o sistema de castas hindu.

«A julgar pelo numerosos e sistemáticos tratados, o motivo fundamental das construções arquitetónicas indianas é a representação do centro. Este é um tema válido tanto para a arquitetura como para o planeamento urbano. Qualquer templo ou palácio é um *axis mundi*, um centro sagrado no qual o mundo celestial, o terrestre e até mesmo o mundo infernal se encontram.»⁴⁰
(Bussagli, 1989: 58)

Como será possível confirmar, a arquitetura hindu tem muito em comum com a arquitetura budista, assim como com a jainista, pois os templos eram construídos pelos mesmos arquitetos e artesãos e albergavam o mesmo tipo de rituais. A arquitetura indiana é pautada por diversos estilos, que variam ao longo de todo o território indiano e ao longo dos séculos, tornando impossível abordar tudo nesta pequena investigação.

A estrutura de um templo hindu é composta por uma pequena *cella* – o seu centro –, fechada à exceção da entrada, onde o objeto mais sagrado é mantido. Essa *cella* comunica com a *mandapa* através de um vestíbulo. A *mandapa* é uma sala porticada onde se praticam os rituais⁴¹ e é, por sua vez, antecedida por um pórtico que faz o filtro entre o interior e o exterior do templo. Esta sucessão de espaços está descrita nas escrituras e é constante ao longo dos tempos, assim como o facto de não haver decoração na *cella*.

«O templo hindu foi criado em relação tanto com dois movimento: um em direção ao centro – o dos homens – e outro centrífugo, que ordena o monumental – que parece explodir do centro e dispor partes do templo e edifícios secundários de tal forma que oferece uma visão parcial mas simultaneamente total do conjunto.»⁴²
(Bussagli, 1989: 123)

Para isso, a geometria é fundamental na arquitetura hindu. Nos templos a que se chamam *vimanas*, a estrutura é tendencialmente central, normalmente um quadrado, de onde emergem coberturas prismáticas ou piramidais. O quadrado é, por isso, o protagonista, seguido do círculo. Os templos obedecem a regras – *vastupurusamandala* – que proporcionam simbolicamente os edifícios em planta e em corte, que ritmam os alçados e estão descritas na escritura religiosa. A medida do módulo é a dimensão da parede que fecha a *garbhagriha*. O santuário central é um cubo, por isso a medida referida dita a altura. A *sikhara*⁴³ tem o dobro desta medida (Rowland, 1953).

⁴⁰ «To judge by the quite numerous and systematic treatises, the fundamental motif of Indian architectural constructions is the representation of the centre. It is a theme equally valid for architecture and for city planning. Every temple or palace was an *axis mundi*, a sacred centre in which the celestial, the terrestrial and even the infernal worlds met.»

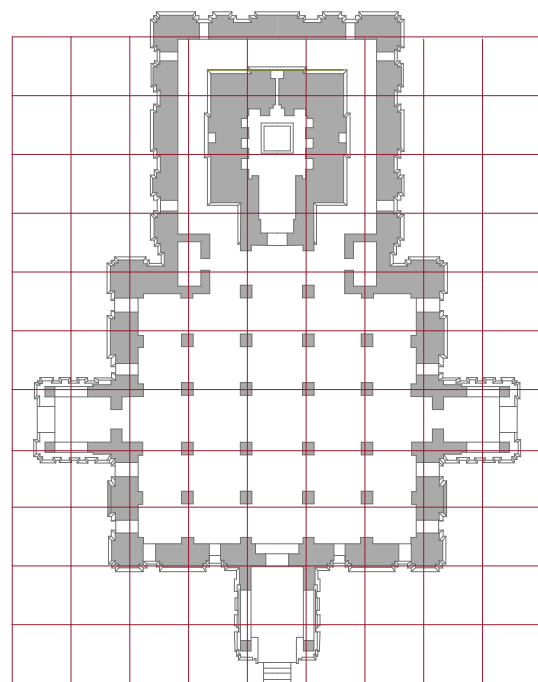
⁴¹ Originalmente, a *mandapa* era um edifício independente

⁴² «The Hindu temple was created in relation both to a movement toward the centre (that of men), and to a monumental space that seems to obey a centrifugal movement with the capacity to explode from the centre and dispose the parts of the temple and secondary buildings in such a way as to offer an isolated yet simultaneously total vision.»

⁴³ Torre que cobre a estrutura cúbica do santuário central. Parecem ser compostas pela sobreposição de várias cornijas.

Como foi visto, o percurso é fundamental na arquitetura hindu. Por isso, os portais dos templos são sempre decorados com guerreiros esculpidos, que protegem o lugar sagrado, servindo de fronteira entre o mundo sagrado e o profano. A entrada principal, normalmente, encontra-se orientada a este. Aí encontra-se um alpendre onde se reúnem alguns crentes, antes ou depois de acederem ao templo. No interior, é fundamental o movimento circulatório à volta do centro⁴⁴, no deambulatório que circunda o santuário (*garbhagriha*) mas o eixo principal também é importante, já que desenha o percurso desde a *gopura* – o portal –, passando pela *mandapa* – ou pelas várias *mandapas* – até à *garbhagriha*. Segundo Orr (2010), este é o eixo que define a experiência dos visitantes, pois contém o movimento de aproximação, entrada e “encontro”, à semelhança do que tinha salientado Hoffman. Também a *sikhara*, a torre que serve de cobertura a *garbhagriha*, é considerada o *axis mundi* do lugar sagrado, definindo-se como o elemento vertical que conecta céu e terra⁴⁵.

A pedra é o material mais usado na construção dos templos. Também a alvenaria é utilizada para erguer os altares. Muitas vezes, o gesso é usado para a ornamentação, assim como a pedra esculpida e terracota.



ESCALA 1/500

i/ 113. Templo Virupaksha, 740, Índia

⁴⁴ Este movimento deve ser feito no sentido dos ponteiros do relógio.

⁴⁵ É inspirado na montanha sagrada de Meru, onde se crê que moram os deuses hindus, sendo o centro do universo.



i/ 114. Templo Radha Krishna, Lisboa



i/ 115. Lakshmi Narayan Mandir, Porto



i/ 116. Espetáculo da Associação Hindu do Porto

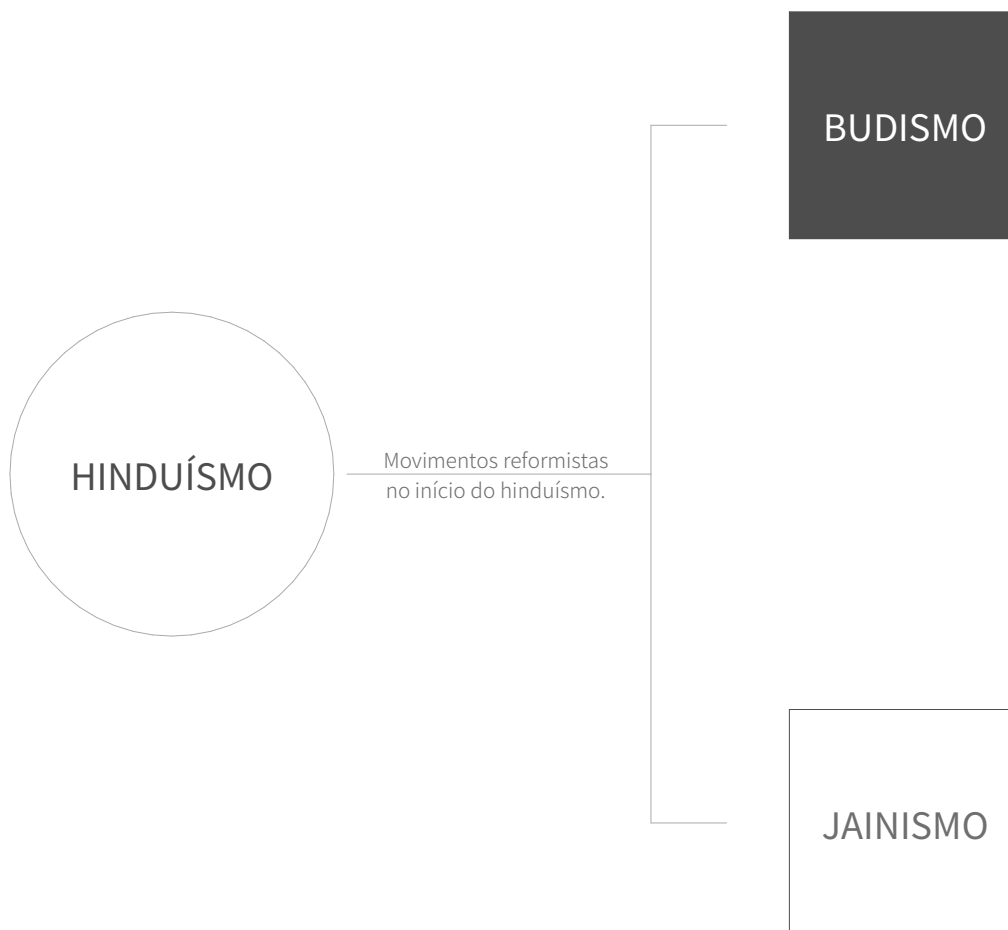
PORTUGAL

Em 2008, seriam cerca de dez mil hindus em Portugal, que vivem maioritariamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Chegaram numa primeira vaga a partir de 1975, como consequência da descolonização de Moçambique. Uma segunda vaga chegou em 1990, vindos diretamente da Índia (Sant'ana, 2008). A comunidade hindu, a nível nacional, conta com cerca de nove mil membros e 800 sócios efetivos.

Existem alguns templos hindus em Lisboa, sendo o principal o de Hare Krishna, iniciado nos anos '90 e ao qual, depois de 2011, foi acrescentado o auditório, uma escola de gujarati⁴⁶, infantário, lar de idosos, biblioteca, posto médico, restaurante vegetariano e salas multifunções.

Na cidade do Porto, existem dois templos para além da sede da Associação Hindu. Organizam frequentemente atividades culturais.

⁴⁶ O gujarati é o dialeto oficial do estado indiano de Gujarat.



BUDISMO

«Em todo o caso, há uma clara diferença entre a estética budista e a estética hindu, que está relacionada com a essência de cada uma das buscas pela verdade. A procura de um budista está direcionada para um ideal de paz e serenidade; por outro lado, no hinduísmo, prevalece um dinamismo – que se manifesta no movimento dos volumes arquitetónicos – que tenta expressar uma majestade divina a brilhar pela vida do universo.»⁴⁷
(Bussagli, 1989: 58)

O budismo foi fundado na Índia por Siddharta Gautama (c. 566 – 483 a.C.), que se tornou no Buda. Buda defendia que tudo está condicionado e fadado à mudança, no entanto, as pessoas, ignorantes deste facto, apegam-se a coisa efémeras. A única cura é um conjunto de métodos que guiam ao Nirvana, a liberdade perante o ciclo de uma existência condicionada, através da moral, meditação e sabedoria. Tudo isto deve ser praticado num equilíbrio entre a abundância desnecessária e o ascetismo desmesurado. A tradição budista foi transmitida oralmente até ao início da era cristã, altura em que se codificou em coleções paralelas que variam consoante as ordens monásticas⁴⁸.

Tradicionalmente, enquanto os monges budistas, celibatários, desapegados e submetidos à disciplina monástica, são encorajados a estudar e a meditar, os restantes seguidores devem alimentar os monges e prestar regularmente devoções, sendo ativos e praticando o bem, de forma a ter uma vida melhor na próxima encarnação. Muitos crentes tomam votos

⁴⁷ *«In any case, there is a clear aesthetic difference between Buddhists and Hindus, which can be related to the essence of their respective quests for truth. The search of the Buddhist is directed toward an ideal of peace and serenity; in Hinduism, there is a prevailing dynamism (and movement of architectural volumes) that attempts to express a divine majesty shining through the very life of the universe.»*

⁴⁸ As várias escrituras deram origem a várias nuances budistas, cujos ensinamentos variam entre si. Enquanto a filosofia Mahayana exalta a noção de vazio, a tradição Vajrayana apoia-se a simbologia das imagens e das práticas rituais. Estas diferenças manifestam-se geograficamente por grande parte da Ásia.

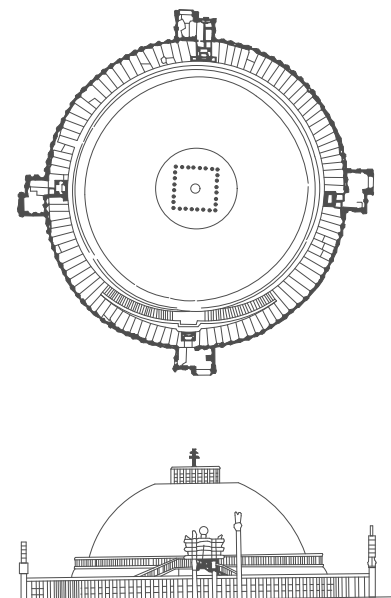
adicionais, como o celibato, o jejum durante a tarde, a abstenção de álcool e de atividades de lazer – como ir ao cinema, por exemplo – em datas especiais (Woodhead, 2002).

O budismo nega a crença num deus criador, ainda que reconheça a existência de seres sobrenaturais, como deuses e espíritos (Keown, 1993). As tradições budistas apoiam-se nas quatro verdades nobres. A primeira dita que a vida é inerentemente sofrida. A segunda diz que todo o sofrimento advém do desejo e os desejos advêm de uma falsa crença no indivíduo. A terceira verdade nobre declara que, se alguém deixa de acreditar no indivíduo, desejo e sofrimento também deixarão de existir – a este estado, de desconhecimento do que é individual, desejo e sofrimento chama-se nirvana. A quarta e última verdade nobre especifica como se pode atingir o nirvana: através de comportamentos éticos, da meditação e da reunião de sabedoria (Fogelin, 2003).

Os budistas enfatizam a experiência própria e a emoção na sua prática religiosa, o que se reflete em práticas espirituais como a meditação. O yoga é visto como um meio para obter controlo sobre o corpo e a mente, de forma a tornar a meditação mais produtiva.

Há três tipos de estruturas budistas: *stupas*, *viharas* e *chaityas*. À semelhança da arquitetura hindu, a arquitetura budista varia consoante a geografia, assumindo formas diferentes consoante o país onde se insere.

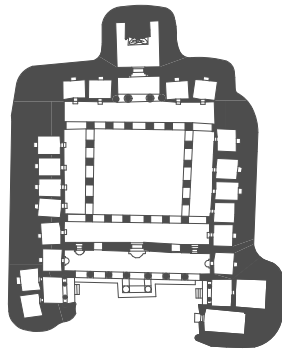
As *stupas* são derivações de monumentos funerários indianos, que consistiam em montes cupulados de pedra e terra. Após a morte do Buda, muitos foram construídos em sua honra, a fim de conter diversas relíquias, estando embebidos numa aura espiritual que tornou as *stupas* num objeto de veneração, tornando-se locais de peregrinação. Têm uma base quadrangular ou circular e a cúpula que se ergue para o céu simboliza a montanha sagrada. No centro do santuário, uma coluna representa o *axis mundi*.



ESCALA 1/1000

i/ 117. Grande Stupa de Sanchi, Índia

As *viharas* são mosteiros budistas – templos que contêm uma residência para monges.

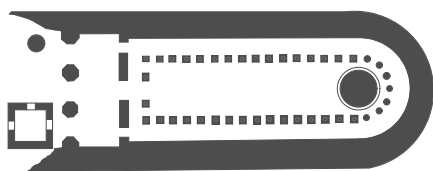


ESCALA 1/1000



i/ 118. Caves de Ajanta, 200 a.C., Índia

As *chaityas* são templos que contêm uma stupa e um lugar de assembleia. A stupa encontra-se ao fundo da nave.



ESCALA 1/1000



i/ 119. Caves de Karli, Índia

A dimensão ritual do budismo é menos pronunciada do que noutras fés já estudadas. Contudo, esta religião conta com rituais tanto públicos como privados, muitos dos quais estão ligados à vida monástica. Os rituais individuais correspondem aos aspetos mais meditativos e solitários do budismo – tal não implica que esteja um praticante sozinho dentro do espaço de culto, apenas que há uma interação direta entre o indivíduo e o objeto de devoção e, por isso, não requer intermediários, ou seja, vários indivíduos podem estar a praticar o ritual simultaneamente e no mesmo espaço.

Nas grandes *stupas*, a primeira forma de ritual individual é circundá-la. Este percurso circular é meditativo, já que se combina um movimento físico contínuo e um pensamento religioso.

Os rituais coletivos dividem-se em dois tipos: o ritual comunitário, que é a já mencionada interação direta entre um grupo e um objeto ou ação – que, por não requerer especialistas ou líderes para a realização do culto, leva a que todos os participantes se envolvam de forma igualitária. Por outro lado, o ritual corporativo é um culto coletivo cuja interação entre o grupo e o objeto ou ação de devoção é intermediado por um líder, especialista ou não⁴⁹.

Os espaços para os rituais individuais devem enfatizar o objeto de devoção e minimizar a distração. Assim, se o templo é desenhado para o culto individual, deve limitar a visualização de tudo o que não seja o objeto de devoção. O mais natural é que tal se traduza em salas pequenas, que contêm o objeto de culto ou que lhe são adjacentes. No entanto, isto só é possível quando o número de devotos é reduzido. Em grandes complexos, como já mencionado, opta-se pelo deambulatório, onde os crentes prestam devoção em movimentos circulatorios – sempre no sentido dos ponteiros do relógio –, permitindo que um maior número de pessoas possa praticar o ritual individual em simultâneo.

Por outro lado, os rituais comunitários exigem que a audiência mantenha contacto visual e interaja entre si enquanto mantém o foco do ritual – tal traduz-se numa arena, um espaço em que a audiência circunda o objeto ou ação, sendo possível estabelecer contacto entre si. Por fim, nos rituais corporativos, o espaço do ritual deve direcionar o foco para o objeto de devoção, assim como para os intermediários que lideram o culto – o que se reflete num salão, em que a audiência apenas foca um dos lados do objeto ou ação mas o líder consegue enfrentar a audiência toda, dando-lhe sempre a cara⁵⁰.

Os rituais de iniciação são apenas para quem se torna monge – o rapar do cabelo é um exemplo – e há cerimónias periódicas, como a celebração comunitária da regra monástica nos dias de lua cheia e lua nova (*patimokkha*) – ou seja, duas vezes por mês. Uma das cerimónias anuais mais importantes é o festival *kathina*, em que os devotos oferecem material aos monges para a produção de vestes, no fim do retiro da época das chuvas.

⁴⁹ Os rituais são denominados por Fogelin, em inglês como, respetivamente, *communal ritual* e *corporate ritual*.

⁵⁰ Esta disposição anula a interação entre crentes.

No entanto, os monges não conduzem cultos para os devotos, nem lideram batismos ou casamentos⁵¹, não têm um papel de líder, não são intermediários entre os humanos e divindades e não têm qualquer autoridade ou poder. Ainda assim, assistem a funerais, já que acreditam que a morte é um portão para um mundo desconhecido e o estado de espírito do defunto influencia as circunstâncias da sua reencarnação.

Enquanto os monges budistas desenhavam os seus espaços de culto de forma a permitir que a meditação fosse guiada por especialistas, os devotos frequentavam espaços de culto que dificultavam que a prática ritual tivesse um líder, fomentando um culto coletivo mais igualitário e espontâneo. A arquitetura das *stupas* demonstra que os próprios devotos, e não os monges, estavam mais interessados nos rituais individuais e meditativos (Fogelin, 2003).

Todos os templos têm, pelo menos, uma imagem do Buda, já que a veneração desta figura é transversal às diversas vertentes da religião budista. Os rituais são maioritariamente de meditação, seja individual ou coletivamente. Praticam oferendas – *puja* –, através de velas, incenso, frutas e flores, seja em casa ou no templo. Cantam mantras e entoam cantos das escrituras.

A peregrinação é também um ritual recorrente, principalmente em datas especiais e em locais importantes da vida do Buda, como o sítio onde se julga que nasceu ou morreu.

Celebram o nascimento, iluminação e a morte do Buda. Esta celebração tem variações geográficas, já que no sudoeste asiático aglomeram tudo no mesmo dia, enquanto outros optam por três datas distintas⁵².

Os dias de lua nova e lua cheia são sagrados e ocorrem celebrações especiais – *Uposatha* – que incluem a oferta de flores, meditação, sermões, entre outros⁵³.

Os rituais fúnebres variam mas é frequente que se processe um funeral semelhante ao hábito ocidental.

O budismo tem crescido muito no mundo ocidental, o que se deve em grande parte à sua adaptabilidade, derivada da sua própria diversidade interna. Esta religião tem uma grande gama de aproximações à vida sagrada, marcadas por diferenças na ênfase que se pode dar à moral, à meditação ou à sabedoria, e aos vários modelos para a prática religiosa (Woodhead, 2002).

⁵¹ Estas festividades são tomadas como rituais familiares e não tanto religiosos, ainda que possam visitar o templo depois, à procura de uma bênção.

⁵² No sudoeste asiático, o *Wesak* ocorre normalmente em maio – é a lua cheia do sexto mês lunar. No Japão, o nascimento é celebrado no dia 8 de abril, a iluminação a 8 de dezembro e a sua morte no dia 15 de fevereiro.

⁵³ Também o fim da época das chuvas é motivo de celebração, com diversas tradições, assim como o ano novo e, na China e Japão, o dia de todas as almas.



i/ 120. Templo Kadampa para a Paz Mundial, 2013, Sintra

PORTUGAL

Em Portugal, o budismo tem-se desenvolvido nas últimas décadas, tendo sido a União Budista criada em 1997. Em 2012, estimava-se que existissem cerca de 15 mil praticantes no país e era única religião sem templo em Lisboa. No final de 2013, o Templo Budista Kadampa para a Paz Mundial inaugurou em Sintra.

A Casa da Paz, com projeções para ter sido finalizada em 2013, em Monsanto, num espaço cedido pela autarquia, ainda não foi construída por falta de fundos. O projeto conta com uma sala de yoga, uma biblioteca, cafetaria, quartos para visitas e estadia de lamas (líderes budistas), um templo e uma *stupa*. Procurava servir não só a comunidade budista mas também criar um ponto de encontro entre religiões (Borges, 2012).

Ainda assim, há, atualmente, muitos grupos de culto budista espalhados pelo país, referenciados pela União Budista no seu *website*⁵⁴, ainda que não haja um templo maior para a prestação do culto.



i/ 121. Centro Budista do Porto

⁵⁴ <https://uniaobudista.pt/grupos/>



SIKHISMO

O sikhismo, umas das mais pequenas religiões do mundo, nasceu na Índia no século XV, na região que hoje é o estado do Punjab, onde está cerca de 75% da população sikh. Foi fundada pelo Guru Nanak e é fruto das variações internas da religião hindu e de uma forte presença islâmica. É monoteísta e adora a um ser divino, sem forma – não adora a uma encarnação personalizada. Regem-se por uma igualdade que difere do sistema de castas hindu.

Acreditam que o Guru Nanak emergiu de uma experiência da realidade divina, que mostrou um caminho alternativo ao hinduísmo e ao islamismo, que se tornou o Caminho de Nanak. A comunidade sikh segue-o, à semelhança do que se passa no hinduísmo.

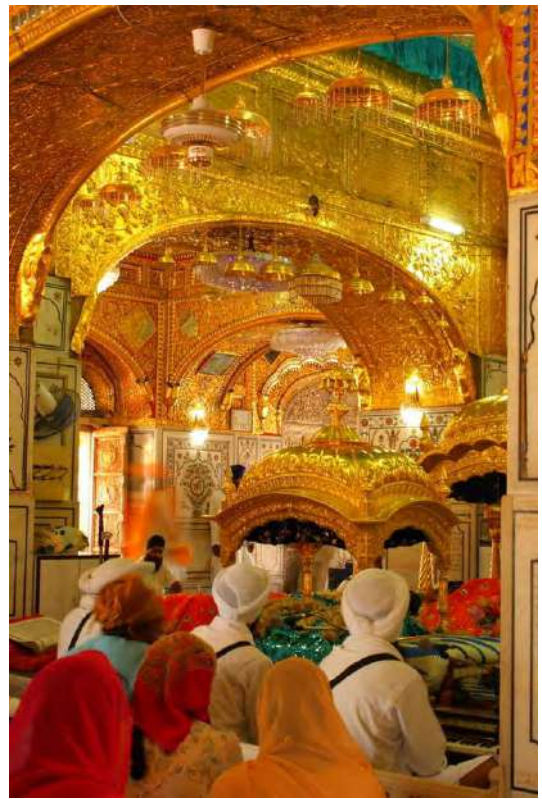
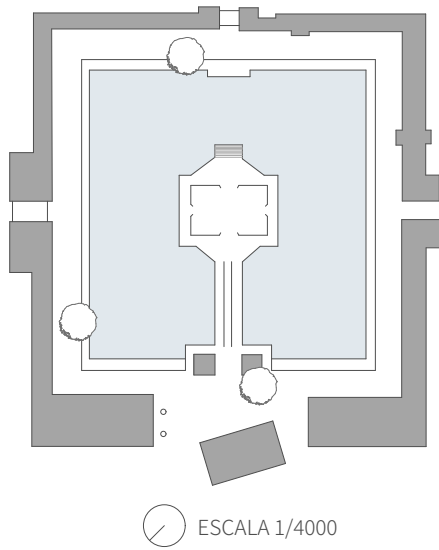
Os seus três princípios básicos são: o trabalho árduo, a partilha com os outros e a reza a Deus. Têm algumas restrições como o álcool e o tabaco e devem mostrar fisicamente a sua devoção – por exemplo, abstendo-se do corte do cabelo e/ou barba.

«O volume sagrado é venerado pelos sikh como uma autoridade única e é absolutamente central nas suas vidas. A sua presença física traz um sentimento de paz ao crente e requer uma conduta específica.»⁵⁵
(Nesbitt, 2005: 32)

A compilação de textos sagrados chama-se *Granth*, cuja santidade é assumida como a corporalização do Guru. Esta ideia tem impacto no templo, já que deve estar, durante o dia, aberto num palanquim e, à noite, deve ser guardado numa sala à parte.

A religião sikh tem práticas individuais e também coletivas, em que os crentes se congregam para contar os hinos do Guru (*kirtan*).

⁵⁵ «*The sacred volume is venerated by Sikhs as uniquely authoritative, and it is absolutely central to their lives. Its physical presence brings a sense of peace to the believer and requires a particular code of behaviour.*»



i/ 122. Templo Dourado, 1585, Amristar, Índia

Os templos sikh chamam-se *gurdwaras*, e quase todos contêm uma cozinha e refeitório comunitários – a que chamam *langar* –, já que a partilha de comida gratuita entre todos os que se reúnem para o culto é um aspeto fundamental do sikhismo.

A arquitetura dos lugares sagrados, à semelhança da própria fé sikh, é de um estilo eclético, herdando várias e distintas coisas do islamismo e do hinduísmo. Apesar de não terem regras específicas de construção, nem restrições relativas à orientação geográfica, uma *gurdwara* tem a obrigatoriedade de conter a escritura sagrada, especificamente dentro de um baldaquino. Estes templos sikh são, por isso, relicários – que guardam o texto sagrado ou restos de um guru –, normalmente de forma cúbica, de dois ou três pisos, com pé direito duplo rodeado por uma galeria e coberto por uma cúpula, que confere ao templo uma grande monumentalidade, aliado à sua decoração profusa (Tadgell, 1990). Pode entrar-se pelos quatro lados, o que tem o simbolismo de que todas as pessoas são bem vindas naquele lugar.

O templo mais notório é o Templo Dourado, ou *Harimandar*, considerado o centro espiritual do sikhismo e que, por isso, serve de modelo a várias construções. Este templo está enquadrado num complexo que contém um grande tanque, onde se reflete o templo e onde são feitos rituais de ablução.

O acesso aos templos sikh é feito de cabeça tapada, sem sapatos e requer que as mãos sejam lavadas. À entrada do salão, os crentes devem ajoelhar-se e tocar com a testa no chão como sinal de respeito pelo Guru. No centro, encontra-se o altar com o livro sagrado, onde os crentes se ajoelham. Homens e mulheres assistem ao culto na mesma sala, sentados no chão, mas dividem-se em dois grupos distintos, criando um corredor no meio.

Apesar do Guru Nanak descartar ritos e peregrinações a favor de uma espiritualidade interior, alguns dos seus sucessores estabeleceram datas e lugares de reunião, nomeadamente a celebração do seu único Deus nos festivais de *Vaisakhi* e *Divali*, assim como pontos de água que deveriam visitar.

Algumas ocasiões e celebrações especiais são pautadas por leituras de 48 horas consecutivas, em que os leitores se revezam para permitir o descanso. Os crentes reúnem-se no início e no fim da leitura. Nestes eventos, partilha-se comida entre os leitores e os assistentes. As escrituras não só são lidas como também cantadas – os *shabads* –, em que os crentes se reúnem, acompanhados também por instrumentos musicais.

No contexto da diáspora, as *gurdwaras* ganham uma dimensão maior, já que os migrantes encontram alguma consolação⁵⁶ na reunião no ambiente culturalmente familiar e na partilha da refeição, ou seja, têm um propósito de centros comunitários. Ao fim de semana, realizam-se os casamentos. Alguns templos têm bibliotecas e salas disponíveis para aulas. A maior congregação é ao domingo de manhã, já que teve de haver uma adaptação ao contexto ocidental.

⁵⁶ Os sikhs procuram, também, orientação no templo, onde, no *foyer* está disposta uma mensagem diária, extraída da escritura, que deve ser lida e incorporada pelos devotos.



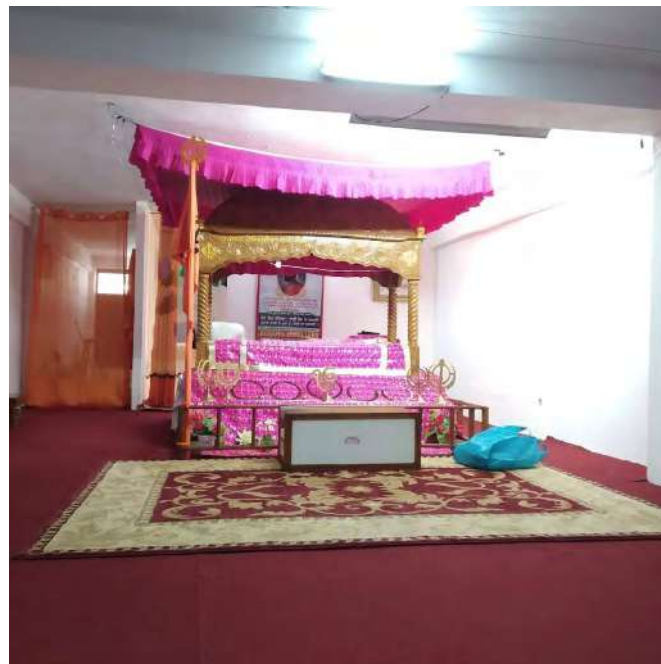
i/ 123. Templo Sikh de Lisboa, Odivelas

PORTUGAL

Devido a uma relativa facilidade de obter visto de residência, muitos indianos vieram para Portugal, contando hoje com cerca de 70 mil (Henriques, 2017). Em 2001, o único templo Sikh em Portugal localizava-se numa vivenda na Pontinha e servia os cerca de dois mil fiéis que viviam no país (Coelho, 2001). Em 2015 seriam já cerca de sete mil sikhs (Henriques, 2017). Hoje em dia, o único templo sikh em Lisboa é, ainda, em Odivelas e existe também um no Porto⁵⁷.

Esta comunidade – distinguível pelos homens de turbante ou lenços na cabeça – reúne-se, normalmente, ao domingo. Uma das suas festas mais especiais é a celebração do nascimento do Guru Nanak – para eles, o mensageiro de Deus.

Há 3 orações obrigatórias: uma de manhã, ao nascer do sol, outra à tarde, ao pôr-do-sol e a última mesmo antes de dormir, em que são recitadas passagens do livro sagrado.



i/ 124. Templo Sikh do Porto

⁵⁷ Segundo dados do *Google Maps*.

anexo iii

LISTA DE DESENHOS

01. geral

01. planta de implantação - escala 1/1000

02. axonometria

02. 1/500

01. planta de coberturas

02. ágora:

planta à cota 128

planta à cota 132

corte alçado interior oeste

corte pelo auditório

corte alçado interior este

03. tanatório:

planta à cota 136

corte longitudinal pelo tanatório

corte transversal pelo tanatório

04. templo:

planta à cota 140

corte alçado interior sul

05. estacionamento e tribuna:

planta à cota 124

planta à cota 143

corte alçado interior norte

06. alçados

sul

norte

07. alçados

rua Alegria

rua Santa Catarina

02. 1/200

01. templo:

planta à cota 140

alçado oeste

alçado sul

alçado este

02. templo:

planta à cota 143

corte para o altar

corte para a ablução

corte para a tribuna

03. maquetes

01. 1/500

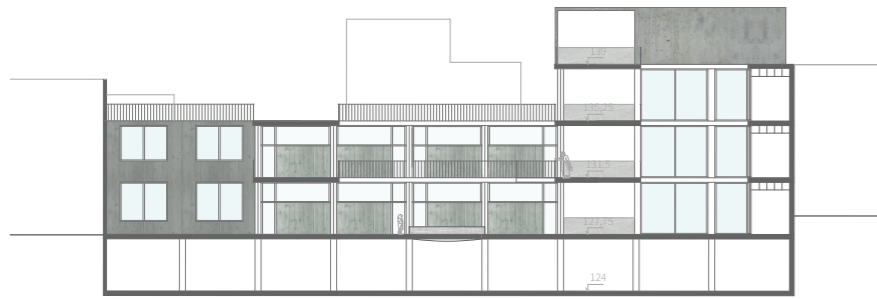
02. 1/200

templo

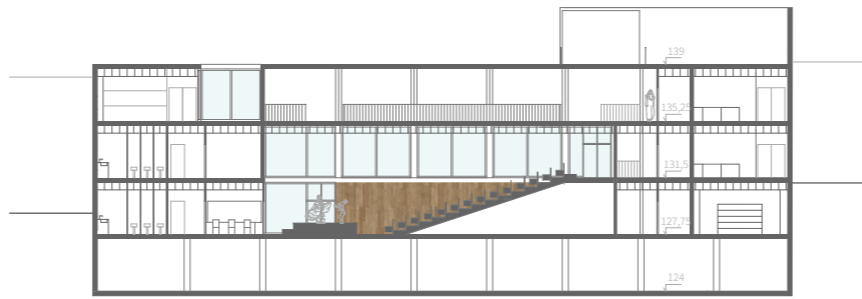




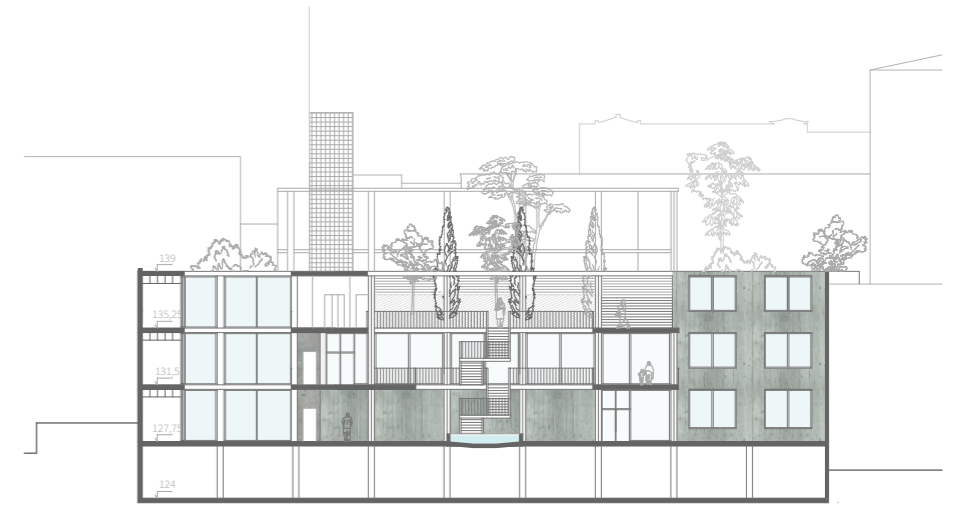




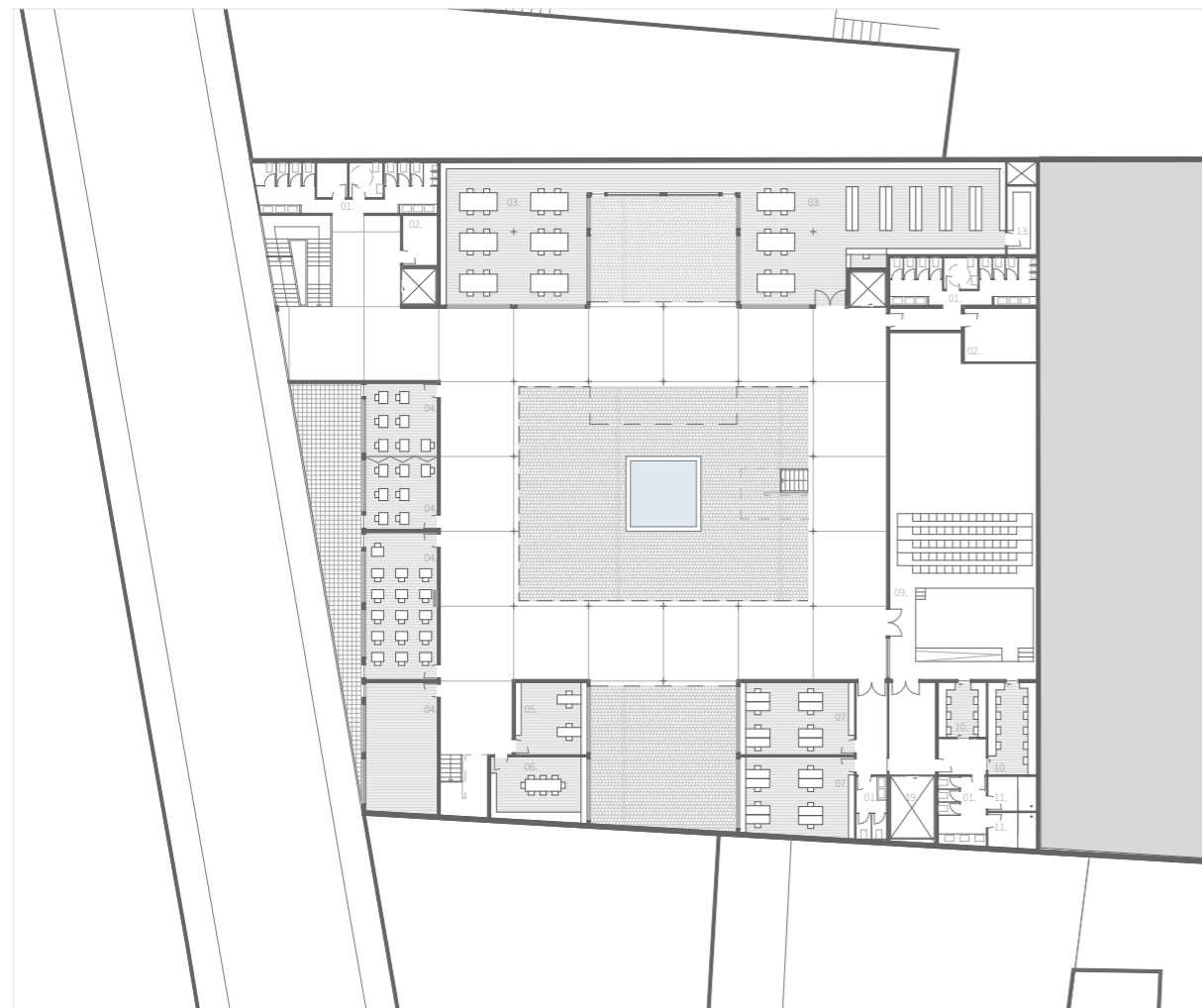
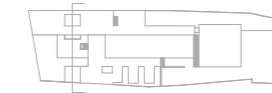
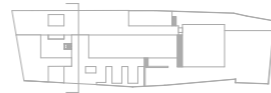
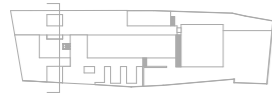
CORTE TRANSVERSAL PELO CLAUSTRO | ALÇADO DAS SALAS | ESCALA 1/500



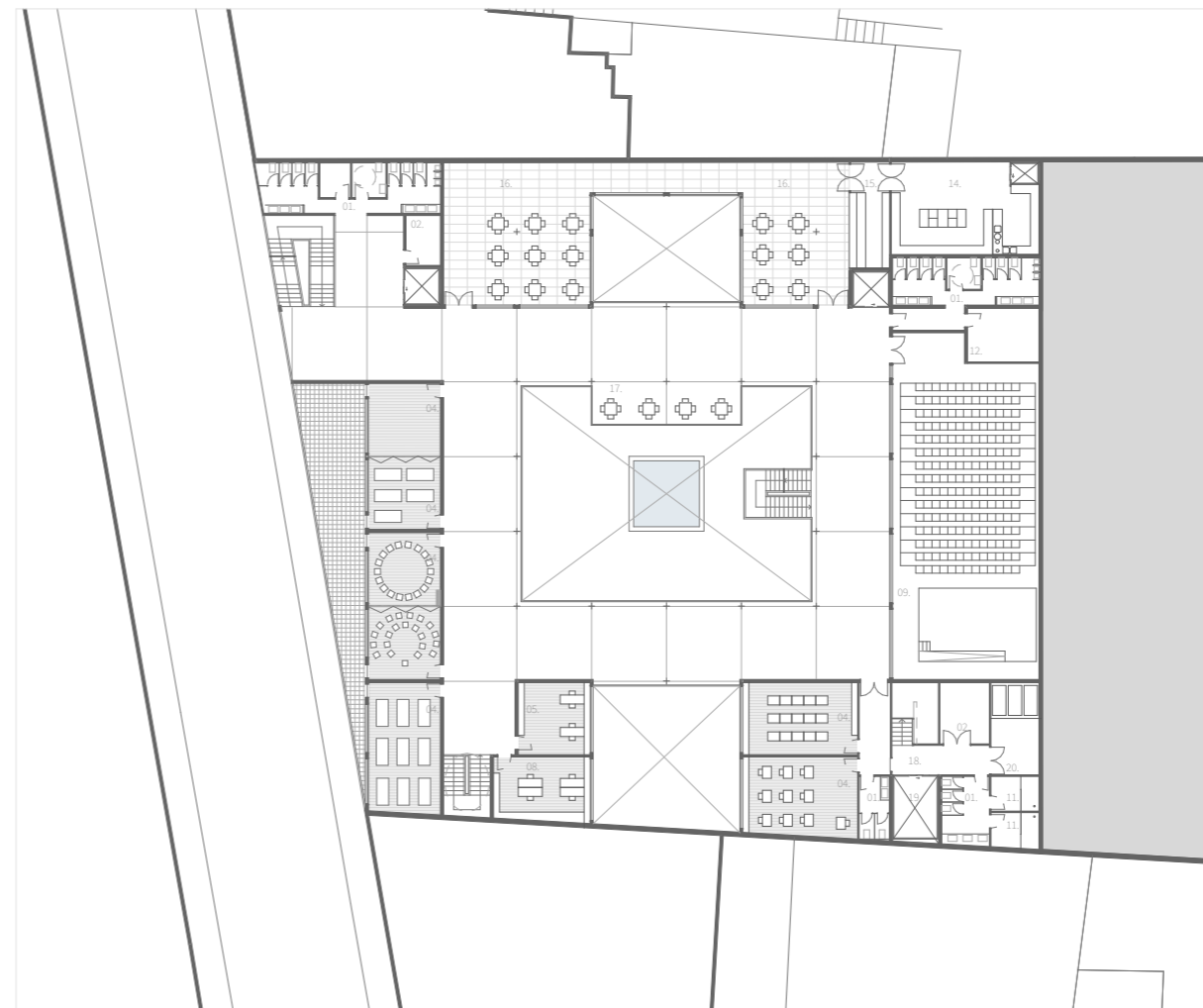
CORTE TRANSVERSAL PELO AUDITÓRIO | ESCALA 1/500



CORTE TRANSVERSAL PELO CLAUSTRO | ALÇADO DO AUDITÓRIO | ESCALA 1/500



PLANTA À COTA 128 | ÁGORA | ESCALA 1/500 | ©



PLANTA À COTA 132 | ÁGORA | ESCALA 1/500 | ©

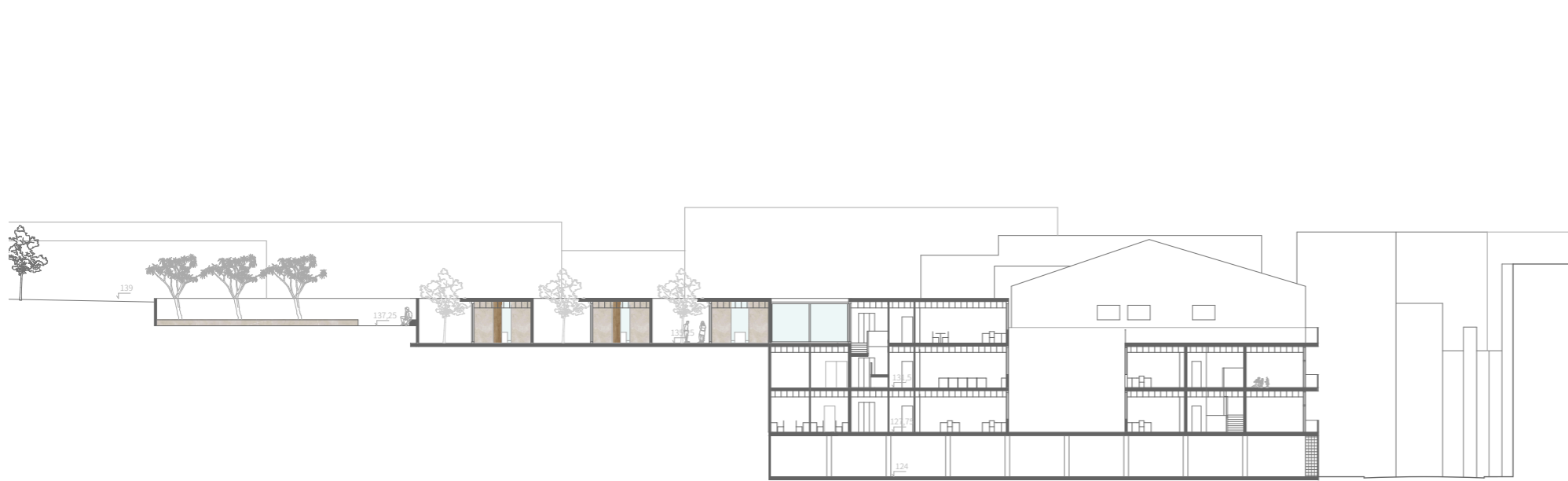
LEGENDA

ÁGORA

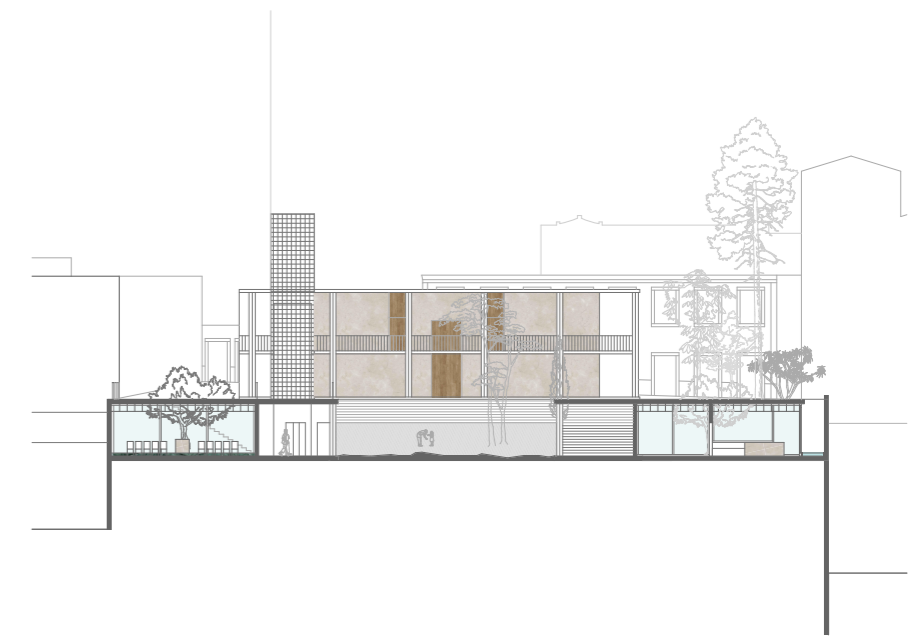
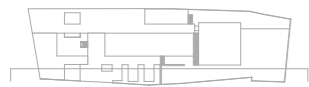
- 01. Instalações sanitárias
- 02. Arrumos
- 03. Biblioteca
- 04. Salas multifunções
- 05. Gabinete de atendimento ao público
- 06. Sala de reuniões
- 07. Gabinete administrativo
- 08. Direção
- 09. Auditório
- 10. Camarins
- 11. Banheiros
- 12. Régie
- 13. Arquivo
- 14. Cozinha
- 15. Copa
- 16. Cantina
- 17. Esplanada

TANATÓRIO

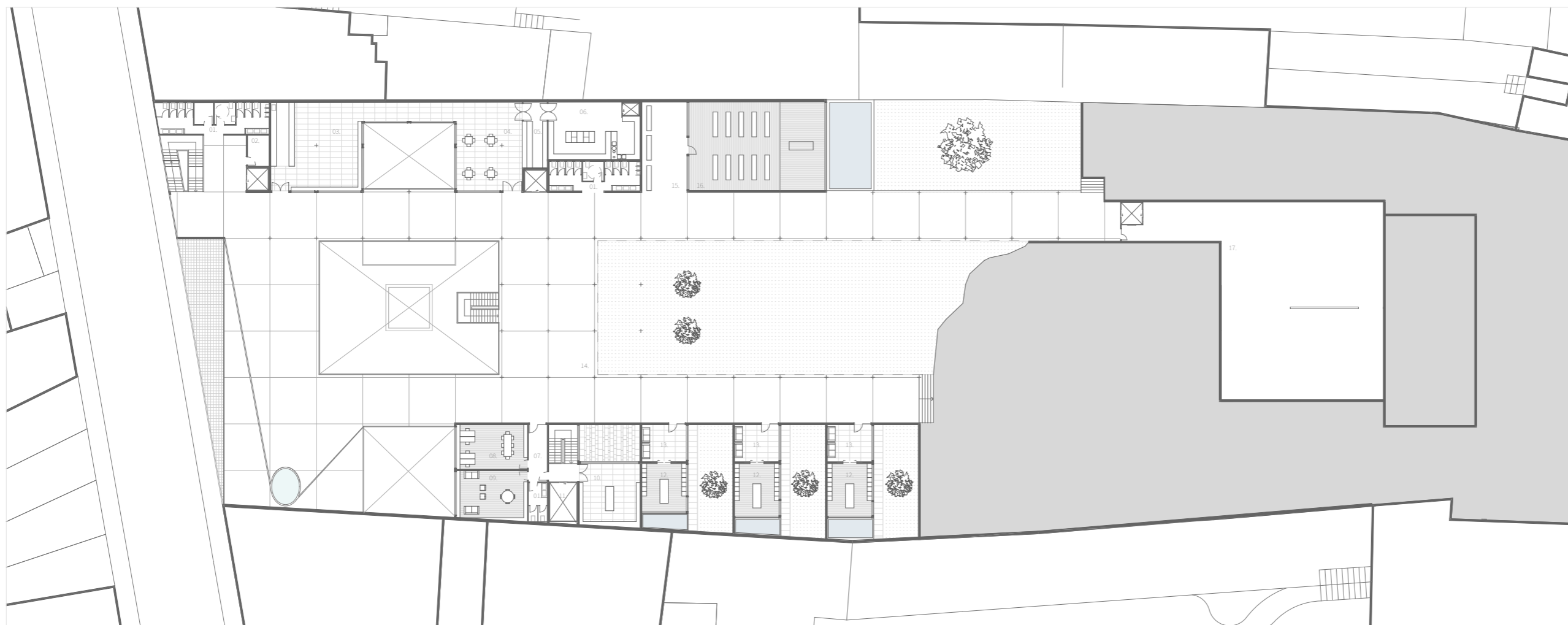
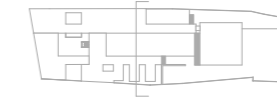
- 18. Área de acesso restrito
- 19. Elevador monta-cargas
- 20. Câmaras frigoríficas



CORTE LONGITUDINAL | ESCALA 1/500

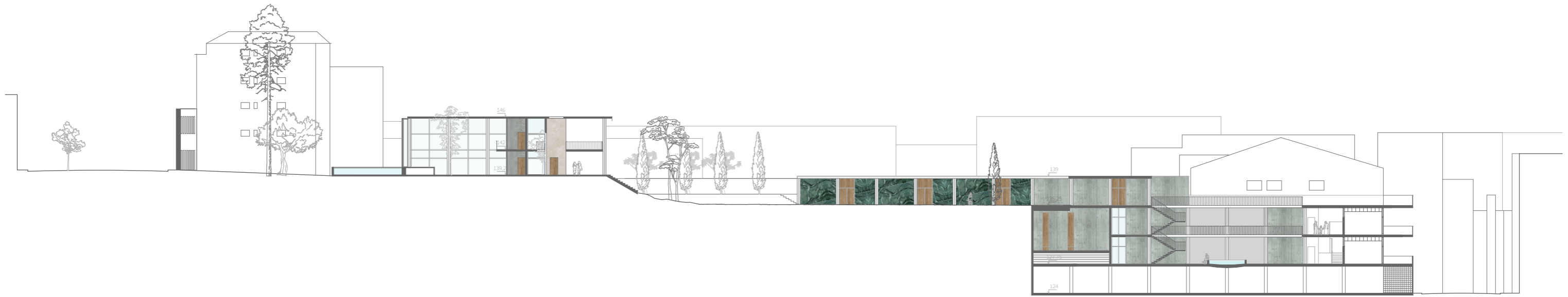


CORTE LONGITUDINAL | ESCALA 1/500

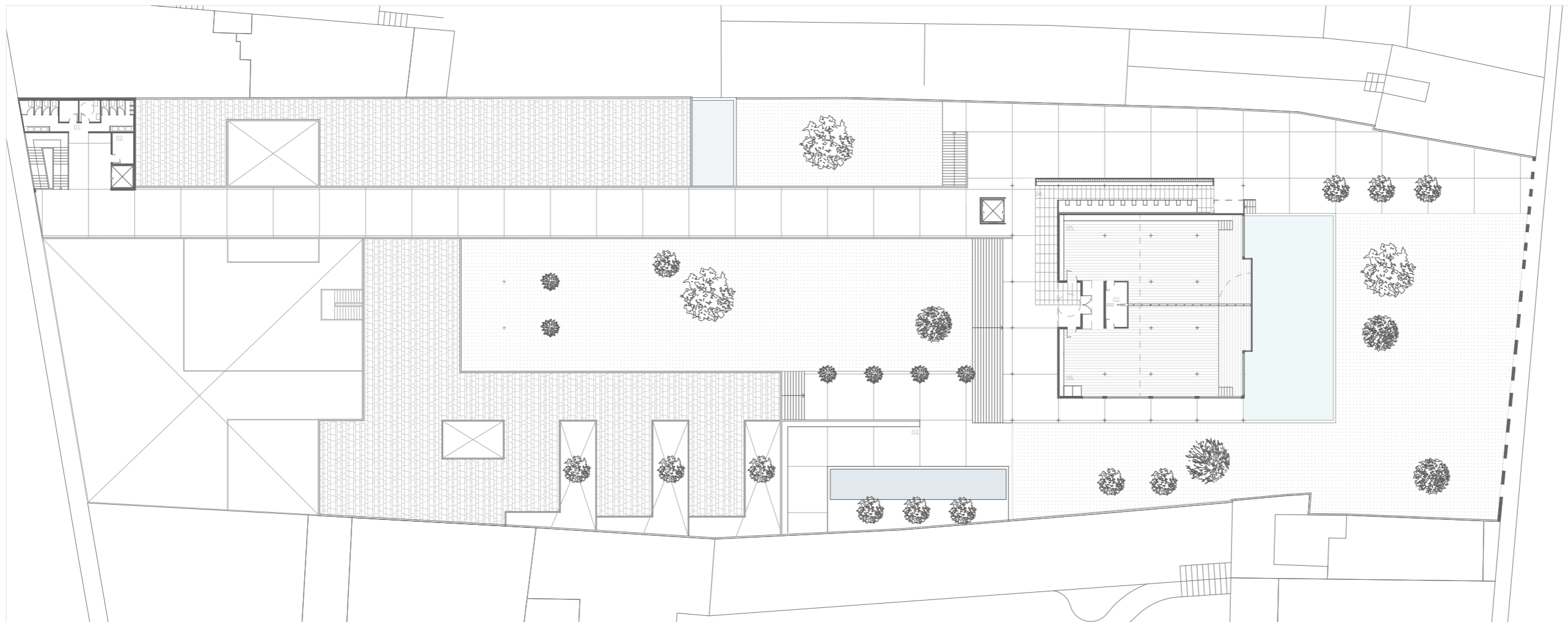
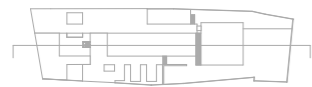


LEGENDA

- TANATÓRIO
- 01. Instalações sanitárias
 - 02. Arrumos
 - 03. Florista
 - 04. Cafeteria
 - 05. Copa
 - 06. Cozinha
 - 07. Área de acesso restrito
 - 08. Gabinete administrativo
 - 09. Sala de repouso do pessoal
 - 10. Sala de tanatopraxia
 - 11. Elevador monta-cargas
 - 12. Sala de velório
 - 13. Antecâmara
 - 14. Sala hipóstila
 - 15. Sala de espera
 - 16. Sala de cerimónias
 - 17. Arrumos e área técnica



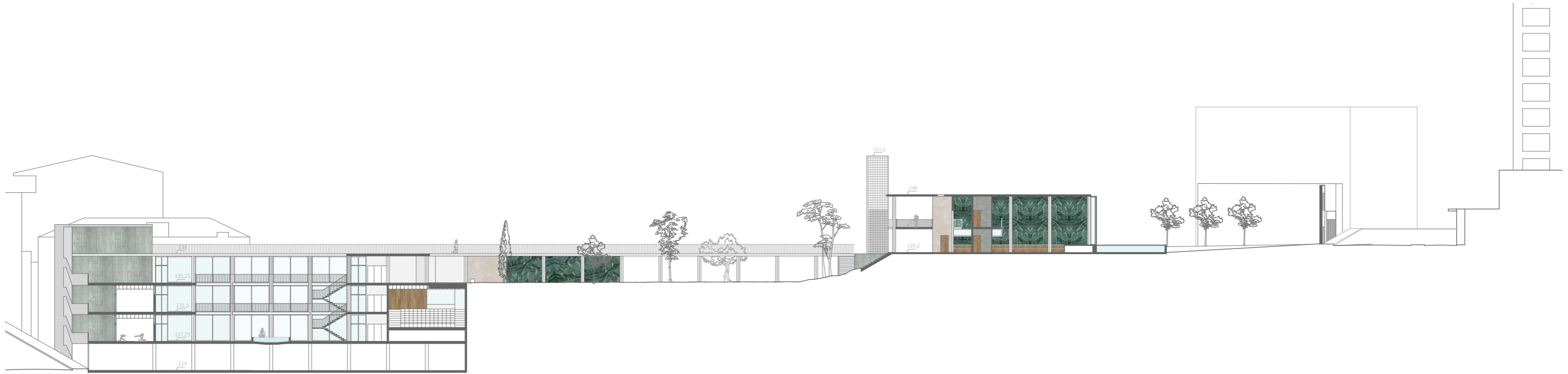
CORTE LONGITUDINAL | ESCALA 1/500



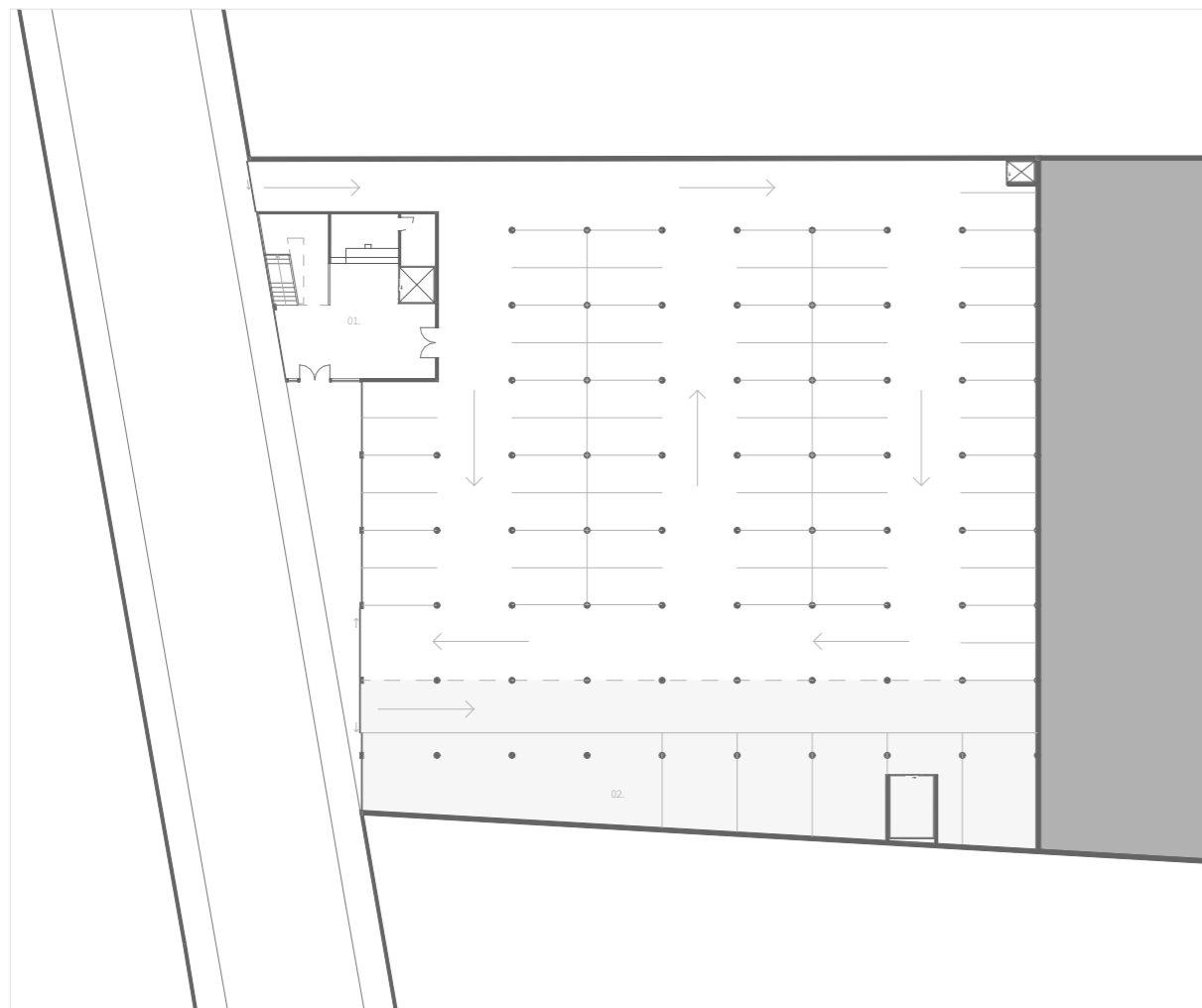
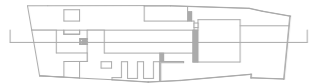
LEGENDA

TEMPLO

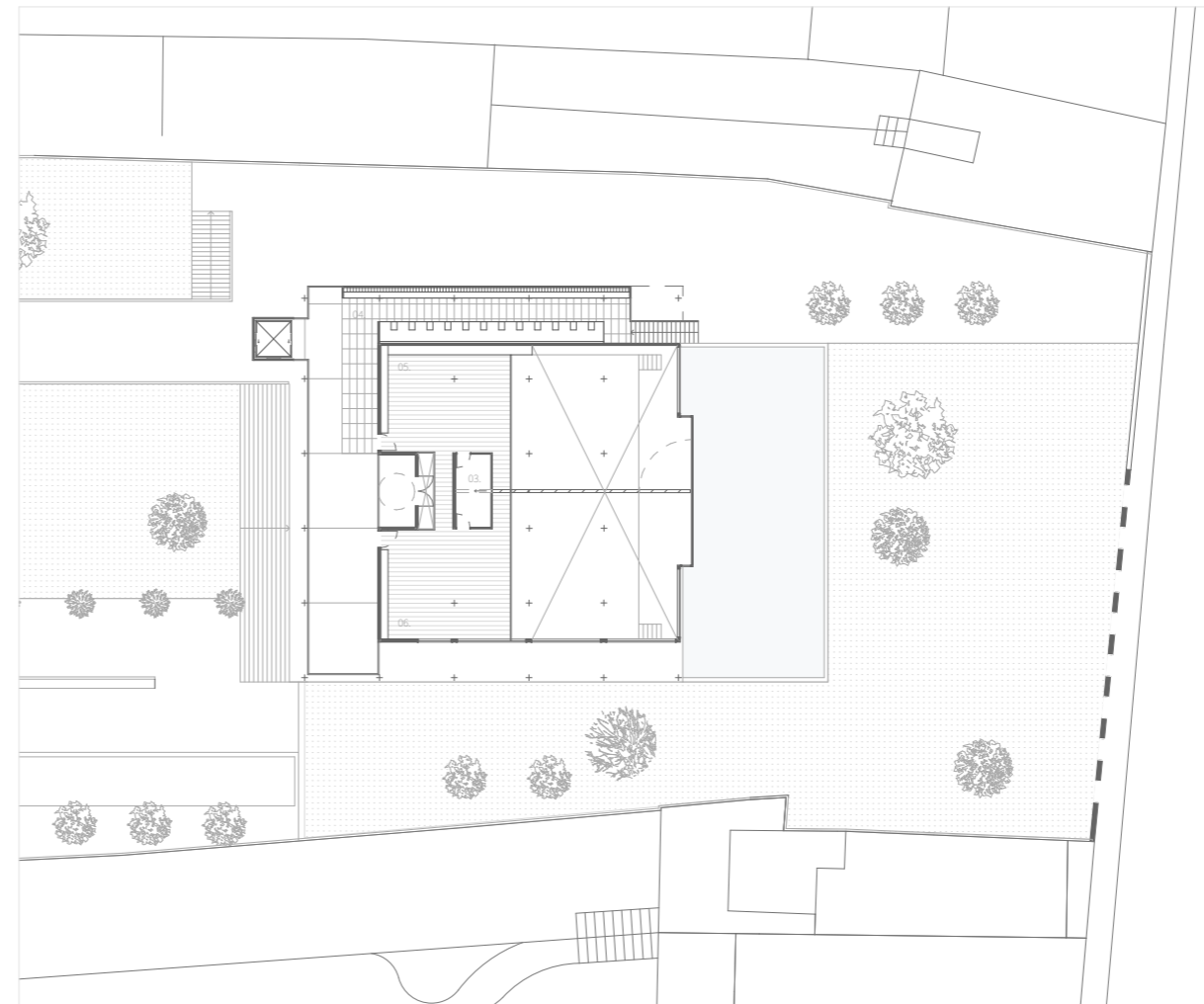
- 01. Instalações sanitárias
- 02. Arrumos
- 03. Espaço de contemplação
- 04. Ablução
- 05. Sala para acesso descalço
- 06. Sala para acesso calçado



CORTE LONGITUDINAL | ESCALA 1/500



PLANTA À COTA 124 | PARQUE DE ESTACIONAMENTO | ESCALA 1/500 | ©

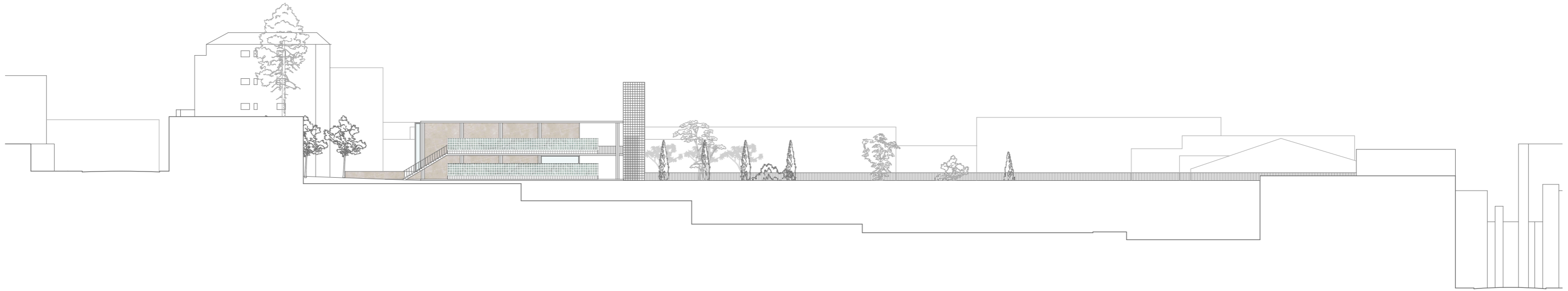


PLANTA À COTA 140 | TEMPLO | ESCALA 1/500 | ©

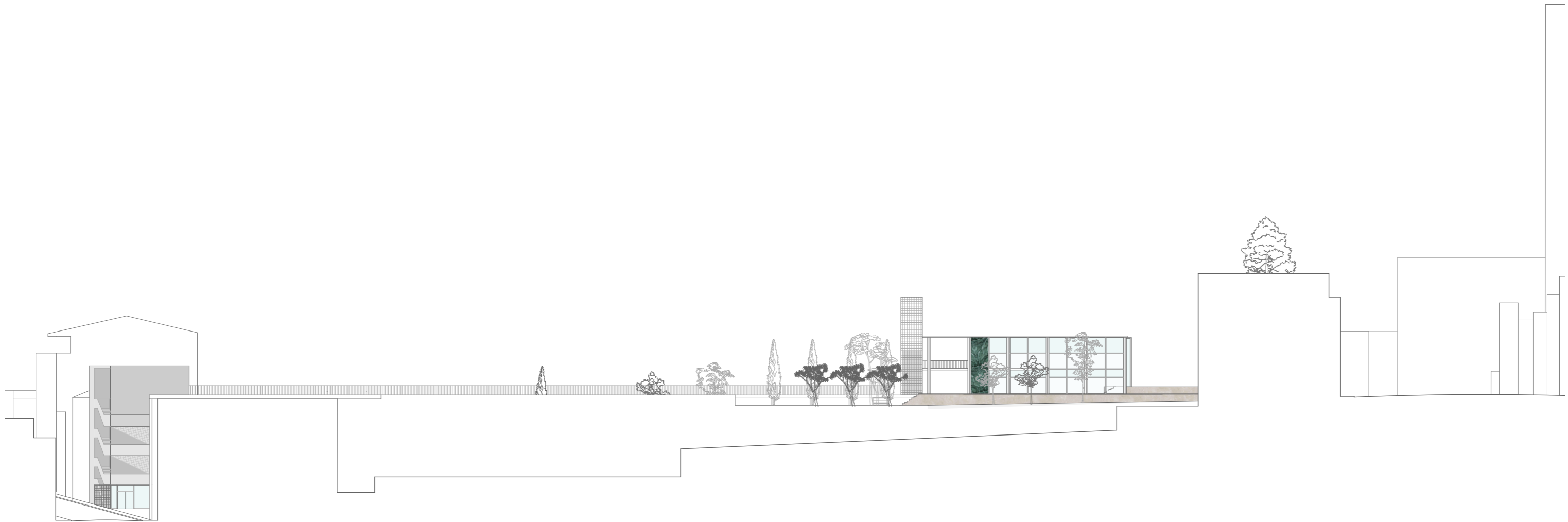
LEGENDA

PARQUE DE ESTACIONAMENTO
 01. Entrada
 02. Área reservada ao tanatório

TEMPLO
 03. Arrumos
 04. Ablução
 05. Tribuna para acesso descalço
 06. Tribuna para acesso calçado



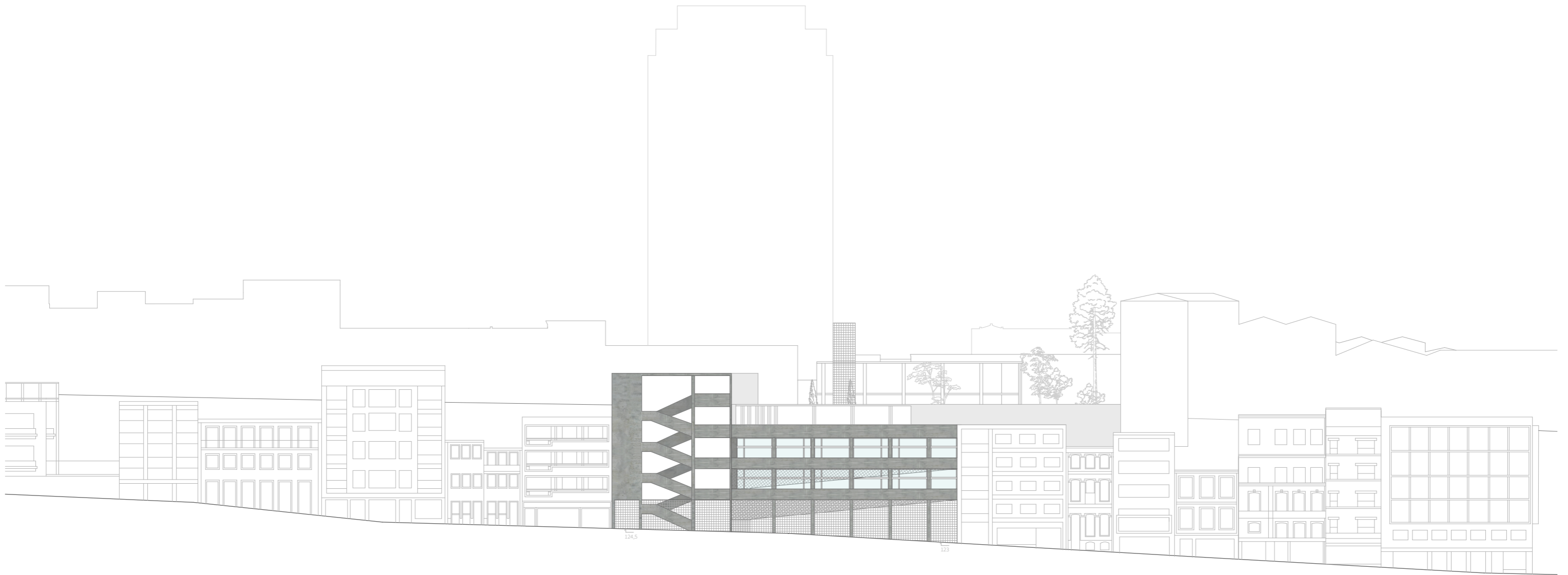
ALÇADO NORTE | ESCALA 1/500



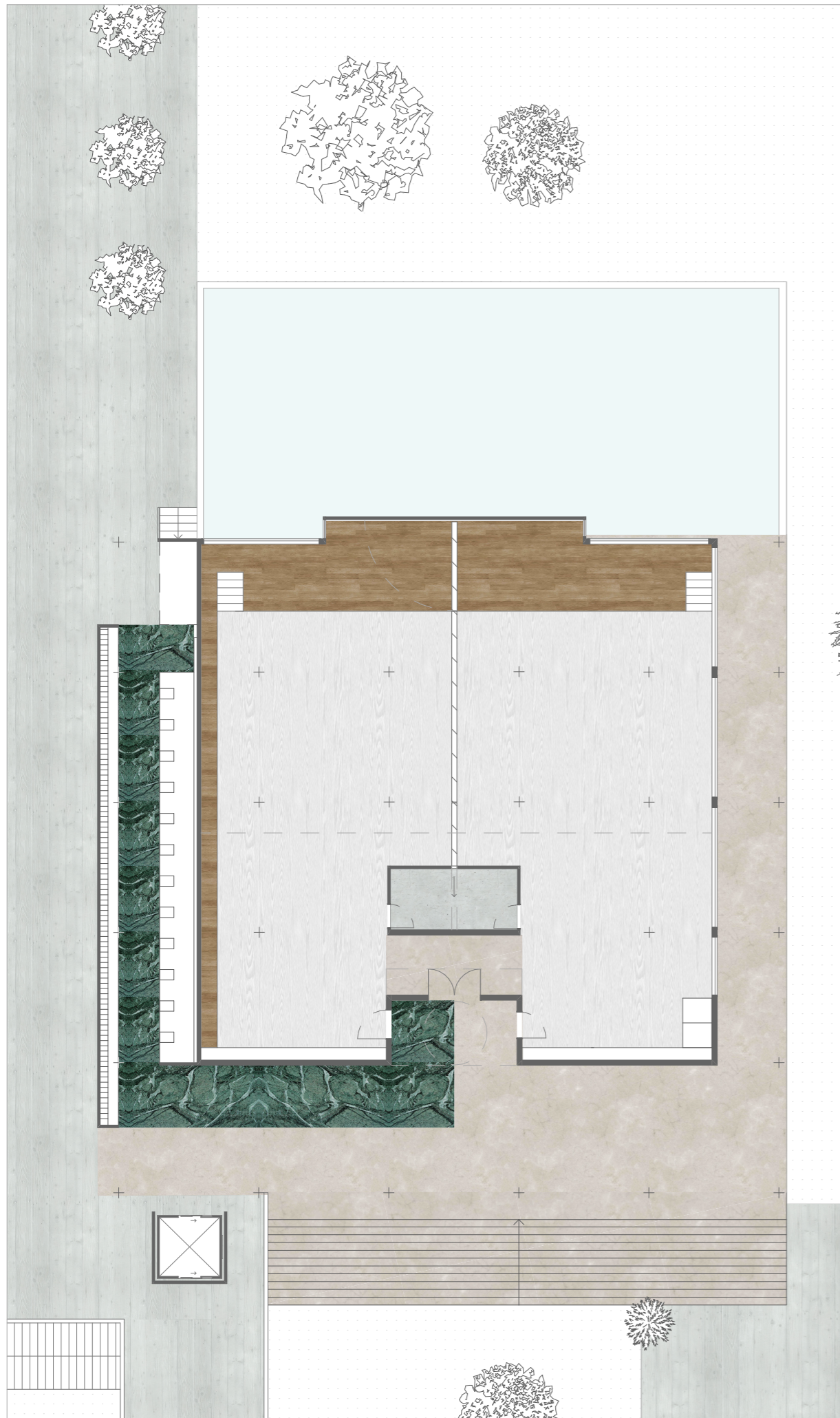
ALÇADO SUL | ESCALA 1/500



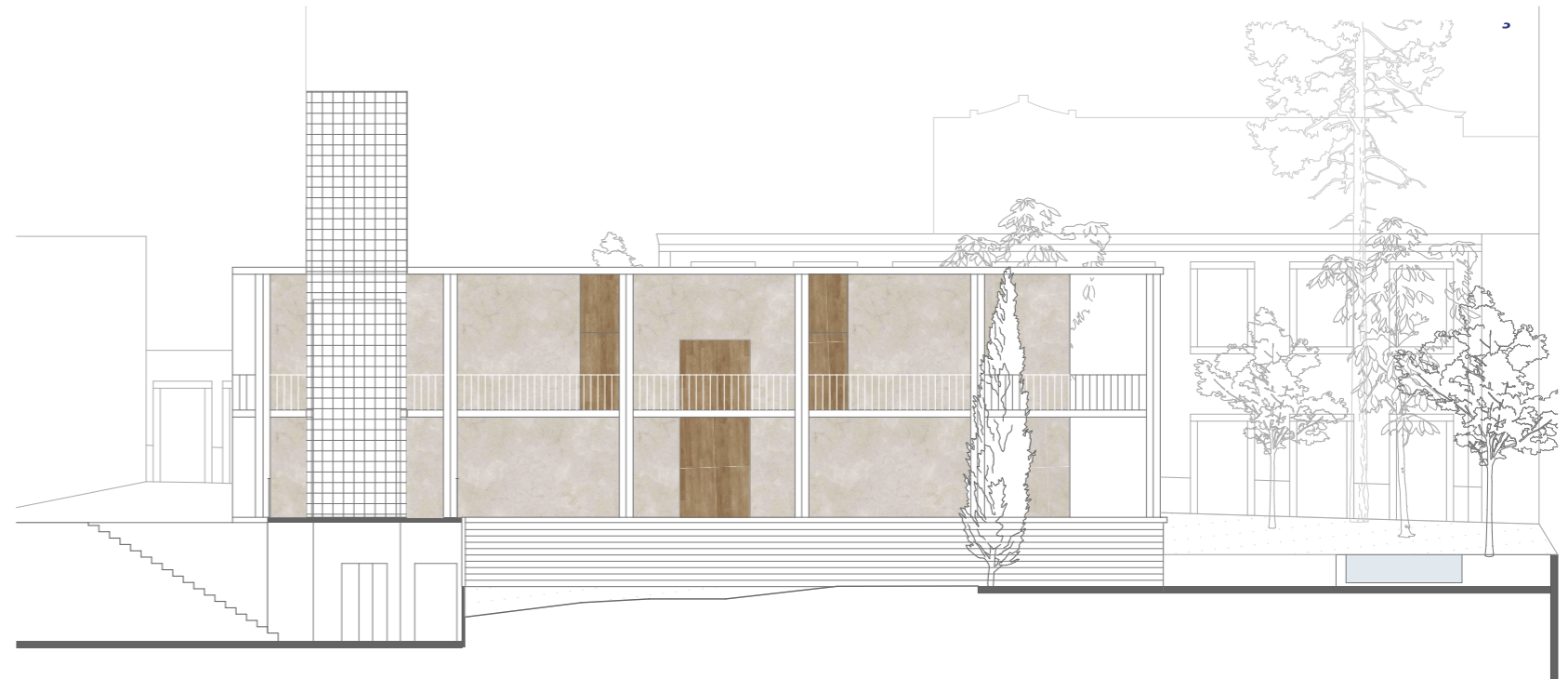
ALÇADO DA RUA DA ALEGRIA | ESCALA 1/500



ALÇADO DA RUA DE SANTA CATARINA | ESCALA 1/500



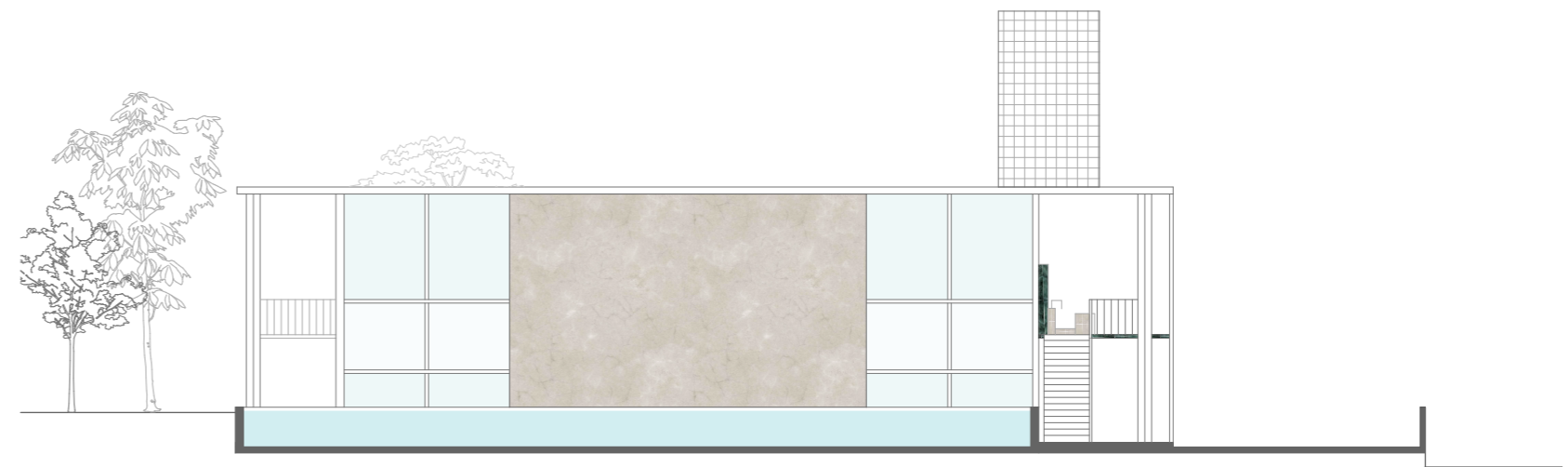
PLANTA DO TEMPLO | ESCALA 1/200 | ☉



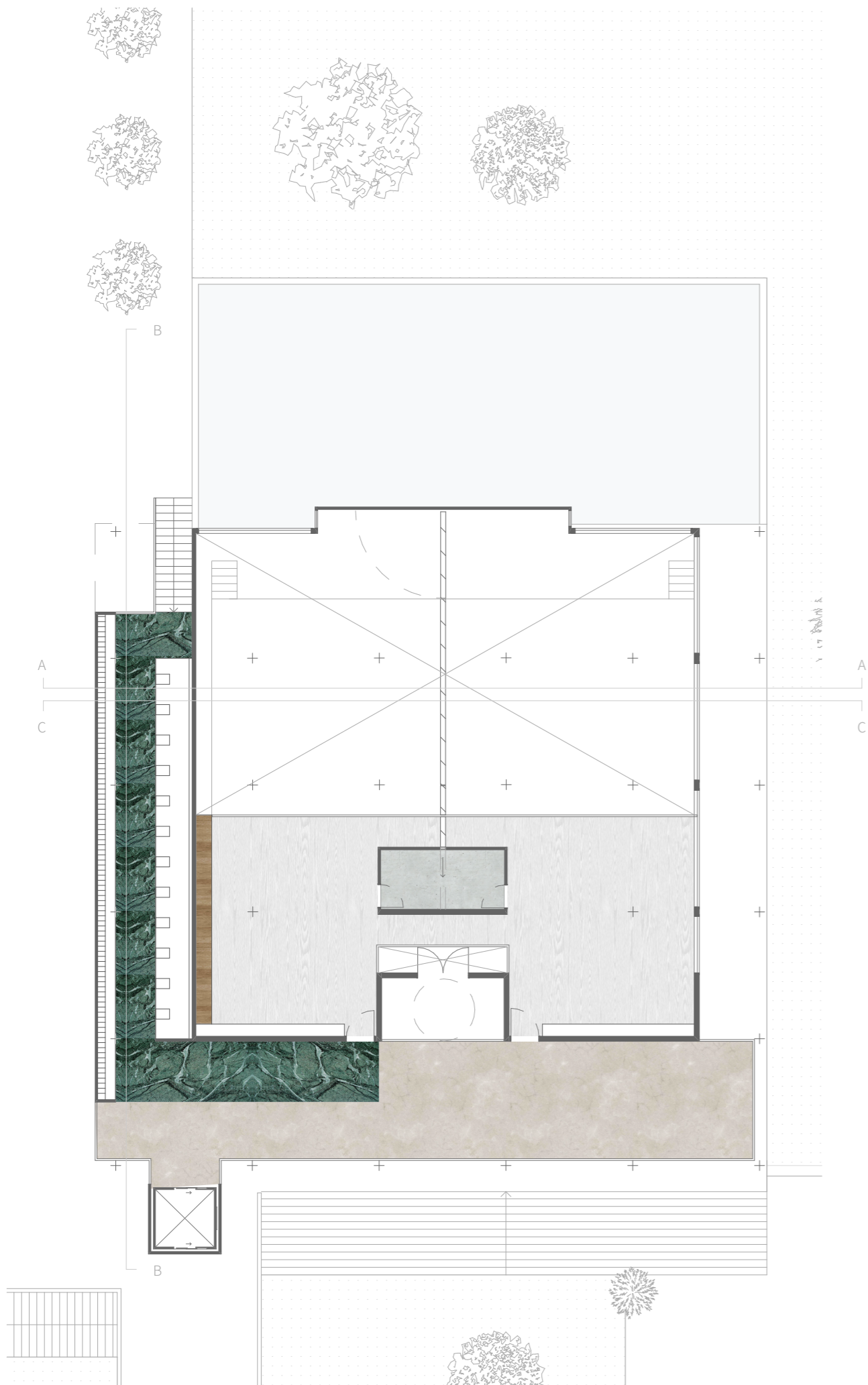
ALÇADO OESTE DO TEMPLO | ESCALA 1/200



ALÇADO SUL DO TEMPLO | ESCALA 1/200



ALÇADO ESTE DO TEMPLO | ESCALA 1/200



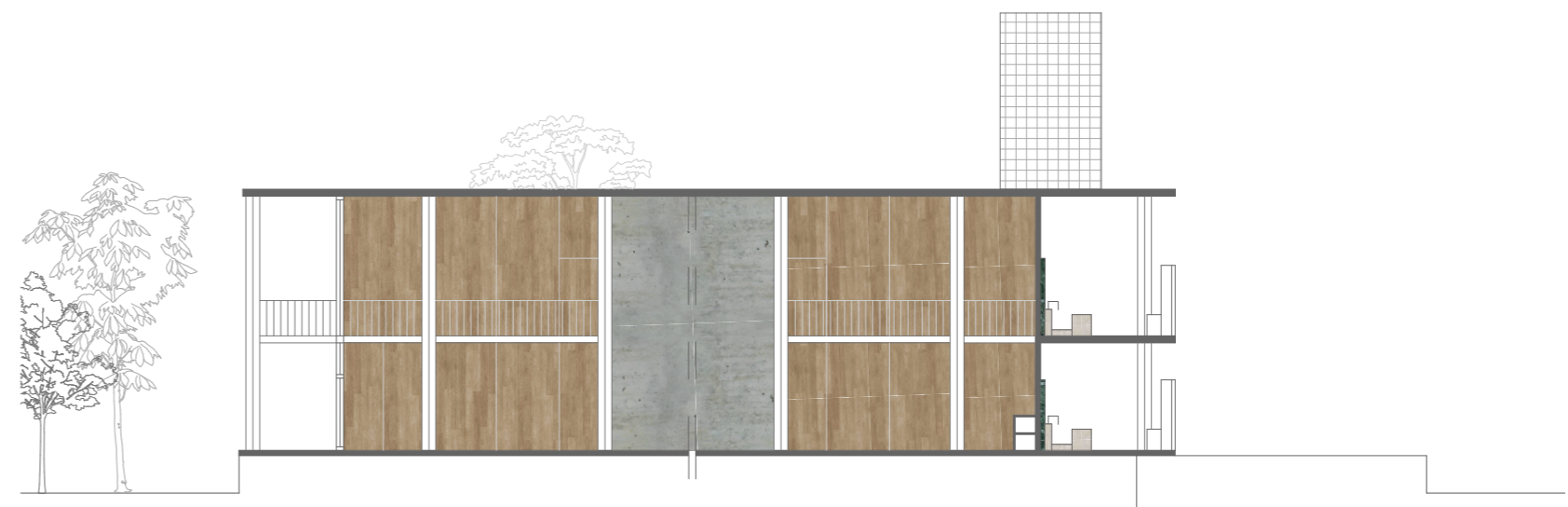
PLANTA DO TEMPLO | TRIBUNA | ESCALA 1/200 | Ⓞ



CORTE AA DO TEMPLO | ESCALA 1/200



CORTE BB DO TEMPLO | ESCALA 1/200



CORTE CC DO TEMPLO | ESCALA 1/200

